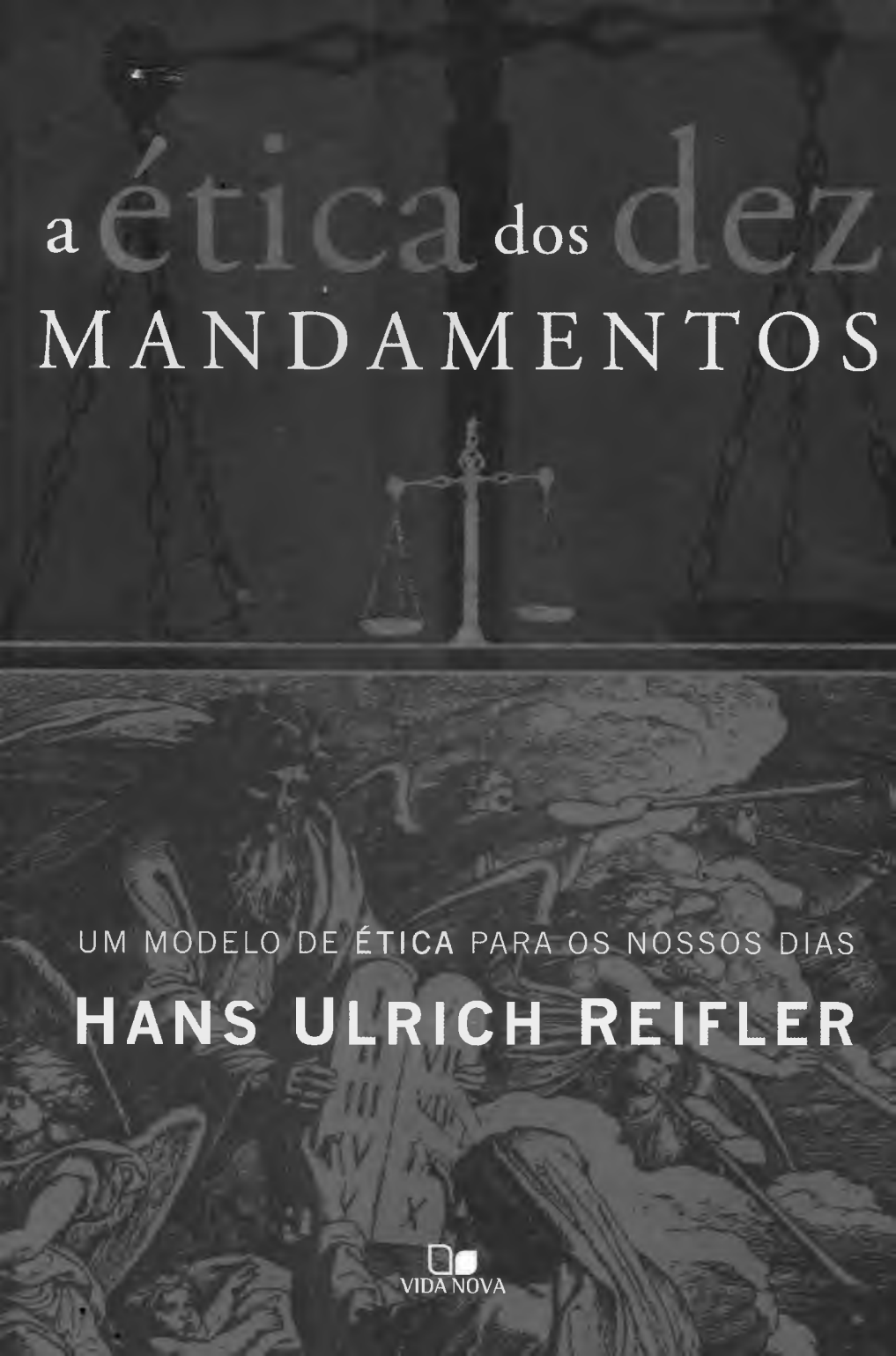


a ética dos dez MANDAMENTOS

UM MODELO DE ÉTICA PARA OS NOSSOS DIAS

HANS ULRICH REIFLER

VIDA NOVA

Copyright © 1992 Hans Ulrich Reifler

1ª edição: 1992
Reimpressões: 2007, 2009

Publicado com a devida autorização e com todos os direitos reservados por Sociedade Religiosa Edições Vida Nova
Caixa Postal 21266, São Paulo, SP, 04602-970
www.vidanova.com.br

Proibida a reprodução por quaisquer meio (mecânicos, eletrônicos, xerográficos, fotográficos, gravação, estocagem em banco de dados, etc.), a não ser com citações breves com indicação de fonte.

ISBN 978-85-275-0380-8

Impresso no Brasil/ *Printed in Brasil*

Coordenação de Produção
Sergio Siqueira Moura

Revisão
Lucy Yamakami
Valéria Fontana

Capa
Julio Carvalho

CONTEÚDO

Agradecimentos 7
Prefácio dos editores 9
Prefácio do autor 11

PARTE I — QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA ÉTICA CRISTÃ . . . 13

A. Preliminares
B. Definições básicas de ética
C. A ética cristã como disciplina teológica
D. Implicações metodológicas da ética cristã
E. Principais considerações sobre a ética cristã
F. Relações básicas da ética cristã
G. Razões para a ética cristã
H. Os usos da lei de acordo com a Reforma
I. O lugar e a função da consciência na ética cristã
J. A relação entre a teologia sistemática e a ética cristã

PARTE II — A IMPORTÂNCIA DO DECÁLOGO PARA A ÉTICA CRISTÃ 37

A. Introdução
B. A validade dos dez mandamentos para a ética cristã no testemunho bíblico
C. O decálogo como conteúdo da ética cristã no testemunho da Reforma
D. A relação entre a ética cristã e a lei mosaica
E. O redescobrimento do decálogo na Bíblia
F. A divisão do decálogo
G. Esboço do decálogo
H. A origem do termo "decálogo"

I . Metodologia para exposição do decálogo
J . O preâmbulo ao decálogo

PARTE III — A EXPOSIÇÃO DO DECÁLOGO 57

Capítulo 1 O primeiro mandamento ou o testemunho da singularidade e exclusividade de Deus 59

Capítulo 2 O segundo mandamento ou o testemunho da incomparabilidade de Deus 73

Capítulo 3 O terceiro mandamento ou o testemunho da santidade de Deus 81

Capítulo 4 O quarto mandamento ou o testemunho do senhorio de Deus sobre o tempo 87

Capítulo 5 O quinto mandamento ou o testemunho da proteção à velhice 97

Capítulo 6 O sexto mandamento ou a proteção da vida e o testemunho da santidade da vida 111

Capítulo 7 O sétimo mandamento ou a proteção do matrimônio e do corpo 145

Capítulo 8 O oitavo mandamento ou a proteção da propriedade e do trabalho 181

Capítulo 9 O nono mandamento ou a proteção da honra 219

Capítulo 10 O décimo mandamento ou a proteção contra as ambições erradas 229

PARTE IV — O DECÁLOGO COMO MODELO PARA A ÉTICA CRISTÃ 239

A. Introdução
B. Um modelo para o exercício das boas obras
C. Um modelo para a vida abundante
D. Um modelo para a transformação da sociedade

Bibliografia 245

AGRADECIMENTOS

Expresso minha gratidão à diretoria e ao corpo de funcionários do Seminário Cristão Evangélico do Norte, em São Luís, pela generosidade de me conceder o tempo necessário para a pesquisa e elaboração deste livro.

Agradeço também aos alunos que, com seu *feedback*, contribuíram para tornar prática esta reflexão.

Agradeço à Profª Elizabeth Oldehus, minha colega, a correção do manuscrito.

Agradeço à Missão Cristã Evangélica do Brasil o patrocínio deste livro.

De modo especial, agradeço ao Dr. Russell P. Shedd, ao Prof. R. J. Sturz e ao Prof. Lourenço Stelio Rega, amigos de Edições Vida Nova, suas valiosas sugestões e críticas construtivas.

Sou muito grato também pela compreensão e paciência de minha esposa, Profª Monika Reifler, e de meus quatro filhos, que me apoiaram desde o início deste projeto.

Enfim, agradeço a meu Senhor e Salvador Jesus Cristo, que me deu visão e força para terminar este livro. A Ele seja a glória, agora e para sempre.

PREFÁCIO DOS EDITORES

Os dez mandamentos constituem o coração da lei de Deus. Eles são tão aplicáveis hoje quanto eram há três mil anos para os hebreus, pois representam a expressão perfeita de quem é Deus e de como Ele quer que Seu povo viva.

Contudo, um cristão bem poderia reclamar, dizendo: "Se guardar as leis judaicas não pode me justificar diante de Deus, por que devo ainda obedecer aos dez mandamentos?" Neste livro, Hans Reifler ajuda-nos a compreender a resposta a esta e outras perguntas.

Mesmo não havendo escrito um manual sobre ética cristã, Reifler oferece-nos, na primeira parte de seu livro, uma excelente e breve introdução a esta disciplina teológica. Na segunda divisão, ele nos mostra por que os dez mandamentos ainda valem hoje para o povo de Deus. Finalmente, ele dedica a maior parte de seu estudo à exposição sistemática das leis do Sinai. Para isso, segue o exemplo de Jesus e dos apóstolos, ampliando e reforçando cada mandamento para os cristãos que se encontram às portas do século XXI.

Pastores perceberão neste livro um excelente recurso para o preparo de mensagens relevantes para seus rebanhos. Ao final de cada divisão, alunos e professores poderão se beneficiar com discussões de perguntas que convidam à reflexão e com uma extensa bibliografia.

É com entusiasmo que recomendamos esta obra a todos os cristãos que, em gratidão, procuram agradar e glorificar a Deus na vida do dia a dia. Nós O amamos — e também a nossos semelhantes — pois Ele nos amou primeiro.

PREFÁCIO DO AUTOR

Vivemos numa sociedade pluralista e materialista em que os valores tradicionais vêm sendo questionados pela urbanização contínua, pela unificação do pensamento humano, pela massificação de idéias e princípios, pela corrupção viciosa crescente em todas as camadas sociais e pela revolução sexual, que leva muitas pessoas ao desespero e à falta de orientação e equilíbrio emocional.

A secularização da sociedade moderna não pára diante das igrejas evangélicas. Os jovens cristãos desafiam as lideranças eclesiásticas, os pais, os educadores e os valores espirituais e práticos do cristianismo histórico. Surge, então, uma reflexão: será que ainda é possível viver de acordo com os dez mandamentos? O decálogo, como expressão clara do bem, ainda é válido para as gerações de hoje e de amanhã?

Neste livro tentamos redescobrir, avaliar e aplicar a riqueza moral dos dez mandamentos para mostrar que constituem um modelo digno de ser seguido.

Os líderes da Reforma Protestante (Martinho Lutero e João Calvino) estavam conscientes da importância e urgência de ensinar aos cristãos o conteúdo do decálogo. Lutero apresentou uma catequese pública dos dez mandamentos em seu *Catecismo Maior*, publicado na Alemanha em 1529, e Calvino, no segundo livro das famosas *Institutas*, publicadas pela primeira vez em Basiléia, Suíça, em 1536.

Lemos nas Sagradas Escrituras: "Com minha alma suspiro de noite por ti, e com o meu espírito dentro em mim, eu te procuro diligentemente; porque, quando os teus juízos reinam na terra, os moradores do mundo aprendem justiça" (Is 26.9).

Que os moradores do mundo atual aprendam a justiça que provém do coração de Deus, relatada naquilo que Ele revelou na Bíblia. Tal é o sincero desejo deste escritor.

São Luís, Semana Santa de 1991.

Hans Ulrich Reifler

PARTE I

QUESTÕES FUNDAMENTAIS DA ÉTICA CRISTÃ

- A -
PRELIMINARES

Na ética cristã, fazemos distinção entre duas categorias de exigências, ou dois tipos de obrigações éticas ou morais: por um lado, falamos das exigências e deveres de todos os homens, independentemente de suas crenças e convicções particulares. Essas exigências gerais não têm nada a ver com cultura, *status* social, educação ou qualquer religião ou ideologia. Por outro lado, referimo-nos às obrigações dos cristãos: exigências específicas para as pessoas que vivem no senhorio de Cristo e passaram pela experiência transformadora da salvação.

Vamos explicar essa diferença com alguns exemplos. É justo exigir de todos os homens, em qualquer cultura, adeptos de diferentes conceitos religiosos e ideologias, que não furtem. Logicamente, trata-se aqui de uma exigência geral, válida para todos em todas as épocas, qualquer que seja a crença ou o nível cultural. Por outro lado, seria absurdo exigir de uma pessoa não-regenerada uma vida de oração, santificação e evangelização pessoal, pois tais são exigências cristãs específicas.

A simples observação dessas categorias de deveres e obrigações faz com que a ética cristã tenha duas partes distintas: a geral e a específica.

Neste livro, tratamos apenas das questões gerais da ética cristã. As exigências especificamente cristãs formam a segunda maior divisão da matéria e, na verdade, merecem um segundo livro.

- B -
DEFINIÇÕES BÁSICAS DE ÉTICA

A palavra *ethos* aparece 12 vezes no Novo Testamento (Lc 1.9; 2.42; 22.39; Jo 19.40; At 6.14; 15.1; 16.21; 21.21; 25.16; 26.3; 28.17; Hb 10.25) e significa estilo de vida, conduta, costumes ou prática. O plural, *ēthē*, aparece apenas em 1 Coríntios 15.33, quando se diz que "as más conversações corrompem os bons costumes".

A ética cristã recebeu diversos nomes ao longo da história:

Sittenlehre	ciência de costumes — desde Mosheim, Wuttke Schmid e principalmente Schleiermacher;
Moral	moral — especialmente Kant. Os teólogos católicos romanos geralmente usam a expressão "teologia moral"; e
Ethik	ética — derivado diretamente do texto bíblico e usado desde Hegel, Rothe, Harless e Martensen.

O uso do termo "ética" foi se generalizando, sendo mundialmente aceito, pelo menos entre os teólogos evangélicos do século XX.[1] Em si, porém, a palavra "ética" não define o tipo de ética em questão. É bom distinguir as tendências gerais da ética secular ou filosófica da ética cristã, pois embora a ética em si sempre se preocupe com assuntos morais, a metodologia da ética secular e a da ética cristã são quase opostas.

1. Ética secular (ou ética filosófica)

A ética secular ou filosófica é a ciência dos costumes ou hábitos. É uma ética que busca a verdade e o bem pela razão, conforme os conceitos predominantes da época. Dessa forma, ela se refere ao costume ou hábito de beber, aos modos à mesa, às tradições de casamentos e funerais, às festas religiosas e culturais, à moda e à moral trabalhista, política, civil e econômica. É a ética ensinada nos cursos de filosofia nas grandes universidades.

2. Ética cristã

Por outro lado, a ética cristã não é uma mera ciência de costumes e hábitos, não buscando a verdade e o bem primariamente pela razão. A ética cristã não exclui a razão, mas a leva cativa à obediência de Cristo (2 Co 10.5). Em sua essência, é normativa, enquanto a ética secular é mais descritiva. Vai muito além dos costumes, comportamentos ou atitudes, pois tem a ver com o bem e o mal revelados nas Sagradas Escrituras, e isso em termos absolutos. Portanto, a ética cristã é o estudo sistemático da moralidade (do latim *moralitas*, que significa "a qualidade do que é moral", "caráter"), e não o estudo de costumes. Por isso, ela procura a verdade e o bem através do supremo bem e da vontade de Deus revelada na Bíblia.

A ética cristã é também ensino, mandamento, diretriz, norma, enquanto os costumes são variáveis, flexíveis, descritivos e dependem da situação.

Consideremos as diferenças básicas entre a ética secular e a ética cristã:

Ética Secular	*Ética Cristã*
ciência de costumes e hábitos	revelação da vontade divina
descritiva	normativa
relativa	absoluta
imanente	transcendente
situacionista	direcionista
subjetiva	objetiva
mutável	imutável

3. A moral

O termo *moral* vem do latim *moralis* (relativo aos costumes), sendo a parte da filosofia que trata dos atos humanos, dos bons costumes e dos deveres dos homens. Desta maneira, temos a moral trabalhista, a moral sexual, a moral nos negócios, a moral da aprendizagem, a moral política *etc.* A moral observa *o que* o homem faz, enquanto a ética cristã pergunta *por que* e *para que* o homem faz.

4. Definição de ética cristã

Paulo Wailler da Silva apresenta quatro definições de ética cristã:

"Ciência que trata das origens, princípios e práticas do que é certo e do que é errado à luz das Sagradas Escrituras em adição à luz da razão da natureza" (J. S. Keyser).
"Estudo sistemático do modo de viver exemplificado e ensinado por Jesus, aplicado aos múltiplos problemas e decisões da existência humana" (Georgia Harkness).
"Explanação sistemática do exemplo e ensino morais de Jesus aplicados à vida total do indivíduo na sociedade e realizados com o auxílio do Espírito Santo" (H. H. Barnette).
"Ciência da conduta humana, determinada pela conduta divina" (Emil Brunner).[2]

Embora todas essas definições sejam boas, preferimos a seguinte:
Ética cristã é o estudo sistemático e prático da vida moral do homem determinado por seu valor e sua norma cristã, como revelado nas Sagradas Escrituras.
Assim, definimos nossa reflexão ética como uma posição absolutista. Isto significa que cremos nos absolutos morais revelados na Bíblia. Nela buscamos auxílio, diretrizes e orientação para nossas decisões, sejam elas morais ou práticas.

5. A tarefa da ética cristã

A ética cristã procura discutir e definir questões fundamentais como:

Qual o verdadeiro significado e propósito da vida humana?
Quem é o homem?
Qual é a natureza do homem?

Como deve ser o homem?
O que é verdade, justiça e retidão?
O que é moralmente certo e errado?
O que é uma vida correta?
Como devem ser os relacionamentos interpessoais do homem?
Qual a posição do homem para com seu Criador e para com seu Salvador, Jesus Cristo?
Quais são as implicações do senso de dever, de obrigação moral do homem para com Deus e seu próximo?

É evidente que o homem é um ser racional (possui intelecto) e um ser moral (tem consciência). Como ser moral, o homem sabe não só como as coisas são, mas também como elas deveriam ser. Por isso, é somente o homem quem pode meditar, refletir, esforçar-se, ter idéias e procurar alcançar seus ideais. Ele também possui intuição do supremo bem e conhece a diferença entre o bem e o mal. Toda ética ocupa-se desse aspecto da experiência humana, isto é, o aspecto moral. Contudo, a tarefa da ética cristã é encontrar um critério objetivo para determinar qual é o bem com o qual o homem, como ser moral, deve se conformar. Isso não significa que a ética cristã ocupa-se apenas com a tomada de decisões: "Sua tarefa e sua finalidade básicas consistem em conseguir uma visão correta, em abrir as principais perspectivas e em apresentar as verdades e valores que possam influir sobre decisões a serem assumidas diante de Deus".[3]

- C -
A ÉTICA CRISTÃ COMO DISCIPLINA TEOLÓGICA

Ética cristã é o ensino sistemático da conduta e atitude em relação à vida para a qual Jesus Cristo nos chamou e fez nascer de novo. Por isso, ela se preocupa com a vontade de Deus realizada em nossa vida. Em última análise, portanto, ética cristã é teologia, isto é: ensino de Deus, de Sua vontade e de Sua ação. Pelo fato de a ética cristã tentar descobrir as normas divinas para a conduta humana, ela se preocupa mais com a antropologia, enquanto a teologia sistemática interessa-se mais pela teologia. De fato, a ética cristã assemelha-se muito à antropologia, à sociologia e à filosofia; em sua essência, porém, é diferente, pois não é descritiva, mas normativa, uma vez que parte da suprema revelação para definir valores e princípios que emanam de Deus.

Muitos teólogos compreendem a ética cristã como parte da teologia sistemática; outros, como sendo equivalentes, companheiras; outros ainda, como matérias que se complementam. Quando separamos totalmente a ética cristã da teologia sistemática, corremos o sério risco de reduzi-la a uma mera reflexão antropológica e social. A redução da ética cristã a uma moral natural

não é apenas fruto do sistema aristotélico, mas também da decadência teológica pós-reforma.

O iluminismo contribuiu muito para separar a moral da doutrina cristã. A autonomia da ética chegou a seu apogeu com E. Kant. De acordo com este filósofo, a consciência ética é totalmente livre da religião, a ponto de a ética tornar-se praticamente o fundamento da religião. Isto se vê principalmente em seu famoso livro *Crítica da Razão Prática*.

F. Schleiermacher, por outro lado, parte da consciência religiosa para formular o agir cristão. Esta primazia da ética sobre a teologia sistemática também é percebida nos escritos dos teólogos liberais A. Ritschl, A. von Harnack, E. Troeltsch e W. Herrmann. Foi o biblicista luterano M. Kähler, em sua obra *Wissenschaft der Christlichen Lehre* ("Ciência do ensino cristão"), publicada em 1883, quem rompeu a tradição kantiana da primazia da ética sobre a teologia sistemática, ao apresentar a teologia sistemática e a ética em um mesmo livro. Com E. Brunner, em *Das Gebot und die Ordnungen* ("O mandamento e as ordens"), publicado em 1932, a ética é apresentada outra vez de maneira independente, embora seja considerada parte integrante da teologia sistemática.

Para Karl Barth, a ética faz parte da teologia sistemática, mais especificamente da doutrina da criação, de maneira que os grandes assuntos éticos são abordados em *Kirchliche Dogmatik* ("Dogmática Eclesiástica"; I/2 pp. 397ss., 875ss. e III/4). A ética está tão incorporada ao pensamento de Barth que ele enfrenta sérios problemas na interpretação de Romanos 12 em seu comentário, que depois se tornou mundialmente famoso. A ética de A. de Quervain (I em 1942, II/1 em 1945 e II/2 em 1953), bem como a ética incompleta de Bonhoeffer, publicada postumamente em 1949, seguem a tradição barthiana, embora eles apresentem seus livros éticos como obras independentes da teologia sistemática. Entre os pietistas do século XX destaca-se K. Bockmühl, que, embora aluno de Barth, mostra-se mais dependente do biblicismo e da tradição da Reforma Protestante. Sua maior obra ética, *Gesetz und Geist* ("Lei e Espírito"), publicada em 1987, contradiz em sua síntese a tese barthiana "Evangelho e Lei", de 1935.

Concluímos, pois, que a ética cristã não deve ser totalmente separada da teologia sistemática, como também não pode ser completamente absorvida pela teologia sistemática. Ela busca as normas e diretrizes divinas como reveladas nas Sagradas Escrituras e, por isso, deve continuar sendo uma disciplina verdadeiramente teológica. Só podemos fazer ética cristã na medida em que conhecemos a Deus.[4]

- D -
IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS DA ÉTICA CRISTÃ

A questão metodológica ou o ponto de vista do autor é primordial em qualquer investigação científica. A forma como alguém observa o mundo, a vida, seja o que for, é o que determina o ângulo pelo qual essa pessoa encara todas as questões relacionadas com sua ciência.

Isso também é verdade quanto ao estudo da ética. Independente do fato de ser naturalista, ateu ou teísta, budista ou cristão, o filósofo tem um conjunto de conceitos básicos sobre a natureza e a realidade que vai servir de ponto de partida para seus postulados. Ou seja, ele tem um ponto de vista de onde avalia e procura resolver seu problema ético. Portanto, quem ensina ou discute ética cristã precisa esclarecer bem, para si e para seus discípulos, qual a perspectiva fundamental do estudo ético que se propõe a fazer.

Em termos metodológicos, nossa ética cristã é teológica, cristã e evangélica.

1. Teológica

Isso significa que a única maneira de conhecer e fazer ética cristã é conhecer o Deus vivo. Ou seja, todo nosso estudo da vida moral do homem e de seu ideal será determinado e controlado pelo conhecimento de Deus e de Sua auto-revelação nas Sagradas Escrituras, única fonte de autoridade da verdade.

Por isso, a ética cristã é teocêntrica, e não antropocêntrica: parte da revelação de Deus e de Sua vontade. Ela leva muito a sério a prioridade de Deus em todo comportamento humano.

2. Cristã

Por definição, a ética cristã é condicionada a Cristo, em quem encontramos a mais perfeita revelação da vontade de Deus. A ética cristã é revelada, ou seja: nosso ponto de partida é a revelação cristã, a fé cujo conteúdo central é a pessoa e a obra de Jesus Cristo. Sem Cristo, não há cristianismo. Somente Cristo faz com que a ética cristã seja verdadeiramente ética cristã. Nossa vida cristã é a vontade de Deus em Cristo Jesus, como se encontra revelada nas Sagradas Escrituras.

A centralidade da obra redentora e restauradora de Cristo é fundamental para nosso viver diário, como já ensinou o apóstolo Paulo: "E ele morreu por todos, para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele que por eles morreu e ressuscitou" (2 Co 5.15).

Bonhoeffer também salienta a importância de Cristo para a reflexão ética: "A origem da ética cristã não é a realidade do próprio eu, nem a realidade do mundo, tampouco a realidade das normas e valores, mas a realidade de Deus na sua revelação em Jesus Cristo... O problema da ética cristã é a concretização da realidade reveladora de Deus em Cristo entre suas criaturas, assim como o problema da dogmática é a verdade da presença reveladora de Deus em Cristo".[5]

3. Evangélica

Além de teológica e cristã, nossa ética também é evangélica. Com isso, desejamos enfatizar que nossa reflexão ética parte do evangelho, das boas novas que Jesus Cristo pregou e viveu. O fundamento não é a igreja, mas tão somente o evangelho confiado à igreja. Então, a ética cristã não é uma mera abordagem religiosa ou filosófica, pelo contrário, surge da revelação, compreensão e interpretação do evangelho. "O evangelho de Jesus Cristo é o coração da mensagem, como também seu elemento unificador. A Escritura é a fonte, o registro inspirado do amor expiatório de Deus por nós, em Jesus Cristo. É também a revelação de Sua vontade para nós. Para saber o que deveríamos fazer ou evitar na vida, como também em que acreditar, consultamos a Bíblia. Tanto a ética como a teologia evangélica deveriam ser solidamente baseadas nas Escrituras. A Bíblia é a única fonte e norma de ensino e prática cristã".[6]

- E -
SISTEMAS ÉTICOS

Haverá leis e princípios regendo a ética cristã? Se houver, serão normas absolutas ou relativas? Será que a ética cristã fundamenta-se exclusivamente na liberdade responsável do servo de Deus, permitindo-lhe, numa situação concreta, decidir de modo original através da iluminação do Espírito Santo de Deus, ou será que prevalece a autonomia ou a teonomia?

Se a ênfase primária estiver na lei, cairemos no legalismo; se estiver na liberdade, teremos o antinomismo. Mas se enfatizarmos Deus, não estarão excluídas nem a liberdade, nem a lei e nem a situação original. Consideremos cada um dos sistemas separadamente.

A *ética legalista* consiste em dar prioridade a um conjunto de regras e leis pré-fabricadas que é supostamente capaz de orientar, não pelo espírito de seu sentido, mas pela letra morta de sua formulação, pela conduta mecânica e pela obediência cega do homem em cada situação. A moralidade legalista é em grande parte negativa. Ser um cristão bom e fiel significa *não* fazer diversas

coisas. O resultado é que a vida cristã se torna triste, negativa, proibitiva e bastante limitada. Nesse sistema, a ênfase recai sempre sobre os pecados do corpo.

Essa moralidade tende a sufocar a individualidade e a criatividade na conduta. O indivíduo limita-se a observar regras, códigos e normas já estabelecidas, não levando em conta o contexto das resoluções e ações, nem a situação em que as decisões foram tomadas, caindo no externalismo. O legalismo preocupa-se em primeiro lugar com aquilo que o ser humano faz, negligenciando o que ele deveria fazer. Outra característica do legalismo é a anticriatividade: ele nunca permite que a novidade da ética ultrapasse a letra da lei. O legalismo é fortemente condenado por Jesus Cristo: "Jeitosamente rejeitais o preceito (mandamento) de Deus para guardardes (observardes) a vossa própria tradição" (Mc 7.9).

Se negamos a validade da lei moral de Deus como revelada no decálogo e afirmamos apenas a liberdade pessoal, corremos o grave perigo de cair em outro extremo.

A *ética antinômica* ("antinomismo" significa falta de lei) permite que cada indivíduo se torne sua própria diretriz e norma, tomando decisões morais sem levar em conta qualquer princípio ou padrão, o que conduz ao libertinismo. Bertrand Russel, Jean Paul Sartre e, principalmente, a Escola de Frankfurt (H. Marcuse), J. A. T. Robinson e J. Fletcher posicionam-se contra o valor moral absoluto. J. Fletcher, o pai da "nova moralidade", opõe-se categoricamente aos absolutos morais.[7] Em vez disso, propõe uma ética situacional determinada pelo princípio do amor e pela situação.[8] Com essa sua filosofia, Fletcher erra por quatro razões. Primeiro, por relativizar a revelação da suprema vontade moral de Deus expressa no decálogo. Segundo, por valorizar o homem em demasia, atribuindo-lhe uma consciência sempre sensata. O terceiro erro do situacionismo ético é a falta de uma metafísica profunda, de uma moral fundamentada num Deus transcendental que revela Sua vontade ao homem nas Sagradas Escrituras. A quarta falha da ética situacional de Fletcher torna-se evidente na experiência pastoral, que comprova que uma "ética que opera apenas com amor e situação é irrealista e impraticável".[9]

A *ética teonômica* é aquela em que Deus, ou mais especificamente, o Deus da Bíblia é o elemento decisivo nas resoluções éticas do cristão. Não compreendemos a teonomia em termos de simples legalização bíblica de natureza mecânica, em que o homem deve apenas render obediência e submissão cega, incondicional. Mas a teonomia obedece a Deus, tendo uma noção de resposta, de relacionamento pessoal, de comunhão entre Deus e o homem numa realidade comunitária. Centralizamos Deus, e o homem em Deus é um ser livre e responsável, capaz de dialogar com Ele, responder à Palavra de seu Criador e Salvador, que a ele se dirige (Gl 5.6; 6.15). Viver como nova criatura de Deus (2 Co 5.15) e viver na lei de Cristo são os princípios da ética teonômica.

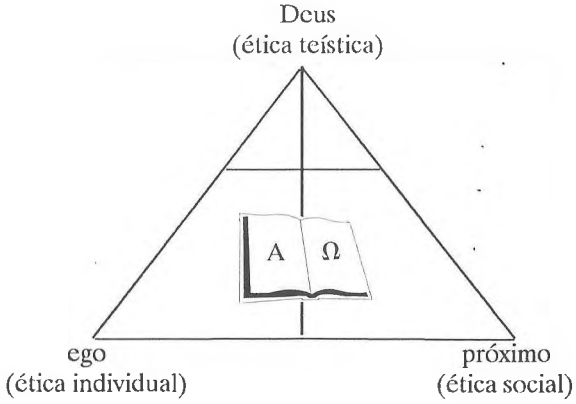
- F -
RELAÇÕES BÁSICAS DA ÉTICA CRISTÃ

O teólogo luterano Otto Dilschneider afirma que a "ética evangélica tem a ver com a personalidade do ser humano e tão somente com ela. Todas as outras coisas deste mundo permanecem intocadas por esse *ethos* evangélico. As coisas do mundo não entram em sentido ético na zona de exigência dos imperativos éticos".[10]

Essa perspectiva é extremamente individualista e protecionista. Ela mantém o *status quo* da sociedade, pois o cristão não pode se conformar com a comunidade onde vive; pelo contrário, deve cumprir sua função de ser sal e luz, a fim de transformá-la através da presença real do Cristo, que determina suas relações com as estruturas sociais mundiais, nacionais, estaduais, municipais e domésticas e com seu próprio Criador.

A ética cristã verdadeiramente evangélica considera que o senhorio de Cristo é uma realidade presente na vida dos renascidos (2 Co 5.15; 10.5; Gl 2.20). Estes proclamam e vivem o senhorio de Cristo em todas suas relações interpessoais. Quando Zaqueu aceitou o Senhor Jesus como Salvador, não mudou apenas seu relacionamento com Deus, mas também com o próximo. Ele pagou restituições de até 400% às pessoas a quem havia enganado antes de sua conversão (Lc 19.8).

Por isso a ética cristã envolve várias relações básicas que podem ser agrupadas em forma trigonal, cujo centro é a perfeita revelação da Palavra de Deus.



Partindo deste quadro, podemos ver que a ética cristã trabalha com as seguintes relações básicas:

1. Ética individual (ego—ego): auto-conservação, cultura própria, direção própria;
2. Ética social (ego—próximo):
   .a) ética social geral: deveres do indivíduo para com a sociedade (trabalho, trânsito, raça, cultura, política, economia, viúvas, viciados, menores, hospitais, relações nacionais e internacionais); e
   b) ética doméstica: relação matrimonial, relação paternal e filial, relação trabalhista;
3. Ética teística (ego—Deus): devoção do intelecto a Deus, devoção do coração a Deus (1 Ts 5.23), devoção da vontade a Deus.

- G -
RAZÕES PARA A ÉTICA CRISTÃ

Neste capítulo investigaremos as razões ou justificativas para a ética cristã, o porquê de analisá-las e o modo como considerá-las. Estudaremos também como tais razões influenciam a conduta humana.

Destacamos quatro motivos para fazer ética cristã:

1. O motivo antropológico

Do ponto de vista antropológico, a ética é indispensável porque faz parte da experiência humana. O homem está se desenvolvendo, está se decidindo diariamente. O desenvolvimento do homem torna-se evidente na cultura, na tecnologia moderna, no crescimento populacional das cidades, na agropecuária. Em tudo isso temos provas de que ele continua a progredir e a se definir. O homem é um ser indefinido. Não vive na dependência do instinto como o animal, mas também não sobrevive totalmente livre dele. Na realidade, ele vive no meio, entre a liberdade e a dependência do instinto. Portanto, as boas intenções fazem parte do ser humano. O homem desenvolve-se de *homanitas* (mínimo de humanidade) para *humanitas* (máximo de humanidade).

É necessário lembrar que, em todos os lugares onde existem seres humanos, eles diferenciam entre o certo e o errado, entre o bem e o mal. Não existe nenhum povo que não faça distinção entre o que é aprovado e o que é condenado. O homem mais primitivo, tal como o mais civilizado, julga suas decisões.

2. O motivo sociológico

Uma sociedade precisa de estrutura e ordem para sobreviver. O indivíduo precisa limitar suas ações em favor do próximo: sinais de trânsito, relações

paternais, questões matrimoniais, convivência comunitária. O homem precisa refletir sobre seus próprios atos e atitudes para sobreviver, e isso independe de cultura, educação, nível social, religião ou ideologia.

3. O motivo teológico

Em todos os homens existe uma consciência fundamental do bem e do mal (lei da criação). Bom é o que visa o bem-estar, mau é o que o impede. Todos os homens com bom senso concordam com o fato de que é necessário promover o bem-estar. O problema é definir em que isso consiste e como promovê-lo.

A pregação do evangelho não só tem seu ponto de partida no vácuo da ética do homem, mas também retrata este vazio a fim de prepará-lo e conscientizá-lo para receber uma nova mentalidade e consciência formadas pela Bíblia. Isso se torna necessário porque o alvo do evangelho é tornar justo o pecador. Mas para o homem receber a justificação pela fé em Cristo Jesus, ele precisa primeiro ouvir o evangelho, a fim de reconhecer sua culpa e perdição diante de Deus. Na prática, isso significa que, além do evangelho, deve-se pregar também a lei que conduz a Cristo. Paulo declarou: "De maneira que a lei nos serviu de aio para nos conduzir a Cristo, a fim de que fôssemos justificados por fé" (Gl 3.24).

4. O motivo individual e natural

Todo indivíduo é sensível, tem sentimentos pessoais, tem consciência daquilo que considera certo. Essa consciência de uma justiça geral é comum em todas as culturas do mundo. Somos quase cegos em relação a nós mesmos, mas somos altamente sensíveis em relação ao próximo. Nós nos justificamos sempre, mas acusamos o outro. O fato de alguém ficar com raiva do próximo é uma prova da consciência individual, da existência de regras individuais de conduta: é uma prova da necessidade de fazermos ética e uma razão para fazê-la.

Dentro da filosofia e da ética, esse fenômeno recebe o nome de direito ou conhecimento natural, ou lei natural (do latim *lex naturæ*).

Será que a Bíblia fala a respeito do direito natural ou da lei natural, uma lei partilhada por todos, gravada por Deus no íntimo do coração humano? Qual a passagem bíblica clássica que apóia a idéia da lei natural? "Quando, pois, os gentios que não têm lei, procedem por natureza de conformidade com a lei, não tendo lei, servem eles de lei para si mesmos. Estes mostram a norma da lei gravada nos seus corações, testemunhando-lhes também a consciência, e os seus pensamentos mutuamente acusando-se ou defendendo-se" (Rm 2.14, 15).

- H -
OS USOS DA LEI DE ACORDO COM A REFORMA

Apesar de termos caído e pecado, este conhecimento natural de Deus não foi aniquilado: ele foi deturpado. Calvino ensinou que no homem encontram-se apenas as ruínas da imagem de Deus. Ele não disse que já não se pode encontrar nada, mas sim que são ruínas. Afinal, fomos criados à Sua imagem (Gn 1.27); e, mesmo caídos, continuamos sendo criaturas de Deus, amadas por Ele. Daí surge uma das doutrinas fundamentais da Reforma Protestante: aquela concernente à lei e ao evangelho, como articulada na *Fórmula da Concórdia* (luteranismo) ou nas *Institutas* (calvinismo).

1. Usus politicus (usus legis civilis)

Nesse caso, a lei serve como orientação, regendo a vida política e civil de uma sociedade. Tal função da lei pode ser comparada a um trinco ou ferrolho: ela evita que a porta fique escancarada, ou seja, impede o homem de fazer o que bem entende. Aqui se fala da utilidade pública da lei até a história humana chegar a seu fim por intervenção divina.

No conceito de Calvino, este uso ou ofício político é necessário para que o homem e a comunidade tenham tranqüilidade, e para impedir a desordem e o caos.[11]

2. Usus elenchthicus legis (theologicus)

A segunda função da lei moral de Deus é ser um apelo à conversão, ou seja, revelar os pecados do homem e levá-lo a Cristo. Este uso pode ser comparado a um espelho.[12]

F. Melanchthon escreveu repetidas vezes na *Confissão de Augsburgo* e na *Apologia à Confissão de Augsburgo* que a lei sempre acusa (*lex semper accusat*).[13] Isto significa que Deus usa a lei para nos mostrar que somos pecadores perdidos, revelando nossa situação desesperadora ante a santidade dEle (Rm 3.19, 20).

Enquanto o legalista acredita que a lei é um meio pelo qual o homem pode justificar-se, o cristão crê que a função fundamental da lei é revelar nossos pecados e conduzir-nos a Cristo. Por isso, esse uso da lei recebeu também o nome de *usus paedagogicus*: a lei é um pedagogo que nos leva ao Salvador (Gl 3.24). Aqui, portanto, a função da lei é fazer um apelo à conversão e um chamado ao arrependimento, calando toda boca e tornando todos culpáveis

diante da santidade de Deus. Traz, assim, o pleno conhecimento do pecado do homem (Rm 3.19, 20).

3. Usus tertius in renatis

O uso da lei para os renascidos pode ser comparado a uma regra. A principal função é orientar os cristãos em sua conduta moral. A lei não foi eliminada, pelo contrário, foi consolidada para o cristão. Quando se diz que a lei foi cumprida em Cristo porque Ele é o fim da lei (Rm 10.4), isto significa que o pecador recebe a justificação e a libertação da maldição da lei, mas não significa que a lei deixou de ter validade moral. Por isso, o apóstolo Paulo pergunta em Romanos 3.31: "Anulamos, pois, a lei, pela fé? Não, de maneira nenhuma, antes confirmamos a lei". A validade moral da lei precisa ser confirmada, mas não se deve cair no legalismo ou no antinomismo. "Embora a lei não seja nosso salvador, ela é nosso guia. Embora ela não seja *foedus*, uma aliança de vida, ela é *norma*, a regra da vida."[14]

Com *usus tertius in renatis*, Melanchthon "queria dizer que mesmo os regenerados estão subordinados à lei, e que na pregação da lei encontram uma norma e regra de conduta para suas vidas. Necessitam da lei para obter apoio e direção, pois estão afligidos por fraquezas e caem com facilidade".[15]

Já para Calvino, "o terceiro uso (ou ofício) da lei, que é o principal, e convém propriamente ao fim para o qual foi ela dada, tem lugar entre os fiéis, no coração dos quais o espírito de Deus tem já Seu reino e Seu vigor. Pois que, embora tenham a lei escrita no coração pelo dedo de Deus, isto é, embora tenham esta disposição pela direção do Espírito Santo, que desejam submeter-se a Deus, contudo, tiram duplo proveito da lei, por isso que ela lhes é um ótimo instrumento para fazê-los entender melhor e mais precisamente, dia a dia, qual é a vontade de Deus, a que aspiram, e firmá-los no conhecimento desta".[16]

- I -
O LUGAR E A FUNÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA ÉTICA CRISTÃ

Em meio ao povo evangélico, existem muitas interpretações errôneas quanto ao lugar e à função da consciência. Isso resulta da falta de ensino adequado e da carência de pesquisa bíblica consciente, além da influência do secularismo.

1. No Antigo Testamento

"O Antigo Testamento não tem nenhuma palavra especial para o fenômeno da consciência... Isto pode se dever a uma compreensão diferente da natureza, comparada com a dos gregos. Para os israelitas da antiga aliança, o problema da atitude do homem para consigo mesmo era de menos significância do que sua atitude para com Deus. Preocupava-se mais com sua responsabilidade diante de Deus do que com a exploração da sua auto-consciência... Isto não significa que o Antigo Testamento nada sabe acerca da realidade de uma consciência atormentada... O que conta é a voz do Juiz divino, que exige que o homem preste conta dos seus atos. A função da consciência é atribuída ao coração. Assim, o coração de Davi feriu-o, para lembrá-lo da sua culpa (1 Sm 24.6; 2 Sm 24.10). Convocou-o ao arrependimento e ao remorso. Sl 51.10 que era, conforme seu título nos informa, um Salmo de Davi escrito depois do seu adultério com Batseba, contém a petição: 'Cria em mim, ó Deus, um coração puro, e renova em mim um espírito inabalável' (51.10)."[17]

Portanto, não podemos elaborar uma doutrina bíblica da consciência partindo do Antigo Testamento. Isso comprova que a idéia de consciência é estranha ao povo de Deus. O judeu piedoso julgava seus atos pelo ensino moral de Javé, e não pela consciência. Esse fato não significa que o Antigo Testamento desconhece a realidade universalmente humana de *conscientia consequens* (aprovação ou rejeição do ato moral depois de consumado). Mas tal fenômeno universal é atribuído ao coração (1 Sm 24.6; Jó 27.6; Sl 17.3; 51.19).

2. Na cultura grega

O substantivo *syneidēsis* ("estado consciente", "consciência") e o verbo *synoida* ("compartilhar o conhecimento de", "ter conhecimento juntamente com", "ser inteirado de", "ser consciente") eram amplamente usados e bem desenvolvidos na antiga Grécia. "Originalmente, *syneidēsis*, segundo parece, se focaliza sobre conhecimento: na capacidade de relacionar algo consigo mesmo, especialmente quando a pessoa evoca o seu próprio passado. Este rememorar não se limitava ao averiguar dos fatos, e, sim, levava às avaliações e julgamentos a respeito dos critérios do bem e do mal. Assim, a palavra adquiriu, paulatinamente, o sentido corrente moral de 'consciência'."[18]

Na cultura grega, a principal função da consciência era a de fazer o *homo sapiens* viver em conformidade com a natureza e com aquilo que ele acha moralmente correto, como se fosse uma espécie de tribunal crítico de apelação dentro do ser humano.

Percebemos que a origem e o desenvolvimento da idéia de consciência é greco-pagã. O cristão que leva a sério a revelação divina tem suas reservas quanto a qualquer substitutivo ou mecanismo moral que possa, por mais belo e natural que seja, usurpar as eternas verdades normativas e extra-humanas. Em primeiro lugar, o cristão é responsável diante de Cristo e de Sua eterna Palavra, e não diante de uma idéia cultural grega.

3. Na época intertestamentária

A doutrina da consciência começa com o filósofo judeu Filo. Para ele, a consciência é uma entidade normativa formada pela lei de Deus. Sua tarefa é convencer, reprovar e desmascarar o homem, tornando-o consciente do pecado e conduzindo-o ao arrependimento.

Embora encontremos muita semelhança entre o ensino de Filo e o de Paulo, precisamos ter cautela para não reduzir as "palavras de Deus" e a "revelação de Deus" a um testemunho interior natural. Na fé cristã, quem convence, reprova e desmascara é a Palavra de Deus, que vem a nosso encontro. Filo fez uma síntese entre a tradição grega e o ensino neotestamentário, mas reflete forte influência das filosofias gregas.

4. No ministério público de Jesus Cristo

É extremamente revelador o fato de Jesus Cristo nunca usar a terminologia grega ou o conceito de Filo, nem empregar o termo "consciência". O substantivo *syneidēsis* só ocorre em alguns manuscritos de João 8.9, mas, mesmo assim, não saiu da boca de Jesus.

No que diz respeito à problemática da consciência, Jesus segue a tradição judaica, e não a influência preponderante da cultura grega ou os filósofos contemporâneos. Ele faz valer os dez mandamentos (Mt 5.17-20) como norma e refere-se ao julgamento final de Deus (Mt 10.15; 12.36.41; Jo 5.29), que discernirá entre o bem e o mal.

5. No ensino do apóstolo Paulo

Das 30 ocorrências do substantivo *syneidēsis* no Novo Testamento, 20 são atribuídas a Paulo em suas epístolas (Rm 2.15; 9.1; 13.5; 1 Co 8.7, 10, 12; 10.25, 27, 28, 29; 2 Co 1.12; 4.2; 5.11; 1 Tm 1.5, 19; 3.9; 4.2; 2 Tm 1.3; Tt 1.15) e duas em Atos (23.1 e 24.16).

Uma análise dessas referências mostra cinco aspectos diferentes a considerar: (1) Paulo não oferece uma doutrina sistemática da consciência; (2) para Paulo, a consciência é um dos quatro órgãos de discernimento, juntamente

com o coração, os pensamentos e as opiniões (Rm 2.15; 14.1); (3) Paulo relaciona a consciência com a fé (1 Tm 1.5, 19; 3.9), com o Espírito Santo (Rm 9.1) e com a revelação de Deus (2 Co 4.2). Portanto, a consciência não é autônoma, solta, independente, mas interdependente com a fé salvadora, com o Espírito Santo e, de modo especial, com a revelação de Deus; (4) Paulo faz distinção entre três tipos de consciência: (a) a consciência pagã e maculada, que é uma espécie de lei (Rm 2.14, 15; 1 Tm 4.2; Tt 1.15); (b) a consciência cristã libertada pelo Espírito Santo, que remove a culpa e concede a certeza da salvação (Rm 8.14-16), e que é, portanto, pura e boa, tendo sido santificada por Cristo (1 Tm 1.5; 3.9; 2 Tm 1.3); (c) a consciência cristã fraca ou sensível (1 Co 8.7), que deve ser respeitada; e (5) Paulo atribui três funções básicas à consciência cristã: acusação, libertação e testemunho (Rm 9.1; 1 Co 4.4; 2 Co 1.12; 1 Tm 1.5; 3.9; 2 Tm 1.3).

No que diz respeito à consciência, portanto, o ensino paulino traz cinco pontos que devem ser considerados na ética cristã: (1) a consciência não é expressão, forma ou sentimento de auto-determinação ou auto-apreciação, ao contrário do que postulam o racionalismo e o idealismo pós-reforma; (2) a consciência é a premonição ou o conhecimento prévio do julgamento divino sobre o homem (Rm 2.15), mas nunca o julgamento em última instância; (3) a consciência cristã não se relaciona com o ego de forma independente, mas é Deus quem penetra no ego que Ele criou e regenerou; (4) ao se expor à pregação do evangelho, a consciência natural do homem é despertada para o bem (Rm 2.15; 2 Co 1.12; 4.12; 5.11); e (5) a consciência não é capaz de transmitir o conhecimento pleno de Deus, apenas a noção de sua existência (Rm 2.14, 15).

6. No ensino das cartas de Pedro e aos hebreus

Pedro mostra de maneira singular a relação entre consciência e Deus, ou seja, a consciência sob a obediência divina. Para o apóstolo, a consciência cristã está subordinada a Deus, *hē syneidēsis theou*, e pode servir como termômetro (1 Pe 3.21).

Já o autor da carta aos hebreus mostra que a consciência do homem precisa ser purificada pelo sangue de Cristo: "... muito mais o sangue de Cristo que, pelo Espírito eterno, a si mesmo se ofereceu sem mácula a Deus, purificará a nossa consciência de obras mortas para servirmos ao Deus vivo" (Hb 9.14). Veja também Hebreus 9.9; 10.22.

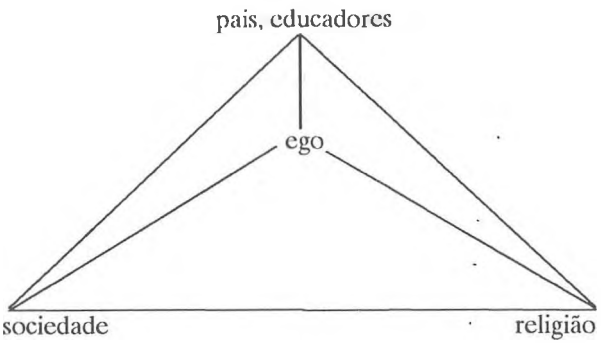
Para eles, a consciência leva as marcas do pecado, da transgressão, e, por isso, precisa ser purificada pelo sangue de Cristo para se tornar um valioso instrumento de avaliação. Só uma consciência purificada por Cristo pode nos capacitar para o serviço do Deus vivo (Hb 9.14).

Daí, concluímos com C. Brown que a consciência "é apenas uma parte da nossa constituição moral. Sua obra, em grande medida, é negativa. Como dor

que sentimos quando fazemos alguma coisa errada, age como luz vermelha de advertência. Serve como tipo de averiguação moral das nossas ações. Opera mormente na base da experiência. Precisa ser educada e cuidadosamente zelada... Inclui o poder de discernimento e da reflexão racional que capacita a mente a analisar situações e ações, para discernir valores e princípios morais, a capacidade para ouvir e aplicar a Palavra de Deus às nossas vidas..."[19]

7. No idealismo

Já vimos que o termo *consciência* (*syneidēsis* em grego e *conscientia* em latim) não é de origem bíblica, mas evoluiu na cultura grega. Originalmente, a palavra nem tinha conotação religiosa. O prefixo *syn* não é o conhecimento *com* Deus, mas o conhecimento *consigo* mesmo. Esse conhecimento recebeu sua primeira expressão moral na escola estóica. Provavelmente, foi o apóstolo Paulo quem introduziu o termo no pensamento cristão, ao dialogar com a igreja de Corinto. A partir do terceiro século da era cristã, a palavra *consciência* recebe mais peso. Agostinho emprega-a em termos psicológicos e, aos poucos, ela se torna popular no pensamento filosófico humanista e até na vida diária. Hoje, sabemos que a consciência é formada pela influência dos pais, dos professores e educadores, da sociedade e da religião.



No idealismo ético, o conceito de consciência recebeu uma nova dimensão com o filósofo alemão J. G. Fichte (1762-1814). Fichte foi fortemente influenciado pelo racionalismo de Leibniz, pela dialética de seu professor E. Kant, bem como pelos acontecimentos dramáticos da revolução francesa.[20] Fichte desenvolveu os princípios fundamentais do nacionalismo alemão, onde o eu, o sujeito, o espírito e a consciência receberam a mais alta posição e

consideração ao longo de toda a história da filosofia. No pensamento de Fichte, a consciência é uma discriminação *natural* entre o bem e o mal, capaz de tomar decisões morais que provocam auto-satisfação ou insatisfação. A consciência também é *categórica*, o que significa que só conhece dois resultados: é culpada ou inocente; não existe uma terceira opção. Dessa maneira, ela se torna a maior instância de julgamento. Além de natural e categórica, no idealismo a consciência também é uma realidade extremamente *individual*. Nenhum outro homem pode ter minha consciência e, com este postulado subjetivo, a consciência individual também se torna absoluta para os outros. Por isso Fichte refere-se também ao *absolutismo* da consciência. Nem circunstâncias, nem o Estado, nem Deus têm o direito de julgar a consciência de alguém.[21] Eis a razão do adágio de Fichte: "A consciência nunca erra e nunca pode errar".[22]

O idealismo ético de J. G. Fichte preparou o terreno para a Revolução Francesa e alimentou fortemente o nacionalismo alemão que causou a morte de milhares de pessoas, em duas guerras mundiais. Os nazistas julgados no processo de Nuremberg alegaram que mataram os seis milhões de judeus com uma boa consciência, porque os judeus não pertenciam à raça ariana.

A Bíblia põe fim ao idealismo ético ao ensinar que a consciência precisa ser purificada (Hb 9.14). Embora seja uma entidade de discernimento, a ética cristã lhe atribui caráter secundário e subordinado. A revelação da vontade de Deus nas Sagradas Escrituras, e não a consciência natural, é a norma para o agir do homem cristão e o objeto de reflexão apropriado para a elaboração da ética cristã.

- J -
A RELAÇÃO ENTRE A TEOLOGIA SISTEMÁTICA E A ÉTICA CRISTÃ

Já mostramos que a ética cristã é uma disciplina teológica que não pode ser totalmente fundida nem separada da teologia sistemática. Existe uma dependência mútua entre ambas. O ser e o fazer estão implícitos no crer, bem como o verdadeiro crer influencia o ser e resulta no fazer. Uma disciplina não existe sem a outra. A ética cristã é edificada firmemente sobre a teologia sistemática, isto é, emana dela. Por outro lado, a teologia sistemática que não almeja a ética cristã não merece o nome: é teologia morta. Uma teologia sistemática que ignora a ética cristã pode ser comparada a um edifício composto só de alicerces, sem alvenaria, telhas, reboque e acabamento. A teologia sistemática reflete-se no credo teórico, sistemático, analítico, no ensino da revelação divina, enquanto a ética cristã mostra-se na vivência prática, diária, na contextualização da revelação divina.

Encontramos vários versículos na Bíblia que enfatizam tanto a teologia sistemática quanto a ética cristã (Gl 2.20; Ef 2.8-10; Cl 1.21-22; Tt 2.14; 1 Tm

6.3). Esses versículos combinam verdades doutrinárias a respeito da salvação de Cristo com os compromissos humanos em resposta à salvação recebida em Cristo. Percebe-se esta combinação gramaticalmente, através da preposição *para*, que no grego introduz o dativo de vantagem. O exemplo clássico dessa relação mútua entre ação divina e resposta humana, entre teologia sistemática e ética cristã está em 2 Coríntios 5.15:

Teologia Sistemática	*Ética Cristã*
"E ele morreu por todos,	para que os que vivem não vivam mais para si mesmos, mas para aquele
que por eles morreu e ressuscitou".	

A teologia sistemática ensina que a verdadeira fé salva, enquanto a ética cristã afirma que sem santificação ninguém verá a Deus. A primeira dá ênfase ao crer, a segunda salienta o viver com Cristo. Uma representa a cabeça, a outra o coração da revelação divina. Ambas as disciplinas teológicas preocupam-se com aquilo que Deus revelou na Bíblia.

Para o líder da reforma protestante de Genebra, João Calvino, o crer e o viver cristão, a doutrina e a moral cristã representam, em conjunto, a revelação de Deus para o homem. A união, dependência, interdependência e correlação entre a teologia sistemática e a ética cristã tornam-se tão evidentes em suas famosas *Institutas* que ele se refere primeiro à função doutrinária da lei moral de Deus (*usus theologicus* ou *usus elenchticus*), isto é, levar o pecador ao arrependimento e à fé em Jesus Cristo, para logo em seguida afirmar que o principal uso ou ofício da lei moral de Deus é servir como guia moral para o cristão.[23] O teólogo alemão K. Bockmühl, ao refletir sobre o conteúdo da ética na fé cristã, levanta a pergunta: o que significa a prática da fé no sentido cristão? Onde e como ela se concretiza? Em suas considerações, Bockmühl responde que a ética cristã tem como alvo primário a mudança do homem, isto é, a reprodução da obra divina na renovação do homem, como se vê na história de Zaqueu. A ética cristã é a reprodução prática do encontro com Deus, da nova vida, é a restituição daquilo que foi roubado e a beneficência para aqueles que nada têm.[24] Ética, na dimensão cristã, significa também guardar os mandamentos. Paulo prova que as expressões "guardar os mandamentos" e "ser nova criatura" são idênticas (Gl 6.15; 1 Co 7.19).[25] Nisso se vê novamente a nítida relação entre *tornar-se* nova criatura, que faz parte da teologia sistemática, e *ser* nova criatura no guardar dos mandamentos, que faz parte da ética cristã. O grande exegeta pietista Albrecht Bengel escreveu com muita razão: *Efficacia christianae religionis, argumentum veritatis* ("A eficiência da fé cristã é a prova de sua verdade").[26] Não é para isso que Paulo se esforçou? A

teologia sistemática de Paulo não tinha uma finalidade ética? "Cristo em vós, a esperança da glória; o qual nós anunciamos, advertindo a todo homem e ensinando a todo homem em toda a sabedoria, a fim de que apresentemos todo homem perfeito em Cristo; para isso é que eu também me afadigo, esforçando-me o mais possível, segundo a sua eficácia que opera eficientemente em mim" (Cl 1.27-29).

Concluímos, pois, que uma teologia sistemática sólida leva o homem a uma ética cristã firme. A crença verdadeira conduz a uma vivência adequada; a ortodoxia e a ortopraxia não se excluem, mas juntas representam a revelação do plano e da vontade de Deus para o homem.

Perguntas para estudo

1. Explique por que falamos de duas exigências ou categorias éticas.
2. Cite os outros nomes que nossa disciplina recebeu antes que se firmasse a terminologia usada atualmente.
3. Mencione as diferenças básicas entre a ética cristã e a ética secular.
4. Defina, de maneira breve e clara, o que é ética cristã.
5. Por que a ética cristã é uma disciplina teológica? Explique em aproximadamente meia página.
6. Qual é a metodologia que usamos para fazer ética cristã?
7. Qual a importância da centralidade de Cristo na ética cristã?
8. Caracterize em poucas palavras a ética legalista.
9. Quais as características da ética autonômica?
10. Por que a verdadeira ética cristã não é legalista nem autonômica?
11. Explique por que a ética da situação proposta por J. Fletcher não funciona na prática.
12. Quais são as três relações básicas da ética cristã?
13. Como se pode dividir a ética individual?
14. O que compreendemos por relação paterno-filial?
15. Explique o que significa ética teística.
16. Quais as quatro razões para fazermos ética cristã?
17. Em que sentido o motivo antropológico é uma razão para a ética cristã?
18. O que entendemos por motivo sociológico como razão para a ética cristã?
19. Explique a importância de Romanos 2.14, 15 para a ética cristã.
20. Explique o que é o tríplice uso da lei conforme as *Institutas* e a *Fórmula da Concórdia*.
21. Por que o Antigo Testamento não emprega nenhuma palavra específica para o fenômeno da consciência?
22. Explique como se desenvolveu o conceito de consciência.
23. Como Jesus encara a questão da consciência?
24. O que Paulo ensina sobre a consciência?
25. Explique com argumentos bíblicos por que a consciência é uma realidade secundária em relação à revelação divina.
26. Quem era J. G. Fichte?
27. Como o idealismo filosófico alemão apresenta o fenômeno da consciência?

28. Quais foram as conseqüências trágicas do idealismo alemão para a história do século XX?

Notas

1. Alguns dos teólogos que usam o termo ética são: P. Althaus, *Grundriss der Ethik*, Gütersloh, 1953[2]; W. Trillhaas, *Ethik*, Berlim, 1965; A. de Quervain, *Ethik*, vols. I - III, Zurique, 1942, 1945, 1953. Thielicke prefere o nome ética teológica: H. Thielicke, *Theologische Ethik*, vols. I - IV, Tübingen, 1958. Os teólogos que optam pela terminologia ética cristã são H. Schrey ed., *Christliche Ethik*, Göttingen, 1961; N. H. Søe, *Christliche Ethik*, Munique, 1949[3]; N. L. Geisler, *Ética Cristã, Alternativas e Questões Contemporâneas*, São Paulo, Vida Nova, 1984; e H. H. Barnette, *Introducing Christian Ethics*, Nashville, 1961.

2. P. Wailler da Silva, *Ética Cristã*, Rio de Janeiro, JUERP, 1987, p. 11.

3. B. Haering, *Livres e Fiéis em Cristo, Teologia Moral Geral*, vol. I, São Paulo, 1984, p. 14.

4. Para uma boa introdução à questão da ética cristã como disciplina teológica recomenda-se a leitura de N. H. Søe, *op. cit.*, pp. 8-12.

5. D. Bonhoeffer, *Ética*, São Leopoldo, Sinodal, 1988[2], p. 108.

6. M. L. Rudnick, *Ética Cristã para Hoje: Uma Perspectiva Evangélica*, Rio de Janeiro, JUERP, 1988, p. 15.

7. Uma avaliação completa e crítica do ponto de vista evangélico e absolutista encontra-se em K. Bockmühl, *Gott im Exil? Zur Kritik der "Neuen Moral"*, Giessen, 1975, e K. Bockmühl, *Sinn und Unsinn der "Neuen Moral"*, Giessen, 1975.

8. J. Fletcher, *Situation Ethics*, Filadélfia, 1966.

9. B. Haering, *op. cit.*, p. 330.

10. O. Dillschneider, *Die evangelische Tat*, Bertelsman, 1940, p. 87.

11. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 119.

12. A. Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990, p. 291; J. Calvino, *op. cit.*, p. 116.

13. F. Melanchthon, *Confessio Augustana*, Versão Latina, 1530, 185, 53, e *Apologia da Confissão de Augsburgo*, Versão Brasileira, 4 u.ö, citado por K. Bockmühl, *Gesetz und Geist, Eine kritische Würdigung des Erbes protestantischer Ethik*, Giessen/Basel, 1987, p. 150.

14. T. Watson, *The Ten Commandments*, Edimburgo, 1986, reimpresso de *A Body of Practical Divinity*, 1692.

15. M. Lutero, citado por B. Hägglund, *História da Teologia*, São Leopoldo, Sinodal, 1981, p. 215.

16. J. Calvino, citado por A. Biéler, *op. cit.*, p. 292.

17. C. Brown, "Consciência", *in*: *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, vol. I, São Paulo, Vida Nova, 1983, p. 490.

18. *Ibid.*, p. 489.

19. *Ibid.*, p. 493.

20. Core e Mori, *Enciclopédia Mirador Internacional*, vol. 9, São Paulo/Rio de Janeiro, 1980, pp. 4575, 4629.

21. Uma excelente introdução ao fundo histórico e pensamento de J. G. Fichte encontra-se nos dois volumes de X. Léon, *Fichte et son temps*, Paris, 1922-1927. As principais obras de J. G. Fichte apresentando seu sistema filosófico são: *Versuch einer Kritik aller Offenbarung*, Alemanha, 1792; *Darstellung der Wissenschaftslehrer*, Alemanha, 1801; *Reden an die deutsche Nation*, Alemanha, 1807-1808. Um resumo conciso sobre a consciência no pensamento de J. G. Fichte encontra-se em N. H. Søe, *op. cit.*, 1965[3], pp. 26-31.

22. Citado por N. H. Søe, *op. cit.*, p. 28.

23. J. Calvino, *op. cit.*, p. 121.

24. K. Bockmühl, *Theologie und Lebensführung, Gesammelte Aufsätze*, Giessen, 1982, p. 80.

25. *Ibid.*

26. J. A. Bengel, *Gnomen Novi Testamenti*, Stuttgart, 1742, 2 Co 10.4.

PARTE II

A IMPORTÂNCIA DO DECÁLOGO PARA A ÉTICA CRISTÃ

- A -
INTRODUÇÃO

Neste capítulo, queremos mostrar por que o decálogo é o conteúdo fundamental da ética cristã. Tentamos explicar as reflexões que nos levam a crer e a entender que os dez mandamentos regulam nossa relação com Deus e com o próximo. Uma simples leitura rápida e superficial do decálogo não é suficiente para percebermos sua importância. Só um estudo sistemático e mais detalhado, incluindo as passagens correlatas e os outros textos do Antigo e do Novo Testamento, poderá convencer-nos de sua validade permanente.

- B -
A VALIDADE DOS DEZ MANDAMENTOS PARA A ÉTICA CRISTÃ NO TESTEMUNHO BÍBLICO

"Agora, pois, ó Israel, ouve os estatutos e os juízos que eu vos ensino, para os cumprirdes, para que vivais, e entreis e possuais a terra que o Senhor, Deus de vossos pais, vos dá. Nada acrescentareis à palavra que vos mando, nem diminuireis dela, para que guardeis os mandamentos do Senhor vosso Deus, que eu vos mando. Os vossos olhos viram o que o Senhor fez por causa de Baal-Peor; pois a todo homem que seguiu a Baal-Peor o Senhor vosso Deus consumiu do vosso meio. Porém vós, que permanecestes fiéis ao Senhor vosso Deus, todos hoje estais vivos. Eis que vos tenho ensinado estatutos e juízos, como me mandou o Senhor meu Deus, para que assim façais no meio da terra que passais a possuir. Guardai-os, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo todos estes estatutos, dirão: Certamente este grande povo é gente sábia e entendida" (Dt 4.1-6).

Os dez mandamentos ainda têm validade para nós? Eles só servem para os cristãos ou têm valor para a humanidade também? É justo falar dos dez mandamentos na sociedade moderna? É possível levar em consideração o ensino moral do decálogo para formular uma constituição moderna e atualizada? Os políticos evangélicos devem basear suas propostas morais na lei moral de Deus? Pode-se exigir que todos os cidadãos brasileiros cumpram os princípios éticos do decálogo, sem cair num casuísmo? Qual a validade do decálogo? A quem se aplicam suas verdades morais?

1. Os dez mandamentos valem para o povo de Deus ao qual foram dados (Dt 4.1, 2; Sl 147. 19, 20)

Ao analisarmos os dez mandamentos, precisamos avaliar também o contexto e as circunstâncias históricas. Conforme Êxodo 19.1; 20.21 e Deuteronômio 4.1; 6.9, eles foram dados quando Israel andava no deserto: a primeira vez, estando acampado ao pé do monte Sinai, no início da viagem; e a segunda vez, no fim da jornada, 38 anos mais tarde, antes de entrar em Canaã. Será que o decálogo só vale para o povo que estava junto ao Sinai com Moisés? Observamos que os filhos daquela geração já reclamavam contra os mandamentos e, certamente, só o faziam porque sabiam estar sob essa lei, porque assim lhes ensinaram seus pais. Além disso, notamos que Deus não escolheu apenas uma geração específica: Ele escolheu um povo, dando-lhe os dez mandamentos, fazendo com ele uma aliança, para que fosse portador da promessa divina através dos séculos (Dt 4.12). Portanto, a lei é fundamental para Israel. Israel é a nação escolhida, e o decálogo é o concerto de Deus com essa nação (Dt 4.13).

Lutero já observou um fato importante: os dez mandamentos foram dados ao povo de Israel. Se nos basearmos no contexto imediato, pensamos que eles nada têm a ver com os gentios, porque Israel recebeu-os como povo escolhido por Deus. Mas se os receptores são apenas os judeus, como se explica a presença de uma exposição completa no *Pequeno* e no *Grande Catecismo* de Lutero, nas *Institutas* de Calvino e no *Catecismo Reformado* de Heidelberg? E como explanar sua penetração no seio da igreja e sua pregação nos púlpitos evangélicos do mundo inteiro?

É verdade, o receptor imediato é Israel. Nós não somos Israel no sentido biológico, mas o somos no sentido espiritual, no plano da salvação, como participantes da aliança do Novo Testamento pelo sangue de Jesus Cristo. Como crentes em Cristo, fazemos parte do povo unificado de Deus, do qual fala o apóstolo Paulo em Efésios 2.11, 12. Somos descendentes de Abraão (Gl 3.29), somos verdadeiramente os santos, o povo de Deus (Rm 9.9; 9.25, 26), a raça eleita (1 Pe 2.9), "o novo Israel" (Rm 11.17).

Os renascidos são os santos, a raça escolhida, o povo de Deus (1 Pe 2.9, 10). Assim, os dez mandamentos valem para todo o povo de Deus e, também, para a igreja do Novo Testamento. Moisés não nos importa, mas Jesus nos importa; e Ele reafirma de forma absoluta e categórica as exigências morais dos dez mandamentos:

1) ao falar com o jovem rico, Jesus declara que os dez mandamentos são uma indicação fundamental para a vida (Mt 19.18, citando Dt 4.1);

2) no sermão do monte (Mt 5-7), Jesus não cancela ou anula, mas radicaliza e aumenta as exigências morais dos dez mandamentos (Mt 5.21ss.; Mt. 5.27ss.; Mt 5.31ss.);

3) Jesus afirma explicitamente que não veio para revogar a lei: "Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra. Aquele, pois, que violar um destes mandamentos, posto que dos menores, e assim ensinar aos homens, será considerado mínimo no reino dos céus; aquele, porém, que os observar e ensinar, esse será considerado grande no reino dos céus". (Mt 5.17-19);

4) além disso, Jesus afirma categoricamente: "Até que o céu e a terra passem, nem um i ou til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5.18);

5) ao comissionar os discípulos, Jesus também lhes ensinou que deveriam pregar o evangelho em todo o mundo e que os novos seguidores deveriam ser instruídos a guardar tudo o que Ele lhes tinha ordenado (Mt 28.20); e

6) o apóstolo Paulo afirma que a lei é santa e boa (Rm 7.12).

Daí concluímos que os dez mandamentos são válidos para todos os cristãos de todas as épocas.

2. *Os dez mandamentos são recomendados para todos os homens como expressão clara do bem (Dt 4.6; Ec 12.13)*

"Guardai-vos, pois, e cumpri-os, porque isto será a vossa sabedoria e o vosso entendimento perante os olhos dos povos que, ouvindo todos estes estatutos, dirão: Certamente este grande povo é gente sábia e entendida" (Dt 4.6).

De acordo com este versículo, o decálogo é recomendado para todos os homens. Essa verdade foi reconhecida por Salomão quando ele escreveu: "De tudo o que se tem ouvido, a suma é: Teme a Deus, e guarda os seus mandamentos; porque isto é o dever de todo homem" (Ec 12.13). Tal fato também foi aceito por Paulo em Romanos 2.14, 15. A consciência do bem e do mal é dada a todos, e isto, de tal maneira que reconheçam a validade moral dos dez mandamentos. Para nós, gentios, não é Moisés quem importa, mas a lei de Deus, do Criador.

Em outras palavras, Deus escreveu nos corações dos homens aquilo que revelou aos judeus através de Moisés. Dessa forma, Moisés concorda com a lei natural. A validade moral da segunda tábua (a parte do decálogo que trata do relacionamento entre os homens) é reconhecida em todos os países civilizados. Sua não-observância destrói a vida e mina os princípios de qualquer sociedade.[1]

O contexto dos dez mandamentos afirma exatamente o mesmo: "... ouve os estatutos... que eu vos ensino, para os cumprirdes, para que vivais" (Dt 4.1). Nesses mandamentos, Deus, o Criador, declara a lei da vida. Desse modo eles se tornam uma bênção para os homens, uma bênção de vida. Tornam-se dádivas; e mais, são a aliança que Deus fez com Seu povo (Dt 4.13), e aliança é

promessa, vivência, evangelho. Até os sociólogos do século XX reafirmam a sabedoria da lei, ou, pelo menos, da segunda tábua (Dt 4.6).

Concluímos, pois, que os dez mandamentos não são recomendados apenas para o púlpito, mas também para os tribunais de justiça, os palácios dos governadores e as sedes das prefeituras municipais. Bonhoeffer provou com os escritos confessionais luteranos (*Fórmula da Concórdia*, *Declaração Sólida*, *Epítome*) que é válido aplicar o decálogo tanto aos homens regenerados quanto aos irregenerados.[2]

3. Os dez mandamentos são a moldura da ética cristã

O decálogo é a *moldura* do bem. Mas ele não mostra qual é a melhor coisa, a solução mais correta em situações específicas. O sétimo mandamento, por exemplo, ensina-me a não cometer adultério, mas não mostra com quem me casar. É verdade que testifica a santidade do matrimônio, mas não me conduz automaticamente àquela pessoa cristã, única certa entre mil, com quem eu poderia me casar.

O decálogo é a *moldura*, não o retrato final. A moldura em si é vazia, mas ela firma o retrato que carrega. Usando outra ilustração, podemos dizer que o decálogo é o *alicerce*. O alicerce em si não tem muito valor prático, mas serve como base sólida sobre a qual um edifício pode ser construído.

Lutero usa três outras figuras para descrever as características fundamentais do decálogo. Em seu *Grande Catecismo*, ele ensina: "Temos, pois, os Dez Mandamentos, *modelo* de doutrina divina para o que devemos fazer, a fim de que toda a nossa vida agrade a Deus, e a verdadeira *fonte* e *canal* de onde deve manar e por onde deve fluir tudo quanto quer ser boa obra".[3]

Todavia, a moldura não é o retrato final, o alicerce não é o edifício construído, o modelo não é a realidade aplicada, a fonte não é o rio, e o canal não é o mar. A lei em si mata, mas o Espírito vivifica (2 Co 3.6). Em Romanos 8.4, o apóstolo Paulo enfatiza, com bastante clareza e exatidão, que a lei cumpre-se em nós quando andamos no Espírito, e é nesse caminhar que encontramos a verdadeira ética da situação e da decisão. Os dez mandamentos em si são apenas negativos e não nos informam o que podemos fazer em termos positivos. Paulo orou a favor dos santos em Éfeso, para que recebessem o Espírito de sabedoria (1.17), a revelação do pleno conhecimento (1.18) e a iluminação dos olhos de seus corações (1.18). É deste Espírito de sabedoria, revelação e iluminação que precisamos para cumprir fielmente os dez mandamentos na vida diária.

"Tanto Jesus como Paulo empregam o decálogo desta forma, como um sumário. O Sermão da Montanha, de Jesus (Mt 5.7) é, em alguns aspectos, uma interpretação e intensificação dos Dez Mandamentos. O mesmo pode ser dito de muitas seções nas cartas do Novo Testamento destinadas à orientação moral. A instrução ética não é o principal propósito dos dez mandamentos. A lei de

Deus é, antes de tudo, um instrumento de diagnóstico para expor e condenar o pecado, em preparação para o evangelho. Entretanto, para a pessoa perdoada e capacitada pelo Espírito através da fé, a lei é também um guia moral, uma norma de comportamento cristão."[4]

A ética cristã está baseada nos dez mandamentos, mas é determinada e decidida pelo amor (Rm 13.8), guiada e direcionada pelo Espírito Santo (Rm 8.4) e cumprida em Cristo (Mt 5.15-18).

- C -
O DECÁLOGO COMO CONTEÚDO DA ÉTICA CRISTÃ NO TESTEMUNHO DA REFORMA

Nos escritos deixados pelos líderes da reforma protestante do século XVI, percebe-se claramente que a lei de Deus, a lei moral, é o conteúdo principal da ética cristã. Em suas reflexões éticas, os reformadores sempre partiram dos princípios do decálogo antes de percorrer o restante das Escrituras.

Lutero chama o decálogo de *sacratissimus decalagus*[5] e de *summa et excellentissima doctrina*.[6] Por isso, K. Bockmühl conclui: "... que a ética cristã tem seu fundamento nos dez mandamentos foi apresentado de maneira convincente por Lutero".[7] Para o teólogo luterano Troeltsch, os dez mandamentos foram "o livro cadastral da ética luterana".[8] Para Lutero e o luteranismo, os dez mandamentos são a lei fundamental para qualquer reflexão ética. Calvino e as confissões reformadas edificam seus postulados éticos sobre o mesmo decálogo.

Já no primeiro livro das *Institutas*, Calvino ensina que "o verdadeiro conhecimento de Deus nos constrange a adorá-lO, e o verdadeiro conhecimento do próprio eu leva à humildade e auto-humilhação genuínas. A lei é o instrumento que o Senhor emprega para produzir esses dois resultados. Ao declarar através dela Seu direito de ordenar, Ele nos chama para prestar-Lhe a reverência devida a Sua majestade; e, ao colocar diante de nós o padrão de Sua justiça, demonstra nossa injustiça e incapacidade".[9] Calvino salienta a validade constante do decálogo. Afinal, os dez mandamentos foram escritos em tábuas de pedra. "Mesmo que a lei cerimonial tenha sido anulada, a verdade e a doutrina do decálogo devem ser pregadas até o fim do mundo."[10] Nas *Institutas* de Calvino percebe-se claramente que os dez mandamentos formam o conteúdo principal de qualquer postulado ético, quando ele declara que o cristão tem o dever de meditar neles constantemente, e que o decálogo é, na verdade, a única regra de vida perpétua e inflexível.[11] Por isso o reformador de Genebra escreveu nada menos do que cinco exposições completas sobre o decálogo: no segundo volume das famosas *Institutas*, no *Catecismo* antes de 1538, no *Catecismo de Genebra* de 1542-1545, em seus comentários sobre Êxodo e Deuteronômio e em seus dezesseis sermões sobre o decálogo, em

1555. Para Calvino, o decálogo é uma regra infalível,[12] a *perfectae iustitiae regula*, à qual nada precisa ser acrescentado;[13] é a *una... perpetua et inflexibilis vivendi regula,*[14] *regula suos formare* (regra à qual nos adaptamos).[15] No final do *Catecismo de Genebra*, Calvino formula que o decálogo é a perfeita regra da justiça.[16] H. Bullinger, sucessor de Zuínglio em Zurique, define na mais importante confissão reformada, a *Segunda Confissão Helvética*, que a lei de Deus "explica a vontade de Deus, o que devemos fazer ou não, o que é bom e reto, mal e injusto... A vontade de Deus para todos os aspectos de nossa vida revela-se perfeitamente nessa lei".[17] Pelo fato de o decálogo ser completo e perfeito, é lógico e evidente que nada lhe pode ser acrescentado (Dt 4.2; 12.32). Conseqüentemente, a ética bíblica é apenas uma exposição da lei de Deus. A lei é perfeita e absoluta. Essa é a opinião uniforme de Calvino e das confissões reformadas. Por isso, qualquer reflexão ética parte do decálogo. Os postulados éticos não podem contradizê-lo; e ele é o conteúdo principal da ética cristã.[18]

- D -
A RELAÇÃO ENTRE A ÉTICA CRISTÃ E A LEI MOSAICA

Na questão das implicações metodológicas (veja pp. 20, 21), explicamos que a ética cristã é condicionada a Cristo como a mais perfeita revelação da vontade de Deus. O apóstolo Paulo declara que Cristo é o fim da lei (Rm 10.4). Como, então, relacionar a ética cristã com a lei mosaica?

Não é justo isolar a revelação de Cristo, separando-a da revelação de Deus no Antigo Testamento e no restante do Novo Testamento, porque os dois testamentos formam uma unidade essencial e culminam na vinda de Cristo. Enquanto o Antigo Testamento projeta a perfeita revelação de Cristo, o Novo Testamento reflete sobre essa revelação. Embora nestes últimos tempos Deus tenha falado através de Jesus Cristo (Hb 1.2), Ele tem falado também por intermédio dos patriarcas e profetas (Hb 1.1). Além disso, não podemos subestimar o relato do evangelista Mateus, que atribui a Cristo a seguinte declaração: "Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir. Porque em verdade vos digo: Até que o céu e a terra passem, nem um i ou um til jamais passará da lei, até que tudo se cumpra" (Mt 5.17, 18). Percebemos, pois, que o próprio Senhor Jesus Cristo relaciona Seu ensino moral com a lei mosaica. Para termos uma perspectiva mais ampla da questão, porém, vamos examinar também a relação da ética cristã com a lei mosaica no testemunho do apóstolo Paulo, porque é nos escritos paulinos que este assunto chega ao apogeu.

1. No ensino de Jesus Cristo

Enquanto a Igreja Católica Romana, com sua preocupação nomista e moralista, enfatiza a nítida relação entre a mensagem de Jesus e a revelação divina do Antigo Testamento, os evangélicos salientam a antítese entre a mensagem de Jesus e a interpretação legalista da lei mosaica dos fariseus e saduceus.[19]

Essas duas perspectivas de relacionamento entre evangelho e lei precisam ser especificadas. Em João 15.10, lemos que Jesus cumpriu todos os mandamentos de Seu Pai; na opinião dos fariseus expressa em João 5.18, porém, Ele teria quebrado a lei da santificação do sábado. O incidente aqui relacionado não se refere à validade da lei mosaica em si, mas à sua interpretação.

É interessante observar que, no sermão do monte, Jesus aumentou as exigências da própria lei mosaica, radicalizando assim a instância divina a fim de que o homem se dobrasse com mais rapidez e profundidade diante do Filho de Deus. Jesus realmente rejeitou a interpretação legalista ou puramente moralista da lei mosaica (Gl 1.14). Isto se torna ainda mais evidente diante da mulher descoberta em flagrante adultério. A lei mandava que ela fosse apedrejada até a morte (Lv 20.10; Dt 22.22-24); Jesus, porém, com Sua graça perdoadora e restauradora, redimiu a mulher e convidou-a a não mais pecar (Jo 8.11). Também defendeu Seus discípulos quando não cumpriram as leis cerimoniais (Mt 15.1-9), e Ele mesmo não as cumpria (Lc 11.38).

A prática legalista do sábado é alvo das mais severas críticas públicas por parte de Jesus, fato que quase Lhe custou a vida (Jo 8.59). Enquanto os fariseus, com sua filosofia casuísta e astúcia precisa, queriam defender e cumprir rigorosamente os preceitos a respeito do sábado, Jesus apoiou os discípulos que debulharam grãos (Mt 12.1-8) e operou várias curas no sábado (Mt 12.9-14; Lc 13.10-17; 14.1-6). Além disso, Jesus declarou que é senhor do sábado (Mt 12.8) e que o sábado foi estabelecido por causa dos homens, e não vice-versa (Mc 2.27).

O Filho de Deus também não observava as leis de higiene do Antigo Testamento; antes, impôs as mãos sobre os leprosos para os curar (Mt 8.3) e permitiu que uma mulher impura O tocasse (Mc 5.25). Tudo isso não significa que Jesus tivesse ignorado o Antigo Testamento. Ele conhecia a Bíblia dos judeus (Lc 2.46-47) através de pesquisas e de participação ativa na vida da sinagoga (Lc 4.16-21). Várias vezes Jesus declarou que a lei mosaica é a *palavra de Deus* (Mc 7.13; Jo 5.38) ou a *lei de Deus* (Mt 15.6). Repetidas vezes encontramos a frase "está escrito", indicação da validade da lei (Mt 4.4ss.; 11.10 *etc.*), e a pergunta retórica "não lestes?" (Mt 12.3a).

Jesus também não aboliu completamente as leis cultuais. Pelo contrário, considera normal participar do culto do templo (Mt 5.23), exige que o leproso

curado cumpra os rituais de purificação e sacrifício cultual como manda a lei (Mt 8.4).

Em resumo, podemos concluir que Jesus não exigiu uma libertação total da lei mosaica ou das ordenanças dos fariseus. Antes, exige amor para com Deus e para com o próximo (Mt 22.37-40), um princípio que está ancorado na lei mosaica (Dt 6.5; Lv 19.18). Ele não traz uma nova moralidade, tampouco apela para um estilo antimoral de vida; antes, leva o homem a ver a exigência de amor imposta por Deus e revelada na lei. Em Seus ensinos, encontram-se tanto a liberdade quanto a dependência da lei mosaica. Ele não deseja o rigoroso cumprimento das 613 leis complementares fabricadas pelas escolas dos fariseus e saduceus, mas o cumprimento da vontade de Seu Pai (Jo 6.38ss.). Não exige de Seus discípulos a execução exterior da lei, mas sim que eles permaneçam em Cristo (Jo 15.4-5). O Espírito Santo iria esclarecer e mostrar o significado e as implicações práticas disso, de acordo com tudo aquilo que Cristo ensinava (Jo 14.26; 15.26; 16.13).

2. No testemunho do apóstolo Paulo

A relação entre a ética cristã e a lei mosaica era o objeto principal da disputa entre o apóstolo Paulo e os judaizantes, sendo amplamente discutida e esclarecida nas cartas aos Romanos e aos Gálatas.

Paulo não subestima a lei, pelo contrário, considera-a a "lei de Deus" (Rm 7.22; 8.7), "santa, justa, espiritual e boa" (Rm 7.12, 14, 16). Serve para a vida (Rm 7.10), porque as pessoas que a observam viverão por ela (Gl 3.12; Rm 10.5). Paulo diz que essa lei precisa ser cumprida em nós que andamos "segundo o Espírito" (Rm 8.4); e conforme Romanos 8.7, sua não-observância constitui inimizade contra Deus. De acordo com o ensino de Paulo, o homem interior tem prazer na lei de Deus (Rm 7.22).

O problema é que a lei não pode salvar ninguém e nem tampouco gerar santidade (Rm 8.3; Gl 3.21), porque é enfraquecida pela carne. Pode apenas revelar nossa pecaminosidade (Rm 3.20), a merecida ira de Deus sobre a desobediência (Rm 4.15) e, finalmente, trazer a condenação sobre a humanidade inteira (Gl 3.10).

É impossível ganhar a justiça de Deus através da lei (Rm 3.28; 4.6; 10.3), mas tão somente pelo sangue precioso de Jesus Cristo (Rm 3.28; 5.9; Gl 2.1; Ef 2.8).

Paulo vai mais longe e afirma que Cristo é o fim, o cumprimento da lei (Rm 10.4). Tal afirmação, porém, não significa que com Cristo ela foi invalidada: a lei moral — a exigência moral, a exigência ética — continua a ter importância, mas não pode ser a *base*, o *meio* ou o *termômetro* da salvação. Paulo é enfático ao afirmar que *a lei precisa ser cumprida em nós* (Rm 8.4) e esse fato constitui uma nova realidade, uma terceira alternativa: "... em Cristo Jesus, nem a circuncisão (isto é, a lei), nem a incircuncisão (isto é a falta de lei),

tem valor, *mas a fé que atua pelo amor"* (Gl 5.6) e *"o ser nova criatura"* (Gl 6.15).

- E -
O REDESCOBRIMENTO DO DECÁLOGO NA BÍBLIA

Em sua expressão clássica, o decálogo é encontrado duas vezes no Antigo Testamento (Êx 20.1-17 e Dt 5.6-21). Na primeira vez em que é mencionado, o povo de Deus está ao pé do monte Sinai (Êx 20.1-17), ou seja, Israel está no início da jornada pelo deserto. Na segunda vez, encontramos os dez mandamentos provavelmente em forma de repetição didática e enfática, quando Israel está no fim da jornada (Dt 5.6-21).

O erudito Stephen Kaufmann argumenta que Deuteronômio 12-26 apresenta uma estrutura composta em concordância com o decálogo, como apresentado em Deuteronômio 5:[20]

Deuteronômio 5	*Mandamento*	*Deuteronômio*	*Descrição*
5.6-10	1-2	12.1-31	adoração
5.11	3	13.1-14.27	nome de Deus
5.12-15	4	14.28-16.17	sábado
5.16	5	16.18-18.22	autoridade
5.17	6	19.1-22.8	homicídio
5.18	7	22.9-23.19	adultério
5.19	8	23.20-24.7	roubo
5.20	9	24.8-25.4	falso testemunho
5.21	10	25.5-16	cobiça

As palavras da aliança, ou os dez mandamentos, foram escritas por Deus em duas tábuas (Êx 31.18) e foram reconhecidas como o cerne ou o princípio da lei já em Êxodo 24.12: "Então disse o Senhor a Moisés: Sobe a mim ao monte, e fica lá; dar-te-ei tábuas de pedra e a lei e os mandamentos, que escrevi, para os ensinares".

Além desses dois textos básicos, encontramos referências a elas em Levítico 18 e Deuteronômio 10.1-5. Várias vezes os textos proféticos referem-se direta ou indiretamente a um ou mais mandamentos do decálogo. Amós faz menção em quase todos seus capítulos (*e.g.* Am 5.4) e encontramos referências notáveis em Miquéias (Mq 3.9,12; 5.10-15), principalmente em 6.8-16. Isaías dá ênfase à observância do quarto mandamento no capítulo 56.

Com exceção do quarto mandamento, que se refere à observância do sábado, encontramos todos os dez mandamentos em suas formas inibidora (ou negativa) e positiva (ou construtiva) no Novo Testamento.

Mandamento	*Referência Correlata no Novo Testamento*
1-2	1 Jo 5.21
3	Tg 5.12
4	nenhuma referência
5	Ef 6.1-3
6	Rm 13.9
7	1 Co 6.9, 10
8	Ef 4.28
9	Cl 3.9; Tg 4.11
10	Ef 5.3

Além dessas referências específicas, temos alusões ao decálogo nos ensinos de Jesus em Mateus 15; 19; 22.37-40; Lucas 10.26-28 e em outras passagens.

Finalmente, precisamos destacar que, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, existem ainda pelo menos sete outros sumários sob a forma de princípios de caráter normativo, semelhantes ao decálogo ou parte dele, tanto no Antigo quanto no Novo Testamento, além de outros casos menos explícitos:

Os onze princípios do Salmo 15 (*cf.* Sl 24.3-6)
As seis ordenanças de Isaías 33.15, 16a
Os três mandamentos universais de Miquéias 6.8
Os dois mandamentos sábios de Isaías 56.1
O mandamento de Amós 5.4
O mandamento singular de Hebreus 2.4
O mandamento desafiador de Levítico 19.2
O sermão do monte (Mt 5-7)
Os imperativos cristãos dos apóstolos
Exemplos morais de personagens bíblicos (*e.g.*, os profetas)

- F -
A DIVISÃO DO DECÁLOGO

A Bíblia não enumera os dez mandamentos especificamente, embora assuma que seja este seu número. A expressão "dez mandamentos" deriva de Êxodo 34.28 e de Deuteronômio 4.13; 10.4:

"E ali esteve com o Senhor quarenta dias e quarenta noites; não comeu pão nem bebeu água; e escreveu nas tábuas *as palavras da aliança, as dez palavras"* (Êx 34.28);

"Então vos anunciou ele a sua aliança, que vos prescreveu, *os dez mandamentos*, e os escreveu em duas tábuas de pedra" (Dt 4.13);

"Então escreveu o Senhor nas tábuas, segundo a primeira escritura, *os dez mandamentos* que ele vos falara no dia da congregação, no monte, no meio do fogo" (Dt 10.4).

Por isso, ao longo da história, os cristãos dividiram-nos de maneiras diferentes. De um lado temos a Igreja Ortodoxa Grega e a Igreja Ortodoxa Russa, juntamente com as Igrejas Reformadas e os anabatistas, seguindo a divisão proposta por Orígenes, Agostinho, Bonifácio e Calvino; e do outro lado encontramos a divisão empregada pela Igreja Católica Romana e pelas Igrejas Luteranas.

As Igrejas Ortodoxas e Reformadas	*A Igreja Católica Romana e as Igrejas Luteranas*
1. Não terás outros deuses	1. Não terás outros deuses e não farás imagens
2. Não farás imagens de Deus	2. Não tomarás o nome de Deus em vão
3. Não tomarás o nome de Deus em vão	3. Lembra-te do dia de sábado
4. Lembra-te do dia de sábado	4. Honra teus pais
5. Honra teus pais	5. Não matarás
6. Não matarás	6. Não adulterarás
7. Não adulterarás	7. Não furtarás
8. Não furtarás	8. Não dirás falso testemunho
9. Não dirás falso testemunho	9. Não cobiçarás a casa de teu próximo,
10. Não cobiçarás a casa de teu próximo, nem sua mulher ou servo, ou animal.	10. nem sua mulher ou servo, ou animal.

- G -
O ESBOÇO DO DECÁLOGO

Seguindo o modelo proposto por Calvino, baseado em Agostinho e Orígenes, percebemos que os primeiros quatro mandamentos tratam da *relação vertical*, ou seja, das responsabilidades do homem para com seu Criador, enquanto a "segunda tábua", ou os seis mandamentos restantes, trata da *relação horizontal*, isto é, das responsabilidades do homem para com seu próximo. Reencontramos esta dupla relação no ensino de Jesus Cristo, quando o Mestre respondeu a respeito do grande mandamento: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é:

Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas" (Mt 22.37-40 e paralelos).

Outra maneira de dividir os dez mandamentos é agrupá-los em três partes:

Mandamentos	*Êx 20*	*Assunto*
1-3	vv. 2-7	relação correta com Deus
4	vv. 8-11	relação correta com o trabalho
5-10	vv. 12-17	relação correta com a sociedade

Ou então:

Mandamentos	*Êx 20*	*Assunto*
1-3	vv. 2-7	moral teológica
4-6	vv. 8-14	moral individual
7-10	vv. 15-17	moral social

Assim, partindo da observação dos aspectos vertical e horizontal do decálogo, traçamos o seguinte esboço:

1. O testemunho da singularidade e exclusividade de Deus (Êx 20.3)
2. O testemunho da incomparabilidade de Deus (Êx 20.4-6)
3. O testemunho da santidade de Deus (Êx 20.7)
4. O testemunho do senhorio de Deus sobre o tempo (Êx 20.8-11)
5. A proteção da velhice (Êx 20.12)
6. A proteção da vida (Êx 20.13)
7. A proteção do matrimônio e do corpo (Êx 20.14)
8. A proteção da propriedade e do trabalho (Êx 20.15)
9. A proteção da honra (Êx 20.16)
10. A proteção contra as ambições erradas e a cobiça (Êx 20.17)

- H -
A ORIGEM DO TERMO "DECÁLOGO"

"Decálogo" é um termo técnico para designar os dez mandamentos. É um vocábulo grego que significa literalmente "dez palavras". A Bíblia hebraica emprega a frase *cāsērēt haddᵉbārim*, que significa "dez palavras". A Septuaginta traduz essa expressão por *hoi deka logoi* ou *ta deka rhemata*. Os antigos pais da igreja referiam-se às dez palavras, *dekalogos*.[21]

É bom lembrar que o termo hebraico *dābār* não significa apenas "palavra" — pode ser traduzido também por "ordem" ou "mandamento" (Pv 13.13). De fato, são os dez mandamentos que Moisés recebeu do Senhor para selar o concerto de Deus com Seu povo (Êx 34.28; Dt 4.13; 10.4).

- I -
A METODOLOGIA PARA A EXPOSIÇÃO DO DECÁLOGO

A exposição tradicional do decálogo parte da versão negativa dos mandamentos para depois falar de seu equivalente construtivo, positivo. Só dessa maneira pode-se ter uma visão mais abrangente de cada um em seu contexto bíblico-revelatório. Calvino observou que toda proibição corresponde a um mandamento, e Lutero percebeu que todo mandamento tem seu aspecto positivo. De fato, oito dos dez mandamentos são enunciados negativamente, isto é, começam com um enfático *não*. Apenas o quarto e o quinto mandamento têm formulação positiva. Partindo dessas observações, podemos estruturar o estudo do decálogo em quatro categorias principais:

1. a versão inibidora e crítica no Antigo Testamento;
2. a versão inibidora e crítica no Novo Testamento;
3. a versão positiva e construtiva no Antigo Testamento; e
4. a versão positiva e construtiva no Novo Testamento.

Uma vez verificada a revelação e analisado o mandamento quanto ao contexto bíblico-histórico, tanto em sua versão inibidora quanto na construtiva, precisamos aplicar os princípios eternos e transculturais à realidade contextual em que vivemos, a fim de obter uma introdução básica aos princípios da ética cristã.

- J -
O PREÂMBULO AO DECÁLOGO

Desde a antigüidade, contratos, convênios ou constituições seculares requerem uma boa introdução. Algumas vezes este prefácio tem caráter jurídico; outras, somente poético-cultural. Na Bíblia, o preâmbulo representa mais do que mera cláusula introdutória. O preâmbulo ao decálogo expressa a soberania de Deus e o legítimo domínio sobre Seu povo, Israel: "Eu sou o Senhor teu Deus, que te tirei da terra do Egito, da casa da servidão" (Êx 20.2; Dt 5.6).

Ao explicá-lo, Calvino usa um tríplice argumento: "A Si reivindica o poder e o direito de soberania a fim de que constrinja o povo eleito pela necessidade de obedecer. Exara a promessa de graça, mercê de cuja doçura alicie o mesmo ao zelo de santidade. Traz à lembrança o benefício, para que acuse aos judeus de ingratidão, se Lhe não respondam à benignidade".[22]

Por que Deus começa os dez mandamentos com o preâmbulo? Antes de exigir deveres, antes de dar mandamentos, Ele liberta Seu povo. A primeira

ação de Deus é libertação, salvação, evangelho, dádiva — só depois vêm as exigências.

O fundo histórico dos dez mandamentos é uma dupla afirmação e autodeclaração divina: "Eu sou o Senhor teu Deus" e "Eu te tirei do Egito". A primeira afirmação é uma declaração da autoridade divina. A segunda é uma afirmação daquilo que Ele faz: "Eu sou o teu libertador", uma declaração da salvação divina. Em outras palavras: o fundo histórico dos dez mandamentos é o evangelho.

"Amados, se Deus de tal maneira nos amou, devemos nós também amar uns aos outros" (1 Jo 4.11). Nosso amor é a resposta de gratidão ao amor divino. Guardar os mandamentos é a resposta à ação divina. Deus ama primeiro, nós amamos depois. Ele se compromete antes de exigir que Seu povo se comprometa com Ele. Dá o exemplo antes de exigir um exemplo. Esta ênfase em promessa e evangelho contida no preâmbulo ao decálogo também aparece em outras fórmulas introdutórias de contratos, alianças e concertos na Bíblia (Jr 31.44; Ez 36.28; Jr 24.7; Lc 18.19; Rm 2.4; 5.6, 8, 10; 2 Tm 2.13).

Em hebraico se lê: "O Senhor, teu Deus sou eu". A ênfase está no "sou eu". Javé significa "sou quem eu sou" (Êx 3.14). Portanto, no preâmbulo encontramos algo semelhante às palavras *egō eimi* ("eu, eu sou") do evangelho do apóstolo João.

Seis verdades, seis atributos de Deus são revelados através desta autodeclaração divina:

1. É um Deus e Senhor exclusivo (Js 1.5): o Alpha e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Início, o Absoluto, a Suprema Autoridade, que tudo ordena, exige e completa. Isso traz luz ao homem perdido, o "homem senhor", que vive na obscuridade, sem o Senhor dos Senhores.

2. É um Deus pessoal: "Sou teu Deus". "Teu" é pronome possessivo. Deus está pronto a Se entregar totalmente, com toda abnegação divina, e faz isso através de Seu único filho, Jesus Cristo, que Se entregou por nós. Por isso podemos dizer hoje: "Ele é *meu* Deus". Nosso Deus e Salvador é um ser pessoal.

3. É um Deus de relações. Ele Se relaciona com aquilo que criou. Quer ser nosso amigo, deseja comunicar-Se conosco, deseja contato: fala conosco e nos revela Sua vontade.

4. É um Deus presente e constante, que deseja nossa comunhão. "Eu sou" significa que Ele é no presente, e mais, Ele é onipresente. Deus é o mesmo hoje e sempre (Hb 13.8); Ele não muda. Não é um Deus do passado, é um Deus presente nas aflições do dia a dia (Sl 46).

5. É um Deus de ação libertadora e salvadora, um Deus que não dorme, mas que atua, age e liberta o povo.

6. É um Deus fiel. Ele não muda de opinião ou propósito eterno, é fiel a Si mesmo e a Seu plano eterno para com os homens. "Sou quem sou". Os homens

podem mudar de idéias, convicções ou propósitos; Deus não muda (Ml 3.6), Ele reina soberanamente sobre todos de maneira sublime e irrevogável.

Daí percebemos que, se Deus realmente fala e revela Sua perfeita vontade, *precisamos ouvir todas Suas palavras*, sem permitir que nenhuma delas escape. Elas são preciosas demais para perdermos uma só. *Precisamos atender a todas Suas palavras* com a devida reverência e merecida submissão: Moisés tirou as sandálias dos pés ao aproximar-se de Deus (Êx 3.5, 6), Isaías reconheceu seu estado humano de impureza (Is 6.5-8), Ezequiel caiu com o rosto em terra (Ez 1.28). *Precisamos nos lembrar de todas Suas palavras*: o que Deus fala merece ser lembrado porque Sua palavra não é vã; antes, é nossa vida (Dt 32.47). *Precisamos crer em todas Suas palavras*: quando Deus fala, revela-Se, comunica-Se, Ele merece uma resposta do homem. Essa resposta só pode brotar da fé; se brotar da ignorância será uma ofensa a Deus, o que seria o pecado básico do homem. Haja vista que o primeiro pecado foi o de duvidar das palavras de Deus e desviar-se do mandamento divino (Gn 3.1ss.). *Precisamos amar todas Suas palavras*: "Quanto amo a tua lei" (Sl 119.97); "... como estremeço os teus preceitos" (Sl 119.159). O teólogo puritano Thomas Watson pregou: "A lei moral é a cópia da vontade divina, nossa diretriz espiritual, mostrando-nos quais pecados evitar e quais deveres executar".[23] *Precisamos ensinar Suas palavras a nossos filhos*: depois de ter dado a lei moral pela segunda vez, Javé adverte o povo escolhido a guardá-las em seus corações e a inculcá-las em seus filhos, e delas falar assentando em suas casas e andando pelo caminho, e ao deitar-se e ao levantar-se... (Dt 6.6-9) *Precisamos obedecer a todas Suas palavras*: quando Deus fala, quer ser ouvido, deseja uma resposta de fé, compromisso, submissão, rendição e obediência. O fim da lei é a obediência simples e incondicional; isso é visto claramente em Deuteronômio 6.1-25. A simples obediência aos mandamentos do Senhor traz a bênção divina sobre nós (Dt 28.13). O castigo da desobediência é a maldição agrícola, comercial, doméstica, econômica, pessoal e espiritual (Dt 28.15-68; Lv 26.14-46). Todavia, as bênçãos decorrentes da obediência são prosperidade espiritual, física, doméstica, material (Dt 28.1-14; 7.12-26).

Perguntas para estudo

1. Explique em aproximadamente duas páginas por que o decálogo é de suma importância para a ética cristã.
2. A quem foram endereçados os dez mandamentos?
3. Por que a Bíblia relata duas vezes o decálogo em sua íntegra?
4. Quais referências e exemplos bíblicos comprovam que Jesus reafirma a validade moral dos dez mandamentos?
5. Explique em aproximadamente meia página por que o decálogo não é completo para nos dirigir em todas as questões morais.

6. Explique até que ponto Jesus reafirmou e rejeitou a lei mosaica. Use exemplos bíblicos.
7. Como se deve interpretar Mateus 5.17-19?
8. Por que Paulo rejeitou a lei como base, meio ou termômetro da salvação?
9. Qual a relação entre a ética cristã e a lei mosaica no testemunho do apóstolo Paulo?
10. Quais as funções fundamentais da lei mosaica no testemunho paulino?
11. Cite pelo menos cinco outros trechos ou versículos do Antigo Testamento, além do Pentateuco, que contenham mandamentos de caráter normativo, quase idênticos ao decálogo.
12. De acordo com os cristãos, quais são as duas divisões principais dos dez mandamentos?
13. Por que chamamos os dez mandamentos de decálogo?
14. Qual a metodologia da Reforma Protestante ao expor os dez mandamentos?
15. O que significa decálogo?
16. Onde se encontra uma exposição completa do decálogo nos escritos confessionais luteranos e calvinistas?
17. Explique por que o preâmbulo aos dez mandamentos é tão importante para sua correta exposição.

Notas

1. Uma avaliação completa da questão da validade dos dez mandamentos como conteúdo da ética cristã encontra-se em K. Bockmühl, *Gesetz und Geist, Eine kritische Würdigung des Erbes protestantischer Ethik*, pp. 42-78; 144-154; 314-331.

2. Uma boa análise mostrando que o decálogo vale tanto para regenerados quanto para irregenerados encontra-se em D. Bonhoeffer, *Ética*, São Leopoldo, Sinodal, 1988[2], pp. 167-176.

3. M. Lutero, citado por A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981[2], p. 443.

4. M. L. Rudnick, *Ética Cristã para Hoje: Uma Perspectiva Evangélica*, Rio de Janeiro, JUERP, 1988, p. 45.

5. M. Lutero, *in*: *D. M. Luthers Werke, Kritische Gesamtausgabe*, Weimarer Ausgabe, Weimar, 1883, WA 2, 468, 34 (Gal, 1519). Veja também K. Bockmühl, *op. cit.*, p. 31.

6. M. Lutero, *in*: *D. M. Luthers Werke, Kritische Gesamtausgabe*, WA 40 II; 246, 8; 247, 12 (1532).

7. K. Bockmühl, *op. cit.*, p. 111.

8. E. Troeltsch, *Die Soziallehren der christlichen Kirchen und Gruppen*, Gesammelte Schriften, vol. I, Tübingen, 1912, p. 552. Para uma avaliação crítica e abrangente recomenda-se também K. Bockmühl, *op. cit.*, pp. 111-114.

9. J. P. Wiles, *As Institutas da Religião Cristã, Um Resumo*, São Paulo, 1984, p. 151.

10. J. Calvino, *Sermões sobre os Dez Mandamentos*, 1555, citado por K. Bockmühl, *op. cit.*, p. 321.

11. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 122.

12. J. Calvino, "Sermão 133 sobre Deuteronômio 23.12-17", citado por K. Bockmühl, *op. cit.*, p. 326.
13. J. Calvino, *Instituto Christanae Religionis*, Genebra, 1559, vol. II, 8, 5.
14. *Ibid.*, 7, 13.
15. *Ibid.*, vol. III, 7, 1. Veja também vol. II, 8, 51 e seu comentário de Romanos 6.17.
16. K. Bockmühl, *op. cit.*, p. 320.
17. *Ibid.*
18. *Ibid.*, pp. 314-332.
19. N. H. Søe, *op. cit.*, pp. 74-75.
20. Citado por W. C. Kaiser Jr., *Toward Old Testament Ethics*, Grand Rapids, 1983, p. 129.
21. Irineu, *Contra Heresias*, IV, 15; Ptolomeu, *Epístola Floram*, 5, 3; Clemente de Alexandria, *Pedagogo*, III, XII, 89.
22. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, p. 140.
23. T. Watson, *op. cit.*, p. 14.

PARTE III

A EXPOSIÇÃO DO DECÁLOGO

1

O PRIMEIRO MANDAMENTO OU O TESTEMUNHO DA SINGULARIDADE E EXCLUSIVIDADE DE DEUS

"Não terás outros deuses diante de mim" (Êx 20.3; Dt 5.7).

O primeiro mandamento é o testemunho da singularidade e exclusividade de Deus, ou seja, revela o Senhor em Seu caráter, Seu ser e Sua ação. A questão da existência e revelação de Deus é o ponto fundamental da ética cristã. É impossível fazer uma ética cristã autêntica sem conhecê-lO. Portanto, o início da ética cristã consiste em conhecer a Deus e Sua vontade como revelados nas Sagradas Escrituras, procurando entender aquilo que Ele é. Quem é Deus e o que Ele exige do homem em termos morais: essas são as questões fundamentais de qualquer ética verdadeiramente cristã.

A versão literal deste mandamento traz em si um problema no que se refere à tradução da expressão "diante de mim", que pode significar "ante minha face" ou "acima de mim". Em ambos os casos o resultado final é o mesmo: Javé não dará Sua glória a nenhum outro deus, ou Sua honra a imagens de escultura (Is 42.8). O que se postula neste primeiro mandamento é o fato de que nada menos do que a totalidade de nossas vidas deve estar sob o senhorio de Deus.

Concluímos com Calvino que a finalidade deste mandamento é deixar claro "que Deus quer, só, ter a preeminência em Seu povo e exercer Seu direito em plena medida".[1]

I. A versão inibidora e crítica do primeiro mandamento no Antigo Testamento

"Não terás outros deuses diante de mim" atinge diretamente a idolatria. Quando Deus fez essa proibição, Seu povo estava envolvido com o bezerro de

ouro (Êx 32-34). A religião revelada no Sinai é totalmente contrária às imagens. Toda a história do povo de Deus narrada no Antigo Testamento desenrola-se entre a idolatria e a adoração verdadeira. "Não encontramos no Antigo Testamento uma ascensão que partisse da idolatria para a pura adoração a Deus, mas antes, um povo que possuía uma adoração pura e uma teologia espiritual que constantemente combatia, por meio de líderes espirituais divinamente erguidos, contra as seduções religiosas que, apesar dessa luta, freqüentemente arrastaram a massa do povo. A idolatria é um declínio para a anormalidade, e não um estágio anterior que gradualmente e com dificuldade é superado."[2]

Na versão crítica ou negativa, o primeiro mandamento contém a condenação explícita de qualquer forma de idolatria, seja visível ou invisível; além disso, alveja o *ateísmo* ("não precisamos de nenhum Deus", em vez de "necessitamos de Deus"), o *politeísmo* ("precisamos de muitos deuses", em vez de "precisamos somente de um Deus vivo e poderoso sobre todos") e o *formalismo* ("precisamos somente de uma religião formal", em vez de "precisamos de uma fé viva, que ama, teme e serve ao Senhor de todo coração, corpo, espírito e alma").

O Antigo Testamento salienta a insensatez do bezerro de ouro em Êxodo 32-34. Repetidas vezes encontramos a loucura da idolatria em termos sarcásticos e enfáticos (Jr 2.26-28; 10.1-16; Is 40.18-20; 41.4-7; 44.9-20; Sl 115; 135). Os ídolos são artifícios em forma de imagens: nada são, não têm nenhum préstimo, nada entendem, confundem-se, têm olhos e não vêem, têm ouvidos e não escutam, têm lábios e não falam, têm cabeças e não pensam, têm braços que não se movimentam e pés que não andam; são deuses inúteis e sem vida, condenados ao ridículo.

As seguintes referências bíblicas mostram-nos ainda mais detalhadamente as implicações da versão inibidora do primeiro mandamento:

a) Êxodo 22.20 revela que sacrificar aos deuses, e não somente ao Senhor, leva à destruição. Novamente é enfatizada a exclusividade e singularidade de Deus Javé. O sacrifício aos deuses é uma calamidade que aniquila. Deve-se tomar o mandamento do Senhor a sério, pois a simples inobservância conduz o homem imperdoavelmente à derrocada;

b) Êxodo 23.13 nos conscientiza de que não devemos nos lembrar do nome de outros deuses, nem usá-lo em nossa boca. Para o judeu, usar o nome de um indivíduo significa relacionar-se e identificar-se com tal pessoa. O que Deus exige aqui é uma radical separação cultural dos deuses pagãos;

c) Êxodo 34.13, 14 refere-se às três espécies mais comuns de idolatria praticadas por Israel: altares, colunas e postes-ídolos. Essas formas visíveis tornaram-se uma prática comum no reino dividido (1 e 2 Rs). Por ser zeloso, Deus adverte o povo escolhido a não adorar esses deuses (Êx 34.14). O Senhor não Se refere a um ciúme divino, mas ao testemunho da singularidade e exclusividade de Si mesmo. Em vez de adorar deuses falsos, é necessário

derrubar os altares, quebrar as colunas e cortar os postes-ídolos. Isso aconteceu apenas duas vezes na história de Israel: no reinado de Ezequias (2 Rs 18.1-4) e no de Josias (2 Rs 22.1, 2; 2 Cr 34.4), e em ambos os casos o povo presenciou um avivamento espiritual; e

d) Êxodo 34.15-17 mostra a relação entre os deuses fundidos e os casamentos mistos. Êxodo 34.16 emprega pela primeira vez a metáfora da prostituição espiritual com deuses pagãos como resultado de casamentos mistos. O casamento com um parceiro pagão leva-nos a quebrar, mais cedo ou mais tarde, o primeiro mandamento. Muitos jovens cristãos têm se desviado do Deus vivo e verdadeiro por causa de um namoro impuro ou um casamento misto.

Quando esquecemos a aliança do Senhor nosso Deus e negligenciamos a devoção diária, podemos ser levados a substitui-lO por alguma imagem esculpida ou por algo de que o Senhor nos proibiu (Dt 4.23). Esquecimento ou frieza espiritual são as doenças preponderantes nos filhos dos cristãos, pessoas que foram criadas no evangelho mas não se comprometeram com o Cristo ressurreto. Quando o Deus vivo e verdadeiro é olvidado, volta-se para a superstição, a astrologia e os cultos esotéricos, que têm prosperado muito em nossos dias.

Conforme Deuteronômio 11.16, existem quatro quedas consecutivas no caminho da idolatria: o engano do coração, o desviar-se, o servir a outros deuses e, finalmente, o prostrar-se diante deles. Feliz o homem que guarda seu coração no caminho do Senhor. Exigem-se vigilância e oração para evitar a queda.

Enquanto Êxodo 22.20 nos fala da destruição da pessoa que sacrifica aos deuses falsos, Deuteronômio 11.28 refere-se à maldição sobre a pessoa que não obedece ao mandamento do Senhor. Este versículo mostra a serenidade e a severidade com que Deus dá Suas ordens e estabelece os mandamentos. Deus não brinca. Quando Ele diz uma coisa, Ele o faz, independentemente da crença, *status*, educação, poder aquisitivo ou ponto de vista do homem. Vemos um exemplo dessa maldição na própria história de Israel: Deus chamava-o de Seu povo mas, quando este povo idolatrou outros deuses, foi amaldiçoado, deixando de ser denominado segundo o nome de Deus (Êx 32.7). Essa maldição era de caráter espiritual: exclusão da comunhão viva com o Senhor. Outra desventura era de caráter físico: o idólatra era morto pelo povo de Deus, que assim eliminava a contaminação de seu meio (Dt 13.6, 8, 9). O castigo imposto era horrível: apedrejamento, a punição injusta que Estêvão sofreu (At 6.8-7.60). No Antigo Testamento encontramos verdadeiras listas de maldições divinas contra a desobediência (Lv 26.14-46; Dt 28.15-68; 32.15-28).

Deuteronômio 17.2-7 regulamenta o processo jurídico na aplicação da pena de morte por apedrejamento: só é lícita quando existem pelo menos duas ou três testemunhas evidentes e o réu tem o direito de ser ouvido antes da execução (v. 4). A finalidade da pena era eliminar o mal do meio do povo (v. 7).

Isto significa que a não-observância da execução do réu levaria à contaminação do povo e a perdas de bênçãos espirituais, como no caso de Acã.

Josué 23.7 indica cinco maneiras de se quebrar especificamente o primeiro mandamento: misturar-se com nações pagãs por meio de casamentos; mencionar os nomes dos deuses dos imigrantes; fazer juramentos em seus nomes; prestar serviço a eles; e cultuá-los. É interessante observar que a quebra começa com os casamentos mistos. Já nos tempos dos patriarcas a influência dos deuses do lar era enorme. Veja o caso de Raquel (Gn 31.19). Uniões desse tipo foram terminantemente proibidas ao povo de Deus da antiga aliança (Êx 34.15, 16; Dt 7.3; Jz 3.6; 1 Rs 11.2; Ed 9.1, 2; 10.2), porque Deus o separou, escolheu-o dentre todas as nações para ser Sua propriedade exclusiva (Êx 19.5, 6). A mesma advertência é repetida no Novo Testamento, sendo válida para a igreja de nosso Senhor Jesus Cristo (2 Co 6.14-18). A diferença é que a linha divisória não está mais entre judeus e pagãos, mas entre crentes e incrédulos.

Encontramos outra versão negativa do primeiro mandamento em Josué 24.14, 23, onde ele volta a enfatizar a importância de o povo deitar fora os deuses aos quais seus pais haviam servido além do Eufrates e no Egito. Parece que alguns hebreus ainda cultuavam, ou haviam voltado a cultuar, tais deuses; caso contrário, a tão enfaticamente repetida advertência do líder Josué não faria sentido.

O período dos juízes encerra a triste história de um círculo vicioso de quatrocentos e trinta anos de infidelidade espiritual de Israel. Toleravam outros povos, casavam-se com mulheres pagãs, adoravam deuses falsos, tornavam-se cativos de reis estrangeiros, choravam por socorro, eram libertados por Deus mediante juízes, para depois repetirem a lição não aprendida (Jz 1-21).

O texto em 2 Reis 17.33ss. relata a origem do sincretismo religioso dos samaritanos. Entre eles havia descendentes de nações pagãs que serviam aos deuses falsos e, paralelamente, temiam ao Senhor, bem como israelitas que serviam a Deus e corrompiam-se com os ídolos, embora Deus os tivesse advertido repetidas vezes para que não esquecessem a libertação do cativeiro no Egito. Quem merece o temor, a adoração, o serviço e o sacrifício é Deus Javé, que fez subir Israel da terra do Egito "com grande poder e com braço estendido" (2 Rs 17.36) e ordenou que Seu povo observasse diariamente os juízos, a lei e o mandamento que Ele lhes escrevera. Mas como Israel não tinha o cuidado de observá-los, todos começaram a esquecer os princípios normativos e o temor do Senhor e, por conseguinte, foram levados ao cativeiro na Assíria (2 Rs 17.1ss.).

Segundo o testemunho do Saltério, haverá glória, justiça, alegria, comunhão e domínio divino entre os que temem o Senhor (Sl 16.1-3; 97.1-6, 8-12), mas muitas penas e confusão (ou melhor, "vergonha") entre "os que servem imagens de escultura, os que se gloriam de ídolos" (Sl 97.7).

Repetidas vezes os profetas se levantam contra a idolatria do povo de Deus (Is 57.5-8; Jr 2.20, 24; 3.6; Ez 6.1-14; Os 2.2-3.5), condenando de forma

específica a prostituição espiritual nos "lugares altos", em Israel e Judá. As trágicas conseqüências da desobediência ao primeiro mandamento são pestilência, morte, fome, rejeição, deportação, pragas e, pior, separação da comunhão com o Senhor.

II. A versão inibidora e crítica do primeiro mandamento no Novo Testamento

Onde se encontra a versão proibitiva do primeiro mandamento no testemunho da nova aliança? As referências que seguem não apenas provam sua validade irrevogável, pelas devidas reafirmações dentro dos ensinos de Jesus e dos apóstolos, mas também ampliam o conceito de idolatria, estendendo-o a qualquer objeto ou item, mesmo que invisível. No Antigo Testamento, a feitiçaria era praticamente limitada a fetiches exteriores, visíveis, tais como deuses de madeira, pedra, bronze, prata, ouro, e a cartomantes, médiuns *etc.* Já o Novo Testamento amplia a feitiçaria, incluindo deuses interiores invisíveis e não tangíveis, tais como imagem humana (Rm 1.18ss.), glutonaria (Fp 3.19), honra, prestígio, influência, ambição, domínio, sabedoria humana, posição, atitudes, pensamentos, orgulho (problema coríntio), avareza (Cl 3.5) ou riqueza (Mt 6.26).

Daí, podemos concluir que quebrar o primeiro mandamento significa cultuar qualquer coisa visível ou invisível, exterior ou interior, pessoal ou impessoal. O apóstolo Paulo é até irônico ao escrever aos coríntios: "... sabemos que o ídolo de si mesmo nada é" (1 Co 8.4). Com isto ele polemiza a questão, não querendo dizer que os ídolos não são uma realidade, mas que eles não possuem nenhuma divindade em si.

Faz parte da missiologia e da pregação apostólica paulina partir do primeiro mandamento para depois falar da singularidade e exclusividade do Senhor Jesus Cristo. Chegando a Atenas, na segunda viagem missionária, o apóstolo pregou, inspirando-se na enorme idolatria que viu (At 17.16, 23). Ele se irritou e se revoltou (At 17.16), mas também analisou e pesquisou bem o fenômeno da idolatria ateniense para, então, entrar bem preparado na pregação cristã (At 17.23). Essa pregação missionária não faria sentido se a idolatria não constituísse a quebra do primeiro mandamento. Mais uma vez, e em forma radical, encontramos a versão condenatória do primeiro mandamento no Novo Testamento.

Na Carta aos Gálatas encontramos a versão crítica do primeiro mandamento, na passagem onde se diz que outrora, quando não conheciam a Deus, os gálatas haviam servido a deuses que por natureza não o são (Gl 4.8). No contexto, percebe-se que Paulo provavelmente se referia à astrologia, em que dias, meses, tempos e anos são observados conforme a constelação das estrelas (Gl 4.10).

Em nenhuma epístola paulina a problemática do primeiro mandamento está tão presente quanto em 1 Coríntios. Paulo alude a esse mandamento várias

vezes: o apóstolo ensina que o idólatra sofrerá dano maior do que o apedrejamento, pois não herdará o reino de Deus (6.9); revela a nulidade dos deuses falsos (8.4); associa a idolatria à comida, à bebida e ao divertimento religioso da forma como eram praticados no templo da deusa Vênus, em Corinto (10.7); recomenda-nos a fugir da idolatria (10.14); e afirma, novamente, que o sacrificado ao ídolo não tem nenhum valor moral ou salvífico (10.19). O versículo 10.20 é a referência mais radical nesta carta: Paulo identifica o sacrifício aos ídolos com as oferendas aos demônios. Embora os ídolos em si não sejam necessariamente idênticos a demônios específicos, existe uma dimensão demoníaca na idolatria, isto é, Satanás, que age por trás e através da idolatria, apesar de ter sido neutralizado e desentronizado diante da vitória de Cristo (1 Jo 3.8b). Finalmente, em 12.2 temos uma referência a ídolos mudos, isto é, deuses falsos que não falam, que não têm condições de expressar sua vontade mas que, mesmo assim, têm condições de "guiar", ainda que para o caminho errado. É o "guiar" do pensamento gentílico.

Efésios 5.5 repete o pensamento de 1 Coríntios 6.9, isto é, que nenhum idólatra tem herança no reino de Cristo e de Deus. Paulo reafirma as conseqüências da não-observância do primeiro mandamento: nenhuma herança no reino de Cristo, exclusão de Seu amor, de Seu cuidado e da vida eterna.

A última palavra do apóstolo João aos cristãos da Ásia Menor foi uma advertência contra a quebra do primeiro mandamento: "guardai-vos dos ídolos" (1 Jo 5.21). Este mandamento era tão importante e significativo para o apóstolo que a última frase da carta é uma afirmação de sua validade.

III. A versão positiva e construtiva do primeiro mandamento no Antigo Testamento

Dos dez mandamentos, oito foram formulados começando com o advérbio "não". Apenas o quarto e o quinto são positivos. A fórmula predominante no decálogo é proibitiva. Mas é notável observar que no testemunho do Antigo Testamento encontramos repetidas vezes, e em forma explicativa, a versão positiva dos oito mandamentos formulados negativamente. Portanto, na interpretação e aprendizagem dos dez mandamentos precisamos sempre procurar sua versão construtiva e afirmativa. Lutero referiu-se ao *affirmativissimum secundum spiritum* do mandamento.[3] A cada proibição corresponde uma ordem positiva. Daí podermos interpretar o decálogo negativa e positivamente.

A hermenêutica utiliza a sinédoque para descobrir o sentido e o valor real de cada mandamento. Isso significa ver a verdade do mandamento dentro de sua conjuntura maior, o negativo pelo positivo e vice-versa, a origem pela causa, o pequeno pelo maior. Esta metodologia foi usada por Lutero,[4] Calvino[5] e na *Teologia Moral Católica* de H. Noldin e A. Schmitt.[6] Desta maneira,

podemos incluir todo material afirmativo do Antigo e do Novo Testamento, obtendo assim uma ética cristã ampla, objetiva e verdadeiramente bíblica:

- A -
CONFIAR NA SUFICIÊNCIA DE DEUS

A versão positiva é evidente nesta frase: "Não terás outros deuses". Nós não precisamos de deuses, porque podemos confiar na suficiência de Deus. Não temos motivos para querer outros deuses ou precisar deles. Se Deus nos é suficiente, confiamos e esperamos só nEle. Se temos um problema para resolver, uma decisão a tomar, oramos, acreditando que Ele nos guia como Pedro sugeriu: "... lançando sobre ele toda a vossa ansiedade, porque ele tem cuidado de vós" (1 Pe 5.7).

Para aquele que crê na suficiência de Deus, restam apenas palavras de gratidão e adoração. Salomão orou: "Ó Senhor Deus de Israel, não há Deus como tu, em cima nos céus nem embaixo na terra, como tu que guardas a aliança e a misericórdia a teus servos que de todo o coração andam diante de ti" (1 Rs 8.23).

Em meio a todo o culto a Baal no monte Carmelo, a confiança na suficiência de Deus foi renovada quando o fogo do Senhor consumiu o holocausto, a lenha, as pedras, a terra e ainda lambeu a água que estava na valeta ao redor do altar. Lá o povo novamente reconheceu a singularidade e exclusividade de seu Deus, e confiou na suficiência dEle: "O Senhor é Deus! o Senhor é Deus!" (1 Rs 18.39).

A crença na suficiência de Deus também caracteriza a oração do rei Ezequias relatada em 2 Reis 19.15-19 e em Isaías 37.16-20. Nela, o rei Ezequias expressa sua total fé na suficiência, singularidade e exclusividade do Deus Javé: "Ó Senhor Deus de Israel, que está entronizado acima dos querubins, *tu somente és o Deus* de todos os reinos da terra; tu fizeste os céus e a terra" (2 Rs 19.15; Is 37.16b). Tal confiança está expressa também na oração monoteísta do conhecido *Shema* (Dt 6.4-9).

- B -
SER FIEL A DEUS

A fidelidade a Deus é outra forma positiva de obedecer ao primeiro mandamento. A história de Daniel mostra-nos o piedoso profeta na corte babilônica: em meio a tanta idolatria, superstição e desobediência, ele se manteve fiel a Javé mediante uma vida de oração. Três vezes ao dia, ele dirigia o olhar pela janela aberta de seu quarto em direção ao templo em Jerusalém, lembrando o lugar da presença de Javé, e orava. Fidelidade cercada de

superstição e de paganismo babilônico. Quem é meu Senhor? Em quem eu confio? Diante de quem tremo? Estas são as perguntas de Daniel e de todo o primeiro mandamento. Nós afirmamos: Deus é nosso Senhor e ninguém mais, nenhum homem, nem Satanás, nem a religião babilônica, nem a superstição, nem nós mesmos podemos sê-lo. Prestamos fidelidade somente ao Deus Javé, ao bendito Senhor que nos salvou.

- C -
ADORAR AO SENHOR

A adoração verdadeira é outra maneira legítima de cumprir o primeiro mandamento. Em vez de adorar ídolos, reverenciemos a Deus, e só a Ele. Cultivar conscientemente Sua adoração nos guarda do mal, da queda, da desobediência e da frustração espiritual. Onde há ingratidão, onde domina a crítica e o espírito de desobediência, o verdadeiro culto é rapidamente esquecido. O perfeito louvor é de suma importância para o desenvolvimento espiritual. Numa época em que a frieza espiritual predominava nos corações dos israelitas e os levitas desobedeciam a Deus, Elcana e Ana mantiveram viva sua fé por meio da adoração fiel. De ano em ano subiam a "adorar e sacrificar ao Senhor dos Exércitos em Silo" (1 Sm 1.3), e Deus honrou a veneração deles com o nascimento do profeta Samuel, que chamou o povo de volta à obediência ao primeiro mandamento (1 Sm 1.19; 2.21; 3.8). Outras passagens mostrando que a adoração a Deus é o cumprimento positivo do primeiro mandamento são: 1 Crônicas 16.29; 29.20; 2 Crônicas 20.18; Salmos 27.4; 29.2; 95.6; 96.9.

- D -
SER ZELOSO PELO SENHOR

Os homens zelam por aquilo que apreciam. Quem gosta do carro preserva-o, quem ama sua esposa cuida dela. Quem de fato ama o Senhor zela por Sua santidade e exclusividade, e guarda Seus mandamentos diligentemente (1 Rs 19.10; Dt 11.13, 22). Sejamos zelosos e diligentes para com nosso Senhor e guardemos Seus mandamentos com alegria, firmeza e satisfação.

- E -
TEMER, OBEDECER, AMAR E SERVIR AO SENHOR

Em Deuteronômio 10.12, 13, Deus exorta Seu povo à obediência simples. O Senhor deseja quatro coisas: que Seu povo O tema, ande em todos Seus caminhos, ame-O e sirva-Lhe de todo coração e alma. Quando isso acontece

com singeleza e sinceridade, a conseqüência lógica é a observância dos mandamentos e estatutos do Senhor. O homem que seguir esses passos será ricamente abençoado (Dt 11.14-15).

- F -
SER ÍNTEGRO EM SEU SERVIÇO

Josué é um belo exemplo de como servir ao Senhor. Em Josué 24.14-25 encontramos o verbo "servir" catorze vezes e o substantivo "servidão" uma vez. O líder despede-se do povo deixando como herança espiritual uma fé inabalável, uma dedicação sincera e exemplar: "Agora, pois, temei ao Senhor, e servi-o com integridade e com fidelidade; deitai fora os deuses aos quais serviram vossos pais..." (Js 24.14). Integridade no serviço a Deus, dedicação total, imparcial e exclusiva era o testemunho vivo de Josué, seu legado para o povo escolhido, que herdou a terra prometida de Canaã.

- G -
OUVIR SUA VOZ

Além de andar no temor de Deus, guardar Seus estatutos e servi-lO de todo coração, é preciso ouvir Sua voz para cumprir este mandamento (Dt 13.4). Quando atendemos à Sua palavra com calma e atenção, já não percebemos o clamor do mundo. Para não prestar obediência à propaganda materialista do presente século precisamos, urgentemente e em primeiro lugar, dar ouvidos à Sua palavra. As promessas de misericórdia alcançam aqueles que dão atenção à Sua voz (Dt 30.2, 3; Zc 6.15).

- H -
GUARDAR, BUSCAR E OBSERVAR

Estes três verbos falam do cumprimento positivo do primeiro mandamento. Se eu guardar a lei do Senhor e buscá-lO em todas minhas decisões, observando diligentemente Suas ordens reveladas na Bíblia, então não desejarei desobedecer e desviar-me de Seu precioso mandamento. "Bem-aventurados os irrepreensíveis no seu caminho, que andam na lei do Senhor. Bem-aventurados os que guardam as suas prescrições, e o buscam de todo o coração" (Sl 119.1, 2). Veja também Deuteronômio 4.29; Jeremias 29.13 e Salmo 119.145.

- I -
INCLINAR O CORAÇÃO AO SENHOR DEUS DE ISRAEL

Geralmente sirvo àquilo que me atrai, seduz, ao que eu gosto: "Deitai, pois, agora, fora os deuses estranhos que há no meio de vós, e inclinai o vosso coração ao Senhor Deus de Israel" (Js 24.23). Quais são as coisas que me prendem no dia a dia? Esta pergunta precisa de uma resposta honesta e corajosa, que ajudará a me posicionar objetiva e corretamente. O Altíssimo deseja que nós O sirvamos com exclusividade porque só Ele é Deus, e Ele não quer compartilhar Sua glória com nenhum outro.

- J -
TER CUIDADO, APEGAR-SE, ORAR, MANTER COMUNHÃO

Estes são ainda outros equivalentes positivos do primeiro mandamento. Ter o cuidado de observar a lei todos os dias (2 Rs 17.37), apegar-se às palavras de Deus (Js 23.7), orar e ter comunhão com Deus e com os irmãos (Sl 16.1-4) — tudo isso nos ajuda a cumprir fielmente o primeiro mandamento: "Guarda-me, ó Deus, porque em ti me refugio. Digo ao Senhor: Tu és o meu Senhor; outro bem não possuo, senão a ti somente. Quanto aos santos que há na terra, são eles os notáveis nos quais tenho todo o meu prazer. Muitas serão as penas dos que trocam o Senhor por outros deuses" (Sl 16.1-4a). Este salmo messiânico mostra como cultuar o único Senhor Deus: orar, tê-lO como refúgio e posse única e exclusiva, manter comunhão com os cristãos.

- L -
CONCLUSÃO

Vimos assim que adorar, inclinar-se, sacrificar, temer, achegar-se, apegar-se, curvar, prostrar-se, ser zeloso, ser fiel, ouvir, guardar, buscar, observar, ser íntegro no serviço, ter cuidado, orar, ter comunhão com os irmãos são todos equivalentes positivos do primeiro mandamento, ou como Calvino escreveu: "Mas, ainda que são inúmeras (as cousas) que devemos a Deus, contudo, a quatro tópicos se podem não ineptamente referir: *Adoração*, a que se aduz como um apêndice a obediência espiritual da consciência, *Confiança*, *Invocação* (e) *Ação de Graças*. Chamo *Adoração* a veneração e o culto que qualquer um de nós Lhe rende, quando se Lhe submeteu à grandeza. Pelo que, não improcedentemente, faço parte da adoração a submissão de nossa

consciência à Sua Lei. *Confiança* é a segurança de nEle descansar, mercê do reconhecimento de Seus predicados, quando, atribuindo-Lhe toda sabedoria, justiça, poder, verdade, bondade, reconhecemo-nos bem-aventurados somente em Sua comunhão. *Invocação* é o recurso de nossa mente à Sua fidelidade e assistência, como ao sustentáculo único, vezes quantas qualquer necessidade urge. *Ação de graças* é gratidão com que se Lhe atribui o louvor de todo bem".[7]

IV. A versão positiva e construtiva do primeiro mandamento no Novo Testamento

- A -
SANTIFICAR O NOME DE DEUS, ESPERAR SEU REINO E FAZER SUA VONTADE

Uma das melhores apresentações positivas do primeiro mandamento está nas três primeiras petições da oração dominical em Mateus 6.9, 10. Aqui, "não ter outros deuses" significa santificar o nome de Deus, esperar Seu reino e fazer Sua vontade. Este nome em si já é santo e não precisa ser santificado literalmente, mas nossa atitude para com ele necessita de santificação diária e constante.

A esperança viva na vinda do Senhor Jesus Cristo é a dimensão escatológica dos que confiam no Senhor e Lhe servem. Não deve haver nenhuma especulação quanto ao dia de Sua vinda. Basta a simples esperança no fato de Sua vinda. Esta esperança já brilha e cresce no cristão que faz a vontade de Deus.

Viver a vontade de Deus faz parte do plano de salvação e provavelmente constitui uma das coisas mais difíceis para todo discípulo. Desta realidade fala também Gálatas 2.20, onde o apóstolo Paulo se refere ao viver com Cristo.

- B -
VIVER PARA CRISTO
(2 Co 5.15; Gl 2.20)

De fato, viver para Cristo, e não para si, é outro equivalente positivo do primeiro mandamento. A vontade de Deus para o homem é expressa duas vezes: primeiro na forma negativa e, depois, na forma positiva — não mais viver para nós, mas para aquele que por nós morreu e ressuscitou (2 Co 5.15). Na gramática grega falamos do dativo de vantagem ou dativo positivo, e do dativo de desvantagem ou dativo negativo. Ambas as formas estão nesse versículo. Tal raciocínio duplo do dativo positivo é negativo ou vice-versa é comum nos

escritos de Paulo quando ele descreve a nova vida em Jesus Cristo (Rm 6.2, 10, 11; 14.7; Gl 2.20).

O viver para Jesus Cristo é o âmago da ética cristã. Deus deseja que vivamos para Ele. Que sublime privilégio, responsabilidade e tarefa! Quem deseja viver conscientemente para Cristo não quer outros deuses; antes, apega-se e refugia-se em Jesus, e tão somente Nele, mesmo nos dias adversos, angustiosos e difíceis. "O Senhor é o meu pastor: nada me faltará... Ainda que eu ande pelo vale da sombra da morte, não temerei mal nenhum, porque tu estás comigo: a tua vara e o teu cajado me consolam" (Sl 23.1, 4).

- C -
AMAR, CRER E ESPERAR
(At 8.37; 1 Co 13.13; 1 Pe 1.13)

Estas três atitudes são fruto da obra regeneradora e santificadora do Espírito Santo em nossas vidas. São verbos que expressam relacionamento e mostram a beleza de nossa comunhão com o Salvador. São três maneiras bem positivas de cumprir, na prática, o primeiro mandamento.

- D -
AMAR A DEUS E AO PRÓXIMO
(Mt 22.37-40)

Quando os fariseus interrogaram o Mestre sobre o grande mandamento, Jesus deu uma resposta salomônica e desafiadora que marcou toda a história da fé cristã: "Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, de toda a tua alma, e de todo o teu entendimento. Este é o grande e primeiro mandamento. O segundo, semelhante a este, é: Amarás o teu próximo como a ti mesmo. Destes dois mandamentos dependem toda a lei e os profetas" (Mt 22.37-40). Aqui o Filho de Deus, o Messias, o Cristo Salvador interpreta a lei. Qual o primeiro e grande mandamento de Jesus? Amar a Deus. Não ter outros deuses significa, então, amar a Deus. Mas isto não basta. Jesus não pára no amor vertical à Sua própria pessoa, mas ensina que se deve estender este sentimento na direção horizontal, para o próximo. No duplo mandamento do amor — amor para com Deus e amor para com o próximo — nos são dados toda a lei e os profetas, assim como é manifestada a essência da fé operante e viva, da fé salvadora e transformadora, da qual falamos e pela qual vivemos.

- E -
ADORAR A JESUS

Jesus exigiu que o diabo adorasse Sua pessoa (Mt 4.10; Lc 4.8) e com isto cumprisse Deuteronômio 6.13. Em vez de servirmos a outros deuses ou de nos colocarmos em Sua posição soberana, precisamos aceitar a realidade de nossa vocação de adorar exclusivamente a Jesus. A tentação de Jesus nada mais é do que a história do cumprimento positivo do primeiro mandamento. Jesus, como o segundo Adão, prestou a obediência que o primeiro Adão negou a Seu Pai celeste e, assim, teve condições de exigir que o diabo adorasse Sua pessoa. É interessante observar que este desafio afastou Satanás de Jesus. Quando observamos fielmente o primeiro mandamento, o grande derrotado é o diabo.

Portanto, aprendemos a não adorar pessoas influentes ou ídolos, mesmo que tenham dado uma valiosa contribuição à pátria, mas adorar somente o Senhor Jesus Cristo.

Perguntas para estudo

1. Qual o testemunho do primeiro mandamento?
2. Explique em que consiste a problemática na tradução literal deste mandamento.
3. O que alveja o primeiro mandamento na versão proibitiva?
4. Explique quais as conseqüências da não-observância do primeiro mandamento.
5. Quais são as três espécies mais comuns de idolatria praticadas na história de Israel?
6. Em que consiste a problemática dos casamentos mistos?
7. Como era regulado o processo jurídico na aplicação da pena de morte na quebra do primeiro mandamento?
8. Conforme Josué 23.7, quais são as cinco maneiras específicas de quebrar o primeiro mandamento?
9. Mencione 10 referências bíblicas do Novo Testamento que contenham alusões ao primeiro mandamento.
10. Explique o que é a metodologia da sinédoque.
11. Cite algumas versões positivas do primeiro mandamento encontradas no Antigo Testamento.
12. Qual a referência clássica da versão construtiva do primeiro mandamento no Novo Testamento?
13. Por que o viver para Cristo é o âmago da ética cristã?
14. De que maneira podemos cumprir o primeiro mandamento nos dias de hoje?

Notas

1. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 142.
2. J. A. Motyer, "Idolatria", *in*: R. P. Shedd, ed., *O Novo Dicionário da Bíblia*, vol. I, São Paulo, Vida Nova, 1962, p. 730.
3. M. Lutero, *in*: *D. M. Luthers Werke, Kritische Gesamtausgabe*, Weimarer Ausgabe, Weimar, 1883, WA I, 470, 16ss.
4. *Ibid.*, WA 30, I, 447 A 1.
5. J. Calvino, *op. cit.*, II/8, 9; II/8, 10.
6. H. Noldin e A. Schmitt, *Summa Theologiae Moralis*, II, *De Praeceptis*, Munique/Heidelberg, 1944, p. 132.
7. J. Calvino, *op. cit.*, p. 143.

2

O SEGUNDO MANDAMENTO OU O TESTEMUNHO DA INCOMPARABILIDADE DE DEUS

"Não farás para ti imagem de escultura" (Êx 20.4; Dt 5.8).

Este mandamento fala de nossa perspectiva de Deus. Qual a dimensão de nosso Deus? Podemos fazer projeções e formar imagens de Deus ou de Jesus Cristo? Como Deus Se revela? A Bíblia ensina que o homem não deve fazer ou ter imagens de Deus. Mas não as possuímos de uma ou de outra maneira, ou, pelo menos, não concebemos representações ideológicas ou projeções religiosas de Deus? O que é uma imagem?

"Essa palavra é usada por todas as páginas da Bíblia num sentido literal para denotar uma representação material de um animal, de um ser humano ou de uma forma mista, usada para propósitos de adoração; e num sentido teológico ou metafórico para denotar uma relação entre o homem e Deus. Os museus estão repletos de exemplos de objetos de culto, que demonstram algum aspecto de uma deidade natural, como por exemplo bois (poder), criaturas aladas (presença)."[1]

O teólogo holandês J. Van Imschoot argumenta que o antigo conceito de imagem "não era apenas uma semelhança do ser representado, mas participava dele, em certo sentido era ele mesmo".[2] Em outras palavras, a imagem é uma representação de alguma coisa real ou irreal, física ou metafísica, por desenho, pintura, escultura ou projeção humana. Conforme Calvino, o segundo mandamento preceitua positivamente o verdadeiro culto espiritual a Deus: "Como no mandamento precedente (o Senhor) Se proclamou ser o Deus único, além dO Qual nenhuns outros deuses se devem imaginar ou ter, assim, (neste mandamento) declara ainda mais explicitamente agora de que natureza é e com que modalidade de culto deva ser honrado, para que Lhe não ousemos atribuir algo sensório. Portanto, o fim d(este) mandamento é que (Deus) não

quer que Seu legítimo culto seja profanado mediante ritos supersticiosos. Pelo que, em síntese, (Ele) nos recambia e afasta totalmente das insignificantes observâncias materiais que nossa mente bronca, em razão de sua crassitude, costuma inventar quando concebe a Deus. E, daí, (nos) instrui a Seu legítimo culto, isto é, ao (culto) espiritual e estabelecido por Si (Próprio). Assinala, ademais, (o) que é o mais grosseiro defeito nesta transgressão: a idolatria exterior".[3]

Quais são as diferenças básicas entre uma imagem e o Deus vivo e verdadeiro?

Imagem	*Deus vivo*
visível	invisível
mutável	imutável
destrutível	indestrutível
demonstrável	indemonstrável
definível	indefinível
delével	indelével
conversível	inconversível
comensurável	incomensurável
comparável	incomparável
cansável	incansável
abalável	inabalável
impessoal	pessoal
imperceptível	perceptível
penetrável	impenetrável
material	imaterial
controlável	incontrolável
incomunicável	comunicável
inanimada	vivo
conforme Isaías 44, a imagem não tem olhos e não vê	mas Deus Se revela, ouve, age, ajuda, atende, protege e olha

I. A versão inibidora e crítica do segundo mandamento no Antigo Testamento

Reencontramos o segundo mandamento principalmente no Pentateuco e também em outros escritos do Antigo Testamento. Nós nos limitamos apenas às referências mais significativas. Em Êxodo 34.17 temos a proibição de se fazer deuses fundidos, isto é, elaborar, construir um deus ou uma imagem divina através do processo de fundição: "Não farás para ti deuses fundidos". Esta severa advertência foi dada depois que Israel fez a imagem do bezerro de ouro e Deus renovou a aliança com Seu povo escolhido. Em Levítico 19.4 lemos:

"Não vos virareis para os ídolos, nem vos fareis deuses de fundição". Os passos errados que levam à desobediência não começam quando fundimos deuses, mas quando mostramos as costas para Deus. Levítico 26.1 refere-se a várias formas ou tipos de imagens: ídolos, imagens de escultura, colunas e pedras com figuras. Encontramos exemplos históricos dessas imagens com Raquel (Gn 31.19) e Mical (1 Sm 19.13), e em Juízes 17.3; 18.30. Em Deuteronômio 4.15-18 vemos outros tipos de imagens de seres vivos: animais, homens, mulheres. Encontramos exemplos históricos destas imagens em Israel em 1 Reis 12.28-31; 14.23.

Em Deuteronômio 4.19, 20 temos a advertência de que o homem não deve reverenciar as estrelas, a lua e o sol. Muitas vezes deparamo-nos com esta forma de idolatria nas religiões animistas, nas culturas indígenas ou no velho culto babilônico chamado astrologia. A astrologia não tem nenhuma relação com a astronomia. Enquanto a astronomia é uma ciência moderna e avançada que estuda a constelação física das estrelas e o universo em geral, a chamada astrologia é a arte metafísica de adivinhar por meio de astros. O povo de Deus da antiga aliança foi fortemente advertido contra a astrologia. Os judeus receberam também instruções proféticas para que não temessem aqueles que seguem ou exercem essa prática (Is 44.25; Jr 10.2). Em Isaías 47.13 vemos o cansaço provocado pelas consultas inúteis e fúteis aos astros. É interessante notar que, no mesmo capítulo, Isaías profetiza a queda da Babilônia, onde a astrologia era a religião oficial. No livro de Daniel percebemos que o poder e a influência da astrologia são bastante limitados: os astrólogos babilônicos não conseguiram interpretar os sonhos do rei Nabucodonosor (Dn 2.27). Já 2 Reis 17.16 evidencia que a adoração ao exército dos céus, uma referência à fenomenologia astrológica, levou as dez tribos do reino do norte ao cativeiro assírio. Mais tarde, a astrologia também teve sua influência no reino do sul. O rei Manassés de Judá prostrou-se diante de todo o exército dos céus (2 Rs 21.3). A influência da astrologia babilônica foi interrompida pelo piedoso rei Josias, que renovou a aliança com o Senhor, purificou o templo e o culto, e acabou com a astrologia em Judá (2 Rs 23.5). Todos esses exemplos comprovam que a Bíblia condena veementemente a astrologia babilônica. Nós não adoramos aquilo que foi criado (estrelas), mas o próprio Criador. Na realidade, o horóscopo nada mais é do que uma versão contemporânea popular e comercial da astrologia babilônica.

Em Deuteronômio 27.15 vemos a função condenatória do segundo mandamento em sua forma mais radical. Quem quebrar este mandamento será maldito e abominável perante o Senhor, e o povo dirá amém. O mesmo povo que concordava com esta exigência do Senhor mais tarde caiu em grande idolatria. Outra passagem que se destaca é Deuteronômio 16.21, 22, onde Javé adverte contra postes-ídolos e árvores ao lado do altar ou colunas que Lhe são odiáveis (veja também Juízes 3.8). A adoração a esses fetiches nos lugares altos tornou-se a principal forma de idolatria em Israel.

Em 1 e 2 Reis temos a revelação da infidelidade do povo de Deus. Encontram-se ali três categorias de reis que tiveram diferentes relações com as imagens:

a) reis maus, que não andaram no caminho do Senhor e apoiaram toda sorte de idolatria: Jeroboão (1 Rs 12.31, 32; 13.33); Roboão (1 Rs 14.23); Zinri (1 Rs 16.19); Onri (1 Rs 16.25, 26); Acabe (1 Rs 16.30-33); Acazias (1 Rs 22.52, 53); Jorão (2 Rs 3.1-3); Acazias (2 Rs 8.27); Jeú (2 Rs 10.18-31); Jeoacaz (2 Rs 13.1, 2); Jeoás (2 Rs 13.10, 11); Jeroboão (2 Rs 14.23, 24); Peca (2 Rs 15.27, 28); Acaz (2 Rs 16.1-3); Oséias (2 Rs 17.1, 2); Manassés (2 Rs 21.1-3); Amom (2 s 21.17-21);

b) reis bons, que andaram no caminho do Senhor, mas que, ao mesmo tempo, toleraram os lugares altos: Asa (1 Rs 15.12-15); Josafá (1 Rs 22.43, 44); Joás (2 Rs 12.3); Amazias (2 Rs 14.1-4); Azarias (2 Rs 15.1-4); Jotão (2 Rs 15.32-35); e

c) reis excelentes, que andaram no caminho do Senhor e derrubaram os lugares altos: Ezequias (2 Rs 18.1-4) e Josias (2 Rs 22.1, 2; 2 Cr 34.4).

Em todo esse período, o povo de Deus experimentou apenas dois reavivamentos: o primeiro ocorreu durante o reinado de Ezequias e o segundo, nos dias de Josias. Homens de muita coragem e de alto padrão espiritual, tanto Ezequias quanto Josias tiveram a visão de voltar ao Senhor e deixar para trás toda espécie de ídolos, inclusive os postes-ídolos e lugares altos que dominaram a vida diária por tantas gerações.

O salmo 96.5 afirma que todos os deuses dos povos não passam de ídolos e faz uma clara distinção entre os ídolos e Deus: o verdadeiro Deus fez os céus; os ídolos foram criados, mas nunca criaram nada. O verdadeiro Deus tem poder criativo, os ídolos não. Os ídolos foram criados e não criam, enquanto o verdadeiro Deus cria e nunca foi criado.

Uma nova dimensão na questão da idolatria abre-se nas palavras proféticas de Ezequiel, quando ele se refere aos ídolos dentro do coração (Ez 14.1-11, esp. vv.3, 4). Estes já não são visíveis e estão ligados às atitudes do coração, mas desviam do Senhor e contaminam o pensamento humano (v. 11) tanto quanto os ídolos visíveis e tangíveis.

II. A versão inibidora e crítica do segundo mandamento no Novo Testamento

A versão inibidora do segundo mandamento no Novo Testamento nos é apresentada de forma radical, principalmente nos ensinos proferidos pelo apóstolo Paulo durante as viagens missionárias. O padrão em todos esses relatos é o mesmo. A diferença entre os ídolos e Deus é a conversão cristã. Em Atos 14.11-18, Paulo e Barnabé receberam glórias do povo, como se fossem a encarnação dos deuses da mitologia grega. Barnabé foi chamado de Júpiter (o principal deus dos gregos e romanos) e Paulo, por causa de sua fluente retórica, foi chamado de Mercúrio (considerado o mensageiro dos deuses). O apóstolo,

porém, põe fim ao espírito de idolatria em torno de sua pessoa, rasgando as vestes e afirmando sua humanidade sujeita a sentimentos falíveis. Em vez de aceitar a divinização, Paulo pede que o povo deixe os deuses vãos e converta-se ao Deus vivo, Criador do universo.

Com a mensagem missionária no Areópago em Atenas, Paulo mostra que o caráter da verdadeira divindade nada tem a ver com as fantasias e projeções do homem que tenta fabricar deuses de ouro, prata ou pedra (At 17.29). Pelo contrário, ele confirma que deve haver um afastamento total dos ídolos no momento da conversão: "... deixando os ídolos, vos convertestes ao Deus vivo" (1 Ts 1.9). Converter-se é afastar-se dos ídolos e retornar ao Deus vivo por meio da fé em Jesus Cristo. De suma importância para o ministério pastoral é o exemplo dos cristãos de Éfeso, que rejeitaram publicamente suas obras e os livros mágicos, destruindo-os com fogo (At 19.18, 19). Vemos que o evangelho de Jesus Cristo exige a separação total dos ídolos e de suas obras mágicas. Esta exigência não faria sentido sem a mensagem do segundo mandamento. Paulo enfatiza o afastamento total, radical e espiritual de qualquer forma ou manifestação idólatra porque leva a sério o segundo mandamento, que diz: "Não terás outros deuses diante de mim" (Êx 20.3); e é por isso que ele pode dizer em 1 Coríntios 8.4 que um ídolo nada é. Isso não significa que o apóstolo nega a existência de ídolos, mas que neles não se encontra nada de divino, sendo projeções humanas de divindades (At 17.29).

Por que o homem faz imagens? Por que existem tantas religiões? Por que a natureza humana tem a tendência de fazer projeções da divindade? Como se explica o fenômeno da idolatria e das religiões no mundo de hoje? Por que o homem não se dá por satisfeito só com Deus? É difícil responder a estas perguntas tão complexas e profundas de maneira clara, breve e objetiva, porque isso implicaria num estudo comparativo das religiões em geral e, especificamente, numa pesquisa do problema da metafísica e das "cinco vias" (argumentos a favor da existência de Deus).[4] Em nossa resposta partimos unicamente do segundo mandamento em si, da comparação entre o Deus vivo, verdadeiro, e os ídolos. Ao confrontarmos o Senhor com os ídolos, percebemos que Deus é invisível, mas as imagens são visíveis. Através do visível, o homem busca segurança: todos nós sabemos que psicologicamente é muito mais fácil dominar o visível do que o invisível. Um deus visível pode ser alterado, modificado, manipulado; e o homem que cria uma imagem mais cedo ou mais tarde vai abandoná-la. Nesse aspecto, podem-se justificar as críticas contra a religião, porque este tipo de deus nada mais é do que uma projeção dos sentimentos do homem religioso. A tendência de hoje é fazer imagens de Deus nos pensamentos, na razão, na imaginação, nos sentimentos. A primeira pessoa a quebrar este segundo mandamento foi o próprio Satanás, quando perguntou: "será que Deus disse?" (Gn 3.1).

III. A versão positiva e construtiva do segundo mandamento no Antigo Testamento

Em Êxodo 20.6 observamos que Deus encerra este mandamento com uma promessa maravilhosa: "... faço misericórdia". Ele atribui, oferece, concede Sua eterna misericórdia a quem observa e guarda este mandamento. Encontramos o mesmo princípio em Joel 2.12, 13. A misericórdia de Deus renova-se dia após dia sobre aquele que cumpre fielmente este mandamento.

Em Deuteronômio 4.20, depois da versão negativa (Dt 4.15-19), Moisés aponta o alvo de Deus para Seu povo: que seja santo, puro e tenha herança. A santidade de Deus exige pureza moral e religiosa. Encontramos exemplos históricos dessa fidelidade, dedicação e pureza em Gideão (Jz 6.25-32); Josias (2 Rs 22.1, 2; 2 Cr 34.4); Ezequias (2 Rs 18.1-4) e Daniel (Dn 6.10, 11). Concluímos, pois, que purificação e santificação constituem os equivalentes positivos deste mandamento: purificação e santificação de nossa pessoa, de nossos pensamentos, atitudes e projeções em relação ao Deus vivo.

Outro equivalente positivo deste mandamento é o fato de que Deus fez a imagem do homem. Ele vê o homem como é na realidade e como deveria ser (Rm 8.29). O homem foi criado à semelhança de Deus (Gn 1.26) e nEle tem sua perfeita imagem (1 Co 11.7). Veja também Colossenses 1.15; 3.10. *Deveríamos ser a imagem viva do Deus vivo, e não fazer imagens sem vida de deuses inexistentes.*

Em vez de buscar e fazer imagens, devemos procurar o Deus vivo, humilhar-nos, orar e converter-nos (2 Cr 7.14; Is 55.6; Am 5.4-6, 14). Deus deseja nossa conversão das ferraduras, dos pés de coelhos e de outras formas de superstição, projeções humanistas e idolatria. O caminho certo começa com nossa humilhação diante da santidade de Deus, com uma conversão verdadeiramente bíblica e com uma vida de oração, santificação e piedade prática.

IV. A versão positiva e construtiva do segundo mandamento no Novo Testamento

Deixar os ídolos, voltar ao Deus vivo e esperar nEle (1 Ts 1.9, 10); converter-se (At 14.15), queimar os livros mágicos e abandonar completamente as imagens (At 19.19); buscar o Senhor em primeiro lugar (Mt 6.33) e depois guardar-se dos ídolos (1 Jo 5.21) — eis os equivalentes positivos do segundo mandamento no Novo Testamento. A divisória entre os ídolos e o Deus vivo é Jesus Cristo, que nos convida ao arrependimento e à fé no evangelho. A conversão bíblica é a diferença fundamental entre a idolatria e a adoração verdadeira. Cumprimos o segundo mandamento por meio da conversão, que

implica na santificação, na dedicação ao serviço de Deus e na rejeição dos ídolos (1 Jo 5.21).

Resumimos este segundo mandamento em cinco afirmações:

1. Não precisamos de nenhuma imagem ou projeção de Deus. Todas as imagens e opiniões particulares conduzem-nos a projeções erradas. Mas em Cristo Jesus nos é dada a perfeita imagem de Deus.
2. Deus Se revela por meio da fiel pregação de Sua Palavra.
3. Através do Espírito Santo, Deus Se aproxima de nós de maneira que podemos nos comunicar com Ele (Jo 4.24; 14.17). Todos aqueles que aceitam Jesus e desejam possui-lO recebem o Espírito Santo (Lc 11.13; 1 Co 12.13).
4. Deixar os ídolos e converter-se (1 Ts 1.9, 10), buscar em primeiro lugar o Deus vivo — eis o caminho para se voltar às origens do testemunho e do cumprimento positivo e alegre deste mandamento.
5. Purificação e santificação de nossa pessoa, mente, corpo, espírito, alma, atitudes e projeções em relação ao Deus vivo e verdadeiro é o caminho prático e devocional para cumprir o segundo mandamento.

V. A contextualização do segundo mandamento

O testemunho bíblico da incomparabilidade de Deus torna-se um problema diante da realidade vívida de hoje num país como o nosso, que possui um estado chamado "Espírito Santo", usa o nome Jesus com freqüência e fala constantemente do "deus brasileiro". Teólogos que negam por completo qualquer "teologia natural", como Barth, certamente levantariam suas vozes contra qualquer tentativa de justificar a terminologia polêmica em questão. Por outro lado, os pensadores cristãos que apóiam a "teologia natural", como Brunner, apesar de defender a teologia dialética, explicariam que o emprego de termos divinos para pessoas e coisas terrenas é um reflexo do fato de todo homem ter sido criado à imagem de Deus e possuir em si um conhecimento natural a respeito do sagrado. Chamar um estado de "Espírito Santo", ou uma pessoa de "Jesus", e afirmar que "deus é brasileiro" seriam expressões de devoção e fé cristã sincera, e não idolatria em si.

Outro aspecto que precisa ser esclarecido é o uso de imagens para fins didáticos. Educadores cristãos ilustram as histórias bíblicas com o flanelógrafo. Professores de escola bíblica dominical apresentam suas lições com métodos audio-visuais. Em outras ocasiões, *slides*, filmes ou vídeos sobre a vida de Jesus são usados para tornar a evangelização mais atraente e clara. Em muitas casas de cristãos encontramos lindos retratos da arca de Noé, da última ceia de Jesus com os discípulos ou de outras cenas bíblicas. Pela história eclesiástica, sabemos como as pinturas nas catacumbas serviram para a catequese e a meditação dos fiéis analfabetos. A tradição cristã nunca condenou o emprego de imagens para

fins didáticos. O problema surge quando essas imagens são desvinculadas da simplicidade da fé apostólica, tornando-se um instrumento de veneração ou até adoração.

Já o pé de coelho, o anel mágico, a pirâmide esotérica, o cacto em frente da casa para dissipar os maus espíritos, o arco-íris, as pedras no balde em cima da cabeça e outros objetos ou práticas que recebem o apoio da crença popular são manifestações de desrespeito à santidade de Deus e ao segundo mandamento (Dt 18.10-12).

Perguntas para estudo

1. Qual o testemunho do segundo mandamento?
2. Qual o teor do segundo mandamento?
3. Quais as diferenças fundamentais entre qualquer imagem e o Deus vivo?
4. O que é uma imagem esculpida?
5. Qual a lição espiritual contida nos dois livros de Reis com relação ao segundo mandamento?
6. Que importância tiveram os postes-ídolos na história de Israel?
7. De que forma encontramos o segundo mandamento no Novo Testamento?
8. Por que o homem faz imagens de Deus?
9. Até que ponto está certo fazer projeções de Deus?
10. É certo chamar seu filho de Jesus ou dizer que deus é brasileiro?
11. Explique a tradição cristã no uso de imagens.
12. Na questão das imagens, qual é a diferença entre os católicos e os evangélicos?
13. Como você orientaria um recém-convertido que ainda mantém seus cactos protetores ou seu pé de coelho?

Notas

1. A. A. Jones, "Imagem", *in*: R. P. Shedd, ed., *O Novo Dicionário da Bíblia*, vol. I, São Paulo, Vida Nova, 1962, p. 739.

2. P. Van Imschoot, "Imagem", *in*: *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, São Paulo, 1977, p. 715.

3. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, pp. 144-145.

4. Como introdução ao estudo desta questão, recomenda-se C. Brown, *Filosofia e Fé Cristã*, São Paulo, Vida Nova, 1983, pp. 16-24.

3

O TERCEIRO MANDAMENTO OU O TESTEMUNHO DA SANTIDADE DE DEUS

"Não tomarás o nome do Senhor teu Deus em vão, porque o Senhor não terá por inocente o que tomar o seu nome em vão" (Êx 20.7; Dt 5.11).

Literalmente, poderíamos traduzir este mandamento assim: "Não usar o nome de Deus para o mal". Isso acontece quando amaldiçoamos alguém, quando empregamos o nome de Deus sem pensar, quando O invocamos em cerimônias ocultas e quando juramos levianamente. A finalidade do terceiro mandamento é afirmar a santidade de Deus. Não devemos profaná-lO nem tratá-lO irreverentemente. Não se deve pensar em Deus ou em Seus mistérios sem a devida sobriedade e reverência. Não se deve difamar o nome de Deus ou desacreditar Suas obras, mas antes dizer a verdade e reverenciar Seu nome, porque santificar nossa atitude para com Deus é santificar o nome de Deus. Deus reinvindica para Si este direito de santificar Seu nome.

Lutero define o teor e a aplicação deste mandamento da seguinte maneira: "Quando pois se pergunta: 'Como entendes o segundo mandamento?' ou: 'O que significa tomar o nome de Deus em vão, ou mal usá-lo?', responde, com toda concisão, assim: 'Abusar o nome de Deus quer dizer pronunciar o nome do Senhor Deus, seja qual for a maneira, para fins de mentira ou vício de qualquer espécie'".[1]

Já o reformador de Genebra, Calvino, foi mais longe quando escreveu em suas famosas *Institutas*: "Estes três (pontos), insisto, importa observar não negligentemente: (primeiro,) que tudo quanto a mente concebe a Seu respeito, tudo quanto a língua profere, saiba a Sua excelência e corresponda à sagrada sublimidade de Seu nome, afinal, seja adequado a exalçar-Lhe a magnificência. (Segundo,) não abusemos, temerária e pervertidamente, de Sua santa Palavra e de (Seus) venerados mistérios, seja a serviço da ambição, seja a serviço da avareza, seja a serviço dos divertimentos nossos. Pelo contrário, uma vez que trazem impressa (em si) a dignidade do Seu nome, tenham sempre entre nós

Sua honra e apreço. Finalmente, não Lhe difamemos ou desacreditemos as obras, como contra Ele costumam contumeliosamente vociferar homens miseráveis; ao contrário, tudo quanto rememoramos (como) feito por Ele, celebremo(-lo) com os louvores de sabedoria, de justiça (e) de bondade".[2]

A exposição do significado completo do terceiro mandamento implicaria em um estudo profundo do nome de Deus em toda a Bíblia. Para os judeus, o nome está intimamente ligado à pessoa, indicando seu caráter ou o caráter de seu pai (Êx 3.13; Mt 1.21), ou ainda denotando a posição e função de quem traz o nome (Êx 23.21).

Só é possível usar o nome de Deus indevidamente porque Ele declarou Seu nome aos homens. Em Êxodo 3.13-15 lemos *'ehyeh 'ašer 'ehyeh*. *'Ehyeh* é a primeira pessoa do imperfeito do verbo hebraico *hayah*, que literalmente significa "tornar-se". O imperfeito indica indefinição e, portanto, a frase pode significar: "eu era quem eu era"; "eu estou sendo quem estou sendo"; "sou quem eu sou" (Êx 3.14) ou "eu serei o que serei" (Êx 3.12). Neste nome o Senhor revela Seu caráter imutável, inescrutável, insondável e incomparável. Deus não muda e nem deseja mudar Seus princípios, Seu caráter ou Seu eterno plano de salvação (Ml 3.6; Hb 13.8). Embora *'ehyeh* nunca faça parte de algum nome próprio no Antigo Testamento, é usado como uma forma do nome divino na segunda parte de Êxodo 3.14: "Eu Sou me enviou a vós outros". A frase contém todas as vogais necessárias e as consoantes ficam bem próximas de *YHWH* (Êx 3.15), que é o nome para o Senhor. O judeu quase nunca o pronunciava, mas lia as vogais da palavra *adonai*, que significa "meu Senhor", e combinava-as com as consoantes *YHWH*, de onde resulta o híbrido Jeová, ou Javé, em português.[3]

I. A versão inibidora e crítica do terceiro mandamento no Antigo Testamento

O castigo para o mau uso do nome de Deus era severo: apedrejamento (Lv 24.16). Baseados em Levítico 19.12, percebemos que a proibição principal era dirigida contra o juramento falso, isto é, usar o nome de Deus para atestar uma declaração mentirosa. É bom salientar que o terceiro mandamento não menciona nem proíbe seu uso ponderado, mas o abuso em juramentos levianos, cerimônias ocultas ou maldições.

Tradicionalmente, os rituais do ocultismo ou as práticas supersticiosas também são considerados ofensas contra este mandamento (Dt 18.10, 11), pois muitas vezes mencionam a Santíssima Trindade ou o nome do Senhor. A Palavra de Deus adverte-nos fortemente contra os prognosticadores (Lv 19.31).

II. A versão positiva e construtiva do terceiro mandamento no Antigo Testamento

Como vemos em 2 Samuel 2.27, este mandamento não exclui a recorrência ao nome do Senhor em juramentos verazes e solenes. Na verdade, ao asseverar por Ele, e não por qualquer outro deus, a pessoa que fazia os votos mostrava que era um adorador de Javé (Jr 4.2). Fora dos juramentos verazes, o nome de Javé era pronunciado apenas uma vez por ano, quando o sumo sacerdote abençoava o povo no grande dia da expiação (Lv 23.27).

Podemos invocar o nome de Deus nas angústias. Também podemos invocar Seu nome clamando por socorro e salvação. A Palavra de Deus encoraja-nos a invocá-lO (Sl 50.15).

III. A versão inibidora e crítica do terceiro mandamento no Novo Testamento

Os judeus queriam matar Jesus porque, na opinião deles, Cristo violava o sábado e dizia que Deus era Seu Pai, fazendo-Se igual a Ele. Isso O tornava merecedor de morte por apedrejamento (Lv 19.12).

João relata outro exemplo da versão negativa deste mandamento (10.33). Os judeus estavam prontos para apedrejar Jesus por blasfêmia, pois Ele tinha alegado que as obras que fazia eram obras de Seu Pai. Isso indicava que era Seu Filho e, conseqüentemente, Deus. Mas Jesus usou o Salmo 82.6 como resposta: "Sois deuses, sois todos filhos do Altíssimo".

No grande julgamento perante Caifás, os judeus novamente acusavam Jesus de blasfêmia (Mt 26.65), não aceitando que fosse Filho de Deus. Caifás acusou-O de sacrilégio, mas não O condenou, porque os judeus não possuíam autonomia política; caso contrário, Jesus teria sido apedrejado como mandava a lei (Lv 19.12), e não crucificado.

IV. A versão positiva e construtiva do terceiro mandamento no Novo Testamento

Encontramos na oração dominical uma versão clássica do uso correto do nome de Deus. Ali não se fala em proibir o uso do nome de Deus, mas em santificá-lo. O nome de Deus não precisa ser literalmente santificado porque o Senhor já é santo por Sua própria natureza, mas nossa atitude em relação a tal nome necessita de santificação. Santificar o nome do Senhor significa também que os seguidores de Cristo devem viver em santificação (1 Ts 4.3, 7), "sem a qual ninguém verá o Senhor" (Hb 12.14).

Outro equivalente positivo do terceiro mandamento é confessar e invocar o nome do Senhor (Rm 10.10, 13). O cristão tem o privilégio de apelar para o Senhor e chamá-lO por Seu nome.

V. A atualização do terceiro mandamento

Conforme Levítico 19.12, uma das aplicações do terceiro mandamento é o juramento: "... nem jurareis falso pelo meu nome, pois profanaríeis o nome do vosso Deus: Eu sou o Senhor". O versículo não proíbe o juramento em si, mas a falsidade nesse ato, caracterizada pelo uso irreverente do nome do Senhor para dar maior credibilidade a uma afirmação. O juramento era uma exigência legítima do Antigo Testamento (Nm 30.3; Js 7.17). De fato, encontramos até exemplos condignos na Bíblia. O Senhor jurou que abençoaria Abraão (Gn 22.15-17; Hb 6.13) e estabeleceria o trono de Davi (2 Sm 3.9). Veja outros exemplos em Lucas 1.73 e em Hebreus 3.11, 18; 7.21. Em João 9.24, o homem cego de nascença é forçado a jurar, e ninguém o reprova. Além desses exemplos, encontramos formas como "tão certo como vive o Senhor" (1 Sm 14.39, 44), "assim me faça Deus" (2 Rs 6.31) ou "tomo a Deus por testemunha" (2 Co 1.23).

Há também exemplos de juramentos falsos e levianos. A leviandade de Herodes custou a cabeça de João Batista (Mc 6.23). Em Mateus 23.16, Jesus adverte os fariseus: "Ai de vós, guias cegos! que dizeis: Quem jurar pelo santuário, isso é nada; mas se alguém jurar pelo ouro do santuário, fica obrigado pelo que jurou". Em Mateus 26.74, Pedro nega a Cristo, fazendo um juramento indigno.

Jesus condena enfaticamente o voto leviano e supérfluo (Mt 5.33-37). Ele não Se pronunciou contra o juramento em si, mas contra o ato imprudente. Seu meio-irmão, Tiago, seguiu essa tradição ao escrever: "Acima de tudo, porém, meus irmãos, não jureis nem pelo céu, nem pela terra, nem por qualquer outro voto; antes seja o vosso sim, sim, e o vosso não, não, para não cairdes em juízo" (Tg 5.12).

Baseados em Mateus 5.33-37 e em Tiago 5.12, alguns cristãos, entre eles os menonitas, consideram que Jesus proibiu totalmente o juramento. Eles acham suficiente que nossa palavra seja "sim, sim, não, não". Esta interpretação idealista nega as outras referências bíblicas que apóiam a validez do juramento. Lutero e Calvino ensinaram que podemos jurar para o bem e para a salvação de inocentes: "Na verdade, seria assaz perigoso condenar os juramentos particulares, que, em cousas necessárias, se empregam sóbria, santa (e) reverentemente, os quais se apóiam não só na própria razão, mas também em exemplos. Ora, se aos indivíduos é lícito entre si invocar a Deus (como) juiz (1 Sm 24.12) em cousa grave e séria, muito mais (o será como) testemunha. Teu irmão acusar-te-á de improbidade. Por dever de caridade, esforçar-te-ás por te provares inocente. Ele se não dará por satisfeito com nenhuma justificativa (tua). Se a tua reputação vem a descrédito por causa de sua obstinada maldade, sem ofensa apelarás para o julgamento de Deus a fim de que em tempo manifeste (Ele) a tua inocência. Se pesados são os termos, invocar por

testemunha é menos (que invocar como juiz). Não vejo, portanto, por que aqui chamaríamos de ilícita a invocação (de Deus) por testemunha".[4]

Em muitos países civilizados, existe a possibilidade de se fazer uma declaração mediante palavra de honra, em vez de juramento diante de Deus. Nos Estados Unidos, o presidente faz um voto público no momento de sua posse, colocando a mão em cima da Bíblia e jurando cumprir a constituição democrática. Já Felipe Gonzalez, o primeiro ministro socialista da Espanha, quando empossado, usou a expressão "eu prometo". Gonzalez negou-se a jurar, não por motivos "bíblicos", mas por não crer em Deus. Na prática, não existe muita diferença entre "eu juro" e "eu prometo"; ambas são fórmulas de juramentos verazes.

VI. A contextualização do terceiro mandamento

Muitas pessoas abusam do nome do Senhor inconscientemente. Na cultura brasileira, as expressões "meu Deus", "Deus me livre", "se Deus quiser", "Deus é testemunha", "juro por Deus" tornaram-se tão freqüentes, e até populares, que todos acabaram se acostumando. Mas isso não justifica sua perpetuação. Não estamos postulando uma quebra da cultura, mas, antes, uma transformação pela presença real de Cristo em nossas vidas. O problema não está no uso dessas palavras, mas na atitude do coração. Quando bem pensadas, tais expressões constituem uma oração, manifestam nossa confiança no Senhor e testificam a sinceridade de nossa fé. Por outro lado, não resta dúvida de que o uso impensado dessas frases não ajuda em nada; pelo contrário, revela leviandade para com as coisas sagradas, e é isto o que está em pauta no terceiro mandamento.

Perguntas para estudo

1. Qual é o teor do terceiro mandamento?
2. Quando e como originou-se o nome Javé?
3. Qual é a versão proibitiva do terceiro mandamento no Antigo Testamento?
4. Escreva aproximadamente uma página a respeito da versão construtiva do terceiro mandamento no contexto bíblico.
5. Quais os argumentos bíblicos a favor do juramento?
6. Por que os menonitas e outros cristãos acham que é errado jurar?
7. Cite exemplos bíblicos de juramentos levianos.
8. Como você contextualiza o terceiro mandamento?

Notas

1. M. Lutero, *Grande Catecismo*, citado por A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981, p. 402.

2. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, pp. 149-150.

3. Mais pormenores encontram-se em R. A. Cole, *Êxodo, Introdução e Comentário*, São Paulo, Vida Nova/Mundo Cristão, 1981, pp. 66-68.

4. J. Calvino, *op. cit.*, p. 155.

4

O QUARTO MANDAMENTO OU O TESTEMUNHO DO SENHORIO DE DEUS SOBRE O TEMPO

"Lembra-te do dia de sábado, para o santificar. Seis dias trabalharás, e farás toda a tua obra. Mas o sétimo dia é o sábado do Senhor teu Deus; não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro das tuas portas para dentro; porque em seis dias fez o Senhor os céus e a terra, o mar e tudo o que neles há, e ao sétimo dia descansou: por isso o Senhor abençoou o dia de sábado, e o santificou" (Êx 20.8-11 e Dt 5.12-15).

O quarto mandamento fala da santificação do dia do Senhor. Nele, a igreja no mundo inteiro se reúne para cultuar o nome de Deus, que designou o ritmo de seis jornadas de trabalho e uma de descanso para o bem do homem. Todas as mudanças são prejudiciais à saúde e à harmonia da criação. Em torno de sua santificação, três perguntas em particular merecem nossa atenção: como passo o domingo? Qual minha posição diante do culto dominical? Como sirvo à igreja nesse dia? A santificação do dia do Senhor não se originou com a igreja nem através de um gênio humano benevolente, mas na mente de Deus, o Criador, que o instituiu para o bem da sociedade humana. A não-observância deste mandamento equivale à não-observância de qualquer outra ordenança, como matar, adulterar, dizer falso testemunho ou cobiçar. O povo de Deus em Israel e o judaísmo santificam o sétimo dia da semana lembrando a libertação do Egito, enquanto os cristãos, desde a igreja primitiva, observam o primeiro dia da semana como o dia do Senhor em memória da libertação do cativeiro do pecado e da gloriosa ressurreição de Jesus Cristo (At 20.7; 1 Co 16.2). O importante não é observar o sétimo dia no sábado, ou em qualquer outro dia, de forma legalista ou casuística (Rm 14.5), mas santificá-lo como o dia da vitória do Senhor, cultuando na igreja, na devoção particular, na adoração e na

santa comunhão com os irmãos para o desenvolvimento dos dons da igreja. O domingo abre-nos a perspectiva para o grande e futuro dia do Senhor, quando cessará todo trabalho cansativo do homem (Ap 21.4, 23; 1 Jo 4.17; At 17.31; 1 Co 1.8; 1 Ts 5.2). Pelo cumprimento ou não desse mandamento podemos observar o progresso ou a decadência espiritual de uma nação.

I. A versão positiva e construtiva do quarto mandamento no Antigo Testamento

Este é o primeiro mandamento formulado positivamente (o segundo na lista do decálogo acha-se em Êxodo 20.12). Embora todos os dez mandamentos sejam uma dádiva de Deus, o quarto, de modo especial, é qualificado como presente do Senhor. Em Êxodo 16.29, 30, o sábado é apresentado como um dom de Deus que visa o descanso e o benefício do povo.

A palavra *sábado* vem do vocábulo hebraico *šbt*, que literalmente significa descansar, folgar, feriar, respirar, cessar, desistir, parar. O verbo é encontrado mais de 70 vezes no Antigo Testamento e, como substantivo, aparece 111 vezes. *Šabbat* não significa sétimo dia, mas descanso, fôlego.

Observamos que quando a fuga de Davi é relatada, dizendo-se que "chegaram exaustos ao Jordão, e ali descansaram" (2 Sm 16.14), o verbo que o escritor bíblico emprega é *šabbat*.

Nas três versões contidas no decálogo, este mandamento aparece primeiro sob a forma de substantivo, em Êxodo 20.8, e depois na forma verbal, em Deuteronômio 5.12 e em Êxodo 34.21. Além disso, encontramo-lo no "livro da aliança" outra vez na forma verbal (Êx 23.12).

Uma comparação entre os textos básicos onde se encontra o quarto mandamento mostra-nos que Êxodo 20.8 enfatiza a "lembrança", enquanto Deuteronômio 5.12 fala da "guarda".

Em Êxodo 20.11; 23.12; 31.17, diz-se que o sábado deve ser observado porque serve como um memorial do descanso de Deus depois de Sua grande obra criadora. Assim, em Êxodo 20.10 o autor bíblico escreve que esse é o dia do Senhor. Deus descansou no sétimo dia da criação e por isso deseja que o homem, criado à Sua imagem, também encontre Seu repouso. Até o boi e o jumento (animais de serviço) merecem pausa (Êx 23.12). Deus descansou não por motivos físicos, porque Ele nunca Se cansa: o repouso divino refere-se ao simples fato de que Deus cessou de trabalhar (Gn 2.2).

Já em Deuteronômio 5.15, vemos que a razão para a observância do dia de descanso é a libertação de Israel da escravidão do Egito. Uma vez livre, a nação deveria mostrar misericórdia para com aqueles que, entre o povo escolhido, agora eram escravos: "... o teu servo e a tua serva descansem como tu" (Dt 5.14). Aqui encontramos uma ênfase humanista ou existencialista: o sábado foi instituído por causa do homem e para o bem da humanidade.

Encontramos outra referência de sua versão positiva no Antigo Testamento: "Cada um... guardará os meus sábados: Eu sou o Senhor vosso

Deus" (Lv 19.3). De acordo com este versículo, o cumprimento do dia de descanso é individual e, ao mesmo tempo, total e coletivo. A observância refere-se apenas aos sábados que o Senhor determinou, e o motivo de guardá-los é Deus Javé, o Senhor, que Se revelou a nós e nos libertou. A santidade de Deus deve estimular-nos a observar Seus sábados.

Reverenciar o santuário do Senhor é cumprir o quarto mandamento. O objeto de veneração não é o dia em si, mas o lugar onde Javé Se revela (Lv 19.30; 26.2). Jesus também reverenciou o sábado e leu as Escrituras no santuário do Senhor (Lc 4.16). O respeito pelo santuário do Senhor impulsionou Jesus Cristo a limpar o templo de Seu Pai (Jo 2.16).

Em Isaías 58.13, 14 o profeta explica como reverenciar o dia do Senhor. Primeiro ele aponta o lado negativo, aquilo que não se deve fazer nesse dia: profanar o nome do Senhor, cuidar dos próprios interesses, pretender fazer a própria vontade, falar palavras inúteis. Depois, o profeta salienta a versão construtiva, aquilo que deve ser feito: considerar este dia como dia do Senhor, honrá-Lo e deleitar-se em Deus. Novamente percebe-se que o objeto da reverência solene não é o dia em si, mas o Senhor do dia.

II. A versão inibidora e crítica do quarto mandamento no Antigo Testamento

Depois da forma positiva deste mandamento, segue-se a versão inibidora: "... não farás nenhum trabalho, nem tu, nem teu filho, nem tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem o teu animal, nem o forasteiro..." (Êxodo 20.10). O trabalho é totalmente proibido e não se limita ao povo escolhido por Deus. O labor que se acumularia nesse dia não pode ser transferido aos servos ou aos estrangeiros. Em outras palavras: Deus deseja conceder este dia de descanso à humanidade inteira, e não limitar este direito a Israel.

Em Êxodo 31.14; 35.2 vemos o severo castigo que Deus aplica àqueles que profanam o dia do Senhor. Para os homens do século XX, eliminar alguém do meio do povo, só porque não observou e santificou o dia do Senhor, é um ato completamente incompreensível. Mas esta ordem divina revela a seriedade com que Deus dá Seus mandamentos a Seu povo. Para Ele, a santificação de Seu dia é tão importante quanto não fazer outros deuses, não roubar e não matar. Em Israel, não era permitido nem mesmo apanhar um pouco de lenha para o preparo das refeições. O ofensor precisava ser eliminado por apedrejamento (Nm 15.32-35).

A rigidez em relação ao dia do Senhor continuou também na era profética: veja Isaías 1.13; 55.2, 4; 58.13, Jeremias 17.21, Ezequiel 20.13, 21; 22.8, Oséias 2.11 e Amós 8.5.

Podemos nos perguntar qual a função da versão negativa deste mandamento. Certamente é conscientizar-nos de que precisamos descansar. Não fomos criados só para lutar e trabalhar. Nenhum ser humano sobrevive sem descanso; o homem tem necessidade de uma parada física, mental,

emocional e espiritual. Deus precisa nos lembrar da importância dessa pausa, porque muitas vezes pensamos somente em nós, em nossos afazeres e preocupações, esquecendo o dia do Senhor, a dádiva divina e benéfica do descanso. O dia de repouso é uma instituição sábia e divina para o bem da humanidade. Afinal, o alvo do sábado também é recuperação, avaliação dos próprios atos, meditação, distanciamento dos afazeres e obtenção de uma nova perspectiva de vida. Por outro lado, é preciso lembrar que o sábado é uma dádiva (Êx 16.29), e toda dádiva torna-se uma responsabilidade.

III. Jesus e o formalismo sabático

"Durante o período persa a ênfase recaía sobre a observância do dia de sábado (Ne 10.31; 13.15-22). Durante o período entre os dois Testamentos, entretanto, foi surgindo gradualmente uma alteração no que diz respeito à compreensão acerca do propósito do sábado. Nas sinagogas a lei era estudada no sábado. Paulatinamente a tradição oral foi se desenvolvendo entre os judeus, e a atenção passou a focalizar-se na observância de minúcias. Dois tratados da Mishnah, Shabbath e 'Erubin, são devotados à consideração de como o sábado devia ser detalhadamente observado. Foi contra essa sobrecarga aos mandamentos de Deus, pelas tradições humanas, que nosso Senhor Se insurgiu. Suas observações não eram dirigidas contra a instituição do sábado como tal, nem contra o ensinamento do Antigo Testamento. Mas Ele Se opunha aos fariseus, que deixavam a Palavra de Deus sem efeito por causa de suas pesadíssimas tradições orais. Cristo identificou-Se como Senhor do sábado (Mc 2.28). Ao assim falar, Ele não estava depreciando a importância e a significação do sábado, nem de forma alguma estava em contravenção da legislação do Antigo Testamento. Ele estava simplesmente apontando para a verdadeira significação do sábado no que diz respeito ao homem, e indicava Seu direito de falar, visto que Ele mesmo era o Senhor do sábado."[1]

Embora Jesus tivesse o costume de freqüentar a sinagoga no dia de sábado (Lc 4.16) e cumprisse todos os mandamentos de Seu Pai celeste (Jo 15.10), Ele estava envolvido num conflito crescente com os fariseus e saduceus quanto à interpretação da lei do sábado. "Em Seu conflito com os fariseus (Mt 12.1-4; Mc 2.23-28; Lc 6.1-11) nosso Senhor salientou perante os judeus o fato de que eles entendiam completamente mal os mandamentos do Antigo Testamento. Buscavam tornar a obediência do sábado mais rigorosa do que Deus havia ordenado. Não era errado comer no sábado, ainda que o alimento tivesse de ser obtido ao debulhar o grão da espiga nas mãos. Semelhantemente, não era errado fazer o bem no dia de sábado. As curas eram uma obra de misericórdia, e o Senhor do sábado é misericordioso (*cf.* também Jo 5.1-18; Lc 13.10-17; 14.1-6)."[2]

Os fariseus reduziram a ética a uma filosofia defensiva, proibitiva e meramente casuística que tentava apenas evitar o mal e determinar os limites

da lei. Eles não conseguiam mostrar e ensinar uma ética construtiva, alegre e positiva. Cumprir o quarto mandamento no contexto do Novo Testamento não significa apenas evitar o mal, mas também fazer o bem. Isto se vê claramente em Mateus 12.1, onde Jesus ensina a resgatar a ovelha caída numa cova no dia de sábado, não a deixando morrer. Preservar a vida e promover o bem são os princípios éticos do ensino de nosso Senhor Jesus Cristo.

Na Parábola do Bom Samaritano (Lc 10.25-37), Jesus descreve três atitudes em relação ao próximo: a) os assaltantes atacam, roubam e fazem apenas o mal; b) os religiosos (o sacerdote e o levita) não fazem o mal, mas também não fazem o bem; e c) o samaritano cumpre a lei positivamente ao fazer o bem, dedicando-se e até ajudando além do necessário. Os religiosos da época de Jesus não faziam nada no sábado, só para não transgredir alguma lei, evidenciando uma ética pessimista e reducionista. Jesus, entretanto, mostra o valor real do sábado. Nos evangelhos, encontramos pelo menos seis conflitos diferentes em torno desse dia: a) duas vezes nos sinóticos — as espigas colhidas no sábado (Mc 2.23-28; Lc 6.1-5; Mt 12.1-8) e o homem da mão ressequida (Mc 3.1-6; Lc 6.6-11; Mt 11.9-14); b) duas vezes no material peculiar ao evangelho de Lucas — a cura de uma enferma (Lc 13.10-17) e a cura de um hidrópico (Lc 14.1-6); e c) duas vezes no evangelho de João — a cura de um paralítico no tanque de Betesda (Jo 5) e a cura de um cego de nascença (Jo 9). Esses textos mostram que Jesus Se declara o Senhor, o dono, o criador do sábado (Mt 12.8; Mc 2.28; Lc 6.5). O evangelho do apóstolo João evidencia que Jesus cumpre o sábado (Jo 15.10). Além disso, Jesus revoluciona o sábado, dando-lhe Seu devido valor, ou seja: o sábado é um dia para promover o bem, preservar a vida e possibilitar um descanso merecido. Finalmente, Jesus enfatiza também o valor intrínseco do dia de sábado, que é santificar o Senhor Deus.

Restam, portanto, apenas duas alternativas: ou se sujeitar totalmente às reivindicações de Jesus Cristo e Seu senhorio, pois Ele é o Senhor do sábado, ou observar rigorosamente a lei, com todas suas tradições orais e casuísmos produzidos pelo judaísmo e ensinados pelos fariseus e escribas, e, então, apedrejar Jesus como traidor e falso profeta, como de fato tentaram os judeus (Jo 5.18; 8.59; 10.31).

IV. A versão positiva e construtiva do quarto mandamento no Novo Testamento

Fazer o bem, salvar de um perigo, recuperar a vida, sarar o doente e alimentar o jumento (Lc 13.15, 16) são equivalentes positivos do quarto mandamento no Novo Testamento. Assim, o sábado torna-se o verdadeiro dia de alívio e libertação: alívio para o jumento que se desprende da manjedoura para beber e libertação para a mulher que havia sido presa por Satanás durante dezoito anos. O caminho para o cumprimento do quarto mandamento não é o legalismo proposto pelo farisaísmo nem a libertagem praticada pelo antinomismo, mas a fé que atua pelo amor (Gl 5.6), o ser nova criatura (Gl

6.15) e o guardar as ordenanças de Deus (1 Co 7.19).

V. Por que os cristãos guardam o domingo e não o sétimo dia?

1. O sábado faz parte da aliança exclusiva entre Deus e Israel (Êx 31.12-17) e, antes do concerto do Monte Sinai, Deus não ordenou a ninguém que guardasse o sábado.
2. O sábado não é uma instituição perpétua (Rm 10.4); Oséias profetiza a abolição do sábado (2.11).
3. Jesus Cristo não guardou o sábado como mandava a tradição oral[3] dos fariseus (Jo 9.16), embora Ele tenha cumprido todos os mandamentos de Deus (Jo 15.10).
4. O Novo Testamento não exige que se guarde o sábado, mas freqüentemente reitera todos os demais mandamentos. Segundo Paulo, nós estamos debaixo de uma nova aliança caracterizada pela graça (Rm 8.6-13) e não somos julgados por causa de "dia de festa, ou lua nova, ou sábados" (Cl 2.16).
5. Nosso Senhor Jesus Cristo ressuscitou e venceu a morte no primeiro dia da semana, oferecendo-nos, assim, o maior sábado, o maior livramento: a libertação do domínio do pecado (Mt 16.9). Também foi nesse dia que Ele apareceu aos discípulos (Jo 20.1, 19, 26), impetrou a Sua bênção e outorgou a grande comissão (Lc 24.13, 36, 50; Mt 28.19, 20).
6. O Espírito Santo desceu e inaugurou a Igreja num domingo, pois o Pentecoste é comemorado cinqüenta dias depois do sábado da Páscoa. E foi nesse mesmo dia que Pedro levou pelo menos três mil pessoas ao arrependimento e batismo.
7. Há evidências históricas de que a igreja primitiva e a igreja apostólica guardavam o primeiro dia da semana muito antes de 325 A. D.:
   a) Atos 20.7 comprova que havia ceia, reunião, exortação e pregação, enquanto 1 Coríntios 16.1, 2 sustenta que havia campanhas e recolhimento de oferta no dia de domingo;
   b) Inácio de Antioquia afirma que o "dia do Senhor é o príncipe entre os demais dias";
   c) Em sua epístola, por volta de 120 A. D., Barnabé declara: "Guardamos com alegria o oitavo dia, o dia também em que Jesus ressurgiu da morte";
   d) Clemente afirma: "De acordo com o evangelho, um cristão observa o 'dia do Senhor', glorificando desta maneira a ressurreição de Cristo";
   e) No início do segundo século da era cristã, Irineu dá testemunho de que "no dia do Senhor, todos nós, os cristãos, guardamos o dia de repouso, meditando na lei e regozijando-nos nas obras de Deus";
   f) Justino, o mártir do segundo século, afirma: "Ora, o domingo é o dia em que todos nós temos nossa assembléia comum"; e

g) Eusébio, historiador da igreja, declara: "O dia da ressurreição, ou seja, o dia do Senhor era observado em todo o mundo".

8. No Novo Testamento grego, a palavra correspondente a "domingo" é *Kyriakē Hēmera* (Ap 1.10). E o termo "dia do Senhor" contém a idéia fundamental da palavra hebraica "sábado", "descanso", porque o verdadeiro repouso eterno está em Cristo (Hb 4.9-11; Ap 14.13).

VI. O quarto mandamento no testemunho da Reforma Protestante

No *Grande Catecismo*, Martinho Lutero esforçou-se muito para explicar o valor positivo do dia de descanso para o cristão: "Chamamos esse dia de *Feiertag* pela palavra hebraica *šabbath*, que, propriamente, significa *feiern*, isto é, cessar de trabalhar. Daí costumarmos dizer *Feierabend machen* ou *heiligen Abend geben*. Acontece que no Antigo Testamento Deus separou o sétimo dia, instituindo-o por dia de repouso e ordenando que fosse santificado acima dos demais. E com respeito a essa observância exterior o mandamento foi dado apenas para os judeus. Cumpria-lhes interromper trabalhos rudes e descansar, a fim de que homens e animais pudessem refazer-se e não se debilitassem com labores ininterruptos... A natureza ensina e requer para as massas ordinárias, para a criadagem que ao longo da semana toda cuidou de seus afazeres e negócios, que se retirem também por um dia, para descanso e restauração. Em segundo lugar, e acima de tudo, fazemo-lo para que em tal dia de descanso — já que de outro modo não se consegue a coisa — tome-se lugar e tempo com o objetivo de ouvir e tratar a Palavra de Deus, de depois louvar a Deus, cantar e rezar. Isso, porém, digo, não está preso a um tempo, como entre os judeus, de modo que tivesse de ser exatamente esse ou aquele dia, pois em si um não é melhor que outro. Mas deveria acontecer, na verdade, todos os dias. Todavia, como isso é mais do que pode o grosso da gente, é preciso reservar para essa finalidade pelo menos um dia da semana. Porquanto desde a antigüidade estabeleceu-se o domingo para esse propósito, cumpre que fiquemos com ele, para que haja ordem unânime e ninguém gere desordem através de inovação dispensável... Por isso, quando se pergunta o que significam as palavras 'santificarás o dia do descanso', responde: 'Santificar o dia do descanso quer dizer tanto quanto conservá-lo santo'. E qual o sentido de 'conservar santo'? Outro não é senão falar, agir e viver de maneira santa. O dia em si não precisa de santificação, pois que já foi criado santo. Mas Deus quer que ele seja santo para tua pessoa... E, na verdade, nós cristãos devemos observar tal dia santo continuamente, aplicar-nos apenas a coisas santas, isto é, diariamente ocupar-nos com a Palavra de Deus e trazê-la no coração e nos lábios. Todavia, já que nem todos, conforme dito, dispõem de tempo e lazer para tanto, cumpre dediquemos algumas horas, semanalmente, à mocidade, ou pelo menos um dia ao povo todo, utilizando esse tempo exclusivamente no trato da Palavra de Deus, incutindo precisamente os dez mandamentos, o Credo e o Pai-Nosso, e

regulando, assim, toda nossa vida e atividade pela Palavra de Deus... Nota, por conseguinte: a força e o poder desse mandamento não consistem no feriar, porém no santificar. De feição que a esse dia cabe uma especial atividade santa... Visto, pois, que a importância da Palavra de Deus é tão grande que sem ela nenhum dia de descanso é santificado, saibamos que Deus insiste em cumprimento rigoroso desse preceito, e há de castigar a quantos Lhe desprezem a Palavra e não a queiram ouvir nem aprender, especialmente se tal acontecer no tempo designado".[4]

Calvino escreveu que o quarto mandamento nos ensina a "morrer para nossos próprios gostos e obras, de modo que possamos meditar sobre o reino de Deus".[5] Ele ainda advertiu que a "observância do sábado não deve ser considerada apenas como uma sombra que foi superada pela substância nos tempos do evangelho. Esse ponto de vista faz parte da verdade, mas não é a totalidade dela. Se olharmos mais profundamente, veremos três razões por que este mandamento foi dado: a) para Israel, o sábado servia como emblema de um descanso espiritual, no qual os cristãos cessam suas próprias obras a fim de que Deus possa operar neles; b) servia de dia marcado para o povo reunir-se a fim de ouvir a lei, freqüentar as observâncias religiosas e dedicar seu tempo mais especialmente à meditação sobre as obras de Deus; e c) foi designado para ser um dia de descanso e cessação da labuta em benefício dos servos e de todos aqueles que estavam sujeitos à autoridade doutras pessoas".[6] Calvino ainda argumentou que "o descanso verdadeiro prenunciado pela antiga aliança foi plenamente inaugurado pela ressurreição do Senhor".[7]

Outro aspecto importante da teologia calvinista é que a santificação do domingo é o ponto de partida para o trabalho[8] e a profanação do domingo, a origem da corrupção do trabalho.[9]

VI. A observância do dia do Senhor em nossos dias

A problemática contextual da observância do dia do Senhor pode ser vista de vários ângulos diferentes:

- A -
O *STRESS* SEMANAL E A RESSACA DOMINICAL

No mundo moderno, muitas pessoas vivem tão envolvidas com o trabalho secular durante os dias úteis que acabam caindo numa verdadeira ressaca nos finais de semana. Dor de cabeça, passividade, preguiça, vontade de dormir e bebedeira são sintomas desse problema. Não podemos subestimar esses fenômenos num programa de visitação ou evangelização pessoal. Qual a resposta da igreja para tais questões? Um mero legalismo dominical não resolve o problema; a simples observância do dia de domingo não é suficiente. Algumas

igrejas evangélicas na África começaram a ter seu culto na quinta-feira ou sexta-feira à noite, quando os muçulmanos observam seu dia de repouso, usando a manhã de domingo para a evangelização pessoal, já que as pessoas costumam estar em casa.

- B -
O *STRESS* ECLESIÁSTICO DOMINICAL

Por outro lado, o próprio programa dominical da igreja provoca uma sobrecarga: a escola bíblica dominical começa pontualmente às 9 horas da manhã. Em seguida vem o culto de louvor, que termina perto de 11 horas. Segue-se o ensaio do coral. Entre 13 e 14 horas, a família vai rapidamente almoçar fora, porque às 14h30 começa o trabalho para adolescentes e às 15 horas, a campanha evangelística da igreja. Já às 18 horas inicia-se o culto da mocidade e o trabalho dos homens, para finalizar o dia com o culto evangelístico, entre 19 e 21 horas. O dia do Senhor é cheio de atividades, e o membro que não participa do programa é considerado um cristão carnal ou fraco. Então, sem perceber e sem má-fé, cria-se o *stress* dominical na igreja. Não sobra mais tempo para nada, nem para a comunhão com os familiares. Esta situação, freqüente em igrejas urbanas de classe média, precisa ser avaliada objetivamente. O domingo não deve ser o dia das reuniões, mas o dia da fiel pregação da Palavra. Fidelidade é qualidade, e não quantidade. Um bom planejamento eclesiástico é a saída para o *stress* dominical.

- C -
O CARNAVAL

Para muitas pessoas, o ano produtivo só começa depois do carnaval. Todo esforço, todo tempo é investido nos preparativos desse evento. Não estamos dizendo que o trabalho artístico não possui nenhum valor. Javé valorizou a arte de Bezalel e Aoliabe, e os "encheu de habilidade, inteligência e conhecimento, em todo artifício, e para elaborar desenhos e trabalhar em ouro, em prata, em bronze, para lapidação de pedras de engaste, para entalhe de madeira, para toda a sorte de lavores" (Êx 35.31, 32). O múltiplo problema do trabalho carnavalesco é que não glorifica a Deus, mas a própria carne; não produz, mas faz parar a produção agrícola e industrial; e quase paralisa a assistência social, sem falar dos crimes e das tragédias morais e sociais.

O mesmo Senhor que instruiu Seu povo a guardar um dia de descanso por semana ensinou também a trabalhar durante seis dias. O trabalho digno e honesto que aquece a produção gerando recursos, empregos, casa própria e sustento para a família é socialmente mais adequado do que os bilhões de cruzeiros gastos em bebidas e fantasias passageiras. Um país do Terceiro Mundo não pode se dar ao luxo de parar de trabalhar enquanto milhões de

pessoas ainda vivem na miséria. O quarto mandamento dá diretrizes para o descanso, mas exige também que todos trabalhem.

Perguntas para estudo

1. Qual o teor do quarto mandamento?
2. O que significa santificar o dia do sábado?
3. Qual é o significado literal do termo *sabbath*?
4. Em que a forma deste mandamento se apresenta diferente da forma dos demais?
5. Quais os dois motivos para a observância do dia do Senhor?
6. Deus precisa descansar? Explique esta questão partindo do relato da história da criação.
7. Qual o cumprimento positivo deste mandamento no Antigo Testamento?
8. Na antiga aliança, qual era o castigo para as pessoas que não observassem o quarto mandamento?
9. Quando e como se desenvolveu o formalismo do sábado?
10. De que maneira Jesus refutou o legalismo do sábado?
11. Quais os seis conflitos em torno do sábado registrados nos evangelhos?
12. O que significa a expressão: "Sou o Senhor do sábado"?
13. Qual a versão positiva do quarto mandamento no Novo Testamento?
14. Por que os cristãos guardam o domingo e não o sábado?
15. Quais as duas referências bíblicas do Novo Testamento que comprovam que os cristãos se reuniam no domingo para exortação, pregação, ceia, campanhas e ofertas?
16. Como Calvino interpretou o quarto mandamento?
17. Qual sua resposta ao problema do *stress* semanal e da ressaca dominical?
18. Como você encara o *stress* eclesiástico dominical? Que medidas você adotaria em sua igreja?
19. Qual o problema do trabalho carnavalesco?

Notas

1. E. J. Young, "Sábado", *in*: R. P. Shedd, ed., *O Novo Dicionário da Bíblia*, vol. II, São Paulo, Vida Nova, 1962, p. 1422.

2. *Ibid.*

3. Além dos dez mandamentos, os fariseus observavam uma série de interpretações da lei mosaica, chamadas "tradições orais". Estas tradições totalizavam nada menos que 613 leis. Veja N. H. Søe, *Christliche Ethik*, Munique, 1943[3], p. 78.

4. A. Schüler ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981, pp. 406-411.

5. J. P. Wiles, *As Institutas da Religião Cristã, Um Resumo*, São Paulo, 1984, p. 158.

6. *Ibid.*

7. *Ibid.*

8. A. Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990, p. 517.

9. *Ibid.*, p. 519.

5

O QUINTO MANDAMENTO OU O TESTEMUNHO DA PROTEÇÃO À VELHICE

"Honra a teu pai e a tua mãe, para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá" (Êx 20.12; Dt 5.16).

Os primeiros quatro mandamentos tratam da relação entre o homem e Deus. A partir do quinto mandamento, iniciam-se as leis a respeito do relacionamento entre os homens.

O estudo deste mandamento é de suma importância em nossos dias, visto que o uso de anticoncepcionais e o aumento da vida média do brasileiro fazem com que haja uma porcentagem cada vez maior de idosos. A pirâmide etária entre 1940 e 1980 mostra que percentualmente a faixa dos idosos (acima de 60 anos) cresceu mais do que a população jovem.[1] Estudos realizados pelo SEADE (Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos) calculam que em 1960 os idosos representavam 4,7% da população brasileira. A expectativa para a virada do milênio é de que esse índice chegue a 15,1%.[2]

O desrespeito para com os idosos é alarmante no trânsito, nas filas para atendimento médico da rede pública e até nos lares. Parece que a pessoa idosa não tem valor: 200.000 brasileiros acima de 65 anos vivem em 4.000 asilos. Desses, 10% não têm família e 20% entram por conta própria nos asilos. As razões para irem ao asilo são a falta de espaço e de tempo. Dizem que é um mal necessário, pois eles mesmos alegam que o lugar ideal seria a família. Muitos queixam-se da solidão e da falta de visitas dos familiares.[3]

É tempo de reverter esta situação e valorizar os idosos em geral, lembrando que um dia também nós seremos velhos. Diz-se que reverenciar os velhos é algo semelhante a venerar a Deus: a geração que deixa de temer a Deus também deixa de dar atenção às pessoas idosas.

Deus tem interesse no lar. Por isso, Ele se posiciona em relação ao

problema das gerações. Calvino descreve o teor deste mandamento com as seguintes palavras: "A síntese, portanto, será: que usemos de deferência para com (aqueles) que o Senhor nos fez superiores e os assistamos de honra, e de obediência, e de grato reconhecimento".[4] No conceito de Calvino, existem três expressões de honra: reverência, obediência e reconhecimento. Portanto, o teor do quinto mandamento é reverência, obediência e reconhecimento em relação a todos os pais: pais políticos (magistratura), pais anciãos (os idosos em geral), pais espirituais, pais educacionais (magistério), pais de criação e pais naturais. Mas existe uma lealdade superior à obediência aos pais ou à família natural. Qualquer obediência aos pais está condicionada a esta frase bíblica: "Filhos, obedecei a vossos pais no Senhor" (Ef 6.1).

I. A versão positiva e construtiva do quinto mandamento no Antigo Testamento

Este mandamento é o primeiro ligado a uma promessa e o segundo formulado positivamente. Eis porque Paulo ensina que é "o primeiro mandamento com promessa" (Ef 6.2). Não se dirige apenas a criancinhas, mas antes, e principalmente, aos filhos adultos, como se vê claramente em passagens como Êxodo 21.15a, 17; Levítico 20.9; 27.7; Provérbios 19.26; 20.20 e Malaquias 1.6; 4.4-6.

Os filhos devem cuidar dos pais idosos e precisam conceder a eles o devido respeito e honra. Os filhos adultos têm a responsabilidade de sustentar seus pais quando necessário. E isso não se limita apenas ao aspecto material, mas envolve muito mais os aspectos social e emocional. Além de atenção às suas ordens, desejos e conselhos, os pais também merecem que seus filhos lhes dêem comunhão, conforto, orientação e o cuidado especial em momentos de necessidade (doenças, problemas de velhice, cansaço, preocupações, depressões). Muitos pais são explorados, humilhados, colocados de lado ou até deixados no isolamento dos asilos e pensionatos pelos filhos.

"Honrar" traduz o vocábulo *kabod* e significa dar peso, dar importância, dar significado, valorizar, venerar, ter apreço, prestigiar. Isso implica em consultar nossos pais, pedir a orientação deles e obedecer-lhes quando a vontade de Deus não é relativizada (Dt 21.18-21; Ef 6.2, 3). O melhor comentário sobre este mandamento é o livro de Provérbios e Efésios 6.1-3. Mas como praticar a obediência a nossos pais? Podemos reverenciá-los (Is 58.13) com palavras de apoio (Is 29.13); ajudá-los financeiramente quando necessário e até fazer sacrifícios (Is 43.23; Pv 3.9; 14.31; Mt 15.5, 6). Precisamos nos submeter a seus desígnios quando a vontade divina é respeitada e o núcleo da nova família não é prejudicado (1 Sm 2.29ss.). Devemos amá-los mesmo quando se tornam senis (Pv 23.22); ser misericordiosos para com eles (Lm 4.16) e tratá-los bem em qualquer circunstância (1 Tm 5.4).

O prolongamento dos dias pode ser entendido de três maneiras. Na interpretação histórica, vemos o exemplo de Josué e Calebe, os únicos que

entraram em Canaã após quarenta anos de peregrinação, justamente por causa da obediência aos princípios espirituais dos pais. Na interpretação literal, entende-se que os dias são prolongados de maneira física, um pensamento encontrado principalmente nos livros poéticos (Pv 10.27). Esta verdade ainda pode ser vista hoje em dia: obedecer aos conselhos dos pais contra o alcoolismo e as drogas de fato pode prolongar nossos dias. Na interpretação espiritual, ter os dias prolongados é estar em comunhão contínua com o Senhor. A vida eterna é o prolongamento da vida e da comunhão até depois da morte.[5]

Em Levítico 27.1-7 temos uma indicação de como as pessoas eram avaliadas de forma diferente. A avaliação mencionada aqui refere-se a sexo e idade. A dimensão é o siclo de santuário (Lv 5.15). As avaliações expostas revelam que o valor da pessoa era calculado conforme sua produtividade, de acordo com o sexo e a idade. Um menino de um mês até 5 anos de idade valia 5 siclos, enquanto uma menina valia 3 siclos. Um rapaz de 5 até 20 anos valia 50 siclos, enquanto a mulher, apenas 30. Acima dos 60 anos o homem ainda valia 15 e a mulher, 10 siclos. É interessante o fato de que pessoas acima de 60 anos também eram avaliadas, sendo esse um fruto da reverência encontrada no quinto mandamento.

II. A versão inibidora e crítica do quinto mandamento no Antigo Testamento

Mesmo sendo um mandamento essencialmente positivo e relacionado com uma promessa, encontramos também sua articulação negativa: não se deve desprezar os pais (Pv 23.22; 30.17; Ez 22.7; Mq 7.6) nem zombar deles (Pv 30.17); feri-los ou amaldiçoá-los eram razões suficientes para a condenação à pena de morte (Êx 21.15, 17; Lv 20.9). Seria impossível praticar isso num sistema de justiça moderno, mas é uma demonstração de como Deus levava a sério a questão da honra aos pais.

III. O relacionamento entre pais e filhos no Novo Testamento

- A -
A PROTEÇÃO E RESTAURAÇÃO DA FAMÍLIA NATURAL NO NOVO TESTAMENTO

De acordo com o Novo Testamento, a família natural deve ser estruturada de modo verdadeiramente bilateral, em uma dialética cooperativa na qual pais e filhos têm privilégios e responsabilidades. Os *filhos* devem honrar e obedecer a seus pais, e sustentá-los na velhice (Mt 15.4; 19.19; Mc 7.10; Rm 1.30; Ef 6.2; Cl 3.20-22; 1 Tm 1.8-10; 2 Tm 3.2). A responsabilidade dos pais é criar e educar os filhos no caminho e no temor do Senhor (Mt 18.1-4, 6; Lc 1.17; Ef 6.4; 1 Tm

- A -
A RELAÇÃO SOCIAL ENTRE PATRÃO E EMPREGADO

Jesus Cristo deu a Seus seguidores Sua vida, e não um manual detalhado, abordando todos os assuntos e questões da vida sócio-econômica. Não deu uma lei trabalhista para a igreja ou para seus discípulos. Por outro lado, o próprio ensino de Jesus Cristo mostra que é necessário e importante que a igreja esteja bem fundamentada e resplandeça como a luz do mundo. Os apóstolos, inspirados pelo Espírito Santo, procuraram dar respostas para os problemas que foram surgindo com a expansão e o crescimento das igrejas.

Não podemos copiar casuisticamente todas as recomendações apostólicas, porque nem todos os assuntos se relacionam da mesma maneira com a realidade do século XX: as recomendações éticas dos apóstolos estavam inseridas em circunstâncias históricas e culturais totalmente diferentes. Assim, embora o valor intrínseco de tais recomendações não mude, nem sempre a letra da formulação é adequada à realidade presente. Além disso, as recomendações apostólicas são incompletas — muitas questões cruciais de hoje nem foram consideradas: industrialização, sindicatos, décimo terceiro, lei de greve, horas extras, jornada de trabalho, moratória, salário mínimo ou salário digno, licenças, seguros, previdência social, estatais, repartições públicas, multinacionais, inflação, câmbio, férias e questões monetárias, fiscais e macroeconômicas.

Mas nem tudo pode ser relativizado: já mostramos que os dez mandamentos têm validade permanente, assim como o ensino do sermão do monte (Mt 5-7), a dupla lei de amor (Mt 22.38-40), o princípio da não acepção de pessoas ou raças (Gl 3.28) e o princípio de justiça, eqüidade, respeito e diálogo (Ef 2.11-16; Cl 3.11).

A voz profética do Antigo Testamento pronuncia-se sobre a questão social. Ela adverte diretamente a consciência dos patrões e nunca subverte os empregados contra os patrões (Is 56.1; Jr 22.13; 34.8ss.). No Novo Testamento, o princípio do senhorio total de Cristo (1 Tm 6.17-19) merece uma consideração especial dos empregadores. O empresário deve colocar sua confiança em Deus, e não em suas posses; precisa deixar o orgulho, praticar o bem, fazer boas obras, ser generoso, estar pronto para repartir os bens materiais e, assim, aumentar seu tesouro espiritual. Paulo não se intimida em exortar severamente os patrões, uma advertência que merece nossa atenção também no presente século.

Em Efésios 6.5-9 encontramos o exemplo clássico de como Paulo lida com as questões sociais no regime totalitário de seus dias. Do versículo 5 ao 8, o apóstolo refere-se às obrigações dos servos, enquanto no versículo 9 ele mostra as responsabilidades dos senhores. Os servos obedecem a seus senhores com temor e tremor, com sinceridade de coração como a Cristo, não servindo à

vista, mas fazendo a vontade de Deus de bom grado, sendo escravos ou livres. Esses versículos certamente não justificam a violência sindical da atualidade nem a exploração empresarial e multinacional. Pelo contrário, os senhores devem proceder "de igual modo", ou seja, com o mesmo espírito de submissão a Cristo, deixando as ameaças e respeitando as pessoas, sem discriminação. Quando esse espírito cristão predomina nas negociações salariais, é mais fácil chegar a um acordo justo e satisfatório.

A situação brasileira é um pouco diferente daquela dos tempos de Paulo (Ef 6.5-9), pois hoje os maiores empregadores são a união, os estados e os municípios, e não o "senhor doméstico". Muitas repartições estão infladas com funcionários públicos que não trabalham direito. Romanos 13 afirma que a atitude dos cristãos para com o Estado, mesmo o totalitário, é de respeito e intercessão contínua. Outras referências do Novo Testamento também apóiam o pensamento paulino: veja 1 Pedro 2.11-17; Mateus 22.21; 1 Timóteo 2.1 e Tito 3.1. Entretanto, isso não é um aval automático para todas as coisas erradas que as autoridades cometem, mas antes é uma atitude positiva e espiritual.

- B -
A OBEDIÊNCIA AO ESTADO NO PLANO DE DEUS

Por que os cristãos devem obedecer às autoridades e submeter-se a elas no temor de Cristo? O apóstolo Paulo responde com três afirmações: a) toda e qualquer autoridade procede de Deus e, por conseguinte, os poderes que existem têm a sanção divina (Rm 13.1b, c); b) os governos têm seu lugar no propósito de Deus (Rm 13.1c; At 17.25, 26); e c) a pessoa que se opõe à autoridade terrena está desobedecendo a Deus (Rm 13.2).

1. As limitações do Estado do ponto de vista bíblico

Nem Paulo (Rm 13) nem Pedro (1 Pe 2) falam da origem ou do fim do Estado. Então, torna-se evidente que ele é temporário "e terminará juntamente com todo o mundo. Ele não é eterno nem divino. Paulo não deixa entrever nenhum vestígio de uma glorificação religiosa do Estado ou do reinado como nos impérios vétero-orientais ou no culto helenista-romano ao imperador".[7]

Eles também não discutem o modo como determinado grupo teve acesso ao poder, se aconteceu de forma legítima e justificável, ou não; falam apenas do poder estabelecido. As mesmas referências bíblicas não mencionam a conduta individual dos governantes, o abuso do poder estatal ou a desobediência civil. Não fazem restrições a um sistema totalitário nem falam de democracia. Daí concluímos que, embora esses textos contenham muitos elementos sobre o Estado, não há uma "teologia do Estado" ou um manual que possa responder a todas as perguntas pendentes em torno do assunto. São um "plano-mestre",

alguns princípios para um governo ideal.

O cristão deve obedecer às autoridades, mas existem situações extremas quando surgem problemas para a consciência cristã. Por um lado, o cristão deseja submeter-se ao Estado; por outro, ele é cidadão de uma nova realidade, o reino de Deus, e deseja cumprir a vontade revelada pelo Pai celestial. A quem ele deve se submeter em primeiro lugar? Qual é a autoridade superior? A quem ele presta sua lealdade? São perguntas complexas que não podem ser respondidas facilmente. Conhecemos situações em que a Bíblia não mostra uma obediência e submissão cega às autoridades (Dn 3.17ss.; At 4.17ss.; 5.27-29).

2. O Estado e a liberdade religosa

Sadraque, Mesaque e Abede-Nego, companheiros de Daniel, não se submeteram ao decreto do rei Nabucodonosor e não se prostraram diante de sua imagem. Eles foram interrogados e confessaram publicamente sua fé no Deus de Israel, mostrando-se prontos para sofrer as conseqüências (Dn 3.17, 18).

Os apóstolos Pedro e João desrespeitaram a proibição do Sinédrio e explicaram abertamente por que não poderiam cessar de falar do evangelho (At 4.17-20). Eles justificaram sua desobediência sem cair numa situação de rebeldia e subversão. Em um segundo interrogatório, o Sinédrio e o sumo sacerdote (At 5.27) apelaram para sua autoridade dizendo: "Expressamente vos ordenamos que não ensinásseis nesse nome" (At 5.28). A resposta salomônica de Pedro e dos demais apóstolos foi: "Antes importa obedecer a Deus do que aos homens" (At 5.29).

Concluímos que, embora as autoridades mereçam nossa reverência e submissão, precisamos obedecer em primeiro lugar a Deus, a suprema autoridade, de onde procedem todos os outros poderes.

3. O Estado, a justiça social e o amor ao próximo

Como podemos obedecer a uma autoridade que não respeita a dignidade humana e explora o próximo? O profeta Amós se levanta e, inspirado por Deus, fala sem rodeios contra os falsos juízes de Israel: "Assim diz o Senhor: Por três transgressões de Israel, e por quatro, não sustarei o castigo, porque os juízes vendem o justo por dinheiro, e condenam o necessitado por causa de um par de sandálias. Suspiram pelo pó da terra sobre a cabeça dos pobres, e pervertem o caminho dos mansos; um homem e seu pai coabitam com a mesma jovem, e assim profanam o meu santo nome. E se deitam ao pé de qualquer altar sobre roupas empenhadas, e na casa do seu Deus bebem o vinho dos que foram multados" (Am 2.6-8). O mesmo profeta ergue outra vez sua voz e critica publicamente os que pisam o pobre e dele exigem tributo de trigo (Am 5.11). O

profeta condena os que têm gana contra o necessitado, os que diminuem o efa e aumentam o siclo, os que usam balanças fraudulentas e os que vendem o refugo do trigo (Am 8.4-7). Em nenhum desses três exemplos, entretanto, Amós lançou uma campanha pela subversão. Ele falou diretamente com os responsáveis.

Também vemos a voz profética levantando-se contra a injustiça dos poderosos na vida do profeta Elias, que criticou a rainha Jezabel por causa do assassinato de Nabote (1 Rs 21.17-28).

4. O Estado e a guerra injusta

Quando se declara uma guerra injusta contra outro país, cria-se uma situação extremamente difícil para os soldados. Geralmente apresentam-se três opções: o soldado pode desistir por covardia ou convicção própria; pode ir à luta, mesmo sem concordar, cometendo o pecado da associação com coisas injustas; ou ainda pode servir sem armas, na enfermagem ou em alguma outra atividade civil. Mas a realidade é muito mais dramática: quem não se alista no exército morre como traidor. No regime totalitário de Hitler, muitos cristãos serviram ao exército alemão pela força das circunstâncias, e não pelo senso de dever. Os jovens nicaragüenses enfrentaram um dilema terrível durante o regime marxista de Daniel Ortega: ou se incorporavam à Frente Sandinista de Libertação Nacional, ou apoiavam os Contras, financiados pela América do Norte. Praticamente, não havia uma terceira opção. A mesma situação se repete na guerra civil em El Salvador: muitos jovens participam da guerra não por dever ou convicção, mas forçados pelas circunstâncias.

Nos séculos XVI e XVII desenvolveram-se os conceitos jurídicos da guerra justa como segue:

— a guerra deve servir para estabelecer uma ordem justa;
— o alvo da guerra não é a eliminação total do inimigo, mas sua incorporação a um regime de justiça;
— a guerra só pode ser declarada por uma autoridade legítima;
— as regras da guerra devem ser observadas — deve-se distinguir entre combatentes e civis;
— os danos evitáveis não devem superar o valor dos benefícios pelos quais se conduz a guerra; e
— a declaração e as circunstâncias que levam à guerra devem ser fatos verídicos.

Pode-se questionar se esses critérios ajudam nas situações complexas da era nuclear e pós-guerra fria do século XX.

5. Os regimes totalitários

Em um regime totalitário, existem poucas oportunidades para a livre expressão de pensamentos. Qualquer crítica ao regime é esmagada pela violência. Essa é a razão pela qual Elias teve de fugir de Jezabel depois de criticá-la pelo assassinato de Nabote. Estêvão não teve condição de reivindicar seus direitos, como fizeram Pedro e João, e morreu como mártir pela causa cristã (At 7). Quando não possuímos mais o direito de livre defesa, não nos resta outro caminho senão o da dor, do sofrimento, da perseguição por causa de Cristo e Seu evangelho.

6. A guerra civil

Em uma guerra civil, a população de um país fica dividida em duas ou mais facções: uma parte, geralmente a da capital, segue o governo, enquanto o restante da população acompanha o grupo oposto. Cria-se um governo clandestino. A que governo o cristão deve se submeter? Ao governo reconhecido internacionalmente, ao governo de sua região ou à liderança que zela pelo sistema democrático? Numa guerra civil não existe posição neutra; mesmo o silêncio é um posicionamento: você é a favor ou contra um certo grupo. Geralmente a população adere ao grupo preponderante na região, ainda que não concorde com ele. Em uma guerra civil, não reinam mais o raciocínio, a lógica: as armas, a violência e os interesses das superpotências mundiais determinam o destino de um país.

Algumas perguntas podem ajudar-nos a avaliar a legitimidade de um governo:

— Esse governo deseja estabelecer um regime democrático, livre e pluralista?
— Foi eleito por voto livre e direto?
— Deseja o desenvolvimento da nação sob um regime de paz e justiça?
— Tem o apoio do mundo livre?
— Permite vários partidos livres?
— É a favor da livre expressão de pensamentos?

Podemos resumir as questões em torno do relacionamento entre o cristão e o Estado com duas teses: (1) a ética cristã defende o Estado contra o anarquismo, tanto religioso quanto secular, e contra qualquer injustiça; e (2) a ética cristã limita a autoridade do Estado.

- C -
A RELAÇÃO ENTRE AUTORIDADE E SUBORDINAÇÃO NA IGREJA

Deus não faz acepção de pessoas. Ele considera todos os homens iguais, pois são igualmente pecadores quando nascem e merecem, todos, ouvir de Seu amor. Ele não privilegia uma raça sobre outra ou um sexo sobre outro. Os desníveis raciais, sociais e etários que existem neste mundo desvanecem diante da presença de Cristo: "... não pode haver judeu nem grego; nem escravo nem liberto; nem homem nem mulher; porque todos vós sois um em Cristo Jesus" (Gl 3.28). O Novo Testamento também ensina o sacerdócio de todos os cristãos e, portanto, o sistema sacerdotal hierárquico do Antigo Testamento não tem validade na dispensação da igreja, porque foi superado pelo Sumo Sacerdote Jesus Cristo, que morreu uma única vez por todos (Hb 9.26, 28). Hoje, todo cristão é sacerdote e rei (1 Pe 2.9), e reinará com Cristo sobre a terra (Ap 5.10). Apesar de sermos todos iguais em Cristo e sermos todos reis e sacerdotes, existe na igreja uma diferença entre os que lideram e os que são liderados. Esse sistema não é de ordem hierárquica, mas de caráter funcional, e existe para o bem da igreja.

A igreja de Cristo foi edificada sobre o fundamento dos apóstolos e profetas, sendo Ele mesmo a pedra angular (Ef 2.20). Mais adiante, lemos nessa epístola que Cristo "concedeu uns para apóstolos, outros para profetas, outros para evangelistas, e outros para pastores e mestres, com vistas ao aperfeiçoamento dos santos para o desempenho do seu serviço" (Ef 4.11, 12). Percebemos, portanto, que existe uma diferença entre autoridade e subordinação na igreja. Encontramos este pensamento dialético em 1 Coríntios 16.15-18 também, passagem onde Paulo ensina que precisamos reconhecer os que se dedicaram ao serviço dos santos. Em 1 Tessalonicenses 5.12, 13, o apóstolo nos exorta a ter em máxima consideração os que com apreço trabalham entre nós. Por isso, os presbíteros também devem ser considerados (1 Tm 5.17).

Quanto à submissão na igreja, o autor de Hebreus esclareceu: "Obedecei aos vossos guias, e sede submissos para com eles; pois velam por vossas almas, como quem deve prestar contas, para que façam isto com alegria e não gemendo; porque isto não aproveita a vós outros" (Hb 13.17). Este versículo tem muitas conotações em comum com o quinto mandamento: obediência, submissão e reverência.

Os líderes, por sua vez, devem se tornar "padrão de boas obras" e mostrar "integridade e reverência" em seu ofício (Tt 2.7). Tiago aconselha que poucos se tornem mestres, sabendo que hão de receber maior juízo (Tg 3.1).

Com respeito à autoridade na igreja, é bom lembrar as palavras e o

exemplo de humildade de nosso Senhor Jesus Cristo. Ele não nega ter autoridade sobre os discípulos (Jo 13.13). Mas mesmo sendo Senhor e Rabino, dá uma lição de humildade e lava os pés dos discípulos. Isso significa que, em última análise, somos todos servidores, quer sejamos líderes, quer liderados. Os guias não devem ter domínio sobre a fé dos fiéis; antes, devem ser cooperadores, trabalhando na mesma causa (2 Co 1.24).

A teologia protestante, tanto a luterana quanto a calvinista, sempre fez uma distinção entre a igreja visível e a invisível,[8] ou seja, entre a Igreja corpo de Cristo, e a instituição eclesiástica provisória.[9] Embora a igreja seja essencialmente uma ordem espiritual, sua manifestação concreta, humana e provisória precisa de doutrina, estrutura, ordem e princípios. A maioria dos problemas que surgem hoje nas igrejas evangélicas têm sua origem nas questões doutrinárias e estruturais, ou seja, nas interpretações eclesiológicas, questões de ordem interna e princípios constitucionais ou morais. Essas questões, quando não resolvidas de maneira satisfatória, podem levar a rupturas e à criação de uma nova igreja. Cada membro da igreja, e não somente a liderança local, precisa conscientizar-se de que não existe uma igreja pura e perfeita neste mundo. A igreja humana sempre será um corpo heterogêneo, até Deus julgar os desígnios do coração dos homens e separar os justos dos ímpios.

Perguntas para estudo

1. Qual o teor do quinto mandamento?
2. Por que o estudo do quinto mandamento é de suma importância em nossos dias?
3. Explique as várias interpretações desta frase: "... para que se prolonguem os teus dias na terra que o Senhor teu Deus te dá".
4. Quando a família natural é protegida?
5. Segundo o Novo Testamento, qual a responsabilidade dos pais?
6. De que maneira a ressurreição do filho da viúva de Naim serve como um exemplo de restauração da família natural?
7. Até que ponto os filhos devem obedecer aos pais?
8. Por que os alunos devem se submeter aos professores?
9. Cite três exemplos bíblicos de famílias naturais que eram ao mesmo tempo famílias espirituais.
10. De que maneira o quinto mandamento tem sido tradicionalmente ampliado na ética cristã?
11. Por que a igreja precisa de recomendações quanto à questão da relação social entre empregador e empregado?
12. Como o Novo Testamento vê a relação social entre empregador e empregado?
13. Em que consiste a problemática contextual da relação entre empregador e empregado?
14. Qual a função cívica do Estado no plano de Deus?
15. O cidadão deve sempre obedecer ao Estado?
16. Quais as limitações do Estado do ponto de vista bíblico?

17. Em que circunstâncias o cristão pode enfrentar um conflito de consciência em relação ao Estado?
18. É preciso existir subordinação na igreja?

Notas

1. E. J. de Castro Camargo, *Estudos de Problemas Brasileiros*, São Paulo, 1984[8], p. 29.
2. O. Paião, *Lar Cristão*, nº 16, São Paulo, SEPAL, 1990, p. 5.
3. Reportagem da TV Globo, *Fantástico*, 10/6/1990.
4. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 162.
5. R. A. Cole, *Êxodo, Introdução e Comentário*, São Paulo, Vida Nova/Mundo Cristão, 1981, p. 153.
6. A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981, p. 419.
7. H. D. Wendland, *Ética do Novo Testamento*, São Leopoldo, Sinodal, 1981[2], p. 89.
8. B. Hägglund, *História da Teologia*, Porto Alegre, 1981, pp. 207-209.
9. A. Bieler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990, p. 364.

6

O SEXTO MANDAMENTO OU A PROTEÇÃO DA VIDA E O TESTEMUNHO DA SANTIDADE DA VIDA

"Não matarás" (Êx 20.13; Dt 5.17).

No mundo inteiro, morrem anualmente por aborto provocado tantos fetos quanto a metade da população do Brasil.[1] Conforme dados fornecidos pela UNESCO, a cada ano suicidam-se 500.000 pessoas.[2] Segundo a Anistia Internacional, só na década de 80 mais de 40.000 pessoas sofreram a pena capital.[3] De acordo com as estimativas do historiador russo Roy Medvedev, o ditador comunista Stálin exterminou pelo menos 17 milhões de pessoas por fome, expurgos sangrentos e em conseqüência do brutal programa de coletivização agrícola.[4] Nos últimos anos, mais de 50.000 indivíduos deixaram suas vidas na guerra civil em El Salvador. Milhares morrem em guerras em todo o mundo ou são brutalmente assassinados por inimigos pessoais em brigas domésticas. O tráfico de drogas também faz um número incontável de vítimas. A segunda maior *causa mortis* no Brasil são os acidentes de trânsito, que matam mais pessoas do que o enfarte ou o câncer. A Palavra de Deus ensina que não podemos matar e que precisamos respeitar a vida do próximo, mas parece que a indústria bélica, com seus tanques, foguetes e metralhadoras, fala mais alto. A humanidade não vive em paz, embora, formalmente, goze o maior período de paz entre as superpotências deste século.

O que significa não matar? O sexto mandamento é aplicável em situações de guerra? Qual a resposta bíblica diante da crescente criminalidade? O homem tem direito de morrer com dignidade e sem dores? Até quando é justo prolongar a vida por meios artificiais?

I. A versão inibidora e crítica do sexto mandamento no Antigo Testamento

Em termos negativos, o sexto mandamento proíbe a matança. No Antigo Testamento, há sete termos hebraicos traduzidos por "matar" em português.

A palavra *rāṣaḥ*, usada no sexto mandamento, é encontrada 47 vezes e indica o assassinato violento de um inimigo pessoal (Nm 35.27; 35.30; 2 Rs 6.32). "Não assassinarás" seria uma tradução viável. Este verbo nunca é usado para indicar um assassinato em defesa própria (Êx 22.2), uma morte acidental (Dt 19.5), a execução de assassinos (Gn 9.6) ou situações de guerra. O verbo *rasah* é usado para suicídio, mas não é aplicável ao homicídio não-premeditado (Êx 21.12-14) ou acidental (Nm 35.23).

Já o verbo *qᵉṭal* é o de uso menos corrente (Sl 139.19; Jó 13.15; 24.14). *Henit*, derivado de *ḥāmas*, indica violência deliberada, homicídio (Jr 22.3; Ez 22.26; Sf 3.4; Pv 8.36). A questão do homicídio aparece também em outros textos (Gn 49.5ss.; Jz 9.24; Jó 4.19; Is 59.6; Jr 13.22; 22.3; 51.35; Ez 7.23). O termo *hārag* é empregado 162 vezes e significa "matar uma pessoa" (Nm 31.19; Jr 4.31). *Tabah* indica a matança de animais. A palavra *zābaḥ* é usada em relação a sacrifícios de animais. Finalmente, no Antigo Testamento *shāḥaṭ* indica qualquer morte sacrificial.

II. O equivalente positivo do sexto mandamento

Jesus Cristo, o Deus vivo, é o autor e doador da vida (Gn 1.27-30; Jo 1.3, 4), e Ele deseja que o homem a tenha em abundância (Jo 10.10). O símbolo da criação divina e da recriação escatológica é a árvore da vida (Gn 2.9; Ap 22.2). Jesus Cristo, que é a essência da vida (Jo 11.25; 14.6), deu-Se em sacrifício (Jo 10.15) para que tenhamos a vida eterna (Jo 10.15, 18), crendo nEle (Jo 20.31).

A morte é a conseqüência do pecado (Rm 6.23) e, portanto, é mais do que um mero processo biológico que acompanha o nascimento. Na realidade, é o merecido juízo divino sobre a transgressão e a culpa do homem, inclusive do homem eleito (Dt 31.14; 32.48, 52; 1 Sm 15.22-25).

A formulação positiva deste mandamento é viver em paz com seu próximo: "... se possível, quanto depender de vós, tende paz com todos os homens" (Rm 12.18). É amar o inimigo e orar por ele (Mt 5.44). O apóstolo Paulo nos aconselha: "Longe de vós toda a amargura, e cólera, e ira, e gritaria, e blasfêmias, e bem assim toda a malícia. Antes sede uns para com os outros benignos, compassivos, perdoando-vos uns aos outros, como também Deus em Cristo vos perdoou" (Ef 4.31, 32).

A agressividade humana já aparece nos jardins de infância e continua nos pátios das escolas públicas e particulares, nos protestos universitários e sindicais, nos desajustes matrimoniais e em alguns comícios públicos. A forma

mais dolorosa desse processo é a guerra civil, o terrorismo e a guerra generalizada. Mas Deus criou o homem à Sua imagem (Gn 1.27). Portanto, a Bíblia salienta e sustenta a inviolabilidade da vida humana. O respeito à vida é mais do que mero conceito apodíctico judaico-cristão: faz parte da ética jurídica de todos os países civilizados.

Na moral tradicional, três são as razões que apóiam o valor da vida:

1. A vida é um dom de Deus (Jó 1.21; 33.4; Sl 31.15) — "Não assassinarás" refere-se à dignidade e singularidade do homem que vive sob a bênção e proteção de seu Criador. Deus é o dono da vida e o homem é seu administrador (Dt 30.15; Sl 36.9; Lc 12.20).

2. A vida é um bem pessoal inalienável — Quitar a vida própria ou alheia é ofender a Deus e depreciar o Criador. Também é ofender a si mesmo e ao próximo, porque é deixar de acreditar em qualquer tipo de ajuda externa. O valor da vida não depende dos anos acumulados, nem da capacidade física ou intelectual da pessoa. Antes, a vida é um bem pessoal intransferível e incalculável. Por isso, nenhum indivíduo, nenhuma organização ou sociedade, nenhum grupo de médicos e nem o próprio Estado secular podem arrogar a si o direito de legalizar a matança de seres indefesos ou classificar as pessoas, separando as que devem morrer das que podem viver. A valorização e proteção da vida como bem pessoal proíbe de forma categórica o suicídio, a eutanásia, o infanticídio, o feticídio e o genocídio.

3. A vida é um bem da comunidade — Atentar contra a vida do próximo é uma ofensa à comunidade cujo núcleo é a família. O apóstolo Paulo, usando a analogia do corpo e das funções de seus membros, ensinou que "Deus coordenou o corpo, concedendo muito mais honra àquilo que menos tinha, para que não haja divisão no corpo; pelo contrário, cooperem os membros, com igual cuidado, em favor uns dos outros. De maneira que, se um membro sofre, todos sofrem com ele; e, se um deles é honrado, com ele todos se regozijam" (1 Co 12.24-26).

O coletivismo crê que o homem é um robô, e o antropocentrismo o vê no centro de seus planos egoístas. O avanço da tecnologia, a mecanização moderna, a urbanização crescente e a massificação criaram a unificação dos valores e ideais do homem, fazendo com que surgisse o individualismo extremado e esquecendo que o indivíduo ainda é um bem da comunidade à qual pertence: "Porque nenhum de nós vive para si mesmo, nem morre para si" (Rm 14.7).

Por isso, preservar, proteger e valorizar a vida humana numa convivência pacífica são os equivalentes positivos do sexto mandamento.

III. A interpretação do sexto mandamento por João Calvino

"O fim do mandamento é: Visto que o Senhor vinculou o gênero humano por uma como que (precisa) unidade, a cada um deve ser delegada a

preservação de todos. Em suma, é-nos, portanto, proibida toda violência e brutalidade, e, de um modo geral, toda e qualquer ação deletéria, pela qual venha a sofrer dano o corpo do próximo. Conseqüentemente, inculca-se-nos aplicá(-lo) fielmente, se algo em nosso poder é de valia para proteger a vida do próximo, buscar (o) que lhe contribui para a tranqüilidade, sermos vigilantes em desviar-lhe as cousas deletérias, dar-lhe ajuda, se está em qualquer situação de perigo... a Escritura assinala dupla razão em que se assenta este mandamento: que o ser humano é não só a imagem de Deus, mas ainda nossa (própria) carne."[5]

IV. A atualização do sexto mandamento

Atualizemos o sexto mandamento para as seguintes questões: pena capital, guerra, suicídio, eutanásia, aborto, infanticídio e genocídio.

- A -
A QUESTÃO DA PENA CAPITAL

De acordo com a Anistia Internacional, cerca de 40.000 pessoas podem ter sido condenadas à morte e executadas só na década de 80. Mais de 80% dessas condenações ocorreram no Irã, na China e na África do Sul. Na China, aproximadamente 30.000 criminosos foram executados entre 1983 e 1987. A pena capital foi aplicada em 35 países, enquanto 80 nações deixaram completamente essa prática.[6]

A questão da pena de morte, chamada também de pena máxima ou capital, está sendo mais amplamente discutida em nossos dias devido ao surgimento do terrorismo internacional organizado e da crescente criminalidade em todo o mundo. Quase não se passa uma semana sem que os meios de comunicação internacional nos informem sobre seqüestros e assassinatos de pessoas inocentes com a finalidade de apresentar idéias ou reivindicações terroristas. Alguns argumentam que a pena máxima é divinamente instituída e socialmente necessária. Outros a consideram bárbara e anti-cristã.

A Anistia Internacional opõe-se incondicionalmente à pena capital e considera cada execução uma violência contra os direitos humanos.[7] A verdade é que mais de 90% das execuções são aplicadas em países sob regimes totalitários.[8]

Tanto os que defendem quanto os que condenam a pena de morte apresentam argumentos e contra-argumentos teológicos e filosóficos para justificar sua posição.

1. Objeções à pena capital

Geralmente são usados os seguintes exemplos bíblicos para condenar teologicamente a pena máxima:

a) *O caso de Caim*: Alega-se que a pena capital não era a intenção de Deus, porque Ele proibiu enfaticamente qualquer pessoa de vingar o homicídio cometido por Caim (Gn 4.15). "Qualquer pessoa" seria qualquer vingador, mesmo que fosse representante da lei ou das autoridades.

b) *Jesus e a mulher adúltera*: Embora a lei de Moisés tenha ordenado que se apedrejasse a pessoa adúltera (Lv 19.20-23; 20.10), Jesus poupa a vida da mulher apanhada em adultério. Em vez de pedir o cumprimento cego da lei, Jesus simplesmente ordena que ela não peque mais (Jo 8.11). Portanto, conclui-se que Jesus Se opunha à pena capital.

c) *A cruz de Cristo e a graça perdoadora*: Do ponto de vista bíblico, talvez o argumento mais forte seja a cruz de Cristo e a graça perdoadora. "Esta objeção sustenta que a pena capital é baseada num conceito sub-cristão ou pré-cristão da justiça, que é transcendido por uma moralidade neotestamentária da graça. Deus não deseja castigar os homens, muito menos com a pena capital; pelo contrário, Deus quer perdoar os homens através de Cristo. Todos nossos crimes foram pregados à Sua cruz (Ef 2.15, 16). A lei foi cumprida por Cristo, no preceito e na penalidade (Mt 5.17; Gl 3.13). Visto que a justiça de Deus foi satisfeita pelo sacrifício de Cristo, não há necessidade de os homens pagarem a penalidade por seus pecados. Deus oferece o perdão a todos e por tudo."[9]

Além desses argumentos teológicos, os que defendem a extinção da pena capital afirmam que não se pode excluir por completo a possibilidade de um erro judicial e que, na maioria dos países, ela recairia sobre os mais pobres.

2. Argumentos teológicos a favor da pena de morte

a) *O caso de Caim*: "Às vezes é argumentado que a pena capital não era a intenção de Deus desde o início, conforme pode ser deduzido da intervenção de Deus para poupar Caim dela. Quando Caim matou seu irmão, Abel, Deus explicitamente proibiu qualquer pessoa de matar Caim por sua vez. Disse: 'Assim qualquer que matar a Caim será vingado sete vezes' (Gn 4.15).

O que é facilmente olvidado nesta isenção óbvia da pena capital é que a passagem claramente subentende a validez da pena capital. O caso de Caim era especial. Quem teria executado a sentença? O irmão dele estava morto. Decerto Deus não iria chamar o pai para executar seu filho remanescente! Nesta situação o próprio Deus pessoalmente comutou a sentença da morte.

No entanto, quando Deus suspendeu a pena de morte de Caim, a Bíblia claramente indica que esta não seria a regra. Vários fatores apóiam esta

conclusão. Primeiramente, o próprio Senhor disse: 'A voz do sangue de teu irmão clama da terra a mim' (Gn 4.10). Clama para quê? Para a justiça, sem dúvida. O princípio bíblico é que somente outra vida pode satisfazer a justiça de uma vida perdida (*cf.* Lv 17.11; Hb 9.22). Em segundo lugar, o temor de Caim de que alguém no futuro o mataria demonstra que a pena capital era sua prõpria expectativa natural: '... quem comigo se encontrar me matará', exclamou (Gn 4.14). A pessoa naturalmente prevê a perda de sua própria vida como conseqüência de tirar a vida doutrém. Em terceiro lugar, a resposta de Deus a Caim subentende a pena capital: 'Assim qualquer que matar a Caim será vingado sete vezes'. Isto, sem dúvida, significa que a pena capital seria usada contra qualquer pessoa que matasse a Caim. Destarte, de modo contrário àquilo que talvez pareça na superfície, o caso de Caim é a 'exceção' que comprova a regra. Desde o princípio, era a intenção de Deus que os crimes capitais recebessem penas capitais."[10]

b) *A aliança de Deus com Noé*: "A primeira referência à pena capital acha-se em Gênesis 9.6. Noé e sua família sobreviveram ao grande dilúvio, que foi precipitado pela maldade e pela violência daquela civilização antediluviana (*cf.* Gn 6.11). Quando Noé emergiu da arca, Deus lhe deu a seguinte injunção: 'Se alguém derramar o sangue do homem, pelo homem se derramará o seu; porque Deus fez o homem segundo a sua imagem'. O assassinato é errado porque é matar Deus em efígie, e quem tirar a vida dos outros homens deve ter sua vida tirada pelas mãos dos homens. Os antediluvianos tinham enchido o mundo com violência e derramamento de sangue. Pelo uso da pena capital os homens deveriam abafar a violência e restaurar a ordem da justiça. Deus instituiu a ordem e a paz sociais e deu ao governo a autoridade sobre a vida para garantir à humanidade estes benefícios."[11]

c) *O exemplo de Acã*: Aquilo que de nossa perspectiva do século XX parece inaceitável e brutal aconteceu com Acã e seus familiares, por desobedecerem ao mandamento do Senhor. Não apenas Acã, mas todos seus familiares sofreram a pena máxima (Js 7.1, 12, 20, 24-26).

d) *A lei de Moisés*: Na lei de Moisés percebemos até uma expansão e radicalização da pena de morte. O princípio básico era "vida por vida, olho por olho, dente por dente" (Êx 21.23, 24). A pena máxima foi permitida e sancionada por Deus nos seguintes casos: assassinato premeditado (Êx 21.12-14); seqüestro (Êx 21.16; Dt 24.7); adultério (Lv 20.10-21, Dt 22.22); homossexualismo (Lv 20.13); incesto (Lv 20.11, 12, 14); bestialidade (Êx 22.19; Lv 20.15, 16); desobediência aos pais (Dt 17.12; 21.18-21); ferir ou amaldiçoar os pais (Êx 21.15; Lv 20.9; Pv 20.20; Mt 15.4; Mc 7.10); falsas profecias (Dt 13.1-10); blasfêmia (Lv 24.11-14; 16.23); profanação do sábado (Êx 35.2; Nm 15.32-36); e sacrifícios aos falsos deuses (Êx 22.20).

e) *O ensino de Jesus*: Temos a tendência de esquecer que Jesus reafirmou o princípio da pena máxima no sermão do monte: "Não penseis que vim revogar a lei ou os profetas: não vim para revogar, vim para cumprir... Ouvistes que foi

dito aos antigos: Não matarás; e: Quem matar estará sujeito a julgamento [à pena de morte]. Eu, porém, vos digo que todo aquele que (sem motivo) se irar contra seu irmão estará sujeito a julgamento" (Mt 5.17, 21, 22).

f) *Ananias e Safira*: Esse casal foi condenado à morte pelas palavras apostólicas de Pedro. Eles tiveram morte imediata porque mentiram (At 5.13). Encontramos, então, e claras evidências de que o Novo Testamento, mesmo na dispensação da graça, permite que homens condenem homens à morte.

g) *Estêvão e Tiago*: Esses dois exemplos históricos de Atos mostram claramente que o Sinédrio, ou Concílio dos Setenta, tinha poder para pronunciar a pena capital. Tal atitude não foi reprovada pelo historiador ou pela comunidade, mas simplesmente comunicada (At 7.59; 12.1, 2).

h) *O ensino de Paulo*: Em Romanos 13.1, 2 vemos que Deus deu a espada às autoridades humanas para protegerem a vida. O uso da espada para o bem da sociedade logicamente inclui a pena de morte em casos especiais. Mas é importante observar que a espada foi dada para o bem da sociedade e não deve ser empregada indiscriminadamente.

i) *A morte de Jesus Cristo*: Pilatos realmente teve autoridade para prescrever a pena máxima a Jesus, e Cristo Se submeteu a ela (Jo 19.11). Sem essa pena não gozaríamos de tão grande salvação.

Diante de todos esses argumentos, concluímos que realmente existem exemplos morais concludentes no Antigo e no Novo Testamentos, que "mostram que Deus ordenou, e os homens exerciam a pena capital para delitos específicos. A pena de morte é instituída por Deus, através dos homens, contra os culpados".[12]

3. A problemática da pena capital no século XX

A perpetração da pena máxima em mais de trinta países no mundo inteiro é uma situação moral questionável, pelo fato de esta prática muitas vezes estar sendo utilizada por governos de regime totalitário, como a China e o Irã. Em muitos casos, a vítima é condenada à morte sem um processo jurídico legal, acusação comprovada ou direito à defesa legítima, o que pode levar a erros jurídicos irreversíveis. É fácil acabar aplicando a pena de morte, não apenas contra criminosos, mas também contra qualquer oposicionista que critique o regime. Por essa razão, a Anistia Internacional exige a abolição incondicional e irrestrita da pena de morte no mundo inteiro.[13] Embora os dois Testamentos apóiem formalmente a pena de morte, essa prática é contrária ao espírito e à religião cristã, que são de amor, paciência, tolerância e perdão. Desde Constantino, o cristianismo a tem apenas tolerado como legítima defesa coletiva e como execução da vontade divina para situações específicas e extremas.

No Brasil, a reintrodução da pena máxima certamente seria desfavorável à classe pobre e favorável aos ricos. É preciso fazer uma ampla reforma judiciária

e penitenciária e acabar com as desigualdades jurídicas entre ricos e pobres. O jornalista Gilberto Dimenstein, diretor da sucursal de Brasília do jornal *Folha de São Paulo*, aponta ainda outro aspecto da pena de morte. Em sua estimativa, a população de crianças abandonadas no Brasil chega a 27 milhões. Os grupos de extermínio eliminam um menor de rua por dia, o que é uma institucionalização social da pena de morte em pleno século XX.[14] Chegou a hora de dar um basta à discriminação do menor e desenvolver um programa sensato envolvendo Estado, igrejas e entidades filantrópicas. Precisamos melhorar a escolaridade da criança brasileira, aperfeiçoar as escolas técnicas e os cursos profissionalizantes, enfim, fazer tudo para resgatar a dignidade humana e o direito à vida. O ensino do sexto mandamento é claro, específico e concreto: todo ser humano possui o direito de viver dignamente.

- B -
A MALDIÇÃO DA GUERRA

O homem sensato não deseja a guerra porque sabe que traz enormes conseqüências morais e sociais para o povo. A guerra é uma maldição e precisa ser evitada. Desde 1945 houve mais de 150 conflitos armados,[15] e hoje, mais de 25 milhões de pessoas prestam serviço militar ativo no mundo inteiro.[16] Em 1979, a União Soviética gastou 165 bilhões de dólares (17% do Produto Nacional Bruto) em armas.[17] A miséria e a fome dos países do terceiro mundo poderiam ser facilmente resolvidas com o dinheiro que as grandes potências investem em armamento nuclear. Mas infelizmente, enquanto a humanidade continuar sem Deus e sem esperança, e Cristo não voltar para estabelecer Seu reino, estaremos longe da paz. Reinhold Niebuhr (1892-1970), o mais famoso professor de ética cristã dos Estados Unidos neste século, encara a questão com realismo bíblico ao afirmar que os indivíduos podem converter-se à paz, mas a sociedade imoral nunca se libertará da maldição da guerra.[18]

A questão da guerra é o segundo exemplo clássico que não se enquadra necessariamente no sexto mandamento. O povo de Israel jamais considerou que este mandamento proibisse guerras, mesmo porque o próprio Deus ordenou várias guerras: contra Amaleque (Êx 17.8-16; 1 Sm 15.1-9), contra os filisteus (1 Sm 7.1-14), contra os amonitas (1 Sm 11.1-11), contra Jericó (Js 6.2ss.), contra Ai (Js 8.1ss.), contra os cananeus (Js 11.19, 20) e muitas outras, mencionadas principalmente nos livros históricos do Antigo Testamento.

O próprio Deus é conhecido como "homem de guerra" (Êx 15.3; Is 42.13). O título "Senhor dos Exércitos" (Êx 12.41; 1 Sm 17.5; Sl 46) indica que Deus luta contra os inimigos ao lado de Seu povo. Em Números 21.14 lemos: "livro das Guerras do Senhor". O próprio Deus, na qualidade de capitão, chefiava o exército (2 Cr 13.12). Na oração do rei Salomão, temos uma forte indicação de que o Senhor envia Seu povo contra os inimigos (2 Cr 6.34). Ele armou

emboscadas (2 Cr 20.22) e ensinou o salmista a combater (Sl 144.1). Algumas vezes, Deus assumiu a batalha e combateu sozinho, enquanto o exército de Israel ficava quieto (2 Cr 20.17). Qualquer guerra "convocada por Deus" estava fadada a ser vencida pelos israelitas.

Assim, qual a posição dos cristãos com respeito à guerra? Até que ponto o cristão pode envolver-se em conflitos bélicos? Existem normas ou diretrizes bíblicas para nos orientar nesta questão?

Quanto a esse problema, o cristianismo divide-se em pelo menos três correntes de pensamento. É interessante observar que todas usam a Bíblia para fundamentar seus pontos de vista.

1. O ativismo

O ativismo sustenta que o cristão deve ir para todas as guerras em submissão e obediência ao governo instituído e ordenado por Deus (Rm 13.1-7). Para justificar sua posição, essa linha de pensamento opera com as seguintes referências bíblicas: Gênesis 1.28; 9.5, 6; Êxodo 21.23-25; Mateus 22.21; Romanos 13.1-7; 1 Timóteo 2.2; Tito 3.1; 1 Pedro 2.13, 14.

Além desses exemplos bíblicos, o ativismo apresenta cinco argumentos filosóficos sugeridos por Platão: o governo é o pai do homem; o governo é o educador do homem; o governado comprometeu-se a obedecer a seu governo; o governado não está compelido a permanecer sob seu governo; e sem governo haveria caos social.[19]

Qual seriam os problemas do ativismo? O primeiro é de ordem hermenêutica. Como podemos justificar guerras entre nações pagãs de hoje baseados em guerras ordenadas pelo Senhor no Antigo Testamento? Nenhuma dessas nações é o povo escolhido por Deus. O segundo problema é que já se iniciaram guerras mundiais em nome de Deus. Os exércitos russos, ingleses e alemães receberam a bênção de seus líderes espirituais antes de entrarem na Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Será possível que milhares de pessoas inocentes tenham morrido "em nome e pela bênção de Deus"? O terceiro problema é a tendência de idolatrar o Estado, considerando-o infalível ou, até, idêntico à vontade de Deus. E isso, evidentemente, está muito longe da realidade.

2. O pacifismo

O pacifismo argumenta que o homem nunca deve participar de guerras; ele deve poupar a vida dos outros, visto que Deus ensina que é proibido matar. Os principais argumentos do pacifismo podem ser resumidos assim: matar é sempre errado; também é errado usar a força para resistir ao mal, porque a vingança pertence a Deus (Mt 5.39; Dt 32.35); ética individual e ética pública são a

mesma coisa; a guerra é baseada no mal da ganância; a guerra sempre resulta em muitos males; a violência gera mais violência e a guerra cria mais guerras.

O pacifismo subdivide-se em três linhas de pensamento:

a. O pacifismo absoluto (também chamado de pacifismo filosófico) ensina que, qualquer que seja a questão (nacional, civil ou familiar), o homem jamais deve reagir fisicamente à violência e à guerra. Os representantes dessa escola são Mahatma Gandhi[20] e o filósofo cristão Leon Tolstói (1828-1910), que se tornou famoso com a frase: "A cruz de Cristo é o sinal da passividade total e não-violência".[21] Outras idéias desta linha de pensamento são: "A violência sempre produz violência" e "a guerra sempre resulta em fome, calamidade e miséria".

b. O pacifismo moderado (ou pacifismo cristão) opõe-se ao serviço militar armado. Não se opõe necessariamente ao exército, mas acha que a tarefa do cristão é servir aos feridos, dar assistência médica e social, esperar o reino pacífico de Cristo, aceitar as conseqüências de uma invasão, não resistir com violência, mas praticar a desobediência civil e orar em favor dos governos, usando o bom exemplo e as atitudes cristãs expostas no sermão do monte para ganhar as autoridades para Cristo. Os representantes clássicos desse pensamento são todos os escritores cristãos mais importantes anteriores a Constantino,[22] os anabatistas, os menonitas[23] e os quacres.[24]

O norte-americano Ron Syder, o expoente menonita mais influente hoje, é a favor do desarmamento total e incondicional de seu país. Ele argumenta que a guerra é sempre errada (Êx 20.13; Mt 5.39ss.; Rm 12.19-21; 1 Co 6.7; Ef 6.12).

c. O pacifismo ideológico ou político opõe-se a qualquer forma de capitalismo ou sistema com mecanismos de um mercado livre: é contra a hegemonia ou a chamada opressão norte-americana, contra as multinacionais e contra o Fundo Monetário Internacional. Nesta linha de pensamento nunca se fala dos males do marxismo-leninismo e nem há crítica alguma aos países socialistas. Representantes deste pensamento são os grupos radicais de esquerda no mundo inteiro.

3. O seletivismo

O seletivismo afirma que é necessário fazer uma diferença entre guerras justas e guerras injustas, e que se deve participar de algumas delas, visto que agir de outra forma seria recusar-se a fazer o bem maior ordenado por Deus.

Os argumentos do seletivismo são:

— Deus sanciona a pena máxima após o dilúvio (Gn 9.6);
— está de acordo com a lei de Moisés (Êx 21-26), reafirmada por Pedro (1 Pe 2.13);
— Paulo ensina que toda autoridade procede de Deus (Rm 13.1-7);
— Jesus Cristo se submeteu à pena capital (Jo 19.11);

— está implícito no fato de o apóstolo Paulo buscar a proteção do exército romano (At 22.25-29; 23.23); e
— é estimulado em Tiago 4.17: "... aquele que sabe que deve fazer o bem e não o faz, nisso está pecando".

Para o seletivismo, tanto o ativismo quanto o pacifismo são fugas morais de um mundo de ilusões. "Sustentar o pacifismo completo ou o ativismo total é a saída moral fácil de uma posição ética difícil."[25]

O seletivismo foge do pacifismo ilusório ou do ativismo idólatra e cego, porque reconhece ainda uma realidade superior ao próprio Estado regendo o curso do mundo. Está consciente de que as autoridades foram essencialmente instituídas por Deus, assume uma responsabilidade social e não sonha a respeito de uma situação puramente ilusória. É crítico e autocrítico, e não foge do dever difícil, mas é consciente e se engaja de acordo com princípios, mesmo quando as circunstâncias são adversas. O seletivista não cai num ativismo cego nem foge à responsabilidade cívica nos momentos cruciais de seu país. Ele avalia a situação, ora e depois se posiciona como ser livre e responsável.

- C -
A QUESTÃO DO SUICÍDIO

O termo *suicídio* origina-se do latim *sui* (a si mesmo) e *caedere* (cortar, matar). A Bíblia nunca emprega essa palavra, embora fale do assunto.

São múltiplas as formas e os motivos que levam homens, mulheres e até crianças a praticar este ato. No mundo em que vivemos, esse modo de autodestruição adquiriu dimensões trágicas. Na Hungria, 45 pessoas em cada 100.000 cometem suicídio.[26] No Brasil, o índice é de 3,3 em 100.000.[27] Na maioria dos casos, os que buscam a morte voluntária encontram-se na faixa de 21 a 35 anos, pertencem à classe média, são universitários e profissionais. Algumas vezes, os perpetradores vivem em áreas rurais, principalmente no polígono das secas do Nordeste.

Tanto na filosofia quanto na ética cristã, falamos de dois motivos principais para o suicídio: o heroísmo e o desespero.

O suicídio heróico é exemplificado pelos *kamikazes* japoneses que, na Segunda Guerra Mundial, lotavam seus aviões de explosivos e voavam contra um alvo militar, morrendo na explosão. Outros exemplos seriam os carros de dinamite na guerra civil no Líbano, os críticos do sistema marxista que se queimaram vivos em praça pública durante a primavera política da Tchecoslováquia, ou os ataques iranianos contra navios internacionais durante a guerra contra o Iraque.

O outro tipo de morte voluntária é praticado pela moça grávida que se lança sob o trem para encobrir a vergonha de ter uma criança não desejada pelo

namorado; pelo comerciante endividado que dá um tiro na cabeça; pelo jovem universitário que não suporta mais a pressão e se joga de um edifício. Em todos esses casos dramáticos, o suicídio parece ser a única solução possível para um grande problema, um ato redentor que acabaria com um tremendo pesadelo.

Richard Fowler, da Universidade da Califórnia, escreveu: "Nossos dados sugerem que o suicídio é uma conseqüência do abuso de drogas. O processo de dependência do álcool e das drogas segue seu curso natural e o suicídio é apenas uma conseqüência lógica". Os especialistas verificam que o abuso das drogas foi o fator principal de 53% dos suicídios.[28] Além das drogas, a depressão, o transtorno psíquico, o forte desequilíbrio emocional, o fracasso escolar ou profissional, a queda da bolsa de valores (em 1929 e 1987) ou o fracasso espiritual podem provocar a busca voluntária da morte.

A causa principal de todos os cinco casos de suicídio relatados na Bíblia foi o fracasso espiritual:

a) Sansão nasceu de maneira miraculosa, porque sua mãe era estéril. Deus planejou que ele fosse dedicado ao ministério de juiz em Israel. O fracasso espiritual de Sansão começou com o casamento com uma filistéia em Timna, apesar das advertências do pai (Jz 14.3). A situação de Sansão piorou quando ele começou a viver com uma prostituta, Dalila (Jz 16.11). Sansão é traído por ela, perde a vista e passa o restante de sua vida no cárcere, recobrando a força somente depois que seu cabelo cresce outra vez, durante a grande festa ao deus Dagon. Sansão se suicida por motivos estranhos, morrendo junto com os pagãos, sob os escombros do templo que ele faz desmoronar (Jz 16.30).

b) Aitofel, o falso conselheiro de Absalão, enforcou-se ao ver que seu conselho fora rejeitado (2 Sm 17.23).

c) Zinri cometeu suicídio ao se ver derrotado: "Vendo Zinri que a cidade era tomada, foi-se ao castelo da casa do rei e o queimou sobre si, e morreu, por causa dos seus pecados que cometera" (1 Rs 16.18, 19). Esta triste história do rei de Israel comprova que existe uma nítida relação entre suicídio e pecado. Pecados não confessados podem levar o homem ao desespero emocional.

d) Saul, o primeiro rei em Israel, suicidou-se por causa de práticas demoníacas, pois consultou a médium de En-dor (1 Sm 28.1-19; 31.1-4).

e) Judas se enforcou depois de trair o Senhor Jesus: "Então Judas, o que o traiu, vendo que Jesus fora condenado, tocado de remorso, devolveu as trinta moedas de prata aos principais sacerdotes e aos anciãos, dizendo: Pequei, traindo sangue inocente. Eles, porém, responderam: Que nos importa? Isso é contigo. Então Judas, atirando para o santuário as moedas de prata, retirou-se e foi enforcar-se" (Mt 27.3-5). Esta triste história mostra a relação entre fracasso espiritual, pecado não perdoado e suicídio por desespero.

Existe ainda um sexto caso, não consumado. Foi quando Satanás convidou Jesus para um salto suicida (Mt 4).

Todos os teólogos de todas as épocas e todas as tradições cristãs condenam o suicídio. Por outro lado, quando definimos as implicações do suicídio,

notamos que o assunto comporta várias interpretações.[1] Crisóstomo, Eusébio, Ambrósio e Jerônimo apoiaram as mulheres cristãs que cometeram suicídio para escapar das mãos sujas de perseguidores que queriam colocá-las em bordéis.

Agostinho, por sua vez, apesar de louvar-lhes a fé, condenou o suicídio dessas mulheres, ensinando que a pureza reside no coração e não no corpo físico (Mt 5.8). Agostinho também condenou o suicídio de Sansão.[29]

Tomás de Aquino, considerado o maior teólogo católico (o principal representante do alto escolasticismo), classificou o suicídio como o pior de todos os pecados e ensinou que a pessoa que se suicida mata o próprio corpo e a alma. Por isso, a Igreja Católica Romana procurou coibir sua prática, estabelecendo normas diferentes de enterro (método e local) para o suicida.

As igrejas evangélicas tradicionalmente condenam o suicídio, mas não o suicida. "O suicida se torna culpado somente diante de Deus, o Criador e Senhor de sua vida. O suicídio é condenável como pecado de falta de fé por haver um Deus vivo..."[30]

1. O ensino da Bíblia quanto ao suicídio

a. A Bíblia não contém um mandamento explícito que proíba o suicídio porque subentende-se que Deus criou o homem, que Ele é o sustentador, o doador da vida, e que deseja proteger e abençoar a vida humana (Gn 1.27, 28; Êx 20.13; Dt 5.17; Jo 10.10).
b. O suicídio sempre é errado porque é o assassinato de um ser humano feito à imagem de Deus (Gn 1.17, 18; Êx 20.13; Dt 5.17). É paradoxal concluir-se que a melhor coisa que alguém pode fazer para si é destruir a si mesmo. Como pode o melhor para si ser o ato final contra si?
c. O suicídio é errado porque a Bíblia ensina que devemos amar uns aos outros como a nós mesmos (Mt 22.39; Ef 5.29).
d. O cristão que se mata por desespero ou por descontrole emocional ou mental peca porque não crê numa intervenção de Deus, mas, mesmo assim, não se separa do amor do Criador (Rm 8.38, 39; 14.7-9).
e. O suicídio é errado porque a pessoa julga não ter mais nenhum outro recurso para resolver seu problema, enquanto a Bíblia nos convida a confessar nossos pecados e a lançar nossa ansiedade sobre Cristo (1 Jo 1.7; 1 Pe 5.7).
f. A solução para os candidatos ao suicídio é acabar com as práticas malignas do espiritismo (1 Sm 31.4); com a vida mentirosa e enganosa (Judas em Mateus 27.5); confesssar os pecados (1 Jo 1.7); valorizar a si mesmo (Mt 22.39); conviver positivamente com as tensões e angústias (Jo 14.17, 27; 16.33); aprender a confiar em Cristo em todo momento da vida; lançar os problemas sobre Jesus; crer na suprema providência e graça divina; e aceitar o fato de que Cristo veio ao mundo para oferecer

vida eterna e abundante (Jo 10.5). Cristo valoriza e direciona a vida. Ele dá à vida seu valor real (Jo 10.10). Ele é a vida (Jo 11.25; 14.6) e dá Sua vida (Jo 10.18).

. "O suicídio é um gesto de solidão, os últimos e decisivos motivos quase sempre permanecem ocultos."[31] O candidato ao suicídio precisa vencer a honra ferida, o fracasso financeiro e os graves erros pessoais. "Não há então lei humana ou divina que possa evitar o gesto; somente o consolo da graça e o poder da intercessão fraternal podem ajudar em tal provação. Não é o direito à vida, mas a graça de poder continuar vivendo sob o perdão de Deus que pode resistir a essa tentação do suicídio. Mas quem haveria de afirmar que a graça de Deus não pode abranger e carregar também o fracasso diante desta mais dura tentação?"[32]

- D -
O DILEMA DA EUTANÁSIA

A palavra *eutanásia* deriva do grego *eu* (boa) e *thanatos* (morte), e significa qualquer ação intencional que possibilite a boa morte de um moribundo, seja por métodos diretos ou indiretos, ativos ou passivos, omissivos ou permissivos, naturais ou artificiais.

A *Enciclopédia Brasileira Mérito* define eutanásia como "morte serena, tranqüila, sem sofrimento; prática pela qual se procura dar fim ao sofrimento de um enfermo incurável, dando a este uma morte rápida ou sem dor".[33]

A questão da eutanásia não é apenas um problema de ética individual do paciente moribundo ou seus familiares. Ela faz parte da ética social, pelo fato de incluir também a classe médica e a legislação em geral.

Um Estado que legalizasse a eutanásia "minimizaria o *ethos* da profissão médica e a confiança dos pacientes nos membros desta profissão. O Estado tem de promover e proteger a solidariedade da família. A legalização da eutanásia tentaria muito facilmente famílias fracas a sugerir a seus membros incômodos ou pesados que escolhessem a eutanásia e, assim, deixassem o teatro da vida".[34]

Os humanistas modernos, entre quais o anestesiologista holandês Pieter Admiraal, argumentam que "a eutanásia não deve ser vista como uma atrocidade. A morte devolve a dignidade a um paciente terminal".[35]

As questões que surgem por trás da eutanásia são: o doente desenganado tem o direito de morrer com dignidade? É justo prolongar artificialmente a vida de um paciente terminal? É lícito aniquilar, por meios indolores, uma vida que já não vale a pena?

A questão teológica é esta: é possível ter uma boa morte? É bom lembrar que a Bíblia não define a morte como positiva, boa ou amiga. Ela a descreve como inimiga do homem. O que Deus criou era bom (Gn 1.31), mas a morte é o

resultado da pecaminosidade do homem (Gn 2.17). Essa idéia é reafirmada por Paulo (Rm 3.23; 5.12). A Palavra de Deus valoriza a vida, fala de sua preservação e proteção (Gn 9.6). O homem é *imago Dei* (Gn 1.27, 28), mas a morte permanece como sua inimiga.

1. A problemática da eutanásia

Tradicionalmente se reconhece que a eutanásia é um crime contra a vontade de Deus expressa no decálogo e contra o direito de vida de todos os seres humanos. Até os anos 50, a morte de uma pessoa era determinada pela parada cardíaca irreversível. Com o avanço tecnológico da medicina moderna, porém, tornou-se extremamente difícil determinar o momento exato da morte.

Surgiu, então, um novo conceito de morte: a morte clínica, cerebral ou cortical. A morte cerebral é determinada por critérios neurológicos, enquanto a morte biológica é determinada por critérios cardiológicos. Mas logo surgiram novas incertezas. Quando se pode falar de morte cerebral? Inicialmente, a morte clínica foi definida como a degeneração irreversível da massa cerebral do ser humano. Outros referem-se mais especificamente à "morte cortical", contrariando o conceito da morte de "todo o cérebro", porque o conhecimento e a personalidade da pessoa dependem do córtex cerebral.[36] Este conceito foi defendido recentemente no debate sobre eutanásia promovido pelo Conselho Federal de Medicina no Centro de Convenções Rebouças, São Paulo, em abril de 1988. A problemática da morte clínica está no fato de o ser humano poder continuar vivendo vegetativamente por muito tempo. Ou seja, o coração e o pulmão podem continuar funcionando, apesar da morte cortical.

Para os juristas, a questão é saber se a pessoa morre por vontade própria, contra a vontade ou sem manifestar sua vontade. Para os filósofos, a pergunta é se o doente incurável tem o direito de morrer com dignidade, como defendia Francis Bacon (1561-1626). Para o cristão, a questão é decidir se provocar deliberadamente a morte de um paciente desenganado é um ato de misericórdia humana ou um crime.

Em termos específicos, a problemática da eutanásia é levantada quando a única perspectiva que resta é a morte, quando todos os recursos tecnológicos se esgotam e há apenas agonia e dor sem fim. Nesses momentos difíceis, surge a angústia prolongada do paciente e a perplexidade do médico, porque torna-se inútil "todo seu embasamento acadêmico-tecnológico para lidar integralmente com o mistério e fascínio da vida".[37] Surge, também, a ansiedade constante dos familiares, que se revoltam com a situação paralisante, com a dor e, às vezes, com o alto custo financeiro. Então, a eutanásia apresenta-se como salvação, como um ato redentor, e propõe livrar familiares, médicos e o paciente de um círculo vicioso e angustiante, por meio de uma morte voluntária e programada.

Os tribunais holandeses já permitem a eutanásia mediante um diagnóstico confirmado, um pedido escrito do paciente, a existência comprovada de

sofrimento insuportável e impossível de ser eliminado, e uma segunda opinião médica.[38] Daí se explica por que na Holanda 10% das mortes são conseqüência de eutanásia, 15% dos aidéticos e 20% dos pacientes terminais de câncer morrem de eutanásia e 80% da população é a favor dessa prática.[39]

. Em termos morais e jurídicos, distingue-se entre eutanásia ativa e passiva:

Eutanásia ativa — medidas ativas tomadas por terceiros (injeções, remédios), com ou sem o consentimento do paciente moribundo, que provocam a morte do paciente de maneira rápida e sem dor.

Eutanásia passiva — medidas passivas adotadas por terceiros (privação de remédios, calorias, alimentação, respiração artificial), que aceleram a morte do paciente terminal.

2. Argumentos a favor da eutanásia

Quase todos os argumentos a favor da eutanásia basciam-se num humanismo egocêntrico e num pensamento meramente materialista e individualista:

a. Não se deve manter artificialmente a vida subumana ou pós-humana vegetativa.
b. Devem-se evitar dores excessivas, sofrimentos intoleráveis, doenças irreversíveis e moléstias prolongadas do paciente desenganado (câncer mortífero, acidente fatal, Aids).
c. Deve-se abreviar a vida do moribundo se ele ou seus familiares o desejarem.
d. O homem tem o direito de morrer com dignidade (infelizmente, nunca se define o que é universalmente reconhecido como "com dignidade", qual sua base, seu conteúdo moral e suas implicações práticas).
e. A maioria das pessoas mataria a tiros um cavalo preso num celeiro em chamas; portanto, o homem pode ser tratado de modo igualmente humanitário.
f. É um dever humanitário abreviar a vida indigna de ser vivida.
g. Pieter Admiraal argumenta que "a eutanásia não deve ser vista como uma atrocidade. A morte devolve a dignidade a um paciente terminal"[40].

3. Argumentos contra a eutanásia

a. Não existe vida subumana ou pós-humana, porque Deus trata o ser humano em sua totalidade, como alguém que possui corpo, alma e espírito.

b. Não se deve jogar a responsabilidade de decidir pelo fim da vida tão somente sobre os médicos. Eles não podem determinar os critérios finais de modo arbitrário e subjetivo.
c. Deve-se valorizar a vida, mesmo a vida do moribundo, usando todos os meios disponíveis para aliviar suas dores, para que ele possa concluir dignamente sua existência terrena. Os médicos e os juristas ainda não chegaram a um consenso quanto à definição exata da morte clínica e, portanto, não se justifica o uso de meios ativos para tirar a vida de quem ainda tem fôlego.
d. A eutanásia sempre é errada porque é um crime contra a vontade de Deus expressa nos dez mandamentos, contra a dignidade humana e contra a obrigação médica de preservar a vida.
e. Nunca se pode ter a certeza de que o doente vai morrer.
f. É uma violação da lei divina, um ataque à dignidade humana e um crime contra a vida que Deus proporcionou. A Palavra de Deus ensina claramente que "não há nenhum homem que tenha domínio sobre o vento para o reter; nem tão pouco tem ele poder sobre o dia da morte" (Ec 8.8).
g. A eutanásia é uma fuga da realidade, da dor, que tem um significado na experiência humana; é uma idéia materialista, egoísta, que não crê que o sofrimento pode fazer parte de um plano maior (Rm 8.28).
h. A eutanásia é uma morte arbitrária, programada e uma "interferência na obra do Criador e Conservador da vida".[41]
i. A vida tem mais do que mera utilidade social: "Diante de Deus não há vida que não valha a pena ser vivida, pois Deus valoriza a vida em si. O fato de Deus ser o criador, preservador e redentor da vida torna a mais mísera existência digna de ser vivida diante de Deus. O pobre Lázaro, o leproso que jazia à porta do rico e a quem os cães lambiam as feridas, este homem sem utilidade social alguma, esta vítima daqueles que julgam a vida pela sua utilidade, é considerado digno da vida eterna por Deus. Onde, senão em Deus, poderia estar o parâmetro para o valor último de uma vida? Na afirmação subjetiva da vida? Nisso muito gênio pode ser superado por um idiota. No julgamento da comunidade? Neste caso, bem logo se evidenciaria que o juízo sobre vida socialmente útil ou inútil estaria sujeito às necessidades do momento e com isso à arbitrariedade, e que a sentença de morte atingiria ora este, ora aquele grupo. A distinção entre vida digna ou indigna de ser vivida cedo ou tarde destrói a própria vida. Depois deste esclarecimento básico, resta-nos dizer ainda uma palavra sobre a utilidade puramente social da vida que parece inútil e sem sentido. Não há como negar o fato de que justamente esta vida assim chamada indigna de viver, de doentes incuráveis, desencadeia nos sadios, nos médicos, enfermeiros e pacientes, o mais alto grau de espírito de sacrifício social e verdadeiro

heroísmo e que desta dedicação de vida sadia à vida enferma nasceram reais valores de utilidade para a comunidade".[42]

j. Como a eutanásia poderia devolver a dignidade a um paciente terminal se Deus não existisse e não houvesse vida após a morte? Pode-se devolver dignidade ao estado nihilista? Pieter Admiraal não crê em Deus.[43]

l. Provavelmente, a legalização da eutanásia se constituiria num meio fácil de as famílias fracas se livrarem de seus membros incômodos.

m. A legalização da eutanásia aumentaria o número de suicídios.

Concluímos nossas considerações com os profundos pensamentos do teólogo alemão Bonhoeffer: "No fundo, porém, a tese da aceitabilidade da extinção de vida doente e inocente a favor da sadia não tem raízes sociais, econômicas ou sanitárias, mas ideológicas. Pretende-se fazer a tentativa sobre-humana de livrar a sociedade humana da doença aparentemente sem sentido. Inicia-se uma luta com o destino ou, como também podemos dizer, com a essência do próprio mundo caído. Tem-se a opinião de poder criar uma humanidade nova e sadia com meios racionais. Ao mesmo tempo, considera-se a saúde o valor supremo, ao qual todos os outros devem ser sacrificados. Racionalismo e radicalização dos aspectos biológicos da vida humana se aliam neste empreendimento impossível, pelo qual o direito à vida de toda criatura, e com isso por fim de toda sociedade, é destruído. Ao concluirmos que também a consideração para com os sadios não sustenta o direito de extinção deliberada de vida doente e inocente, a questão da eutanásia tem resposta negativa. As Sagradas Escrituras resumem esta decisão na frase: '... não matarás o inocente' (Êx 23.7)".[44]

4. A terceira alternativa — a morte natural

Existe uma terceira alternativa, intermediária, cristã, que não apóia a eutanásia nem nega o problema da vida artificial, mantida apenas com aparelhos modernos da tecnologia médica. Eticamente, devemos diferenciar entre tirar uma vida e deixar a pessoa morrer naturalmente. Esta terceira posição não significa precipitar a morte do moribundo usando injeções venenosas e mortais ou negando-lhe assistência médica, mas permite o desligamento dos aparelhos para que o paciente desenganado possa morrer naturalmente. Neste caso, os remédios e alimentação continuariam a ser fornecidos e o paciente não morreria por descuido médico, mas por falta de resistência física natural. A Bíblia até recomenda drogas para aliviar as dores do moribundo: "Dai bebida forte aos que perecem" (Pv 31.6). Outro fato a ser considerado é que morrer misericordiosamente não é o mesmo que matar misericordiosamente; "... retirar o medicamento de um paciente terminal e deixá-lo morrer naturalmente não precisa ser um mal moral".[45]

A interpretação da Igreja Católica Romana

Está a nosso alcance o recente posicionamento da Igreja Católica Romana como publicado e interpretado pela revista semanal *Veja*: *"Descanso em paz — o papa defende o direito à morte com dignidade.* Desde que o filósofo inglês Francis Bacon (1561-1616) pediu aos médicos que, como expressão de humanidade, provocassem deliberadamente a morte dos pacientes desenganados, a eutanásia paira como uma questão não-resolvida sobre a moral do ocidente. No último dia 21, ao receber em audiência privada cinqüenta membros da Pontifícia Academia de Ciências, que durante uma semana havia debatido em Roma o prolongamento artificial da vida, o papa João Paulo II voltou ao tema, reafirmando a posição tradicional da Igreja Católica. *'A eutanásia é um crime com o qual ninguém pode compactuar'*, disse o papa. Em meio à sua condenação, porém, João Paulo introduziu uma expressão inteiramente inédita no vocabulário pontifício sobre a qual logo se debruçaram os teólogos: apelou para que médicos e parentes assegurem aos doentes incuráveis 'o direito de morrer com dignidade'. 'O papa fez uma concessão cujo alcance não é apenas lingüístico', festeja em São Paulo o padre Humberto Lepargneur, 60 anos, teólogo nacionalmente conhecido justamente por criticar o prolongamento artificial da vida dos doentes desenganados. Ficou em aberto no pronunciamento de João Paulo II, porém, o que significa na prática morrer com dignidade. 'O papa na verdade pede que se dê uma dimensão humana ao atendimento dos doentes', interpreta o padre e teólogo paranaense Jaime Sanches, 42 anos, diretor do Studium Theologicum de Curitiba. Sanches sustenta que deixar de chamar um padre para um moribundo, apenas para não assustá-lo, também é faltar com seus direitos como cristão. Por outro lado, transferir um doente incurável para a UTI, só para prolongar-lhe a vida por algumas horas, significa igualmente atentar contra a dignidade que o papa reclama ao doente.

Aval do papa. Com o pronunciamento de João Paulo II, a posição da igreja em relação aos pacientes terminais avança um passo importante. A eutanásia ativa — ação direta através da qual se abrevia o sofrimento e a dor de uma pessoa reconhecidamente desenganada — continua condenada por representar uma violação do mandamento: "Não matarás". Mas a interrupção do tratamento de um paciente terminal recebeu o aval expresso do papa. Na audiência com João Paulo II, os membros da Pontifícia Academia de Ciências anunciaram que preparavam um documento sobre outro assunto que interessa tanto aos vivos quanto aos moribundos: a definição do exato momento da morte de um doente e em que situação se pode transplantar um órgão de uma pessoa para outra. Conclusão: deve-se determinar a morte mediante a realização de dois eletroencefalogramas, tirados com o intervalo de 6 horas. 'Trata-se de um problema delicado', diz o cientista brasileiro Carlos Chagas,

presidente da Pontifícia Academia. 'Pensa-se que em coma não se sente nada. Mas sabemos de casos de pacientes que se recordaram de situações vividas durante o coma.' "[46]

- E -
A QUESTÃO DO ABORTO (FETICÍDIO)

A problemática do aborto é tão antiga quanto a história do homem. Uma obra do imperador chinês Shen Nung (cerca de 2600 a.C.), por exemplo, prescreve detalhadamente os métodos para provocar o aborto.[47]

Mas a situação mudou com o avanço da tecnologia abortiva, com a mudança da opinião pública secularizada. Nos países socialistas, permite-se o aborto nos três primeiros meses de gravidez, e nas nações ocidentais os cofres públicos chegam a financiar os abortos.[48]

O mesmo mundo que condena as ações bélicas não se pronuncia sobre o fato de morrerem 70 milhões de criaturas inocentes e indefesas.[49] Madre Teresa de Calcutá, prêmio Nobel da paz, classifica o aborto como a maior praga atual, pior que a lepra, a tuberculose ou o câncer.[50] A Organização Mundial de Saúde calcula que em 1987 foram realizados 5 milhões de abortos no Brasil.[51] Hitler assassinou 12 milhões de inocentes, Stálin, 18 milhões, e a Suprema Corte dos Estados Unidos é responsável por 22 milhões de mortes.[52] Em 1983, 16.000 fetos abortados foram encontrados nas lixeiras dos Estados Unidos.[53] Na Alemanha Federal e na Suíça, órgãos de embriões abortados são comercializados clandestinamente e usados para experimentos clínicos.[54] O embrião tornou-se um objeto comerciável. Uma pesquisa do Instituto Gallup do Brasil também é interessante e reveladora: 58% da população brasileira é favorável à liberação do aborto apenas em casos especiais — quando significar prejuízo à carreira da mãe; quando houver dificuldades econômicas da mãe ou da família; quando existir possibilidade de a criança nascer deficiente; quando a gravidez for resultado de estupro; ou quando a gravidez representar um grave risco à vida da mulher.[55]

"O port. *aborto*, do lat. *abortus*, é como o verbo *abortar*, lat. *abortare*, derivado de *aboriri*, 'por-se o sol, desaparecer no horizonte', e daí 'morrer, parecer'. Essa forma origina-se do verbo *oriri*, 'levantar-se, nascer', acrescido do prefixo de afastamento lat. *ab-*."[56]

É bom e recomendável diferenciar os quatro termos freqüentemente usados na ética cristã, ns sociologia, na medicina e na filosofia: planejamento familiar, controle da natalidade, aborto e abortamento.

O planejamento familiar é a atividade voluntária e consciente dos pais (seja por métodos naturais ou artificiais) relacionada com o número de filhos que desejam criar num ambiente seguro e saudável.

Já o controle da natalidade vai além do planejamento familiar voluntário: é

um esforço comum, organizado ou pelo menos consciente da sociedade que visa oferecer orientação ou até estabelecer normas para o crescimento populacional de acordo com a situação sócio-econômica do país.

O aborto pode ser classificado como espontâneo ou provocado. O aborto espontâneo é aquele que ocorre alheio à vontade por inadequações materno-fetais diversas (infecções, genéticas), geralmente durante o primeiro trimestre de gravidez. O aborto provocado é aquele desencadeado intencionalmente ou não por agentes externos (cureta, lesão corporal, drogas).

Conforme o *Grande Dicionário Brasileiro de Medicina*, o aborto é "a expulsão espontânea ou provocada do feto antes do sexto mês de gestação, isto é, antes que o feto possa sobreviver fora do organismo materno. Quando o aborto se verifica depois do segundo mês da concepção, ocorrem hemorragia e contrações uterinas, às quais se segue a expulsão do feto. Durante o primeiro mês da concepção, o aborto geralmente passa despercebido ao exame clínico. O aborto espontâneo verifica-se sem qualquer intervenção artificial e pode ser causado por insuficiente vitalidade dos espermatozóides (causa paterna); por afecções da placenta (causa anexa); ou pela morte do feto provocada por infecções sangüíneas (causa fetal). Existem ainda várias outras causas de aborto, como inflamações uterinas, infecções agudas e crônicas, estados de grave exaustão, diabete e algumas desconhecidas. O aborto provocado artificialmente com fins terapêuticos é considerado necessário quando o estado gravídico ou o momento do parto põem em sério perigo a vida da gestante, como nos casos de descompensações cardíacas graves ou nos de desequilíbrios psíquicos intensos. O aborto provocado com fins criminosos, incluindo-se os casos de gestantes que recusam a maternidade, é juridicamente ilegal".[57]

"O abortamento é a 'operação de abortar'. Consiste na expulsão do feto antes que ele complete seis meses de gestação. Quando passa deste prazo, chama-se parto prematuro."[58]

1. Indicações ou motivos para o aborto

Tanto juristas quanto médicos, políticos, filósofos e teólogos se referem a quatro indicações (motivos ou fatores) que poderiam justificar o aborto:

a. A indicação médica ou terapêutica

Este problema surge quando, diante de uma situação extremamente complexa (acidente, doença grave), os familiares, a gestante ou os médicos têm de dar prioridade à mãe gestante ou ao feto.

J. W. Klotz alista sete justificativas possíveis: doenças cardiovasculares, doenças pulmonares, problemas neurológicos, disfunções gastro-intestinais, problemas renais, diabetes e câncer.[59]

Na prática, porém, a indicação terapêutica é muito rara. O que acontece na

realidade é que ela geralmente é ampliada, passando a abranger a indicação psíquica, que nos países civilizados representa hoje 95% dos abortamentos. Alega-se que a vida da gestante está emocionalmente em perigo, o que justificaria o aborto.

Tradicionalmente, os cristãos rejeitam a indicação terapêutica física ou emocional, apontando para a confiança em um Deus soberano que responde às orações e deseja o bem-estar, mesmo quando as circunstâncias são adversas. Deve-se tentar salvar as duas vidas (mãe e embrião). "A veemente rejeição, por parte da Igreja Católica, do extermínio da criança no ventre materno quando a mãe corre risco de vida dá o que pensar seriamente, sobretudo em vista da prática generalizada. Se a criança recebeu de Deus um direito à vida e se já tem condições para tanto, seu extermínio proposital se constitui um ato altamente discutível diante da suposta morte natural da mãe. A vida da mãe está na mão de Deus; a vida da criança, no entanto, é eliminada arbitrariamente. A questão do maior valor da vida, se da mãe ou da criança, parece ser humanamente impossível de se decidir."[60]

b. A indicação ética, criminológica e jurídica (aborto de honra)

As questões envolvidas aqui são de origem jurídica: a mãe gestante deve ser forçada a dar à luz uma criança concebida por estupro, ou gerar uma criança contra sua vontade? A mãe gestante tem o direito de recusar que seu corpo seja mero objeto de intrusão sexual?

O problema do chamado "aborto de honra" é que muitas pessoas alegam estupro para justificar um aborto constitucional. Desde a antigüidade os cristãos têm rejeitado o aborto jurídico, mesmo no caso de violência sexual, porque crêem que "todas as cousas cooperam para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito" (Rm 8.28).

Está a nosso alcance a citação de uma carta escrita por um homem a um amigo depois do estupro de sua esposa, quando o exército russo invadiu a Alemanha nazista: "Nossa família cresceu com o nascimento de um pequeno nenê russo, um moço tão vivo e amável que ninguém lhe deseja mal algum".[61]

c. A indicação eugênica ou genética

As razões ou indicações genéticas são apresentadas para justificar um abortamento quando se sabe que o nenê vai nascer deformado, retardado ou doente, devido a anomalias cromossômicas, sarampo ou medicamentos inadequados.

Embora o cristianismo histórico reconheça os problemas reais das anomalias genéticas, ele não recomenda o aborto eugênico, porque crê que mesmo a vida defeituosa é digna de ser vivida, visto que, em última análise, qualquer vida humana procede de Deus. Considerar uma vida moralmente mais ou menos valiosa é uma questão prática de acepção de pessoas.

d. A indicação social

Esta indicação é discutida quando a mãe reconhece que não tem condições sociais de educar e alimentar seu nenê (limitações financeiras, questões habitacionais e higiênicas). A tendência da indicação social é fugir da responsabilidade paternal. Na maioria das vezes é uma opção puramente egoísta e materialista. Mais cedo ou mais tarde, muitas mulheres que abortaram apresentam sintomas de uma neurose típica, a neurose do aborto. O Dr. Balthasar Stachelin, famoso psiquiatra cristão de Zurique, confessa que a neurose do aborto é uma realidade com a qual ele se vê confrontado diariamente.[62]

Admitimos que existem situações extremas, quando se torna imensamente difícil tomar uma posição ou estabelecer doutrinas cristãs sem cair em um falso casuísmo moral ou em um mero legalismo morto. Todavia, é bom lembrar que o aborto é uma cirurgia dramática e perigosa, podendo provocar complicações e levar a mãe à esterilidade. Também pode gerar profundas reações psiconeuróticas, como a neurose do aborto.[63] Recomendamos respeitar e defender a vida do embrião, sabendo que é uma vida proporcionada por Deus (Sl 139.13-16).

2. O aborto na história eclesiástica

Tanto o *Didachē* quanto a *Epístola de Barnabé* — ambos do século II A.D., escritos por pessoas próximas aos apóstolos — rejeitam qualquer aborto, seja terapêutico, providencial, criminoso ou genético, como sendo um assassinato. Os concílios das igrejas de *Elvira* (306 A.D.) e *Ancyra* (314 A.D.) condenam o aborto como praxe pagã. O *Trullanum* (692 A.D.) decidiu pela excomunhão do cristão que praticasse o aborto.[64] Foi o papa Xisto V, com a bula *Effraenatum* (1588), quem eliminou o princípio aristotélico dos 40/80 dias.[65]

A Igreja Católica Romana sempre se pronunciou radicalmente contra qualquer prática de aborto desde a antigüidade. "A moderna doutrina católica considera que é por ocasião da fecundação que o novo ser adquire a vida (alma), tornando-se portanto inviolável, nesse momento, do ponto de vista religioso. A Igreja Católica só admite o aborto dito *indireto*, isto é, quando o feto é morto ou retirado do útero indiretamente, em virtude de uma operação cirúrgica ou de outros processos terapêuticos indispensáveis para a sobrevida da paciente."[66]

3. O conceito jurídico-penal de aborto no Brasil

O Código Penal Brasileiro trata de dois casos de aborto não-puníveis. O primeiro é o caso do aborto necessário ou permissível, referido no artigo 128,

"caput" e inciso I: "Não se pune o aborto praticado por médico, se não há outro meio de salvar a vida da gestante" — é o chamado aborto terapêutico. O segundo caso não-punível é o aborto da estuprada. É o que reza o artigo 128 em seu inciso II: "Se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal". Nesse caso, sendo julgado favorável, o juiz fornecerá um alvará para o procedimento do ato.

O mesmo código penal enumera três formas abortivas puníveis: aborto provocado pela gestante ou com seu consentimento (art. 124); aborto provocado por terceiros sem o consentimento da gestante (art. 125); e aborto provocado por terceiros com o consentimento da gestante (art. 126).

4. Referências bíblicas que provam a validade e a inviolabilidade da vida embrionária

Numa época em que o homem é autônomo e distanciado de Deus e de seus santos princípios revelados na Bíblia, é preciso salientar com persistência cristã, clareza e firmeza o ensino da palavra eterna: "Não matarás" (Êx 20.13) e "não matarás o inocente" (Êx 23.7).

A Palavra de Deus não só se manifesta incondicionalmente contra o aborto como também exige indenização no caso de um aborto acidental. "Se homens brigarem, e ferirem mulher grávida, e forem causa de que aborte, porém sem maior dano, será obrigado a indenizar" (Êx 21.22). O fato de a Bíblia exigir "apenas indenização" e não a pena máxima não prova que o feto, sendo vida em formação ou vida em desenvolvimento, deva ser considerado de qualidade inferior e valor menor. A indenização comprova o contrário: até pela morte acidental de um embrião se exige reparação, porque a vida é santa e inviolável.

No Salmo 139.13-16 temos os argumentos mais fortes contra o aborto: "Pois tu formaste o meu interior, tu me teceste no seio de minha mãe. Graças te dou, visto que por modo assombradamente maravilhoso me formaste; as tuas obras são admiráveis, e a minha alma o sabe muito bem; os meus ossos não te foram encobertos, quando no oculto fui formado, e entretecido como nas profundezas da terra. Os teus olhos me viram a substância ainda informe, e no teu livro foram escritos todos os meus dias, cada um deles escrito e determinado, quando nem um deles havia ainda".

Em seu famoso comentário dos Salmos, Derek Kidner explica o versículo 16 da seguinte maneira: "A expressão hebraica, de difícil interpretação, pode ou significar que os *dias* de minha vida foram planejados de antemão (RSV, JB, TEV, BLH, ARA), ou meus membros embriônicos foram planejados e sabidos, da mesma forma, antes das muitas etapas ('dia a dia' — ARC) de seu desenvolvimento (AV, RV, NEB). A primeira opção talvez dê uma frase um pouco mais direta do que a última; em qualquer caso, a estrofe por enquanto

ressaltou principalmente nossa formação pré-natal por parte de Deus (13-16a, pelo menos) — uma lembrança poderosa do valor que atribui a nós, mesmo como embriões, e do fato de que planejou nosso fim desde o começo".[67]

5. O início da vida humana

O feto possui espírito? Lucas relata que o feto de 6 meses que Isabel carregava (João Batista) estremeceu de alegria com a saudação de Maria, que tinha Jesus no ventre (Lc 1.41). Aí está um ser com todas suas potencialidades. Outro argumento neotestamentário que sustenta a validade e a inviolabilidade da vida embrionária é fornecido pelo médico e evangelista Lucas ao afirmar que Jesus "será cheio do Espírito Santo, já do ventre materno" ou "já desde o ventre materno" (Lc 1.15).

Na teologia sistemática, fala-se de três escolas clássicas para definir a questão do início da presença da alma no indivíduo: o pré-existencialismo, defendido por Platão, Filo e Orígenes, que alega que a alma já existia na eternidade, na mente de Deus, antes de sua fecundação; o traducionismo, defendido por Tertualiano, Agostinho e outros pais da igreja antiga, que alega que a alma é transmitida pelo sêmen humano; e o criacionismo, defendido pela maioria dos teólogos católicos e calvinistas, que alega que a alma é criada individualmente e ajuntada ao corpo humano pela fecundação, ou entre a fecundação e o nascimento.[68] O autor dá sua preferência à posição criacionista, embora respeite a posição traducionista como uma hipótese. O que nos interessa na ética cristã não é a origem da alma no indivíduo, mas o início físico da vida humana.

Do ponto de vista bíblico, evidentemente, é impossível diferenciar entre vida em formação (situação pré-natal) e vida pós-natal. Deus considera que a vida é dom inviolável e não diferencia entre a que merece ser favorecida e a que deve ser menos valorizada. Mas se Deus não faz acepção de pessoas, seus direitos como criaturas divinas são iguais (Gl 3.28). Como já vimos no parágrafo anterior, a Bíblia considera o embrião como um ser humano, com identidade própria, formada e planejada sabiamente (Sl 139.13-16).

Desde a antigüidade, o cristianismo histórico considera que o embrião é uma vida. A Igreja Católica Romana defende que a vida se inicia quando ocorre a fecundação. Num seminário realizado em 12 de março de 1988 na Universidade Federal de Zurique, médicos, cientistas e juristas solicitaram das autoridades suíças uma melhor definição quanto à honra da pessoa embrionária. Argumentaram que o embrião é uma vida e que, com a fecundação, é dada toda a disposição genética do ser humano. O Dr. Samuel Stutz, autor do bestseller *Embriohandel* ("Comércio de Embriões"), Berna, 1987, enfatizou que "hoje o embrião humano se tornou mero objeto, arrancado do útero feminino, isolado do cordão umbilical psicológico de seus pais, vítima de nosso tempo destrutivo".[69] No mesmo seminário, o Dr. Josef Rickenbacher,

da Universidade de Zurique, afirmou que o embrião novo já é vida antes de seu desenvolvimento orgânico, já é indivíduo e é *homo sapiens*.[70]

Concluímos que a vida começa com a fecundação (Sl 51.5; Mt 1.20; Sl 139.13-16) e, portanto, merece nossa proteção, amor e respeito.

6. Sim para a vida — a alternativa cristã

O cristão não mata uma vida inocente e indefesa; antes, protege-a como bem individual, bem social e, sobretudo, bem criado por Deus. O lema cristão nas questões do aborto é sempre preservar a vida, ajudar a resolver os problemas dentro dos princípios da Palavra de Deus. Por isso, o cristão apóia o planejamento familiar consciente, assume a paternidade, ampara a ordem familiar, mesmo quando numerosa, favorece os orfanatos e as iniciativas privadas para educar crianças abandonadas, prega o perdão mesmo no caso de estupro, encoraja a adoção de crianças não-desejadas, enfim, faz tudo para honrar, proteger e preservar a vida dos inocentes. Em outras palavras, o evangélico não pratica o aborto, não se submete ao aborto, não aprova o aborto, não apóia entidades que oferecem e facilitam o aborto, não negligencia ou põe em risco a vida humana intra-uterina. Antes, considera mesmo a gravidez não-desejada como dádiva de Deus, mesmo um feto deformado ou imperfeito como criação humana amada por Deus, e dá apoio emocional, material e espiritual à criança indesejada.

7. O aborto como primeiro passo para o infanticídio e a eutanásia

O aborto é apenas a ponta de um "iceberg" cuja profundidade ninguém pode prever. Já se tornou evidente na história humana recente que o assassinato de pequeninos antes de seu nascimento leva ao assassinato de pequeninos depois de nascidos. Infelizmente isto se tornou uma realidade em nossos dias. Um dos métodos aprovados de aborto é a histerotomia, em que o embrião é abortado com vida e morto depois de nascido por afogamento, fome ou corte do fluxo de oxigênio.

Em abril de 1982, a Suprema Corte do estado de Indiana, nos Estados Unidos, deu permissão a um casal para que deixasse seu bebê morrer de fome. O advogado de defesa louvou a coragem dos pais que tomaram esta decisão. Um ano mais tarde, um juiz federal de Nova Iorque resolveu que os pais têm o direito de impedir um tratamento e permitir que o nenê morra aos poucos, de infecções dolorosas.[71]

No dia 4 de abril de 1981, uma jovem mãe jogou seu nenê que nascera prematuramente do sétimo andar de um hotel em Dallas. A autópsia revelou que a criança morreu de múltiplos ferimentos em conseqüência da queda. A mulher não foi processada sob o argumento de que o prazo para se submeter a

um aborto legal numa clínica ainda não havia expirado.[72]

Baseado na decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos, o Dr. Peter A. J. Adams, da Case Western Reserve University, cortou a cabeça de 12 nenês pequenos nascidos vivos depois de uma histerotomia. Ele bombeou sangue em seus crânios para mantê-los vivos, como fizeram os russos com cachorros na década de 50. Respondendo às acusações, o Dr. Adams enfatizou que "uma vez que a sociedade declarou os fetos mortos e ab-rogou seus direitos, ele não via nenhum problema ético... Que direitos nós vamos defender, uma vez que decidimos que os fetos não viverão?"[73]

O aborto tem sido usado para justificar experiências fetais. O Dr. Bela A. Resch examinou nenês abortados vivos. Seus corações bateram ainda por algumas horas depois de expulsos do ventre da mãe.[74]

Vimos que mais cedo ou mais tarde o aborto leva ao infanticídio. Infelizmente o progresso da queda moral não pára com o infanticídio praticado em nome da lei. O próximo passo é a eutanásia.

O "The Humanist Manifesto II" (1973) declarou que o suicídio e a eutanásia são práticas aceitáveis.[75] De lá para cá surgiu em muitos países civilizados o movimento "Exit", fundado por Derek Humphry, dos Estados Unidos. Esta associação fornece informações sólidas de como pôr fim à vida.

- F -
A QUESTÃO DO INFANTICÍDIO

Sob o pretexto de aborto justificado, o infanticídio já é uma prática conhecida no mundo ocidental. Cientistas de renome recomendam abertamente o infanticídio por razões genéticas. A revista semanal *Newsweek* de 6 de setembro de 1982 trazia a seguinte manchete: "Biólogos dizem que o infanticídio é tão normal quanto a volúpia sexual — e a maioria dos animais, inclusive o homem, o praticam". Daí surgem algumas perguntas: o que é infanticídio? Quais os argumentos do cristianismo em defesa da vida diante da onda popular de um infanticídio justificado pelo desenvolvimento da medicina?

O infanticídio é a matança consciente e deliberada de crianças. O termo técnico não tem nada a ver com o estado da criança — se está consciente, doente, é recém-nascida, deformada ou foi judicialmente declarada morta.

Em outubro de 1973, os pediatras Reymond S. Duff e A. G. M. Cambell, da Faculdade de Medicina da Universidade de Yale, aprovaram e propagaram o infanticídio para certos casos como medida moral e imperativa.[76] Em 12 de novembro de 1973, R. S. Duff publicou um artigo provocativo na revista *Newsweek*, alegando que a opinião pública deve definir o que fazer com "flores murchas" (seres humanos que nasceram com anomalias físicas, psíquicas ou mentais).[77] Até agora, nenhum estado secular permitiu oficialmente o infanticídio. O assunto é trazido à tona por intelectuais liberais que querem se

livrar das "flores murchas" e pelo avanço da medicina moderna, que permite que embriões nasçam com condições de sobrevivência depois do aborto, sejam comercializados e usados em experiências fetais.

A Bíblia cita exemplos trágicos de infanticídio sacrificial ao deus Moloque. Em Atos 7. 43, os termos *Meleque* (hebraico: *melekh*), *Moloque* (Septuaginta: *moloch*) e *Malik* (acádio) derivam todos da raiz comum *mlk*, que significa "rei". Em muitos povos do oriente antigo, a divindade era adorada como rei. Já em 2500 a.C., o deus-rei era cultuado em Ur, Assíria, Ugarit e Amon. Por volta de 1800 a.C., o deus Malik era adorado em Mari. Os amonitas adoravam a Moloque. Os assírios desenvolveram a adoração ao deus Rei e influenciaram Israel a segui-los piedosamente (2 Rs 23.10; Jr 32.35). Moloque era venerado no vale de Cedron, e crianças eram "passadas pelo fogo" (2 Rs 16.3; 17.7, 31; 21.6; 2 Cr 33.6; Ez 16.21; 20.26, 31). Os reis Acaz (2 Cr 28.3), por volta de 730 a.C., e Manassés (2 Rs 21.6) sacrificaram seus próprios filhos. A lei mosaica proibia essa prática severamente e prescrevia até a pena capital a quem oferecesse seu filho a Moloque (Lv 18.21; 20.2-5).

Mas o infanticídio continua sendo praticado na modernidade. Quando Guilherme Carey (1761-1834), o chamado pai das missões modernas e fundador da Sociedade Batista para a Propagação do Evangelho entre os Pagãos, chegou pela primeira vez à Índia, ele se espantou profundamente com o fato de as crianças serem enterradas vivas juntamente com a mãe morta. Apesar dos esforços do missionário e de leis mais humanas, civilizadas e democráticas na Índia, o infanticídio religioso continua sendo praticado clandestinamente no budismo ortodoxo radical.

No Brasil, de vez em quando lê-se nos jornais sobre crianças sacrificadas aos orixás nos terreiros. Embora a opinião pública e a lei condenem tais práticas, até hoje não foi possível eliminá-las totalmente. Mesmo não havendo admissão oficial, casos isolados de infanticídio têm sido praticados nas aldeias Guajajaras perto de Barra do Corda, Maranhão. Quando nasce uma criança com lábios leporinos, ela é enterrada viva ou a parteira provoca uma infecção tetânica já na hora do nascimento.[78]

A revista semanal *Veja* informou que "os ianomamis praticam uma severa política de controle da natalidade, que inclui matar crianças recém-nascidas indesejáveis por sufocamento com folhas ou pelo simples abandono num buraco de tatu".[79]

A missionária batista Priscila Alves, que juntamente com seu marido Claudinei Alves mora numa casa da Missão Novas Tribos do Brasil, às margens do Rio Tootototobí, contou que "uma das índias da maloca, que já tinha uma filha, foi abandonada pelo marido e decidiu matar o filho recém-nascido se fosse do sexo feminino. Nasceu uma menina e ela foi morta. 'Sofri muito, mas os índios não alteraram seu cotidiano por isso', conta Priscila. O infanticídio é uma prática aceita pelos índios desde que se respeitem alguns rituais. A criança índia foi morta por asfixia. Assim que ela nasceu, no mato, longe da maloca, a

mãe, assistida por algumas amigas, deixou a criança no chão, arrancou folhas das árvores e encheu sua boca até que ela não mais conseguisse respirar. 'Os ianomamis acreditam que se a criança não for tirada do chão ao nascer ela não ganha alma e, portanto, pode ser morta', conta Priscila. Foi o terceiro infanticídio de que Priscila teve notícia desde que passou a conviver com os índios há dois anos".[80]

Nos Estados Unidos, o infanticídio é praticado principalmente com crianças que sobrevivem ao aborto.[81]

- G -
A QUESTÃO DO GENOCÍDIO

Genocídio é a matança consciente e deliberada de uma raça ou um povo considerado "inimigo" pelo resto da sociedade majoritária. O genocídio sempre é o resultado trágico de racismo político, fanatismo religioso, discriminação social ou preconceito econômico, moral ou até biológico. O termo foi criado em 1944 pelo polonês Lemkin, que assim o definiu: "O crime de genocídio é um crime especial que consiste em destruir intencionalmente grupos humanos, raciais, religiosos ou nacionais e, como o homicídio singular, pode ser cometido tanto em tempo de paz como em tempo de guerra. Em território ocupado pelo inimigo e em tempo de guerra, será crime de guerra, e se na mesma ocasião se comete contra os próprios súditos, crime contra a humanidade. O crime de genocídio acha-se composto por vários atos subordinados, todos ao dolo específico de destruir um grupo humano".[82]

Moisés foi salvo do genocídio decretado por Faraó contra Israel (Êx 1.22; 2.1-6). A rainha Ester salvou seu povo do genocídio planejado por Artaxerxes (Et 1-10). O terceiro exemplo de genocídio relatado na Bíblia é o massacre dos meninos com menos de dois anos ordenado por Herodes (Mt 2.16-18), talvez um dos mais repugnantes da era cristã.

1. Exemplos históricos de genocídio no século XX

Durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), mais de 6 milhões de judeus foram massacrados em câmaras de gás e campos de concentração como resultado da campanha anti-semita de Hitler. "Em Auschwitz, foram mortos e cremados mais de três milhões de judeus; em Chjelmno, 1.135.000; em Maidanek, 750.000. Em Birkenau, mais de 6.000 pessoas por dia eram mortas por gás e cremadas em fornos elétricos, segundo os cuidadosos livros de registro do campo."[83] O resultado prático desse genocídio foi o retorno de muitos judeus para a terra prometida e a criação do novo estado secular Israel em 1948.

Entre julho de 1967 e janeiro de 1970, muitos biafrenses foram salvos do

genocídio na Nigéria, graças à intervenção internacional e aos esforços humanitários da Cruz Vermelha Internacional.

Entre 1976 e 1978, o regime comunista do Camboja, liderado por Pol Pot e seus "açougueiros" do Khmer Vermelho, massacraram milhares de inocentes (monges budistas, religiosos, intelectuais e a população urbana em geral) que se opunham à sua ideologia genocida.

A infiltração ilegal de garimpeiros no território dos índios ianomamis em Roraima causa um verdadeiro genocídio através da malária, dizimando sensivelmente esse povo. Conforme pesquisas feitas pelo antropólogo Carlos Alberto Ricardo, do Centro Ecumênico de Documentação e Informação, CEDI, "há casos registrados de malocas que perderam 60% de seus integrantes", o que equivale a uma taxa de desaparecimento "quatro vezes mais acelerada que a de suas piores epidemias naturais".[84] O Procurador Geral da República, Aristides Junqueira, pensa em aplicar a lei de genocídio "para apurar as responsabilidades por dois ataques de garimpeiros em área ianomami que resultaram na morte de dois índios... e no ferimento de outros dois".[85] O promotor brasileiro do Tribunal Permanente dos Povos em Paris, Fábio Feldman, concluiu que "o governo brasileiro pode ser acusado de genocídio programado. Não apenas os anteriores — mas também este".[86] Feldman chegou a esta dramática conclusão pelas estatísticas que apontam 1.500 mortes de índios ianomamis entre 1987 e 1990.[87]

2. O genocídio na legislação brasileira

O direito brasileiro define o genocídio no artigo 1º da lei 2.889, de 1 de outubro de 1956, da seguinte forma: "Quem, com intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso enquanto tal: a) matar membros do grupo; b)causar lesão grave à integridade física ou mental de membros do grupo; c) submeter intencionalmente o grupo a condições de existência capazes de ocasionar-lhe a destruição física total ou parcial; d) adotar medidas destinadas a impedir os nascimentos no seio do grupo; e) efetuar a transferência forçada de crianças do grupo para outro grupo; será punido com as penas do art. 129 § 2º, do código penal, no caso da letra b; com as penas do art. 270, no caso da letra c; com as penas do art. 125, no caso da letra d; com as penas do art. 148, no caso da letra e".

Perguntas para estudo

1. O que significa "não matar"?
2. De que maneira o sexto mandamento é aplicável em situações de guerra?
3. O homem tem o direito de morrer com dignidade e sem dores?
4. Qual o teor fundamental do sexto mandamento?
5. Qual o significado do verbo hebraico usado no sexto mandamento?
6. Quais os equivalentes positivos do sexto mandamento?
7. Explique as três razões principais que apóiam o valor da vida na moral tradicional.
8. Como João Calvino interpretou o sexto mandamento?
9. Dê uma definição de pena capital.
10. Qual a problemática contextual da pena máxima no Brasil?
11. Explique se as objeções à pena capital se justificam no horizonte do Antigo Testamento.
12. Quais os argumentos bíblicos para se rejeitar a pena de morte?
13. Por que a questão da guerra não se enquadra necessariamente na aplicação do sexto mandamento?
14. Descreva em aproximadamente três páginas as três posições em relação à guerra que existem no cristianismo e descreva os pontos fracos de cada linha de pensamento.
15. O que significa suicídio?
16. Quais são os dois principais tipos de suicídio?
17. Quais as causas que levam ao suicídio uma pessoa criada à imagem de Deus?
18. Qual o ensino de Tomás de Aquino sobre o suicídio? Ele se justifica do ponto de vista bíblico?
19. De que maneira e onde a Bíblia condena o suicídio?
20. Como conselheiros, qual deve ser nossa atitude para com as pessoas que são candidatas ao suicídio?
21. Por que o suicídio sempre é errado?
22. O suicida vai para o inferno?
23. Dê uma definição de eutanásia.
24. Explique as diferenças entre morte clínica e morte biológica.
25. Qual a questão polêmica por trás da eutanásia?
26. É possível ter uma boa morte do ponto de vista teológico?
27. Em que consiste a problemática da eutanásia?
28. Quando surge a problemática da eutanásia?
29. Por que não existe vida subumana na perspectiva bíblica?
30. Por que a eutanásia é uma morte arbitrária?
31. Como você refuta os argumentos a favor da eutanásia?
32. O que significa deixar a pessoa morrer naturalmente?
33. Deixar uma pessoa morrer naturalmente não é uma forma de eutanásia?
34. Qual a posição oficial da Igreja Católica Romana em relação à eutanásia?
35. Quais as diferenças entre aborto e abortamento?
36. O planejamento familiar e o controle de natalidade são justificáveis do ponto de vista cristão?

37. Descreva as quatro indicações (motivos, fatores) principais com as quais o homem tenta justificar o abortamento.
38. Por que os cristãos rejeitam a indicação terapêutica de aborto?
39. Quais são os argumentos históricos e bíblicos que rejeitam e questionam a prática do aborto?
40. Como é possível determinar o momento exato do início da vida?
41. Explique por que o aborto é o primeiro passo em direção à eutanásia.
42. Qual a diferença entre o infanticídio religioso e o genético?
43. Quais as causas que podem levar ao genocídio?
44. Cite alguns exemplos de genocídio.
45. Por que o genocídio é errado do ponto de vista da ética cristã?
46. Qual a posição da legislação brasileira na questão do genocídio?

Notas

1. M. A. Bluthardt, *Etica 1: Introducción a la Etica Cristiana, Etica del A. T. y su Aplicación Concreta*, Facultad Latinoamericana de Estudos Teológicos, Temuco, 1984, p. 115.
2. *O Globo*, Rio de Janeiro, 9/10/1986, p. 19.
3. *Der Bund*, Berna, 25/4/1989, p. 4.
4. *O Globo*, Rio de Janeiro, 25/11/1988, p. 20.
5. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, pp. 166-167.
6. *Der Bund*, 25/4/1989, p. 4.
7. VI Congresso das Nações Unidas, Caracas, 1980, citado por M. A. Bluthardt, *op. cit.*, p. 103.
8. *Der Bund*, 25/4/1989, p. 4.
9. N. L. Geisler, *Ética Cristã, Alternativas e Questões Contemporâneas*, São Paulo, Vida Nova, 1984, p. 207.
10. *Ibid.*, p. 206-207.
11. *Ibid.*, p. 205.
12. *Ibid.*, p. 206.
13. M. A. Bluthardt, *op. cit.*, p. 103.
14. Entrevista no telejornal do SBT entre Boris Casoy e Gilberto Dimenstein, 13/4/1990. Veja também G. Dimenstein, *A guerra dos meninos*, São Paulo, Brasiliense, 1990[5], p. 18.
15. B. Haering, *Livres e Fiéis em Cristo, Teologia Moral Geral*, vol. III, São Paulo, 1984, p. 380.
16. *Ibid.*
17. *Ibid.*, p. 386.
18. *Ibid.*, p. 381.
19. N. L. Geisler, *op. cit.*, pp. 139-141.
20. *Cf.* M. K. Gandhi, *An Autobiography: The Story of my Experience with Truth*, Boston, 1957; L. del Vasto, *Gandhi to Vinoba*, Nova Iorque, 1974, p. 215.
21. M. A. Bluthardt, *op. cit.*, p. 110.
22. R. H. Bainton, *Il Cristiano, la Guerra, la Pace. Rassegna Storica e Valutazione Critica*, Turim, 1968, pp. 26, 70, 73.

23. K. Heussi, *Kompendium der Kirchengeschichte*, Tübingen, 1960[12], p. 327; R. H. Nichols, *História da Igreja Cristã*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981[15], pp. 180-182.

24. M. E. Hirsti, *The Quakers in Peace and War*, Londres, 1923.

25. N. L. Geisler, *op. cit.*, p. 149.

26. *Veja*, São Paulo, Abril, 23/5/1990, p. 49.

27. *Ibid.*

28. *O Globo*, 9/10/1986, p. 19.

29. Agostinho, *A Cidade de Deus*, I, 16ss.

30. D. Bonhoeffer, *Ética*, São Leopoldo, Sinodal, 1988[2], p. 96.

31. *Ibid.*, p. 97.

32. *Ibid.*, p. 98.

33. *Enciclopédia Brasileira Mérito*, vol. VIII, São Paulo, 1962, p. 467.

34. B. Haering, *op. cit.*, vol. III, p. 87.

35. *Veja*, 22/8/1990, p. 5.

36. Defensores da teoria da morte do córtex cerebral: R. M. Veatch, "The Whole Brain-Oriented Concept of Death: An Outmoded Philosophical Formulation", *in*: *Jornal of Thanatology* 3, N 1, 1975, pp. 13-30; H. Goerke, *Der Grezbereich zwischen Leben und Tod*, Göttingen, 1976, pp. 102-118; H. Thielicke, *Wer darf sterben?*, Friburgo, 1979.

37. M. J. de Castro, *Ultimato*, 02/1988, p. 22.

38. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 2/4/1987, página "Noticiário Geral".

39. "Reino da boa morte", *in*: *Veja*, 18/2/1987, p. 54; *O Estado de São Paulo*, *ib.*

40. *Veja*, 18/2/1987, p. 54.

41. D. Bonhoeffer, *op. cit.*, p. 92.

42. *Ibid.*, pp. 93-94.

43. *Veja*, 18/2/1987, p. 6.

44. D. Bonhoeffer, *op. cit.*, pp. 94-95.

45. N. L. Geisler, *op. cit.*, p. 198.

46. *Veja*, 30/10/1985.

47. C. Tietze e S. Lewit, "Abortion", *in*: *Scienfic American* 220, 1969, p. 21.

48. B. Haering, *op. cit.*, vol. III, p. 31.

49. M. A. Bluthardt, *op. cit.*, p. 115.

50. *Ibid.*,

51. "Cirurgias clandestinas chegam a 5 milhões", *in*: *Folha de São Paulo*, São Paulo, 2/7/1989, p. C-7.

52. N. L. Geisler, *Kindred Spirit*, Autuman, 1988, p. 5.

53. *Ibid.*, p. 6.

54. S. Stutz, *Embriohandel*, Berna, 1987.

55. *O Globo*, 17/5/1987, p. 8.

56. *Enciclopédia Britânica*, vol. II, p. 8.

57. G. Maltese, ed., *Grande Dicionário Brasileiro de Medicina*, p. 2.

58. V. Alves Pimenta Jr., "Glossário de termos médicos", *in*: *Moderna Assistência de Enfermagens*, vol. III, São Paulo, 1988, p. 2.

59. J. W. Klotz, *O Aborto — Uma Visão Cristã*, Porto Alegre, 1982, p. 24.

60. D. Bonhoeffer, *op. cit.*, p. 100, n. 6.

61. W. Stoy, *Abtreibung — einziger Ausweg?*, Basel, 1973, p. 34.

62. *Idea*, "Informações oficiais da Aliança Evangélica da Suiça", boletim nº 6/88,

25/3/1998, p. 5.

63. *Ibid.*

64. J. W. Klotz, *op. cit.*, p. 9.

65. L. Lader, *Abortion*, Nova Iorque, 1966, p. 79. Aristóteles sustentava que a alma entrava no corpo do feto masculino aos 40 dias e no feminino aos 80 dias.

66. *Enciclopédia Britânica*, vol. II, p. 9.

67. D. Kidner, *Salmos 73-150 — Introdução e Comentário*, São Paulo, Vida Nova/Mundo Cristão, 1981, p. 474.

68. Para uma discussão mais completa, veja L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, Jenison, 1988[8], pp. 231-237; A. H. Strong, *Systematic Theology*, Valley Forge, 1979[32], pp. 488-497.

69. *Idea*, p. 5.

70. *Ibid.*, p. 3.

71. N. L. Geisler, *Kindred Spirit*, p. 6.

72. *Ibid.*

73. *Ibid.*

74. *American Jornal of Obstetrics and Gynecology*, 01/1976, citado por N. L. Geisler, *Kindred Spirit*, p. 7.

75. *Ibid.*

76. M. Bluthardt, *op. cit.*, p. 98.

77. *Ibid.*

78. Relatado por Darlí e Daisy Machado de Oliveira, missionários da Missão Evangélica aos Índios do Brasil (MEIB), que trabalharam na aldeia Coquinho, São Pedro, Guajajaras (MA), entre 1985 e 1987.

79. *Veja*, 19/9/1990, p. 76.

80. *Ibid.*, p. 82.

81. *American Jornal of Obstetrics and Gynecology*, p. 7.

82. F. Feldman, "Os índios não morrem por acidente", *in*: *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro.

83. Core e Mori, *Enciclopédia Mirador Internacional*, vol. 9, São Paulo/Rio de Janeiro, 1980, pp. 4575, 4629.

84. *Veja*, 19/9/1990, p. 74.

85. *O Globo*, 11/9/1990, 2º clichê, p. 7.

86. F. Feldman, *op. cit.*

87. *Ibid.*

7

O SÉTIMO MANDAMENTO OU A PROTEÇÃO DO MATRIMÔNIO E DO CORPO

"Não adulterarás" (Êx 20.14; Dt 5.18).

"A família é o único fenômeno social, além do fenômeno religioso, que se encontra em todos os tempos e em todas as culturas."[1] No plano de Deus, a família é uma ordem da criação; foi instituída antes da queda (Gn 1.26-31; 2.18-25) e colocada sob a bênção divina (Gn 1.28).

Em termos positivos, o teor do sétimo mandamento é a proteção e santificação do matrimônio instituído por Deus. Na versão crítica, por sua vez, ele se torna bem mais amplo e específico, condenando qualquer imoralidade sexual, seja a fornicação, a prostituição, o adultério, o incesto, o homossexualismo masculino, o lesbianismo ou a sodomia (Lv 20.10-21).

João Calvino definiu o teor e a aplicação principal deste mandamento com as seguintes palavras: "A suma, portanto, será que nos não poluamos de qualquer imundície ou libidinosa incontinência. A isto corresponde o preceito afirmativo: que dirijamos todas as partes de nossa vida casta e continentemente. Proíbe, porém, expressamente, a fornicação, a que tende toda concupiscência, para que, por sua torpeza, que é mais crassa e mais palpável em que, de fato, até imprime ao corpo a (sua) mácula, nos conduza à abominação de toda concupiscência, qualquer que seja".[2]

I. A versão positiva do sétimo mandamento

Ao percorrer a Saxônia, Lutero sentiu-se impulsionado a escrever o *Catecismo Menor*, para que os evangélicos se livrassem de tanta miséria moral.[3] Pastores, pregadores indoutos, mestres e chefes de família foram instruídos a

ensinar os dez mandamentos com fidelidade e constância. O pai perguntava a seus filhos: "Não adulterarás. Que significa isso?" E eles respondiam: "Devemos temer e amar a Deus, de maneira que vivamos vida casta e decente em palavras e ações, e cada qual ame e honre seu consorte".[4]

Gostaríamos, pois, de desenvolver a versão positiva deste mandamento sob quatro aspectos diferentes: a pureza sexual, a bênção matrimonial, a opção celibatária e a viuvez assumida.

- A -
A PUREZA SEXUAL

A pureza sexual envolve ações, palavras e pensamentos. O salmista responde à pergunta: "De que maneira poderá o jovem guardar puro o seu caminho?" (Sl 119.9) com as palavras: "Guardo no coração as tuas palavras, para não pecar contra ti" (Sl 119.11). E Jesus Cristo ensinou que os limpos de coração são bem-aventurados porque verão a Deus (Mt 5.8).

O que contamina as ações é aquilo que está dentro do coração: "... do coração procedem maus desígnios" (Mt 15.19). Tiago aprendeu que nossas tentações têm origem na própria cobiça, que atrai e seduz o homem. A cobiça, por sua vez, dá à luz o pecado, e o pecado gera a morte (Tg 1.14,15).

A impureza sexual começa nos pensamentos, evolui nas palavras e culmina em ações erradas (pecado), que geram a morte. Para reverter este ciclo, é preciso vigiar para manter puros os pensamentos. É evidente que na medida em que nos inclinarmos para a carne cogitaremos da carne, e na medida em que nos inclinarmos para o Espírito cogitaremos das coisas do Espírito (Rm 8.5).

- B -
A BÊNÇÃO MATRIMONIAL

O matrimônio é outro equivalente positivo para nos prevenir contra o adultério. O sexo praticado dentro do casamento monogâmico é o modo de satisfazer aquilo que seria concupiscência e levaria à promiscuidade se fosse perpetrado fora do casamento. Em 1 Coríntios 7.2, o apóstolo Paulo ensinou: "... por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa e cada uma o seu próprio marido". Além dessa recomendação preventiva, Paulo diz também o seguinte: "Caso, porém, não se dominem, que se casem; porque é melhor casar do que viver abrasado" (1 Co 7.9). Finalmente, ele recomenda aos casais: "Não vos priveis um ao outro, salvo talvez por mútuo consentimento, por algum tempo, para vos dedicardes à oração e novamente vos ajuntardes, para que Satanás não vos tente por causa da incontinência" (1 Co 7.5). Nessas três referências, vemos que o funcionamento prático do matrimônio é a melhor

prevenção contra o adultério e qualquer espécie de impureza sexual.

Para termos uma visão mais completa do casamento, analisaremos seus aspectos fundamentais, tais como: definição de casamento; sua origem, natureza e funções; o início do casamento; os deveres mútuos; e as responsabilidades específicas do homem e da mulher.

1. Definição de casamento

O casamento é uma união íntima e verdadeira entre duas pessoas de sexos opostos que manifestam publicamente o desejo de viver juntas.

Do ponto de vista cristão, o matrimônio é a relação amorosa entre um homem e uma mulher que, sob a orientação e direção de Deus, manifestam publicamente o desejo de pertencerem exclusivamente um ao outro, até que a morte os separe.

Pelo menos quatro aspectos são indispensáveis para um casamento: vontade e apreciação amorosa de ambas as partes, publicação oficial do desejo de convivência, cumprimento físico da união entre os parceiros e convivência real de cama e mesa: "Não tendes lido que o Criador desde o princípio os fez homem e mulher, e que disse: Por esta causa deixará o homem pai e mãe, e se unirá a sua mulher, tornando-se os dois uma só carne?" (Mt 19.4, 5).

2. Origem do casamento

O casamento originou-se na mente e no coração de Deus. O Criador não queria que o homem vivesse só, por isso criou para o homem uma auxiliadora que lhe fosse idônea (Gn 2.18). O matrimônio é a primeira instituição criada por Deus, uma ordem estabelecida no paraíso (Gn 2.18-25).

3. Natureza do casamento

Quanto à natureza, o matrimônio cristão é uma aliança solene, um pacto sagrado, legal, monogâmico, público e social que dura toda a vida. É uma união de cama e mesa entre um só homem e uma só mulher que desejam viver juntos sob a orientação, direção e bênção divina.

O matrimônio é um pacto sagrado porque é uma instituição divina. Deus o instituiu antes da queda, enquanto Adão e Eva ainda viviam em plena harmonia com seu Criador e Sustentador (Gn 1.27). Também é sagrado porque tem a aprovação de Deus para perpetuar a raça humana e porque está sob a bênção divina: "Deus os abençoou" (Gn 1.28).

O casamento é uma aliança solene entre um só homem e uma só mulher que prometem fidelidade mútua até que a morte os separe. Esse pacto é subentendido em Provérbios 2.17; Ezequiel 16.8 e Malaquias 2.14. A promessa

de lealdade conjugal também está implícita no sétimo mandamento, porque o adultério é a infidelidade conjugal de uma das partes envolvidas.

O matrimônio só é legal quando legalizado. No Brasil, existem duas maneiras de legitimar o matrimônio: o casamento civil realizado no cartório ou o casamento religioso com efeito civil, efetuado na igreja por um ministro ordenado e judicialmente habilitado. A Igreja Católica Romana tem convicções próprias bem definidas quanto ao aspecto legal do matrimônio. No direito canônico, ela exige a concretização do casamento independentemente das leis civis do estado secular. Eis a razão pela qual muitos católicos se casam apenas na igreja, embora esse casamento não tenha efeito civil, a menos que seja devidamente registrado no cartório.

A tradição e as convicções evangélicas sempre favoreceram o aspecto legal, civil do casamento. Em alguns países católicos, entretanto, principalmente na América Latina, isso nem sempre foi possível. No Brasil, o casamento civil foi introduzido com a criação da República e garantido pela primeira Constituição, em 1892. Antes, os evangélicos não podiam se casar legalmente, porque rejeitavam o casamento católico como o único legítimo. Muitos ministros evangélicos, porém, realizaram casamentos religiosos evangélicos e registraram o acontecimento em atas, juntamente com as assinaturas das testemunhas, até que o país, pela influência de liberais, maçons e dos próprios evangélicos, estabeleceu o casamento civil.

O casamento é público e social. Isso é visto na festa, nos convites, no registro civil, na mudança do sobrenome da mulher e na certidão de casamento. Não se pode nem deve negar ou subestimar a dimensão social do matrimônio. Sua preservação é uma questão social de interesse nacional. Uma nação só existe devido a seus núcleos familiares. A família é o lugar de proteção, procriação, afeição, compreensão, disciplina e educação. Para o estado moderno, mesmo quando são aprovados casamentos alternativos ou o divórcio, a família continua sendo uma realidade social indispensável, sem a qual é impossível manter a estabilidade política e a paz social.

O caráter público e social do casamento é fortemente salientado no Antigo Testamento. Em Gênesis 34.4; 38.6 vemos que os pais negociavam os casamentos. Em Gênesis 29.15-20, Josué 15.16 e Juízes 1.12 encontramos indicações de um dote. Em Gênesis 29.22 vemos que o chefe da família do noivo convidou todos os homens do lugar para um banquete. Às vezes os convidados eram tantos que o vinho faltava (Jo 2.3). A festa era supervisionada por um mestre-sala (Jo 2.9, 10). As festividades se estenderam até sete dias no caso de Jacó e Lia (Gn 29.7), e até duas semanas no caso de Tobias e Sara (Tobias 8.20). O contrato de casamento em forma escrita é mencionado pela primeira vez em Tobias 7.14, sendo apresentado pelo pai da noiva.

Além da legitimidade, o ato de tornar público o enlace conjugal traz proteção, segurança, apoio e confiança aos recém-casados, o que é muito importante. O casamento em Caná (Jo 2) revela o caráter público e social do

matrimônio em sua perspectiva neotestamentária: Jesus Cristo apoia o matrimônio com Sua presença festiva.

O casamento é monógamo. A monogamia, como norma divina para o bem-estar do homem, está implícita: na história de Adão e Eva, haja vista que Deus criou apenas uma esposa para Adão (Gn 2.18ss.); no decálogo, pois de outra forma o sétimo mandamento seria ilusório; na natureza, porque "não se pode ter um relacionamento único (de um só tipo) com mais do que uma só esposa";[5] na vontade de Deus na criação (Gn 2.18-25); no ensino de Jesus Cristo (Mt 19.4-6); na experiência humana, haja vista que ciúmes e ódio são os resultados naturais do relacionamento poligâmico;[6] e na ilustração do relacionamento entre Deus e Seu povo (Jr 3; Ez 16; Os 1-3), e entre Cristo e Sua Igreja (Ef 4.22-33).

O matrimônio é uma união permanente que só pode ser anulada pela morte de um dos cônjuges (Rm 7.1ss.; 1 Co 7.39; 1 Tm 5.14). "Portanto, o que Deus ajuntou não o separe o homem" (Mt 19.6). É evidente que o caráter perpétuo do casamento exclui qualquer forma de divórcio, que Jesus qualifica como pecado (Mt 19.3-12) e que nunca corresponde à vontade divina para o homem (Mt 19.8). O plano de Deus é sábio e perfeito. Quando o casamento foi instituído, não havia espaço para a separação. O divórcio foi criado pelo homem por causa da dureza de seu coração, e não por causa de Deus.

O casamento é uma união de cama e mesa. O casamento não é uma união teórica ou platônica. Um casamento sem relações sexuais é como um carro sem lubrificante nem combustível: não vai muito longe, não vai para lugar nenhum.

A função do sexo no casamento é unificar dois seres de sexos opostos. A Bíblia sustenta esta dimensão conjugal com a frase: "Os dois se tornarão uma só carne" (Gn 2.24; Mt 19.5, 12; 1 Co 6.16; Ef 5.31). Se, sob qualquer pretexto, a relação sexual nunca chega a ser concretizada num casamento, este pode ser anulado perante a lei, porque as relações sexuais estão implícitas num casamento verdadeiro.

4. Funções do casamento

O testemunho bíblico aponta cinco funções fundamentais do casamento: unificação, procriação, recreação, prevenção e glorificação.

Unificação matrimonial significa efetuar uma unidade íntima, sem igual, entre duas pessoas de sexos opostos. O casamento leva duas pessoas de sexos opostos à unificação mais estreita possível, nos âmbitos físico, emocional, moral, ideal e espiritual. As referências bíblicas clássicas que sustentam a unificação como parte fundamental do casamento são Gênesis 2.24, Mateus 19.5, 1 Coríntios 6.16 e Efésios 5.31. O matrimônio é uma união espiritual para glorificar a Deus, uma união emocional para o gozo do amor puro, uma união física para perpetuação da raça humana, uma união social para criação dos filhos num ambiente saudável e seguro, uma união preventiva contra a

impureza sexual.

A segunda função do casamento é a *procriação*. Os filhos são o resultado natural e biológico, porém não necessário, do matrimônio. Isso significa que o casamento é válido mesmo que não haja filhos; não perde seu valor e caráter, embora perca seu resultado biológico.

Quando nascem, os filhos precisam da união e da segurança fornecida pelo matrimônio feliz de seus pais. "No aspecto puramente biológico, a função da família é perpetuar a raça. Na família humana, porém, há outras funções um pouco menos importantes do que a básica de propagação da espécie. São funções econômicas, religiosas, protetoras, educacionais e de prestígio, que recebem maior ou menor ênfase segundo a sociedade e a época."[7]

Há várias histórias de filhos que não têm pais, de filhos cujos genitores passaram por uma separação dolorosa ou de filhos que passaram por problemas de falta de segurança e equilíbrio no lar. A procriação é uma função importante do casamento e tem a aprovação de Deus: "Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra" (Gn 1.28). Todavia, é bom lembrar que a procriação não é a única função do casamento, nem a mais importante. Se assim fosse, os casais deveriam separar-se quando a mulher deixasse de ser fértil (geralmente por volta de 45 anos de idade).

Por outro lado, não podemos separar os filhos dos pais. A união inclui o "sim" para os filhos, que fazem parte do casamento e correspondem à vontade criadora de Deus. Eles são uma bênção do Senhor (Gn 1.27-30; 2.18; 2.21-24; Sl 127.3; Mt 19.3-6).

No plano de Deus, a *recreação* é a terceira função do casamento. Não se pode negar a volúpia sexual. A união física e o prazer sexual são "a reunião feliz daqueles que foram feitos um só pelo casamento. A satisfação que o sexo fornece é o prazer obtido da reafirmação do preito original do mútuo amor".[8]

Sem o prazer do sexo, sem *a união* física, o casamento se torna platônico, estéril e ilusório. A verdadeira alegria vem somente com a união verdadeira, e a união verdadeira só existe onde há um relacionamento único e permanente entre um homem e uma mulher que se unem pelos laços do amor (1 Tm 4.3; 6.17).

As vantagens e o prazer das relações sexuais são recomendadas sem rodeios nas Sagradas Escrituras: "Bebe a água da tua própria cisterna, e das correntes do teu poço. Derramar-se-iam por fora as tuas fontes, e pelas praças os ribeiros de águas? Sejam para ti somente e não para os estranhos contigo. Seja bendito o teu manancial, e alegra-te com a mulher da tua mocidade, corça de amores, e gazela graciosa. Saciem-te os seus seios em todo o tempo; e embriaga-te sempre com as suas carícias" (Pv 5.15-19); "goza a vida com a mulher que amas, todos os dias de tua vida fugaz, os quais Deus te deu debaixo do sol; porque esta é a tua porção nesta vida pelo trabalho com que te afadigaste debaixo do sol" (Ec 9.9); "como és formosa, querida minha como és formosa! Os teus olhos são como os das pombas, e brilham através do teu véu.

Os teus cabelos são como o rebanho de cabras que descem ondeantes do monte de Gileade" (Ct 4.1); "que é o teu amado mais do que outro amado, ó tu, a mais formosa entre as mulheres? Que é o teu amado mais do que outro amado, que tanto nos conjuras?" (Ct 5.9); "formosa és, querida minha, como Tirza, aprazível como Jerusalém, formidável como um exército com bandeiras" (Ct 6.4).

O casamento é uma forma de *prevenção* contra a imoralidade. O sexo praticado dentro do casamento monogâmico é a maneira de satisfazer aquilo que seria concupiscência e levaria à promiscuidade fora do matrimônio. Dentro dessa perspectiva, o apóstolo Paulo recomendou aos coríntios: "... por causa da impureza, cada um tenha a sua própria esposa e cada uma o seu próprio marido" (1 Co 7.2); "não vos priveis um ao outro, salvo talvez por mútuo consentimento, por algum tempo, para vos dedicardes à oração e novamente vos ajuntardes, para que Satanás não vos tente por causa da incontinência" (1 Co 7.5); e "caso, porém, não se dominem, que se casem; porque é melhor casar do que viver abrasado" (1 Co 7.9).

A quinta função do casamento é especificamente cristã: a *glorificação* de Deus. A família cristã não existe para seu próprio proveito e, sim, para trazer honra e glória a Deus. O cristão dá graças a Deus por tudo, em todas as circunstâncias, e exalta o nome do Senhor. Faz tudo em nome de Jesus, não vive mais para si mesmo, mas para Aquele que por ele morreu e ressuscitou (2 Co 5.15). O casamento é um estado propício para glorificar a Deus no corpo: "Porque fostes comprados por preço. Agora, pois, glorificai a Deus no vosso corpo" (1 Co 6.20).

Assim, na unificação, procriação, recreação, prevenção e glorificação vemos um conjunto de funções para o bom funcionamento do lar. Vale redescobrir, revalorizar e reviver estes princípios benéficos, para que a pureza moral seja mantida e o glorioso nome de Deus exaltado.

5. Início do casamento

A questão do início do casamento foi levantada principalmente no século XX. Matrimônios não-legalizados, concubinatos e outras formas alternativas de casamento inquietam igrejas e organizações eclesiásticas.

O Novo Testamento não contém normas específicas e detalhadas quanto ao início do casamento: não é salientada a forma do casamento, mas sua realidade social (Mt 5.31, 32; 19.7; Jo 2.1ss.; 1 Co 7.1ss.). A teologia bíblica supõe que os primeiros cristãos se casavam conforme a praxe dos judeus ou de acordo com a tradição greco-romana.[9] Surgem então quatro perguntas. Qual era a praxe dos judeus no Antigo Testamento? Como se caracteriza a tradição greco-romana? Quais os elementos especificamente cristãos no período neotestamentário? Quais as conseqüências morais para a situação presente?

No Antigo Testamento, o casamento era composto de dois passos

distintos: o noivado, como início judicial do matrimônio, e o casamento público e festivo, como cumprimento prático (vivência real) do matrimônio. Por isso, a relação sexual entre uma noiva e outro homem que não o noivo era considerada adultério, e o castigo era o apedrejamento (Dt 22.23-24). É por isso que Maria, sendo noiva, foi chamada de esposa (Mt 1.20; Lc 2.5) e José queria separar-se dela (Mt 1.19). O noivado só podia ser dissolvido através do divórcio ou da morte de um dos parceiros.[10]

A tradição greco-romana favorecia uma espécie de mancebia socialmente reconhecida como matrimônio de fato, mas sem efeito legal. Em toda antigüidade, o casamento era um assunto particular com conseqüências públicas e legais. Era determinado pelos envolvidos (noivo, noiva e seus familiares), e não por uma instituição do Estado, e geralmente testemunhas caracterizavam seu aspecto público.[11] O casamento não era considerado uma relação legal, mas uma realidade social.[12] O *consensus nuptialis* (consentimento nupcial) dos envolvidos era reconhecido como sinal do matrimônio e na prática excluía o concubinato, porque, para a sociedade, o concubinato já era considerado casamento.[13]

O Novo Testamento pressupõe o matrimônio como instituição definida e como realidade social de caráter público. As novas dimensões matrimoniais tipicamente cristãs são a indissolubilidade e fidelidade conjugal (Mt 19.1-9; Mc 10.1-12; Rm 7.2; 1 Co 7.10, 12) e a presença real divina (Mt 19.6; Mc 10.9). Em Caná, Jesus apóia o matrimônio com Sua presença (Jo 2.1ss.).

Nos países civilizados e nos Estados modernos do século XX, o casamento civil sinaliza legalmente o início do casamento. Mundialmente, os evangélicos seguem esta forma e tradição cultural, embora isso não tenha nenhuma sustentação neotestamentária. Independentemente da expressão cultural do início do casamento, o cristão defende a vontade nupcial do casal, a legalização e o caráter perpétuo do casamento.

A vontade nupcial é declarada de forma diferente em cada cultura. Na nossa, mostra-se no relacionamento crescente entre os namorados e na promessa pública de pertencer um ou outro no noivado.

A legalização do casamento também varia de acordo com a cultura. No Brasil, é feita através do casamento civil no cartório, na presença do juiz, ou pelo casamento religioso com efeito civil na igreja. Em ambos os casos, em nossa cultura o casamento civil representa o aspecto público, social e legal do matrimônio, que oferece proteção e segurança ao casal.

O terceiro aspecto importante para o casamento cristão é seu caráter perpétuo, que se manifesta na fidelidade conjugal até a morte de um dos cônjuges, como ensinado e apoiado firmemente por Jesus e pelos apóstolos (Mt 19.1-9; Mc 10.1-12; Rm 7.2; 1 Co 7.10, 12).

6. Deveres mútuos no casamento

O matrimônio é a convivência real de um homem e uma mulher, que em si são pessoas independentes e diferentes, mas que se uniram nos mesmos propósitos e ideais. A busca do consenso, a boa vontade, o diálogo constante e a tolerância são elementos indispensáveis para o sucesso do matrimônio. É o desejo dessa convivência que faz com que o matrimônio imponha deveres e responsabilidades aos dois. "A família é a instituição melhor adaptada para o treinamento do homem, para a proteção da infância e da mocidade."[14] Gostaria de mencionar sete deveres mútuos indispensáveis para o sucesso do matrimônio: fidelidade conjugal, afeição, cooperação, tolerância, submissão mútua, diálogo e perdão.

a. Fidelidade: ambos os parceiros devem ser fiéis em tudo o que se relaciona com o matrimônio (convivência social, sexo, educação dos filhos, religião, profissão, finanças, alegrias e tristezas). Além de ilusória, a fidelidade que se limita apenas ao sexo é também morta. Ser fiel nas múltiplas relações matrimoniais é consolidar a própria base da sociedade.

b. Afeição: é preciso que o lar seja construído com amor verdadeiro. Portanto, é um dever ético do casal conservar vivo o amor que serviu de base ao casamento. Para isso, devem-se evitar as ilusões do noivado e as emoções da lua-de-mel, que não continuam. O verdadeiro amor, quando cultivado diariamente com honestidade, cresce constantemente, em vez de definhar; "... é paciente, é benigno, o amor não arde em ciúmes, não se ufana, não se ensoberbece, não se conduz inconvenientemente, não procura os seus interesses, não se exaspera, não se ressente do mal; não se alegra com a injustiça, mas regozija-se com a verdade; tudo sofre, tudo crê, tudo espera, tudo suporta" (1 Co 13.4-7).

c. Cooperação: além da fidelidade conjugal e afeição recíproca, a cooperação mútua é um terceiro pilar muito significativo para o bom funcionamento do matrimônio, porque nem o esposo nem a esposa podem sozinhos garantir o êxito da família. "A família é o meio de cultivar as afeições sociais."[15] Os problemas diários e os desafios do século XX são complexos demais e a própria natureza exige esta cooperação mútua da família. Todos os relacionamentos devem unir o casal, e não separá-lo; nem amigos, nem familiares, nem interesses aparentemente opostos devem interferir.

d. Tolerância: a convivência matrimonial é o meio ideal para se aprender a tolerância. Com isso, não estamos dizendo que o lar seja o lugar da tolerância infinita, mas que o matrimônio é propício para se aprender a respeitar opiniões diferentes. São os pontos de vista divergentes entre os cônjuges que dão vitalidade para resolver os desafios do dia a dia. As opiniões diferentes, quando respeitadas, não levam ao desastre, mas enriquecem o lar que aprende a conviver com elas.

e. Submissão: a submissão mútua é um aspecto negligenciado na ética cristã. Temos enfatizado que a mulher deve ser submissa ao homem. O outro lado da moeda é que, num certo sentido, o homem também precisa submeter-se à esposa. Na realidade, os cônjuges devem subordinar-se um ao outro. A Bíblia ensina que todos devem se sujeitar uns aos outros no temor de Cristo (Ef 5.21). Ambos precisam *respeitar* e *perdoar* o outro, *dialogar* e *orar* com o outro. Nessas áreas, o homem não pode exigir supremacia sobre a mulher. Note bem que a questão não se refere à liderança, mas à real convivência no lar.

f. Diálogo franco e sincero: o matrimônio vive do diálogo dos cônjuges. É verdade que o cansaço físico ou emocional, uma doença ou um acidente grave podem impossibilitar pelo menos temporariamente um diálogo franco. Mas em situações e circunstâncias normais, o casal precisa de um diálogo permanente para poder conviver em harmonia e resolver os problemas do dia a dia. O silêncio pode se tornar a arma terrorista que destrói o lar. Logicamente, não se pode imaginar que um casal venha a se separar quando consegue dialogar de forma objetiva e harmoniosa. A comunicação franca e aberta é o caminho social para resolver os problemas do lar. O apóstolo Paulo recomendou: "... não se ponha o sol sobre a vossa ira" (Ef 4.26b). O cumprimento prático desta recomendação é capaz de salvar casamentos frustrados e bloqueados.

g. Perdão: do ponto de vista cristão, o segredo do casamento bem sucedido é o perdão. Essa é uma realidade na vida do cristão, uma força espiritual sem igual que lhe possibilita renovar seus desejos íntimos, ideais e propósitos. O sangue precioso de Cristo nos purifica de todos os pecados confessados (1 Jo 1.7-9). Esta é a promessa maravilhosa da Palavra de Deus e o caminho de um novo começo. Humildade cristã para admitir erros e prontidão para confessar pecados num diálogo aberto são os elementos especificamente cristãos que enriquecem o matrimônio e o tornam uma verdadeira escola de fé, arrependimento e perdão.

7. Responsabilidades específicas do homem

No casamento, Deus une um homem e uma mulher que, antes solitários, tornam-se então solidários no objetivo de vivenciar o exemplo da solidariedade do amor divino (Gn 2.18). Ao longo do tempo, pelo fato de a esposa estar mais em casa com os filhos, alguns maridos relegam a elas o comando e a administração da casa. Em outros casos, por causa do secularismo, o casal entrega a administração da casa e dos filhos aos empregados domésticos. Será que tal disposição está em harmonia com a estrutura psicológica, física e espiritual do lar? Qual seria o posicionamento de Deus a esse respeito? Deus exige que o homem exerça autoridade em seu lar e forneça-lhe segurança e provisão (Gn 3.16-19; Ef 5.23-6.4; Sl 128.1-6). No plano de Deus, as atribuições específicas do homem no lar são: amar sua esposa, assumir o comando da vida no lar, exercer o papel de profeta e sacerdote, propiciar serenidade na correção

dos filhos com amor, suprir as necessidades financeiras, proteger a família e assumir a liderança moral.

O amor puro, sincero e verdadeiro acompanhado de atenção, carinho, cavalheirismo, paciência, tato e compreensão são essenciais à estrutura psicológica e ao funcionamento social do lar (Ef 5.25; Cl 3.19; 1 Pe 3.7). Nem sempre é fácil amar a esposa, principalmente quando ela pensa e sente de forma diferente, ou quando está sobrecarregada psicológica e fisicamente (gravidez, doença, ciclo menstrual, filhos pequenos).

O homem assume o comando da vida do lar não como líder absoluto, mas como chefe consciente e responsável. É errado pensar que isso lhe dá privilégios especiais. Quando Paulo fala da liderança do homem no lar, ele não se refere a regalias, mas a responsabilidades: "... porque o marido é o cabeça da mulher, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo este mesmo salvador do corpo" (Ef 5.23). O salvador do corpo não é o "grande mandão", mas um humilde de espírito que morre na cruz do Calvário (Ef 5.25).

O homem assume também a responsabilidade pelo desenvolvimento espiritual da esposa e dos filhos (Sl 128.1, 4). Assim como Cristo exerce o papel de profeta e sacerdote de Sua noiva, o homem assume a liderança espiritual do lar. Do mesmo modo como Cristo santifica, purifica, lava e apresenta sem mácula Sua noiva (Ef 5.26, 27), o homem zela pela espiritualidade cristã da esposa e dos filhos.

O homem não pode deixar a disciplina e a correção dos filhos tão somente para a esposa. Um olhar direto ou uma palavra firme e amorosa do pai resolve muitos problemas. O pai contribui diretamente para o equilíbrio no tratamento entre os membros do lar. O apóstolo Paulo adverte os pais não só para que não provoquem seus filhos à ira, mas também para que os eduquem na disciplina e na admoestação do Senhor (Ef 6.4).

Tradicionalmente, o homem tem a responsabilidade de prover a alimentação diária e a educação de seus familiares, embora isto nem sempre reflita a realidade. Muitas viúvas e mulheres divorciadas são forçadas a assumir esse papel. Outras senhoras, em vez de ficar em casa, procuram um emprego e deixam a educação dos filhos para as empregadas domésticas. Conforme Efésios 5.29, uma das atribuições do marido é alimentar a esposa e cuidar dela, como Cristo faz com a Igreja. O Salmo 128 distingue entre o trabalho masculino, do qual se come (Sl 128.2), e as tarefas domésticas da mulher (Sl 128.3). Embora existam situações extremas e emergenciais que justificam moralmente que a mulher supra as necessidades do lar ou coopere para pagar o aluguel ou as prestações da casa própria, esta atribuição, no plano de Deus, é conferida ao homem. É da responsabilidade do Estado e dos cidadãos tomar providências legais para proteger as mulheres contra injustiças sociais que possam eventualmente surgir.

A força moral do chefe da família impõe o respeito e a fibra com que os filhos tecerão a estrutura de uma personalidade segura e tranqüila. A moral de

uma família demanda a inspiração transmitida a todos da casa pela firmeza de caráter e seriedade do homem que, com seu exemplo e sua vida, constrói sua casa, seu nome e sua honra.

O pai beberrão, adúltero, desonesto ou violento realmente não assume sua responsabilidade e em nada contribui para a formação moral de seus filhos. Insegurança, instabilidade emocional e desorientação social dos filhos são algumas das conseqüências indesejáveis do pai que pratica uma dupla vida moral.

As tarefas e atribuições específicas do homem no lar são enormes e difíceis. De onde ele extrairá as forças para exercer seu papel de chefe de família? O salmista afirma: "Os que confiam no Senhor são como o monte de Sião, que não se abala, firme para sempre" (Sl 125.1); e "bem-aventurado aquele que teme ao Senhor e anda nos seus caminhos" (Sl 128.1). Deus é a fonte de inspiração diária para resolver com Sua graça as múltiplas barreiras e os problemas cotidianos do lar. Ele dá motivação e força para vencer os obstáculos e ter uma vida cristã também dentro do lar.

8. Responsabilidades específicas da mulher no casamento

A esposa é a alma do matrimônio. Ela proporciona aquelas qualidades que o chefe de família encontra dificuldades em oferecer, pelas próprias limitações impostas pela natureza. Por isso a Bíblia chama a esposa de "auxiliadora idônea" do homem (Gn 2.18), isto é, ela auxilia convenientemente o esposo, por ser diferente e ter enormes qualidades. Isto não faz com que ela tenha menos importância no lar ou seja uma pessoa de segunda classe. A esposa não é inferior, é diferente. Conforme a vontade divina, ela é idônea ao homem, apesar de ser diferente no aspecto físico e na estrutura emocional. As qualidades e atribuições específicas da mulher nascem justamente do fato de ser ela diferente do homem.

O salmista reconheceu que a esposa exerce um papel específico dentro de casa: "Tua esposa, no interior de tua casa, será como a videira frutífera" (Sl 128.3). O rei Lemuel de Massá sabia que a mulher virtuosa se levanta cedo de manhã e dá mantimento à sua casa (Pv 31.15).

Mas esta situação mudou radicalmente nos últimos cem anos. As famílias moram em centros urbanos e empregam-se nas indústrias, recebem cargos públicos ou trabalham com comunicações para divulgar idéias. Na Europa já se iniciou a era pós-industrial, quando idéias modernas valem muito mais do que alguma produção que cause poluição. Essas profundas mudanças permitiram o surgimento de novas oportunidades de trabalho para as mulheres.

Por isso, o homem moderno não pode se ausentar de qualquer cooperação doméstica. Existem aqueles que são verdadeiros campeões na cozinha, mas geralmente o esposo fica tão ocupado no emprego fora de casa que não tem tempo nem condições de preparar as refeições também.

A educação secular dos filhos é de suma importância para um futuro melhor. A formação consciente gera aquelas qualidades sociais que enriquecem uma nação inteira. É evidente que o homem moderno com um emprego fora de casa não dispõe de tempo suficiente para acompanhar sempre de perto todos os detalhes da instrução secular dos filhos. Isso não significa que possa se isentar da responsabilidade educacional deles, haja vista que continua sendo o líder responsável pelo lar. Mas as próprias circunstâncias sociais contribuem para que a esposa tenha mais condições de educar os filhos do que o marido.

É a coroa que dá ao rei aquele brilho que entusiasma o povo quando ele passa pelas ruas. Salomão escreveu que "a mulher virtuosa é a coroa do seu marido" (Pv 12.4). As pedras preciosas, o ouro abundante da coroa criam o ambiente. Assim a mulher virtuosa faz a atmosfera do lar. É suficiente observar como as mulheres decoram uma igreja, uma casa ou um salão para reconhecer que elas possuem um dom natural para criar um bem-estar ambiental. A esposa também cria, dentro de casa, um ambiente social e emocional confortável que é necessário para a harmonia e o desenvolvimento sadio de toda a família.

Outra qualidade específica da esposa é seu apoio moral e psicológico. A esposa equilibrada e sadia apóia moralmente as decisões do lar, une pontos de vista diferentes e tem condições de criar um clima harmonioso entre os diversos membros da família.

- C -
A OPÇÃO CELIBATÁRIA

A história do cristianismo tem encarado a opção celibatária de dois pontos de vista exclusivistas e quase opostos. De um lado encontra-se a teologia monástica, que vê na vocação celibatária um meio para se alcançar a vida eterna e a perfeição moral, encarando a sexualidade como algo mundano e impuro. A conseqüência dessa linha de pensamento é que alguns fiéis deixaram seu estado matrimonial para entrar no paraíso do mosteiro. Do outro, está o protestantismo ortodoxo, que tem enfatizado, às vezes em demasia, que o matrimônio é um mandamento divino a ser obedecido para que haja procriação e para se prevenir contra a impureza sexual. O resultado prático desse raciocínio simplificado foi a morte da vida monástica e a desvalorização quase total da vida solitária.

A ética cristã certamente não pode ignorar as tradições e interpretações históricas, mas sua tarefa primária é inquirir como as Escrituras Sagradas encaram a questão.

O celibato é a opção do homem ou da mulher que, por qualquer motivo, não desejam ou não podem assumir o matrimônio. O estado secular reconhece esta opção como posição jurídica. Daí diferenciarmos legalmente o estado civil como solteiro/a, casado/a, viúvo/a ou divorciado/a.

O verdadeiro problema da questão celibatária não é de dimensão teológica, isto é, averiguar se é ou não uma opção válida, haja vista que Jesus fala abertamente dessa possibilidade (Mt 19.12) e Paulo a recomenda devido à situação escatológica em que a igreja se encontra (1 Co 7.8, 26). O conflito nasce quando alguém deseja assumir o matrimônio mas, por qualquer motivo, não encontra o cônjuge ideal. O fato de uma pessoa não achar um parceiro pode indicar que ela é vocacionada a permanecer só? O celibato é uma opção voluntária ou imposta pelas circunstâncias?

No ensino de Jesus (Mt 19.12), encontramos três tipos de pessoas que podem ser levadas a permanecerem solteiras: a) "eunucos de nascença" (Mt 19.12a), provavelmente uma indicação de deformação física que impede de assumir o matrimônio; b) "outros a quem os homens fizeram tais" (Mt 19.12b), indicando eunucos que foram fisicamente castrados nas cortes do oriente; e c) "outros que a si mesmos se fizeram eunucos, por causa do reino dos céus" (Mt 19.12c) — são os que assumiram voluntariamente o celibato. Jesus apóia a opção celibatária como um dom específico (Mt 19.11). Carisma e aptidão natural são, portanto, duas condições indispensáveis para o sucesso da vida celibatária. A negação da identidade sexual, como acontece com o homossexual, não é uma justificativa bíblica para se ficar solteiro. Somente a dedicação total ao serviço do evangelho justifica o celibato voluntário. O solteiro que não possui carisma nem aptidão para isso deve procurar contrair núpcias dentro da vontade de Deus, porque Ele ordenou o matrimônio como norma natural (Gn 1.28; 2.18; 1 Co 7.2).

Por outro lado, seria trágico se os evangélicos caíssem na armadilha do idealismo filosófico de Fichte, que afirmou que os solteiros não são pessoas plenas.[16] A história das missões e instituições sociais cristãs demonstra justamente o contrário. Muitas mulheres solteiras provam a validade do celibato como opção para servir melhor e com mais dedicação ao Senhor.

Do ponto de vista bíblico, vimos que a vocação celibatária não se impõe; antes, é uma questão de carisma (Mt 19.12; 1 Co 7.7), aptidão natural e direção clara de Deus. É uma opção, e não uma obrigação impossível de ser cumprida. A Bíblia mostra que Deus pode vocacionar para a vida celibatária, conforme Sua soberania.

O profeta Jeremias foi vocacionado, isto é, chamado por Deus para ficar solteiro (Jr 16.2), para ilustrar publicamente a vida solitária do povo de Deus (16.3). Certamente não foi fácil para o profeta chorão permanecer nessa condição. Mas Deus, em Sua soberania, planejou a vida de Jeremias desta maneira, e quando Deus planeja uma coisa para Seus filhos, Ele também lhes dá poder a fim de cumprirem a missão especial para a qual foram chamados (Rm 8.28).

Jesus Cristo viveu uma vida moralmente exemplar e celibatária, sem pecado, embora tenha sido tentado como nós (Hb 4.15). Os filmes populares que retratam Jesus com pensamentos adúlteros em relação a Maria Madalena

não têm sustentação escriturística, histórica ou eclesiástica, distorcendo a verdade do evangelho e a boa fé. Além disso, Jesus é um exemplo clássico de celibato por causa do reino dos céus (Mt 19.12). Pelo menos não possuímos provas históricas nem indicações bíblicas nos quatro evangelhos de que Jesus tivesse tido uma namorada ou noiva, fosse casado ou viúvo, ou tivesse uma sogra, como Pedro. Em Seu ensino, Jesus apontou para a temporariedade do matrimônio (Mt 22.30). Seguir a Cristo pode ser mais importante do que os deveres matrimoniais (Lc 14.26; 18.29, 30).

O apóstolo Paulo nos fornece a argumentação mais abrangente a favor da vida celibatária em todo o Novo Testamento. Não resta dúvida de que Paulo foi influenciado pelo sofrimento escatológico da Igreja (1 Co 7.26-31). Mas seus argumentos não se baseiam apenas nas tribulações e tentações escatológicas (vv. 32-35). Antes, ele insiste que a pessoa solteira é mais livre de preocupações domésticas (v. 32) e, portanto, pode servir ao Senhor desimpedidamente (v. 35).

Essas considerações paulinas de maneira nenhuma desvalorizam o matrimônio. Paulo ensina que não é pecado casar (1 Co 7.28) e reprime quem se atreve a condenar ou proibir o casamento (1 Tm 4.1-3). Ele ainda recomenda que as viúvas jovens contraiam novas núpcias (1 Tm 5.14).

Os propósitos específicos do celibato no contexto bíblico são: dedicar mais tempo para servir o evangelho (Mt 19.12); estar livre das preocupações domésticas normais (1 Co 7.32); não dividir o tempo e os interesses (1 Co 7.33, 34); e servir desimpedidamente ao Senhor (1 Co 7.35). O propósito supremo do celibato cristão é servir ao Senhor. Em nenhuma dessas referências o celibato é visto como algo superior ou mais espiritual do que o casamento, ou como meio para alcançar a perfeição moral neste mundo.[17]

- D -
A VIUVEZ ASSUMIDA

O termo *viúvo* (ou *viúva*) deriva do substantivo latino *vidua* ou do verbo *di-videre* (dividir), e significa que tal pessoa é dividida, separada de seu cônjuge pela morte. A morte separa um casal de maneira violenta. Não se percebem imediatamente as conseqüências práticas do enorme vácuo emocional e social que se cria no lar. O parceiro viúvo tem de reestruturar sua vida em todos os níveis. Há dúvidas, incertezas, riscos e crises. Em alguns casos extremos, a não-aceitação da nova realidade pode conduzi-lo ao suicídio. Em outros casos, principalmente quando há crianças pequenas do primeiro casamento que ainda precisam de uma mãe ou quando a viúva é jovem (1 Tm 5.14), novas núpcias são recomendadas. Uma opção cristã é assumir conscientemente a viuvez sem ressentimento para ser, talvez, até mais feliz do que em um novo casamento (1 Co 7.40). A questão fundamental para o viúvo e a viúva cristãos não é saber se

devem permanecer só ou casar-se, mas verificar a direção clara de Deus em suas vidas. Por isso o apóstolo Paulo recomenda para quem se casa de novo: case-se somente no Senhor (1 Co 7.39).

III. A versão negativa do sétimo mandamento

A influência da revolução sexual na família e na sociedade tem sido muito discutida nos jornais, na televisão e nos livros. A reação das igrejas evangélicas nem sempre é objetiva, e às vezes chega a ser apocalíptica. É mais fácil condenar e criticar do que mostrar um caminho viável com respostas práticas, que ajudem a vencer aquilo que julgamos contraproducente e prejudicial para a sociedade. Diante da revolução sexual ou de qualquer versão negativa do sétimo mandamento, a ética cristã deve fornecer uma orientação objetiva para problemas reais, uma prevenção não-casuística e não-farisaica, um acompanhamento pastoral que fortaleça o lar, uma voz profética contra as manifestações pecaminosas, uma educação sexual consciente e um fortalecimento dos princípios e normas revelados nas Sagradas Escrituras.

- A -
MASTURBAÇÃO

A fenomenologia da auto-excitação, que infelizmente já foi chamada de onamismo, por causa do pecado de Onã (Gn 38.9), não é relatada diretamente nas Escrituras. Isso torna sua abordagem teológica mais complexa.

Para uma discussão frutífera da problemática da auto-excitação em nossos dias, deve-se diferenciar quando isso ocorre: a) no início da infância, quando se verifica uma espécie de divertimento e autodescoberta sexual; b) na puberdade, quando se trata de uma fase pela qual passam quase todos os adolescentes (mais de 90% dos meninos e 50% das meninas no mundo ocidental), mas que precisa ser superada por um crescimento social e sexual orientado para o futuro cônjuge;[18] e c) na vida adulta, quando é um hábito sexual de caráter egoísta, narcisista e antinatural, devendo ser vencido.

Também se deve distinguir entre a auto-excitação por motivos puramente físicos ou por outros motivos que não sexuais (*e.g.*, inseminação homóloga) e a auto-excitação que é "a síndrome masturbatória como sintoma de uma atitude".[19]

O que interessa de modo especial à ética cristã é que esta atitude precisa ser superada para que se possa amadurecer dentro dos princípios sociais, emocionais e sexuais da Palavra de Deus. A síndrome masturbatória é considerada errada por três motivos: a) a sexualidade é desviada da relação "eu-você" para a introversão e o egoísmo; b) a fantasia sexual não é mais controlada pela parceria entre um homem e uma mulher, mas é solta e

praticamente incontrolável; e c) a falta de comunhão viva com um parceiro sexual pode levar ao excesso físico e psíquico. Percebe-se que os critérios de avaliação não são de caráter higiênico, mas teológico. O problema fundamental está na introversão. Sabemos que todos os atos que focalizam o "eu", e não Deus ou o próximo, são considerados pecado. A solução do problema é um perdão holístico acompanhado de compreensão, paciência, encorajamento e discernimento, para que se possa vencer o egoísmo, o narcisismo e os complexos de culpa e inferioridade. Assim, consegue-se uma vida sadia, uma boa socialização, a auto-aceitação e um casamento feliz. Esportes, bons programas de lazer e atividades na mocidade, na igreja e na sociedade também são úteis.

- B -
FORNICAÇÃO

Na ética cristã, a fornicação é geralmente entendida como a atividade heterossexual entre pessoas que não são casadas. "A avaliação moral sempre tem dado uma atenção adicional ao pecado do escândalo ou da cooperação no pecado de outrem."[20]

É interessante notar que o Antigo Testamento não esclarece de forma sistemática o problema da fornicação, o que leva W. Kaiser Jr. a crer que se tratava de um fenômeno raro em Israel.[21] Mas há referências ao estupro (Dt 22.23-29) e à sedução de uma moça ainda não desposada (Êx 22.16-17) e de uma moça já comprometida (Dt 22.23). Em todos esses casos, o castigo previsto era a morte, o que revela a seriedade com que Deus trata o problema. O Novo Testamento não exige a morte, mas Paulo afirma claramente que o impuro rejeita a Deus (1 Ts 4.1-8) e não pode herdar o reino de Deus (1 Co 6.9, 10). A vontade de Deus é que o homem viva em santificação para se abster da fornicação (1 Ts 4.3), "porquanto Deus não nos chamou para a impureza, e, sim, em santificação" (1 Ts 4.7).

As considerações a seguir nos levam a afirmar que as relações pré-conjugais são erradas e constituem fornicação.

A relação pré-conjugal constitui fornicação e é errada porque cria angústia, em vez de segurança e proteção; concentra-se no prazer e não na convivência legal; é instantânea e inconstante; não tem compromissos e não assume responsabilidades familiares; em essência, é o cumprimento do casamento (1 Co 6.16); e é contrária à direção clara de Deus, porque no Antigo Testamento a mulher que não é mais virgem e engana seu parceiro merece ser apedrejada (Dt 22.21), a noiva que mantém relação sexual com terceiros merece o mesmo castigo (Dt 22.24) e o homem que mantém relação sexual com uma mulher solteira deve se casar com ela (Dt 22.29; Êx 22.16).[22]

- C -
MERETRÍCIO OU PROSTITUIÇÃO

Meretrício ou prostituição é a atividade heterossexual descontrolada com fins lucrativos. O termo *prostituição* deriva do latim *prostitutio*: "Ato ou efeito de prostituir ou de prostituir-se; vida de prostituição; o conjunto das prostitutas; vida de devassidão; desregramento; profanação; uso infame ou degradante que se faz de algum coisa... A prostituição, em sentido lato, tem sido compreendida como estado de promiscuidade sexual, em que os fins da concupiscência sobrepujam os da procriação... No entanto, em sentido estrito, a prostituição refere-se à prática do ato sexual com fins de lucro".[23]

O Antigo Testamento conhece a prostituição masculina e feminina (Dt 23.18). Israel foi alertado severamente por Javé contra esta prática tão freqüente entre os cananeus (Lv 19.29). Em Provérbios 1-9 temos conselhos práticos contra este pecado. O apóstolo Paulo exorta os cristãos a fugirem da impureza e prostituição porque são imoralidade e quem as pratica peca contra o próprio corpo (1 Co 6.18). Ele lembra aos coríntios que o corpo deles é um santuário do Espírito Santo e que foram comprados pelo precioso sangue de Cristo para viverem em comunhão com Jesus e glorificar a Deus no corpo (1 Co 6.19, 20).

No que diz respeito à prostituição generalizada, convém salientar que é responsabilidade dos governos federal, estadual e municipal, dos grupos econômicos e dos sindicatos criar mais escolas profissionalizantes a fim de aumentar a produção, as ofertas de emprego e a eqüidade social. Investimentos educacionais e reformas estruturais na economia são indispensáveis para se criar uma opção válida para a juventude. Especulação, corrupção, injustiça social e desemprego favorecem a prostituição, enquanto o equilíbrio social, o trabalho honesto e a educação consciente ajudam a gerar um novo clima de esperança. Mas a força real vem da fé cristã autêntica, que transforma indivíduos e circunstâncias.

- D -
ADULTÉRIO

Toda a tradição judaico-cristã condena o adultério como pecado grave. Um casamento já existente, ou até dois, está sendo seriamente prejudicado. "Pelo adultério, a verdade do ato sexual é profundamente traída."[24]

O adultério é uma falsidade contra o amor puro, contra a lealdade e fidelidade matrimonial, contra o lar e contra a estabilidade social e emocional de uma sociedade.

Por *adultério* compreendemos quebrar, alterar, falsificar propositada e conscientemente o estado sadio do amor puro entre pessoas que assumiram publicamente o matrimônio. A Bíblia diferencia entre duas formas de adultério: o *adultério mental*, do qual fala Jesus no sermão do monte — "Eu, porém, vos digo: Qualquer que olhar para uma mulher com intenção impura, no coração já adulterou com ela" (Mt 5.28) — e o *adultério corporal*, que Jó qualifica como crime hediondo (Jó 31.11) e Javé diz que é loucura (Jr 29.23).

Observando as duas formas de adultério (mental e corporal), vemos claramente que o processo começa com a mente poluída. Por isso Jesus ensinou que a boca só fala do que está cheio o coração (Mt 12.34) e Tiago escreveu que a origem da tentação está na cobiça que, depois de concebida, dá à luz o pecado, que por sua vez gera a morte (Tg 1.15). Pode-se deduzir então que o caminho do adultério começa na cobiça.

A cobiça sexual é alimentada por livros e filmes pornográficos, e por contatos dúbios com parceiros do sexo oposto através de danças, conversas ambíguas, "artes", textos musicais inadequados, nudez, roupas indecorosas, gestos inconvenientes *etc.* O que também pode influenciar a cobiça sexual é o desinteresse do parceiro matrimonial, a falta de comunicação e afeição matrimonial ou a solidão constante de um dos cônjuges.

O adultério destrói não apenas o lar, mas também a integridade de duas pessoas que se tornaram uma só carne. Por isso, é a pior forma de roubo que existe. Pastores, psicólogos e psiquiatras comprovam que o adultério desfaz os valores emocionais e pessoais que sustentam a sociedade. As lágrimas, dúvidas e noites mal dormidas de pessoas que passaram pela trágica experiência da traição conjugal e os filhos de pais separados devem nos alertar e sensibilizar. O adultério aniquila ainda a boa reputação de uma pessoa (Pv 6.32, 33). Do ponto de vista teológico, sua pior implicação é a condenação da própria alma do adúltero (1 Co 6.9). No Antigo Testamento, o castigo era a morte por apedrejamento; no Novo Testamento, a perda da herança ou participação no reino de Deus (1 Co 6.9). O adultério clama por vingança divina (Jr 5.8, 9).

A vitória sobre o adultério e a restauração da vida pode acontecer mediante a graça perdoadora de Cristo (Lc 7.36ss.). A presença transformadora de Jesus na vida da mulher adúltera lhe dá a possibilidade de não pecar mais (Jo 8.11). Paulo é bastante rígido ao condenar o adultério e advertir quanto à sua trágica implicação — não herdar o reino de Deus (1 Co 6.9); ao mesmo tempo, porém, escreve claramente: "Tais fostes alguns de vós" (1 Co 6.11a). Isto só pode significar que alguns adúlteros foram restaurados "em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus" (1 Co 6.11b).

- E -
MANCEBIA

A mancebia é um fenômeno bem conhecido, especialmente entre a população de baixa renda. Às vezes é chamado também de "divórcio do homem pobre". O sociólogo Donald Pierson classifica a mancebia como "um sistema de uniões conjugais fora do casamento civil ou religioso, com certo grau de estabilidade".[25] A pessoa não se casa civilmente por motivos financeiros e nem "na igreja católica" por motivos religiosos ou pessoais. A mancebia é mais praticada no sertão do Nordeste.

Certo dia, Jônio, morador do interior de Alagoas, foi falar com o pai de sua namorada, que lhe perguntou: "Vai casar-se na igreja?" A resposta foi um categórico "não". "Vai casar-se no civil, então?" Novamente a resposta foi negativa, e Jônio explicou: "Não tenho propriedade e nem bens, não é preciso casar com o tabelião (civil). Vou fazer como todo mundo faz por aqui, o pessoal da minha condição. A gente fala com o pai, faz uma festinha, uma janta, e depois o noivo leva a noiva para sua casa. Estão casados; nem igreja, nem tabelião".[26]

A mancebia difere um pouco do concubinato, pois este é a convivência livre entre um homem e uma mulher, sem compromisso civil e público e sem o apoio dos pais, enquanto a mancebia geralmente recebe o apoio dos pais. O problema é de caráter teológico e social, pois não se leva a sério a legalização e oficialização do matrimônio. Socialmente, a amancebada não tem a mesma proteção e as mesmas garantias da mulher legalmente casada. A união dos amancebados pode ser dissolvida sem processo jurídico e isso desfavorece a mulher, pois é fácil ela se tornar mero objeto sexual, verdadeira escrava nas mãos de uma sociedade predominantemente machista. Mas a fé cristã liberta a mulher da escravidão social e matrimonial, devolvendo à esposa a dignidade original: ser auxiliadora idônea de seu esposo.

O problema da mancebia na situação atual só pode ser superado através de um amplo processo de conscientização educacional e desburocratização do casamento civil, inclusive no aspecto financeiro, que às vezes não permite que o pobre legalize seu estado civil.

- F -
POLIGAMIA

Poligamia é o estado matrimonial em que o esposo possui mais de uma esposa ao mesmo tempo. No Antigo Testamento, há vários exemplos de homens piedosos que viviam na poligamia (Abraão, Davi, Salomão). Este

relacionamento conjugal acha-se profundamente enraizado na cultura da maioria das tribos africanas, bem como em alguns países asiáticos. Daí surgem duas perguntas que merecem atenção especial: Deus aprova a poligamia como expressão cultural de uma época ou nação? Como se pode introduzir o sistema monogâmico cristão numa cultura onde a poligamia é o costume predominante?

Gênesis 2.21-24 relata a história da criação do homem e da mulher e seu matrimônio monogâmico como expressão clara da vontade de Deus. Todos os descendentes de Adão, de Sete até Noé, bem como os de Sem, até o pai de Abraão, eram monógamos. A poligamia consta pela primeira vez na linhagem de Caim, quando Lameque tomou duas esposas, Ada e Zilá (Gn 4.19). Além desse incidente, apenas a geração imediatamente anterior ao dilúvio teria praticado a poligamia. É importante salientar que Deus destruiu o mundo inteiro no dilúvio exatamente por causa deste espírito autônomo e poligâmico (Gn 6.1-7). Tais evidências históricas dos primeiros milênios comprovam que Deus não concordava com a poligamia. De toda a era patriarcal, que abrange quase mil anos, a Bíblia menciona apenas 4 casos de poligamia: Naor, irmão de Abraão, que tomou uma concubina (Gn 22.24); Abraão, que possuiu temporariamente uma serva egípcia, Hagar, o que lhe causou sérios problemas (Gn 16.1ss.); o profano Esaú, que tomou três mulheres; e Jacó, que foi forçado a se casar com duas irmãs. Novamente percebe-se que a poligamia não era comum. No período do reino dividido encontramos 13 exemplos de poligamia, dos quais 12 envolvem pessoas com poder absoluto (monarcas), que judicialmente não podiam ser indiciadas. Daí deduzimos que a poligamia não era culturalmente aceita em Israel e em Judá, sendo que sua prática isolada por poderosos não altera a preferência pela monogamia revelada por Javé na criação.

Baseados em três passagens principais — Êxodo 21.7-11; Deuteronômio 21.15-17 e 2 Samuel 12.7, 8 — há estudiosos que afirmam que Deus permitiu a poligamia no Antigo Testamento. Êxodo 21.7-11 fala da venda de uma filha para ser escrava. Não se trata, portanto, de regras sistematizadas e refletidas sobre a poligamia. A única coisa que o texto diz é que, se houver um compromisso matrimonial, esta serva não pode ser vendida. O texto omite se ela era uma concubina, segunda ou terceira mulher do patrão. Em outras palavras, não se pode justificar a poligamia com base nesse texto.

A segunda passagem que aparentemente permite a poligamia é Deuteronômio 21.15-17. Esta passagem levanta uma incerteza significativa, de caráter hermenêutico. A premissa principal trata da questão da herança, e não da poligamia; portanto, não se pode derivar uma lei poligâmica a partir de um texto cujo assunto principal é a herança. O simples fato de constar que tal homem possuía duas mulheres não resultaria em um aval para a poligamia.

A terceira passagem que poderia justificar a poligamia é 2 Samuel 12.7, 8, onde consta que Davi recebeu todas as mulheres de seu antecessor Saul. A

frase "dei-te a casa de teu senhor, e as mulheres de teu senhor em teus braços" (v. 8) é uma frase técnica e indica que Davi recebeu tudo de seu antecessor. Sabemos que ele recebeu todo o reino, mas entender que Davi tomou todas as mulheres de Saul como esposas é forçar a interpretação. W. Kaiser Jr. observa que "teus braços" contém a idéia de "teus cuidados".[27]

Concluímos que a poligamia nunca esteve na intenção de Deus e nem representava uma situação prevista na lei mosaica, embora o Antigo Testamento registre alguns exemplos dessa prática. Por outro lado, percebemos a paciência da pedagogia divina ao lidar com homens como Abraão, Jacó e Salomão, que possuíram mais de uma esposa.

A questão que se levanta a seguir é se o missionário ou a igreja devem forçar a monogamia numa sociedade onde o sistema é poligâmico. A situação é muito delicada, porque as pessoas não poderiam ser batizadas, recebidas como membros da igreja nem participar da ceia do Senhor caso vivessem com mais de uma esposa. Pior ainda é afirmar que, ao se converter, o líder de uma família poligâmica deve se desfazer o mais rápido possível de suas mulheres, ficando só com uma. Para evitar essas soluções desastrosas, B. Haering, famoso teólogo moral da Igreja Católica Romana, sugere proceder da seguinte maneira: "A Igreja deve esforçar-se para fazer o ideal normativo da monogamia produzir frutos; contudo, ela deveria igualmente imitar a paciente pedagogia de Deus com Israel. Ela precisa levar em consideração o estreito relacionamento existente entre a estrutura do matrimônio e a totalidade das estruturas de vida. Onde a poligamia era e continua sendo até agora o sistema preferido, a Igreja tem de lutar contra novas formas de poligamia que são socialmente reprovadas e inaceitáveis. Sugiro, entretanto, que as Igrejas admitam ao batismo e à plena participação na vida da Igreja as famílias poligâmicas que se encontrem numa situação de matrimônio deste tipo, legalmente contratado e socialmente aprovado, no momento em que aderem à fé. Não acho que a Igreja devesse permitir que seus membros, que se acham completamente evangelizados e já batizados, ingressassem num casamento poligâmico, embora possa mostrar-se tolerante em casos excepcionais, como no levirato, em que a mulher e o irmão do marido falecido não podem recusá-lo sem ocasionar grave prejuízo às pessoas envolvidas, ou em caso semelhante ao de Abraão, em que um homem se vê pressionado e forçado pelo seu ambiente a tomar uma segunda mulher, por ser a primeira estéril".[28]

A questão da poligamia geralmente se resolve dentro de uma ou duas gerações a partir do momento que sua prática é superada pela fé cristã e sua norma monogâmica. Deve-se enfatizar também que, quando um homem, líder de uma família poligâmica, adere à fé cristã e opta pelo sistema monogâmico, ele não pode simplesmente se desfazer da responsabilidade social de cuidar de suas ex-esposas e de seus filhos. Baseando-se em 1 Timóteo 3.2, 12, a maioria das igrejas evangélicas conservadoras não permite que homens polígamos se tornem diáconos, presbíteros ou bispos. É bom lembrar que Deus criou uma só

esposa para Adão e que a lei mosaica proíbe explicitamente a poligamia (Lv 18.18). Outros argumentos que favorecem a monogamia como sendo o propósito e a norma de Deus para o homem encontram-se na página 149 deste livro.

- G -
DIVÓRCIO

O divórcio é uma experiência amarga e dolorosa, acompanhada de desentendimentos, brigas, choro, falta de aceitação, dúvidas, incertezas e desequilíbrio emocional, ferindo e marcando as pessoas para o resto da vida. A cautelosa observação de indivíduos que passaram pelo vale escuro do divórcio e o aconselhamento pastoral comprovam a complexidade desse problema. Não é um acidente leve e é muito mais do que um incidente meramente jurídico na experiência humana. É fácil cair num farisaísmo ou casuísmo evangélico e condenar unilateralmente o divórcio como antiético ou antibíblico, mas é muito mais difícil ajudar a recuperar a vida emocional de um pessoa divorciada. A ética cristã deve aprender a diferenciar entre um ato errado e a pessoa que passa pelo erro mas continua sendo objeto do amor e da misericórdia divina.

Em nenhuma passagem do Antigo Testamento Javé aprova o divórcio ou concorda com ele. Pelo contrário, o profeta Malaquias, inspirado por Deus, revelou que o Senhor Deus de Israel odeia o repúdio, ou divórcio (Ml 2.16). Em toda a era patriarcal, as Escrituras não relatam um só incidente em que algum homem tenha repudiado sua mulher.

No Antigo Testamento, o divórcio é uma permissão dada aos homens, e não algo aprovado por Deus. W. Kaiser Jr. demonstra que o divórcio não é um direito intrínseco ou uma prerrogativa com aprovação e legitimação divina.[29] A tolerância de uma situação não significa sua aprovação automática. Todos os pais sabem que, pedagogicamente, pode-se permitir e tolerar algumas coisas que, em si, são más e erradas, e os filhos sabem que nem todos os atos errados que cometem podem ser punidos imediatamente.

A passagem clássica onde se encontra a permissão para a dissolução do casamento é Deuteronômio 24.1-4, onde Moisés prevê a carta de divórcio no caso de a esposa não ser agradável aos olhos do marido, "por ter ele achado cousa indecente nela". Essa não era uma permissão generalizada, mas sim específica, aplicável apenas no caso da infidelidade feminina.

As seguintes passagens regulamentam a prática do divórcio para a antiga aliança: Levítico 21.7, 14; 22.13; Números 30.9; Deuteronômio 22.19, 29; Isaías 50.1; Jeremias 3.1; Ezequiel 44.22. Essas referências enfatizam que o sacerdote não podia casar-se com uma mulher repudiada, porque isto era considerado uma profanação da santidade de Deus. Por outro lado, a repudiada podia fazer votos e participar de atos religiosos, o que significa que ela continuava sendo

uma pessoa digna dentro da sociedade judaica. Revela-se aqui uma verdadeira dialética: rejeição do divórcio em si, mas aceitação da pessoa divorciada. A palavra de clemência de Deus permanece, apesar da infidelidade do povo. Por isso o profeta Jeremias esclareceu: "Se um homem repudiar sua mulher, e ela o deixar e tomar outro marido, porventura aquele tornará a ela? Não se poluiria com isso de todo aquela terra? Ora, tu te prostituíste com muitos amantes; mas ainda assim, torna para mim, diz o Senhor" (Jr 3.1).

Ao dialogar com os fariseus, Jesus volta para o início da história humana e reafirma a ordem da criação, isto é, a indissolubilidade do matrimônio (Mt 19.3ss.; Mc 10.2-12; Lc 16.18; Mt 5.31, 32). Interrogado quanto à permissão para o divórcio conferida por Moisés, Jesus deixa transparecer que isso era resultado da dureza do coração humano, mas que não fora assim no início (Mt 19.8). Portanto, Cristo diz claramente que a carta de divórcio não expressa a vontade suprema do Criador. O princípio da criação, não a situação criada por Moisés, é o ideal normativo. No ensino de Jesus, contrair novas núpcias após o divórcio constitui adultério (Mc 10.1ss.; Mt 5.32; 19.1ss.; Lc 16.18). Outra cláusula entra em vigor a partir de Jesus: a fidelidade conjugal não é mais unilateral, só da mulher, como no Antigo Testamento (Dt 24.1ss.), mas vale também para o homem (Mc 10.11, 12).

Os seguintes acréscimos ainda precisam ser esclarecidos: "... a não ser por motivo de fornicação" (Mt 5.32) e "... exceto por motivo de fornicação" (Mt 19.9), o que é material peculiar de Mateus. Esses acréscimos evitam o legalismo desumano e provavelmente indicam uma permissão especial para o divórcio em caso de infidelidade notória, mas não fazem concessão para um novo casamento. Referem-se à questão do divórcio, e não à questão do novo casamento após o divórcio.

Outra permissão especial para o divórcio, e não para o novo casamento, é a situação descrita por Paulo em 1 Coríntios 7.15, na qual a parte descrente deseja romper os laços matrimoniais com o cônjuge cristão. Neste caso, Paulo apela para a paz e prefere o divórcio a uma vida de escravidão. Todavia, o apóstolo salienta que a iniciativa da separação não deve partir da mulher cristã (1 Co 7.13). Com isso, o ideal do matrimônio indissolúvel é mantido, mas não sua escravidão desumana. Em outras palavras, se o esposo incrédulo e infiel atormenta constantemente a vida de sua mulher e realmente deseja o divórcio, ela pode aceitar a separação, mas sem contrair novas núpcias enquanto seu esposo viver.

Concluímos que a responsabilidade das igrejas cristãs é manter vivo o ideal do matrimônio, salientando a fidelidade conjugal e a indissolubilidade do casamento como diretriz clara do Criador para o homem. A pregação e o aconselhamento pastoral devem fortalecer o matrimônio existente, buscar o entendimento, o diálogo e o perdão conjugal. Mas não podemos esperar que o estado secular moderno chegue a conclusões muito diferentes da legislação mosaica, por causa da dureza dos corações.

No que diz respeito ao zelo cristão pelos divorciados, é importante manter o espírito misericordioso de Jesus: "Sede misericordiosos, como também é misericordioso vosso Pai" (Lc 6.36), sem negligenciar o apelo ao arrependimento e sem sacrificar o ideal do Criador: "... o que Deus ajuntou não o separe o homem" (Mt 19.6; Mc 10.9).

- H -
O NOVO CASAMENTO DEPOIS DO DIVÓRCIO

"... até que a morte vos separe" — esta tão conhecida frase das cerimônias matrimoniais enfatiza o caráter indissolúvel do casamento. Alguns pastores já sugerem fórmulas mais brandas, porque um número cada vez maior de casamentos termina num doloroso processo de divórcio. Com sua legalização no Brasil, o número de pessoas divorciadas tem aumentado progressivamente, e esse crescimento preocupante não pára diante das igrejas evangélicas. Como devemos lidar com tal problema na ética cristã?

As seguintes teses ajudam-nos a chegar a um posicionamento que não sacrifica a indissolubilidade matrimonial, a suprema norma divina e o ideal para o homem, mas que ao mesmo tempo leva a sério o zelo pastoral pelos divorciados que contraíram ou desejam contrair novas núpcias.

O novo casamento depois da separação é um fenômeno existente em todos os tempos e em quase todas as culturas. Não ficam esclarecidas duas perguntas: o novo casamento depois de uma separação é válido também diante de Deus? É possível impetrar a bênção matrimonial quando um dos cônjuges contrai novas núpcias enquanto o outro ainda está vivo? A história eclesiástica não nos fornece uma resposta unânime, embora haja uma tendência evidente. A maioria dos pais antigos não considerava matrimônio a convivência de divorciados, mas a tolerava, para evitar coisas piores. Essa tem sido a opinião predominante em toda a cristandade até hoje.

Em sua pregação, Jesus rejeita categoricamente o novo casamento de divorciados. Pelo contrário, Ele salienta de forma lapidária a indissolubilidade do matrimônio como sendo a vontade do Criador. A pergunta dos fariseus recebe uma resposta categórica: "Quem repudiar sua mulher e casar com outra, comete adultério; e aquele que casa com a mulher repudiada pelo marido, também comete adultério" (Lc 16.18).

O conselho pastoral de Paulo também sustenta a indissolubilidade do casamento, a busca do entendimento e o perdão. Dos divorciados, o apóstolo espera a solidão: "Ora, aos casados, ordeno, não eu mas o Senhor, que a mulher não se separe do marido (se, porém, ela vier a separar-se, que não se case, ou que se reconcilie com seu marido); e que o marido não se aparte de sua mulher" (1 Co 7.10, 11).

A primeira tarefa pastoral, então, é tentar o diálogo, o entendimento, e

buscar o perdão e a reconciliação entre os cônjuges. Este é o caminho cristão e a solução proposta pelos líderes da Reforma. É nesse sentido que Paulo também sugeriu aos fiéis: "Irai-vos, e não pequeis; não se ponha o sol sobre a vossa ira" (Ef 4.26). Muitos casamentos poderiam ser salvos se esta recomendação fosse observada e praticada. Infelizmente, existem pessoas que já não vêem uma possibilidade real de perdão e reconciliação, ou simplesmente preferem permanecer no erro e têm a coragem de exigir o divórcio. Nesse caso, o casal pode se separar, mas o cristão deve permanecer só, porque é melhor viver só do que na servidão (1 Co 7.11, 15).

O novo casamento torna-se uma realidade social a partir do momento em que um país permite a legalização do divórcio: "No momento em que se reconhece a possibilidade de divórcio, a questão do novo casamento das pessoas divorciadas põe-se em evidência quase que imediatamente. As pessoas divorciadas querem se casar de novo por muitas das mesmas razões válidas para aqueles que nunca se casaram e desejam fazê-lo pela primeira vez. Contudo, em vista do conceito cristão do casamento como união vitalícia, estão livres os que conseguiram divórcio civil para contrair novo casamento, e devem tais casamentos merecer a bênção da Igreja?".[30]

No diálogo com os fariseus, Jesus mostra que a permissão para o divórcio dada por Moisés não é uma ordem do Criador. Moisés permitiu a carta de divórcio por causa da dureza dos corações (Mt 19.8). Trata-se, portanto, de uma ordem emergencial, e Jesus a contradiz publicamente. Sua intenção era convidar as pessoas a voltarem à ordem do Criador, e seu ensino era um apelo ao arrependimento. Para Jesus, o matrimônio era indissolúvel e a base dessa indissolubilidade era a vontade expressa do Criador.

Como, então, lidar com o matrimônio que é destruído por causa da infidelidade de uma das partes? Será possível um recomeço, um segundo matrimônio depois do fracasso do primeiro? Ao pronunciar Seu "não" para o divórcio, Jesus formula também uma exceção: a infidelidade conjugal (Mt 5.32; 19.9). Mas Ele não permite o novo casamento. Caso contrário, os outros evangelhos sinóticos não teriam formulado o seguinte: "Quem repudiar sua mulher e casar com outra, comete adultério; e aquele que casa com a mulher repudiada pelo marido, também comete adultério" (Lc 16.18; Mc 10.11, 12).

Esta interpretação tradicional não resolve todas as questões práticas e pastorais que surgem na vida de pessoas divorciadas. Levantam-se perguntas como: esse posicionamento puramente dogmático indica que pessoas divorciadas não têm mais acesso à comunhão na igreja? A mulher jovem deve viver em prostituição, fornicação ou concubinato só para evitar um segundo matrimônio? O pai de família que perdeu a esposa por causa da infidelidade não pode providenciar outra mãe para os filhos pequenos? Surgem também considerações teológicas como: não é possível limpar o passado de divorciados? O perdão cristão vale só para os não divorciados que acertaram no primeiro casamento?

Entre os evangélicos, existem três linhas de pensamento quanto ao modo de se lidar com este profundo problema pastoral e ético:

a. A escola ultraconservadora: para os adeptos desta linha de pensamento, o novo casamento de divorciados é a perpetuação constitucional do adultério e não pode ser considerado sob hipótese alguma. O matrimônio é indissolúvel. Quem passar pela dolorosa experiência do divórcio deve ficar só para o resto da vida, a não ser que se concretize o milagre da reconciliação.

O resultado deste posicionamento radical é que o divorciado é deixado só, vive sob constante suspeita de adultério, fica marcado para o resto da vida e não recebe um aconselhamento pastoral adequado para cada situação. Percebe-se que a tendência legalista é enorme.

O ensino moral ultraconservador da Igreja Católica Romana contribuiu muito para que a legalização do divórcio só chegasse aos países latino-americanos na década de 70.

b. A escola liberal: esta escola age de maneira generosa e corre o risco de baratear a graça preciosa. Seus representantes alegam que, em Cristo, sempre é tempo de limpar o passado e recomeçar. Usam o exemplo da mulher adúltera que, na presença de Cristo, encontrou perdão e um novo recomeço nas palavras "vai, e não peques mais" (Jo 8.11). O perdão de Cristo é para todos os pecados e vale também para o pecado do novo casamento. Sempre deve existir uma segunda chance. Isso explica por que alguns pastores e até certas denominações permitem um novo casamento cristão na igreja, com todos os requisitos normais de um casamento, inclusive a bênção matrimonial. Esta linha de pensamento cria uma série de novos problemas: sacrifica a indissolubilidade do casamento; barateia a graça preciosa, pelo fato de se poder obter perdão para pecados futuros; contradiz o ensino explícito de Jesus (Lc 16.8; Mc 10.11, 12); favorece a queda moral dentro da igreja; e ridiculariza a bênção matrimonial.

c. A escola moderada: conforme este raciocínio, o novo casamento é sempre errado e a indissolubilidade matrimonial deve ser mantida. Mas se a pessoa confessar seus pecados, Cristo oferece o perdão e dá uma chance real para um recomeço sob Seu senhorio. Portanto, tolera-se o novo casamento como ordem emergencial, mas não se permite uma nova bênção matrimonial. O casal recebe aconselhamento pastoral, onde se enfatizam a norma cristã e o desejo do Criador. Depois da confissão do erro, o casal é aceito como membro da igreja e tem acesso ao batismo e à ceia. Para não contradizer 1 Timóteo 3.2, 12, o divorciado que contrai novas núpcias não é admitido no quadro de ministros, obreiros ou diáconos. Este posicionamento não sacrifica a indissolubilidade do casamento nem barateia a graça preciosa, mas enfatiza a importância do zelo e do amor pastoral pelos divorciados.

À título de exemplo de prática eclesiástica nesta questão polêmica, vejamos o posicionamento da Igreja Cristã Evangélica do Brasil:

1) A igreja não deve negar os privilégios do batismo e da ceia do Senhor às pessoas que vierem a aceitar a Cristo na situação de divorciados.
2) A igreja deve estudar cada caso em particular, no espírito de integrar o divorciado no corpo de Cristo.
3) Outros motivos que não a infidelidade conjugal devem ser desaconselhados pela igreja como justificativa para o divórcio.
4) No que se refere ao prazo para o novo casamento, a lei do país deve ser respeitada na íntegra.
5) À luz de 1 Timóteo 3 e Tito 1.5 — textos que estabelecem padrões para liderança espiritual da igreja — deve-se evitar que homens divorciados ocupem o presbiterato e diaconato.
6) À luz dos mesmos textos do item 5 mais 2 Coríntios 6.1-7 e 1 Tm 4.12, a ICEB não deve admitir em seu quadro de obreiros — ministros e pastores — homens divorciados que contraírem segundas núpcias.[31]

- I -
O HOMOSSEXUALISMO

O homossexualismo é uma das perversões mais chocantes apresentadas pela Bíblia. O apóstolo Paulo condena o homossexualismo com palavras duras: "Por isso Deus entregou tais homens à imundícia, pelas concupiscências de seus próprios corações, para desonrarem os seus corpos entre si; pois eles mudaram a verdade de Deus em mentira, adorando e servindo a criatura, em lugar do Criador, o qual é bendito eternamente. Amém. Por causa disso os entregou Deus a paixões infames; porque até as suas mulheres mudaram o modo natural de suas relações íntimas, por outro contrário à natureza; semelhantemente, os homens também, deixando o contacto natural da mulher, se inflamaram mutuamente em sua sensualidade, cometendo torpeza, homens com homens, e recebendo em si mesmos a merecida punição do seu erro" (Rm 1.24-27).

A discussão em torno do homossexualismo tornou-se mais fervorosa devido ao surgimento da AIDS, e a polêmica é tão grande que muitas vezes os problemas reais são esquecidos. Sempre é mais fácil, e até mais cômodo, criticar e condenar do que realmente ajudar. Antes de julgarmos a questão do homossexual, precisamos definir a terminologia e a problemática, além de seu desafio. Depois convém analisar o ensino bíblico, antes de se estudar as conseqüências práticas para as igrejas evangélicas de hoje.

Homossexual é a pessoa que mantém ou deseja relações sexuais com pessoas do mesmo sexo. O homossexualismo é a relação sexual de pessoas do mesmo sexo ou a tendência para sua prática. O lesbianismo é a manifestação específica do homossexualismo entre mulheres.

A problemática e o desafio do homossexualismo têm origem na disposição sexual distorcida do indivíduo. Do ponto de vista da antropologia bíblica, Deus

criou o ser humano, "homem e mulher os criou" (Gn 1.27). "O homossexualismo falha contra a necessária complementaridade entre o homem e a mulher. O homossexual não aprende a 'linguagem' diferente do outro sexo. Ele tem medo do outro sexo, vê-se privado da capacidade de aceitar e apreciar a diversidade sexual; falta-lhe a confiança que leva a pessoa a acreditar que o outro tem algo a dizer."[32]

Os homossexuais representam diversas classes sociais e profissionais. Alguns deles se organizam em grupos e associações para facilitar os contatos, reivindicar os direitos, trocar informações e obter assistência social para seus membros.

Os argumentos e as reivindicações destas organizações são quase idênticos em todo o mundo. Alega-se que o homem ou a mulher não estão destinados ao heterossexualismo no momento do nascimento. A questão da volúpia e da satisfação sexual em si é mais importante do que sua manifestação cultural. Portanto, não se deve fazer um julgamento moral, considerando como certo ou errado. A exigência heterossexual de uma sociedade discrimina, persegue e marginaliza o homossexualismo. Outro argumento é que o amor sincero, a sexualidade, o apoio moral e o equilíbrio emocional podem encontrar sua satisfação e plenitude cultural também no homossexualismo.

Surgem, então, as exigências homossexuais: o reconhecimento público, social, eclesiástico e jurídico do homossexualismo como manifestação sexual normal, a convivência homossexual descriminalizada, mesmo com menores, e o direito ao casamento civil, à comunhão de bens e à adoção de filhos.

O Senhor Deus disse: "Não é bom que o homem esteja só: far-lhe-ei uma auxiliadora que lhe seja idônea" (Gn 2.18). Deus criou a mulher e a conduziu para Adão. Ao receber sua mulher, Adão reconhece: "Esta, afinal, é osso dos meus ossos e carne da minha carne; chamar-se-á varoa, porquanto do varão foi tomada" (Gn 2.23). O homem e a mulher receberam nomes diferentes porque são desiguais em sua natureza sexual e na tarefa natural, embora tenham sido criados dos mesmos ossos e da mesma carne. União e diversidade fazem parte do homem e da mulher como norma divina.

Lemos em Gênesis 1.27 que Deus criou o homem "à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou". Nesse texto, "homem" é um termo genérico que se refere ao casal, homem e mulher, o qual reflete a imagem de Deus em sua união e diversidade. Deus afirma que essa criação era muito boa (Gn 1.31), porque era a revelação da norma e o reconhecimento divino da união e da diversidade sexual. Adiante lemos: "Por isso deixa o homem pai e mãe, e se une à sua mulher, tornando-se os dois uma só carne" (Gn 2.24). Conclui-se que Deus só aprova a relação sexual entre um homem e sua mulher. Portanto, o heterossexualismo é a norma divina para toda prática e tendência sexual. O heterossexualismo não precisa ser vivido mas, se for, deve ocorrer dentro do matrimônio, pois essa é a única expressão da relação e comunhão sexual prevista pelo Criador.

O que está implícito na história da criação mais tarde torna-se lei. Levítico 18.22 proíbe o homossexualismo: "Com homem não te deitarás, como se fosse mulher: é abominação". A prática homossexual recebe cinco vezes a forte crítica de ser uma abominação (Lv 18.22, 26, 27, 29, 30). Na Bíblia e na cultura hebraicas, o verbo "abominar" tem o sentido de detestar, odiar. O homossexualismo constitui uma ofensa à santidade moral de Deus. Em Levítico 18.24, o Senhor qualifica a prática homossexual como contaminação e, em Levítico 18.26, a proibição homossexual é aplicada tanto ao israelita quanto ao estrangeiro. O castigo previsto era a morte: "Se também um homem se deitar com outro homem, como se fosse mulher, ambos praticaram cousa abominável; serão mortos; o seu sangue cairá sobre eles" (Lv 20.13).

A história de Sodoma e Gomorra nos alerta contra a decadência moral do homossexualismo e suas conseqüências dramáticas para uma população inteira (Gn 19.1ss.; 2 Pe 2.7, 8; Jd 7). Em Juízes 19.22-26, a história do levita e sua concubina mostra para onde a loucura do homossexualismo pode conduzir o homem.

O Novo Testamento já não fala a respeito da morte física como forma de castigo, mas salienta que o homossexual não herdará o reino de Deus (1 Co 6.9, 10; Ap 21.8).

Para Paulo, a prática homossexual é uma imundície, uma concupiscência do coração que desonra o corpo (Rm 1.24); é uma paixão infame que vai contra a natureza (Rm 1.26); é resultado de uma sensualidade exacerbada, uma torpeza (Rm 1.27). Tanto o lesbianismo quanto o homossexualismo masculino devem receber a merecida punição (Rm 1.26, 27).

Em 1 Timóteo 1.9-11, Paulo condena o homossexualismo, juntamente com o assassinato, o roubo e a rebeldia, por ser algo contrário à sã doutrina e ao evangelho da glória de Deus.

Em 1 Coríntios 6.9ss. temos ainda uma referência aos efeminados (grego *malakoi*: "suaves", "sensíveis"), que se entregam para serem abusados homossexualmente, e aos sodomitas (*arsenokoitai*: homens; *arsen*: "masculino"), que se deitam na cama (*koitē*: "cama"). O destino desses homens é descrito com palavras trágicas: eles não herdarão o reino de Deus (1 Co 6.10).

Felizmente, 1 Coríntios 6.10 não é a última palavra do apóstolo quanto à problemática do homossexual. No versículo seguinte, Paulo muda radicalmente seu tom. É surpreendente que possa afirmar: "Tais fostes alguns de vós; mas vós vos lavastes, mas fostes santificados, mas fostes justificados, em o nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito do nosso Deus". Ele se refere diretamente às pessoas mencionadas no versículo anterior, e a dura sentença "não herdarão o reino de Deus" é cancelada por três orações adversativas: "mas vós vos lavastes", "mas fostes santificados" e "mas fostes justificados". Isso significa que a última palavra é de esperança, graça, perdão. Existe uma possibilidade de recomeço. "Tais fostes alguns de vós" indica também que na igreja de Corinto havia homossexuais restaurados e curados. Pode-se concluir que existe uma

esperança de transformação real para o homossexual. A resposta terapêutica não é apenas fazer com que ele se interesse por alguém do sexo oposto ou, então, que se mantenha em castidade para vencer seus hábitos; é também buscar o perdão em Cristo para ser lavado, santificado e justificado. Cristo pode livrar do pecado do homossexualismo (Jo 8.36; 1 Co 6.11; 2 Co 5.17). Esta mensagem e terapia de esperança e transformação precisa ser anunciada e oferecida ao homossexual para que ele possa vencer seu pecado.

De que maneira as igrejas evangélicas lidam com a problemática do homossexualismo? É justo discriminar o homossexual?

Como evangélicos, reconhecemos que a palavra de Deus é a completa revelação da suprema vontade de Deus para nossa vida. Por isso, afirmamos que o homossexualismo é pecado diante de Deus e o homossexual é responsável por seus atos. Ao mesmo tempo, porém, enfatizamos com toda convicção escriturística que este pecado pode ser vencido pela graça divina (1 Co 6.11), pois Cristo padeceu na cruz também pelo pecado do homossexualismo. O evangelho de Jesus Cristo é o poder de Deus que transforma aquele que está em Cristo (2 Co 5.17).

Outra conseqüência prática é que, quando o homossexual confessa suas atitudes pecaminosas diante de Cristo, ele experimenta o poder da ressurreição e renovação do Espírito Santo para romper com a antiga vida, incluindo seus parceiros homossexuais, e viver em santificação para a glória de Cristo (2 Co 5.15). A cura dos sentimentos nem sempre é imediata, mas há transformação através da presença real de Cristo em sua vida.

Quando um homossexual se converte, seus desejos íntimos e fantasias sexuais também precisam ser transformados pela graça divina, e isso exige tempo. Os cristãos precisam aprender a oferecer apoio, e não críticas. As tentações nunca cessarão (Tg 1.13-15) enquanto estivermos nesta vida, mas é possível obter vitória em Cristo. O homossexual precisa de acompanhamento pastoral intensivo.

A comunhão viva entre cristãos é de suma importância para o homossexual. A falta de paciência, compreensão, amor e tato, e o farisaísmo e legalismo evangélicos podem distanciá-lo da igreja local. A igreja também deve ser lugar de correção, mudança, transformação e cura: o homossexual que não quer se sujeitar a Romanos 12.1, 2, rejeitando constantemente a ajuda cristã, deve ser advertido e eventualmente disciplinado. A igreja deve zelar por sua santidade e pela de seus membros, porque somos santuário do Espírito Santo e fomos comprados pelo precioso sangue de Jesus Cristo para glorificar a Deus em nosso corpo (1 Co 6.19, 20). A igreja autêntica não discrimina o homossexual, mas ajuda-o a vencer seus problemas dentro de uma comunhão fraterna e paciente.

- J -
OUTRAS FORMAS DE PERVERSÃO

Os sérios desvios sexuais, como o sadismo, o masoquismo, o fetichismo e a bestialidade, são patologias graves que devem ser tratadas por terapeutas competentes que possuam uma visão global, mas também sagrada, de seus problemas e multiformes implicações. O simples apelo ao arrependimento ou à vontade própria não curam o paciente de sua patologia. "A terapia sexual exige uma visão sagrada, o que implica uma terapia geral que vise a busca de relacionamentos mais sadios, mais impregnados de auto-aceitação e de aceitação dos outros como outros. O mero funcionamento sexual externo sozinho não representa uma sexualidade sadia. As relações sexuais plenamente humanas e saudáveis exigem o crescimento no amor e no respeito, e ainda a capacidade de amar e de ser fiel."[33]

O masoquista só se sente sexualmente compensado e realizado quando sofre dores e crueldades infligidas por outra pessoa, até mesmo uma prostituta paga para tal serviço. Esta relação profundamente perturbada fere a dignidade humana e cria um horror angustiante em qualquer pessoa de bom senso.

O sádico encontra satisfação sexual usando de crueldade para com outros. O parceiro sofre humilhações que podem marcá-lo para o resto da vida. Muitos sádicos usam o estupro para obter a satisfação sexual e alguns chegam ao assassinato, sendo, portanto, socialmente mais perigosos do que o masoquista. Sádicos criminosos não devem ser presos: eles precisam de tratamento em clínicas psiquiátricas.

O fetichista sexual obtém sua satisfação através de um objeto inanimado: uma peça de roupa, cabelos, sapatos *etc.* O problema básico do fetichista sexual é sua introversão e fantasia sexual, uma tendência narcisista e a falta de auto-aceitação, que se torna especialmente visível no travestismo homossexual. Deuteronômio 22.5 condena o travestismo como abominação ao Senhor.

A bestialidade consiste na relação sexual de um homem ou mulher com um animal. Êxodo 22.19 adverte contra esta abominação: "Quem tiver coito com animal, será morto". Levítico 18.23 qualifica essa aberração como contaminação e confusão. Levítico 20.15, 16 exige que a pessoa seja morta juntamente com o animal com que manteve relações sexuais. Deuteronômio 27.21 amaldiçoa a prática da bestialidade e a pessoa que a comete. O problema fundamental é a falta de auto-aceitação. Juntamente com a mulher, o homem reflete a imagem de Deus, devendo encontrar satisfação sexual no matrimônio e não nos animais.

Pessoas com patologias de perversão sexual precisam urgentemente de uma terapia pastoral adequada. Não é papel da igreja local condenar indivíduos com desvios sexuais, o que não significa que essas manifestações anormais

sejam meras doenças. É tarefa da igreja proclamar a vitória de Cristo sobre qualquer forma de perversão, abrir o caminho para oferecer o perdão, possibilitar uma terapia holística que busque estabelecer, de dentro para fora, o padrão moral que agrada ao Senhor e que faz valer o poder do Espírito Santo. Confissão, perdão e comunhão cristã são elementos indispensáveis no tratamento de perversões sexuais. 1 Coríntios 6.9-11 e Romanos 12.1, 2 oferecem uma esperança e uma perspectiva real de transformação também para as perversões sexuais.

Perguntas para estudo

1. Qual o teor e a aplicação do sétimo mandamento?
2. Explique por que a pureza sexual é uma questão que envolve ações, palavras e pensamentos.
3. De que maneira o matrimônio contribui para a pureza moral?
4. Dê uma definição cristã de casamento.
5. Quais são os aspectos indispensáveis para um bom casamento?
6. Por que o casamento é um pacto sagrado?
7. Qual a finalidade do aspecto legal do matrimônio?
8. Como a Bíblia sustenta a natureza pública e social do matrimônio?
9. Explique por que a monogamia é a norma divina e o ideal para o homem.
10. Quais referências neotestamentárias apóiam a idéia de que o matrimônio é para toda a vida?
11. O que significa "os dois se tornarão uma só carne"?
12. Mencione as cinco funções matrimoniais no plano de Deus.
13. Quando se inicia o casamento conforme a praxe judaica?
14. Quando se inicia o casamento na cultura greco-romana?
15. Quais os elementos especificamente cristãos do matrimônio?
16. Quando se inicia o casamento no século XX?
17. Por que os cristãos defendem a vontade nupcial do casal e a legalização e o caráter perpétuo do casamento?
18. Quais são os deveres mútuos no casamento?
19. O que significa submissão mútua no matrimônio?
20. Por que às vezes é tão difícil para o homem amar sua esposa?
21. De que maneira o homem assume o comando da casa?
22. Por que o homem não pode deixar a disciplina e a correção dos filhos somente para a esposa?
23. Quais são as atribuições específicas da mulher no casamento?
24. Dê uma definição de celibato.
25. Quais os dois pontos de vista em torno do celibato?
26. Em que consiste a problemática celibatária?
27. O que é vocação celibatária?
28. Quais são os propósitos específicos do celibato no contexto bíblico?
29. Qual a origem do termo viúvo/a?
30. Explique, em aproximadamente meia página, se é certo um viúvo que já criou 5 filhos do primeiro casamento contrair novas núpcias, tendo mais de 60 anos.

31. Dê alguns conselhos pastorais que podem ajudar a vencer a masturbação.
32. Quais as diferenças fundamentais entre fornicação e prostituição?
33. Como podemos vencer a prostituição generalizada como problemática social de nossa juventude?
34. Defina biblicamente o que é adultério.
35. Quais são as implicações emocionais, sociais e teológicas do adultério?
36. Como é possível um homem casado ou uma mulher comprometida caminharem para o adultério?
37. Até que ponto é possível uma restauração depois do adultério?
38. Por que a mancebia é tão popular no nordeste?
39. Quais as desvantagens da mancebia?
40. Como podemos superar socialmente a mancebia?
41. Defina a poligamia.
42. Por que o estado poligâmico é tão problemático?
43. Explique em aproximadamente uma página como o Antigo Testamento encara a poligamia.
44. Que conselhos práticos você dá ao missionário transcultural que enfrenta o problema da poligamia?
45. Por que o divórcio é uma experiência amarga?
46. Como a ética cristã deve encarar a questão do divórcio sem cair no legalismo ou no liberalismo?
47. Por que a carta de divórcio prevista na legislação mosaica não constitui um direito, mas apenas uma permissão?
48. Como Jesus encara a questão do divórcio?
49. Por que a Bíblia não apóia o novo casamento de divorciados?
50. Qual era o posicionamento dos pais antigos em relação aos divorciados que contraíam novas núpcias?
51. De que maneira o novo casamento depois do divórcio é uma ordem emergencial?
52. Explique se a igreja local pode admitir membros divorciados que contraíram um segundo casamento.
53. Por que é desaconselhável admitir membros divorciados que contraíram um segundo casamento?
54. Qual a diferença entre homossexualismo e lesbianismo?
55. Por que é preciso diferenciar entre tendência homossexual e prática homossexual?
56. Em que consiste a problemática e o desafio homossexuais na sociedade moderna e nas igrejas evangélicas?
57. O homossexualismo é uma doença incurável?
58. Como a Bíblia encara o homossexualismo?
59. Existe esperança cristã para o homossexual?
60. Quais são as conseqüências práticas do homossexualismo para as igrejas evangélicas?
61. Qual a relação entre doença e pecado nas perversões sexuais?
62. O que é masoquismo?
63. Por que o sadismo é mais perigoso do que o masoquismo?
64. Qual o problema do travestismo?
65. Como a Bíblia encara o problema da bestialidade?

66. Quais as respostas bíblicas e terapêuticas para as pessoas com sérios desvios sexuais?
67. O que a psiquiatria tem a ver com o tratamento das patologias sexuais?
68. Como a igreja local deve se posicionar face à problemática das patologias sexuais?

Notas

1. F. Bastos de Ávila, *Introdução à Sociologia*, Rio de Janeiro, 1981[6], p. 220.
2. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 167.
3. M. Lutero, *Catecismo Menor*, p. 1, citado por A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981, p. 363.
4. *Ibid., p. 368.*
5. N. L. Geisler, *Ética Cristã, Alternativas e Questães Contemporâneas*, São Paulo, Vida Nova, 1984, p. 175.
6. *Ibid.*
7. S. Koenig, *Elementos de Sociologia*, Rio de Janeiro, 1985[7], p. 157.
8. N. L. Geisler, *op. cit.*, p. 172.
9. H. Baltensweiler, "Die Ehe im Neuen Testament", ATh ANT 52, 1967, p. 258.
10. G. Delling, "Eheschliesssung", RAC IV, p. 723-724.
11. *Ibid.*, pp. 719-725.
12. M. Kaser, *Das römische Privatrecht I,* 1971[2], pp. 71ss., 311ss.
13. B. Rawson, "Roman Concubinage and Other *de facto* Marriages", TPAPA 104, 1974, p. 279.
14. A. B. Langston, *Notas sobre Ética Prática*, Rio de Janeiro, 1954, p. 118.
15. *Ibid.*, p. 120.
16. N. H. Søe, *Christliche Ethik*, Munique, 1965[3], p. 291.
17. Uma defesa clássica do matrimônio cristão contra a teologia monástica encontra-se no artigo 27 da *Confissão de Augsburgo*, onde F. Melanchthon comenta os votos monásticos (*cf.* A. Schüler, ed., *op. cit.*, pp. 288-300).
18. B. Haering, *Livres e Fiéis em Cristo, Teologia Moral Geral*, vol. II, São Paulo, 1984, p. 543.
19. *Ibid.*
20. *Ibid.*, p. 535.
21. W. C. Kaiser Jr., *Toward Old Testament Ethics*, Grand Rapids, 1983, p. 197.
22. E. C. Gardner, *Fé Bíblica e Ética Social*, Rio de Janeiro, JUERP, 1985, pp. 279-281.
23. *Enciclopédia Brasileira Mérito*, vol. 16, São Paulo, 1962, p. 212.
24. B. Haering, *op. cit.*, p. 534.
25. D. Pierson, "Família e Compadrio numa Comunidade Paulista", *Sociologia*, 10/1954, vol. IV, p. 383.
26. A. M. Araújo, "A Família numa comunidade alagoana", *Sociologia*, 05/1955, vol. XVII, p. 121.
27. W. C. Kaiser Jr., *op. cit.*, p. 188.
28. B. Haering, *op. cit.*, p. 519.
29. W. C. Kaiser Jr., *op. cit.*, p. 200.

30. E. C. Gardner, *op. cit.*, p. 290.

31. Documento aprovado em 15/9/1981 pela Igreja Cristã Evangélica do Brasil (ICEB), em São José dos Campos.

32. B. Haering, *op. cit.*, p. 545.

33. *Ibid.*, vol. III, p. 68.

8

O OITAVO MANDAMENTO OU A PROTEÇÃO DA PROPRIEDADE E DO TRABALHO

"Não furtarás" (Êx 20.15; Lv 19.11; Dt 5.19).

Todo ser humano tem três necessidades básicas, além da alimentação e do sexo: ter prestígio, possuir bens pessoais (roupas, dinheiro, moradia) para desfrutar deles e gozar de seus direitos legais. Estes direitos básicos em si não são maus ou errados, mas tocam um ponto vital de nossa sociedade individualista. Infelizmente, a questão da propriedade e do trabalho conduz indivíduos ao crime, à subversão e ao terrorismo, e leva nações a guerras ofensivas e civis.

As igrejas evangélicas não podem continuar no isolamento quanto a questões cruciais como propriedade, meios de produção e recursos bancários, principalmente num país onde uma pequena minoria controla vastas terras improdutivas e o conflito rural clama por justiça social e pela reforma agrária.

O oitavo mandamento apresenta nossa obrigação moral para com o próximo no tocante ao dinheiro e à propriedade. "Não furtar" significa não possuir coisa alguma que não tenha sido obtida por meios lícitos e honestos. Esse mandamento pressupõe o direito individual de adquirir e administrar propriedades, mas visa evitar a subtração oculta do alheio, contra a vontade de seu dono legítimo. Ou, como ensinou Calvino, evitar "acumular riquezas brutais e espremidas do sangue de outros",[1] "arruinar o próximo em (seus) haveres, para que nos cresça o patrimônio".[2]

Existem muitas modalidades de furto: uso de violência para adquirir bens alheios, fraude comercial, medidas comerciais indevidas, preguiça e falta de diligência no trabalho, exploração de preços e impostos, adulteração de produtos, preços, medidas e regras comerciais, apropriação indevida de comissões e gorjetas, suborno, desvio de verbas públicas, ágio e qualquer forma

de desonestidade pessoal, comercial ou governamental. "Segundo a moralidade hebraica, o roubo abarca também toda sorte de exploração, tanto da parte do rico como do pobre. O atraso propositado do pagamento do trabalhador bem como o uso de medidas viciadas eram considerados como roubo (Lv 19.13; Dt 25.13-16)."[3]

Ninguém nasce criminoso ou ladrão. Portanto, o problema principal da natureza do roubo não está nos atos errados, mas nas atitudes corrompidas que levam ao furto. Furtar não implica apenas na apropriação indevida de bens alheios, mas também na corrupção do coração do furtador. Por isso Jesus Cristo enfatizou que "do coração procedem maus desígnios" (Mt 15.19).

De acordo com Calvino, roubar é privar o próximo daquilo que Deus pretendia conferir; é a apropriação indevida, é o que se recusa ao pobre.[4] Para provar isso, ele cita o roubo do maná, no Antigo Testamento, e 2 Coríntios 8.4, 15.[5] Nesse sentido, os pastores que não pregam corretamente a Palavra de Deus e privam a congregação do bem a que tem direito estão roubando.[6]

I. A versão inibidora e crítica do oitavo mandamento no Antigo Testamento

As três passagens principais da lei mosaica que tratam da apropriação indevida são Êxodo 22.1-15, Levítico 19.35-37 e Deuteronômio 25.13-16. Mas o problema do furto é muito mais abrangente. O Antigo Testamento inclui várias modalidades de furto: o negócio frauduloso (Êx 22.9), o uso de duas medidas, que talvez tenha sido a modalidade mais praticada (Lv 19.35-37; Dt 25.13-16; Pv 11.1; 20.10; Am 8.5), o roubo de animais grandes e pequenos (Êx 22.1) e o arrombamento de casas (Êx 22.2). Diz também que Absalão furtou o coração do povo (2 Sm 15.6).

Os exemplos históricos mais conhecidos em Israel são o roubo dos ídolos domésticos praticado por Raquel (Gn 31.19, 30), a história trágica de Acã (Jz 7.1-26) e a corrupção generalizada nos dias do profeta Oséias (Os 4.1, 2).

Para evitar o furto e proteger o dono legítimo, a lei previa uma restituição que variava conforme o valor comercial do objeto ou animal roubado. Quem roubasse e matasse um boi precisava restituir seu valor cinco vezes; se fosse uma ovelha, deveria pagar quatro vezes (Êx 22.1). Se o animal fosse encontrado vivo, exigia-se apenas o dobro de seu valor, porque ele ainda era comerciável (Êx 22.4). A restituição por valores domésticos (roupas e jóias) equivalia ao total do valor real (Êx 22.3). Se o criminoso não tivesse como pagar a restituição, ele deveria ser "vendido por seu furto" (Êx 22.3). Casos duvidosos eram levados aos juízes (Dt 22.8, 9). Na sexta visão de Zacarias, consta que outra conseqüência do furto é a expulsão (Zc 5.1-4). Infelizmente, não sabemos a que tipo de expulsão o profeta se referia, mas provavelmente era a expulsão da comunhão viva com Javé, que implicava na morte física.

Salomão chamou o roubo de pecado e o ladrão de companheiro da destruição (Pv 28.24). Diz também que o co-participante do roubo "aborrece a

sua própria alma, ouve as maldições, e nada denuncia" (Pv 29.24).

O furto de Acã foi qualificado por Javé como violação da aliança do Senhor (Js 7.15). O rei Salomão escreveu que "balança enganosa é abominação para o Senhor" (Pv 11.1). O profeta Jeremias também qualificou o furto como abominação (Jr 7.9, 10).

II. A versão inibidora e crítica do oitavo mandamento no Novo Testamento

No encontro com o jovem rico, o Senhor Jesus faz valer a exigência moral do oitavo mandamento (Mt 19.18). Mesmo na dispensação da graça, o apóstolo Paulo reafirma a versão inibidora deste mandamento para a igreja de Roma (Rm 13.9c). Outro exemplo de versão inibidora do oitavo mandamento no Novo Testamento é a exortação paulina aos efésios: "Aquele que furtava, não furte mais" (Ef 4.28a). Em sua carta pessoal a Tito (Tt 2.10), Paulo reafirma que o furto é errado. O apóstolo Pedro se preocupava com os cristãos da Ásia para que não sofressem por causa da prática do furto (1 Pe 4.15).

III. A versão positiva e construtiva do oitavo mandamento no Antigo Testamento

O Antigo Testamento contém muitas referências bíblicas que mostram a equivalência positiva do oitavo mandamento. O respeito às propriedades alheias impede a cobiça descontrolada. Por isso a lei de Moisés diz que não se deve mudar os marcos fixados pelos antigos (Dt 19.14).

Outra versão positiva desse mandamento é a *confiança no Senhor*. O homem que confia no Senhor e está convicto da suficiência de Deus não se deixa iludir facilmente pela confiança materialista. Isso não significa que o homem que confia no Senhor não trabalha, não se responsabiliza ou não se esforça para obter o sustento adequado com suas próprias mãos, mas, sim, que sua atitude está cheia de fé na justa provisão de Deus, que de fato faz prosperar quem nEle confia (Pv 28.25).

A *honestidade comercial* evita a apropriação ilegítima de coisas que não nos pertencem (majoração de preços acima do mercado, lucros excessivos, ágio e outras modalidades que prejudicam o consumidor). O peso integral e justo (Dt 25.15) evita o roubo e tem ainda a promessa de prolongar os dias. Comerciantes desonestos correm o risco de abreviar suas vidas, porque podem levar seus fregueses a reações incontroláveis.

A *honestidade do trabalhador* também contribui para diminuir e evitar furtos e roubos. O trabalho honesto nos sustentará e nos fará felizes e realizados: "Do trabalho de tuas mãos comerás, feliz serás, e tudo te irá bem" (Sl 128.2). Por isso, os incentivos econômicos do governo devem fortalecer a produção, gerar empregos e evitar a especulação. Calvino aconselhou os empregados a serem diligentes e dóceis, mostrando obediência a seus patrões.[7]

A *justiça trabalhista*: salários humanos e justos não só reduzem a criminalidade urbana, mas também constituem um incentivo indispensável à produção e prosperidade de uma nação. O trabalhador satisfeito fará muito mais por sua empresa do que o funcionário oprimido. Os salários devem ser pagos em dia, antes do anoitecer (Dt 24.15a). O não-cumprimento dessa medida é pecado (Dt 24.15b) e vai contra a justiça trabalhista.

IV. A formulação construtiva do oitavo mandamento no Novo Testamento

O Novo Testamento reafirma as versões positivas do oitavo mandamento que se encontram no Antigo Testamento. A *confiança na providência* do Senhor é salientada em Mateus 6.33, João 14.13, 14 e Filipenses 4.19. Essa confiança não é passiva: ela se expressa na busca, petição, oração e fé em Cristo.

Em Tito 2.10, a *honestidade comercial* é qualificada como o contrário do furto e uma forma de ornar a doutrina de Deus.

O *trabalho honesto* como substituto positivo do furto é mencionado em Efésios 4.28, e o interesse pela justiça trabalhista é subentendido em Efésios 6.9 e em Colossenses 4.1. A referência mais construtiva da era apostólica é Efésios 4.28: "Aquele que furtava, não furte mais; antes trabalhe, fazendo com as próprias mãos o que é bom, para que tenha com que acudir ao necessitado". Parece que o apóstolo Paulo nos fornece aqui uma verdadeira terapia para recuperar um ladrão. Em vez de exigir sua expulsão ou morte, como no Antigo Testamento, Paulo lhe dá uma segunda chance: o trabalho honesto das próprias mãos para o auto-sustento e para acudir ao necessitado. O trabalho honesto e uma relação concreta com o necessitado formam, então, os dois pilares construtivos que vencem a tentação do furto.

Esses dois princípios — trabalho honesto e assistência ao necessitado — poderiam ser incorporados à tão urgente reforma de nosso sistema presidiário. A prisão em que não há possibilidade de trabalho honesto é antiquada e ineficiente, pois não produz cidadãos conscientes do princípio bíblico "quem não trabalha, também não coma" (2 Ts 3.10), mas somente receptores passivos e aproveitadores.

Calvino acrescenta ainda que todos devem se ajudar fielmente para que cada um possa conservar o que é seu. Temos de pagar de boa fé o que se deve, compartilhar com os necessitados nossa abundância e ajudar na falta de recursos.[8]

V. A atualização do oitavo mandamento

As Escrituras não deixam de lado as questões da propriedade, do trabalho, da justiça social e da economia, pois estão relacionadas com o furto. Tal

interdependência é evidente porque todas essas questões tratam da esfera material de nossa existência. Não pode haver furto onde não há propriedade, não se adquire uma propriedade sem trabalho. A propriedade e o trabalho contribuem para aumentar ou diminuir a justiça social, e tudo isso afeta a economia, atingindo-nos diretamente. Embora as diretrizes e os exemplos bíblicos em torno das questões econômicas tenham se originado numa cultura, época e situação histórica diferentes de nossa realidade, vemos alguns princípios dignos de reflexão ética.

- A -
O CONCEITO DE PROPRIEDADE NO TESTEMUNHO BÍBLICO E HISTÓRICO

Analisaremos a questão da propriedade nos dois Testamentos e na história do cristianismo para obter uma melhor compreensão ética do assunto.

1. No Antigo Testamento

Deus é o Criador e, portanto, o Senhor do universo (Êx 19.5; Dt 10.14; Js 3.11; Sl 50.12; 97.5). A terra e tudo o que ela contém são Sua propriedade (Sl 24.1; Ag 2.8; Lv 25.23). Por isto o rei Davi ora: "Tua, Senhor, é a grandeza, o poder, a honra, a vitória e a majestade; porque teu é tudo quanto há nos céus e na terra; teu, Senhor, é o reino, e tu te exaltaste por chefe sobre todos. Riquezas e glória vêm de ti, tu dominas sobre tudo, na tua mão há força e poder; contigo está o engrandecer e a tudo dar força. Agora, pois, ó nosso Deus, graças te damos, e louvamos o teu glorioso nome. Porque quem sou eu, e quem é o meu povo para que pudéssemos dar voluntariamente estas cousas? Porque tudo vem de ti, e das tuas mãos to damos. Porque somos estranhos diante de ti, e peregrinos como todos os nossos pais; como a sombra são os nossos dias sobre a terra, e não temos permanência" (1 Cr 29.11-15). Daí percebemos que o rei Davi se considerava um simples mordomo, administrador, peregrino na terra que o Senhor providenciou (Sl 39.12; 119.19).

Da mesma forma como Javé providenciou a terra para a humanidade (Sl 115.16), assim também Ele colocou Canaã à disposição de Seu povo, Israel (Gn 13.15, 17; Js 21.43). Adão foi colocado no jardim do Éden para o cultivar e guardar (Gn 2.15); Israel foi colocado na terra da promissão para o mesmo fim. Nesse sentido, Israel tornou-se proprietário legítimo em segundo grau, não como dono absoluto, mas como administrador, mordomo responsável diante de Deus. Na prática, porém, a posse hereditária no Antigo Testamento estava tão ligada à família que era necessário redistribuir a terra a cada 50 anos (no ano de jubileu — Lv 25.8-34), para que tornasse "cada um à sua possessão" (Lv 25.13). Essa redistribuição da terra permitia uma reforma agrária justa e adequada, e

lembrava ao judeu piedoso que a terra era do Senhor, sendo ele apenas Seu fiel administrador temporário (Lv 25.23).

Na antiga aliança, a propriedade era protegida pelo oitavo e pelo décimo mandamentos, bem como pelos cuidados individuais de cada cidadão (Dt 22.1-4). O ano do jubileu confirma e descreve o direito à propriedade. Toda transferência de propriedade era temporária (Lv 25.23); era possível obter o usufruto de uma terra, mas não se podia adquiri-la legalmente: o preço de venda referia-se somente à sua utilidade econômica até o próximo ano de jubileu (Lv 25.15). Nem mesmo um príncipe tinha o direito de desapropriar o povo (Ez 46.17, 18), pois a desapropriação forçada e irreversível era contra a vontade de Javé (Ez 46.18). Nenhum israelita podia se recusar a vender o terreno a seu dono original (Lv 25.13ss.; Rt 4.3; Jr 32.6ss.). As propriedades urbanas não estavam incluídas nesta regra geral.

No ano da remissão (a cada sete anos), todas as dívidas eram perdoadas (Dt 15.2), para que não houvesse pobres em Israel (Dt 15.4a), e os escravos recebiam sua libertação (Dt 15.12; Êx 21.2; Jr 34.8). O israelita podia vender seus serviços, mas nunca sua própria pessoa. Os juros eram proibidos. Os que possuíam bens eram convidados a repartir com aqueles que não tinham (Dt 15.7ss.; Is 58.1-7). Na época da safra, as laterais do campo eram deixadas para a alimentação dos pobres (Lv 19.9, 10; Dt 24.19ss.; Rt 2.2ss.). Estes recebiam o dízimo da safra a cada três anos e o grão do campo, a cada sete anos. Percebe-se que toda a terra produtiva tinha uma obrigação social a cumprir.

O livro de Provérbios refere-se ao trabalho e às propriedades com bastante respeito. A riqueza acompanha o justo (Pv 3.9, 10; 10.22, 23; 22.4), e o caminho para ela é a diligência. A riqueza concede prestígio, honra e poder (Pv 22.7; Jó 29.2ss.), e possibilita amizades (Pv 14.20) e segurança (Pv 10.15; 13.8; *cf.* Mt 16.26). Por outro lado, obriga o dono a sustentar sua família (Pv 19.14; 30.24, 25) e a ajudar o necessitado (Pv 28.27; 31.20). A propriedade moderada é tida como ideal, haja vista que tanto a riqueza como a pobreza levam o homem à profanação (Pv 30.7ss.; 23.4).

O salmista, por outro lado, muitas vezes vê o justo sofrendo, enquanto a riqueza fica nas mãos do iníquo (Sl 37; 49; 73). O profeta Isaías parece igualar o justo e o iníquo (Is 53.9).

Os profetas falaram duramente contra o espírito materialista e egoísta das riquezas, especialmente quando se acumulavam bens fundiários (1 Rs 21; Is 5.8; Mq 2.1) e quando havia desapropriações forçadas (Ez 45.9), suborno (Is 1.23; Am 5.12), medidas comerciais injustas (Am 8.5; Os 12.8; Mq 6.11) e "roubos" de dízimo (Ml 3.8ss.).

Percebemos que o Antigo Testamento nunca favorece uma idéia absolutista de propriedade, porque isso negaria a soberania e a justiça de Deus. O israelita considerava-se peregrino e não proprietário eterno, mordomo temporário e não dono. Se estes princípios fossem aplicados ainda hoje, não precisaríamos de uma reforma agrária e não teríamos tanta pobreza e miséria

injusta.

Em síntese, podemos ver que, no Antigo Testamento, a propriedade nunca era absoluta, mas sempre temporária, e que o proprietário era visto como um mordomo (Sl 39.12; Sl 119.19). A propriedade sempre tinha um fim social (Pv 28.27; 31.20) e era devidamente protegida por Deus, através do oitavo e do décimo mandamentos, do ano da remissão (Êx 21.2; Dt 15.2, 4, 12; Jr 34.8) e do ano de jubileu (Lv 25.8-34).

2. No Novo Testamento

O Novo Testamento pressupõe os bens materiais como realidade existencial do homem. Os seguidores de Jesus Cristo possuíam propriedades (Mt 8.14; Lc 8.3), e Jesus usa o conceito de posse, inclusive o de juros bancários, como base de muitas parábolas (Mt 13.24ss.; 13.44, 46; 18.23ss.; 20.15; 21.28; 25.27). Nas parábolas, Jesus também enfatiza a mordomia das propriedades (Lc 16.1-13) e nossa responsabilidade diante de Deus (Mt 18.23; 21.34; 24.45ss.; Lc 16.11ss.).

O mandamento "não furtarás" é encontrado repetidas vezes no Novo Testamento, e sua validade é evidente (Lc 3.13, 14; Mt 15.19; Rm 2.21; 13.9; 1 Co 5.10; Ef 4.28; 1 Pe 4.15; Ap 9.21).

Jesus, apesar de sua erudição (Lc 2.40, 47), era pobre, não pertencendo a uma família de muitas posses (Mt 8.20; 17.27; 22.19; 2 Co 8.9; Fp 2.6, 7). Cristo esperava que seus discípulos renunciassem aos bens materiais (Mt 10.9; Lc 9.3; 10.4; 14.33). Eles também eram pobres (Mt 12.1; 2 Co 6.10), e Jesus os elogiou e considerou bem-aventurados (Lc 6.20). Parece que os apóstolos tinham uma caixa comum (Jo 12.6; 13.29; At 6.6). Jesus exigiu que o jovem rico desse seus bens aos pobres (Mt 19.21), mas não convidou Zaqueu a fazer a mesma coisa (Lc 19.1ss.). Depois de sua decisão por Cristo, Zaqueu resolveu espontaneamente dar a metade de seus bens aos pobres e restituir quatro vezes às pessoas defraudadas (Lc 19.8). Todas essas passagens parecem indicar que o seguidor de Cristo contenta-se com um estilo de vida simples.

Outro aspecto salientado pelo Novo Testamento é que os bens materiais não devem dominar a mente do cristão. As riquezas podem possuir o homem, tornando-se um ídolo (Ef 5.5; Mt 6.24), por causa da ansiedade material do coração humano (Mt 6.25ss.), do desejo de enriquecer (1 Tm 6.9) ou ainda devido ao sentimento de falsa segurança proporcionado pelos bens (Lc 12.15ss.). As riquezas põem em risco a vida humana (Mt 13.22); assim, em vez de buscarmos os bens materiais na terra, somos convidados a colocar todo nosso tesouro nos céus (Mt 6.19ss., Lc 12.33). Avareza e ciúme são sinônimos de roubo (Mt 23.24; Mc 7.22; Lc 12.15; 1 Co 5.10; 6.10; Cl 3.5; 1 Tm 6.10; Hb 13.5). O cristão mantém a posição moral, independentemente de seus bens materiais (1 Co 7.30; Fp 4.12) e dá-se por satisfeito em qualquer circunstância econômica (Fp 4.11; 1 Tm 6.6ss.). Ele trabalha para se manter e ter o suficiente

para ajudar ao necessitado (Ef 4.28; 1 Ts 4.11, 12; 2 Ts 3.11ss.; 1 Tm 6.18).

A igreja de Jerusalém é um exemplo radical de desapego à propriedade: eles tinham tudo em comum (At 2.44; 4.32). Essa comunhão de bens não foi institucionalizada e, portanto, não se tratava de um socialismo primitivo; antes, era uma regra voluntária, que visava o bem-estar dos membros da igreja. Considerando-se que, mais tarde, Paulo pediu ofertas das igrejas da Grécia e da Ásia Menor para ajudar Jerusalém (2 Co 8.9, 13-15; 9.7), fica a pergunta: esse exemplo deve ser copiado ou é uma advertência para que não seja repetido? O que se percebe claramente na igreja de Jerusalém é o fato de não haver uma dicotomia irreconciliável entre ser cristão e possuir bens materiais. A fé cristã afetou a atitude para com as riquezas (Gl 2.20; 2 Co 5.15). Os cristãos não se consideravam donos das propriedades, mas seus administradores.

Os bens materiais nunca devem se tornar um fator de discriminação para os fiéis da igreja (Tg 2.1-5). O maior perigo das riquezas está na cobiça: a vontade de possuir cada vez mais. Paulo ensinou que "o amor do dinheiro é raiz de todos os males" (1 Tm 6.10).

Aos ricos, Paulo aconselha: "... não sejam orgulhosos, nem depositem a sua esperança na instabilidade da riqueza, mas em Deus... que pratiquem o bem, sejam ricos de boas obras, generosos em dar e prontos a repartir" (1 Tm 6.17, 18), e João enfatiza em tom bastante enérgico: "Ora, aquele que possuir recursos deste mundo e vir a seu irmão padecer necessidade e fechar-lhe o seu coração, como pode permanecer nele o amor de Deus?" (1 Jo 3.17).

Concluímos, pois, que o Novo Testamento não condena as propriedades, mas apela para um estilo de vida simples, honesto e digno diante de Deus e dos homens. O cristão se considera administrador justo e responsável, e não dono absoluto de seus bens. Ele abre a mão ao necessitado e, se for preciso, está pronto para vender suas posses para o benefício da obra do Senhor.

3. Na história do cristianismo

Os ensinos bíblicos quanto à questão dos bens materiais são repetidos na história da igreja antiga. Em Sua graça, Deus, o Criador, concede bens materiais ao homem. Mas Hermas já advertia que as riquezas impedem a devoção a Deus. Ambrósio e Crisóstomo negam o caráter absoluto da propriedade pessoal como expresso na lei romana, mas enfatizam que Deus concede mordomias a fim de serem administradas para boas obras. Aquele que não partilha sua riqueza com o pobre é considerado ladrão.

Na Idade Média, Tomás de Aquino, seguindo Aristóteles, justifica a propriedade pessoal como manifestação da liberdade individual, mas faz constar também sua função social (sustento pessoal e familiar, e graciosidade para com o necessitado).

Os líderes da Reforma Protestante salientaram a mordomia cristã. Foi Calvino quem mais desenvolveu o conceito de propriedade no século XVI.

Para ele, Deus é o único proprietário,[9] e o homem é o gerente de Deus[10] para o serviço do próximo.[11] Calvino não favoreceu o individualismo nem o comunalismo, mas a idéia bíblica "conforme cada um tinha necessidade".[12]

Por outro lado, sabemos que Melanchthon promoveu a aplicação da lei romana na Alemanha. Em relação aos bens materiais, essa lei é marcada pelo individualismo e pelo liberalismo: "Eu sou o dono absoluto e legítimo de meus bens materiais e ninguém tem o direito de interferir em meus interesses e liberdades pessoais". Aqui encontra-se uma das bases fundamentais para o desenvolvimento posterior do mercantilismo, do capitalismo primitivo e de tantos problemas sociais da modernidade. O filósofo Karl Marx opôs-se fortemente a este conceito de propriedade individual, substituindo-o pelo de propriedade social. Na realidade, o aspecto individual e absoluto de propriedade deu lugar ao domínio do Estado totalitário sobre toda produção e propriedade. Este segundo modelo levou os países socialistas ao fracasso econômico em que ainda se encontram. Antes de Marx, os filósofos sociais cristãos Adam Müller e Franz von Baader já haviam condenado o conceito romano de propriedade; eles apontaram uma terceira alternativa: a mordomia como conceito da criação. Foram as igrejas não-conformistas da Inglaterra e V. A. Huber, na Alemanha, que reintroduziram as sociedades cooperativas.

O conceito bíblico de propriedade — mordomia responsável, função social dos bens terrenos e humanização das condições de trabalho — abre o caminho para uma verdadeira ética social.

- B -
O TRABALHO NO TESTEMUNHO BÍBLICO E NA TEOLOGIA REFORMADA

O trabalho também está ligado à questão da propriedade e ao oitavo mandamento, porque é geralmente através do labor que se criam condições para adquirir terras, imóveis e móveis, e para movimentar uma conta bancária ou caderneta de poupança. "Aquele que furtava, não furte mais; antes trabalhe, fazendo com as próprias mãos o que é bom, para que tenha com que acudir ao necessitado" (Ef 4.28). Vamos então verificar primeiro como o Antigo e o Novo Testamentos encaram o trabalho.

1. No Antigo Testamento

No Antigo Testamento, *o trabalho é um mandato da criação*. "Criou Deus, pois, o homem à sua imagem, à imagem de Deus o criou; homem e mulher os criou. E Deus os abençoou, e lhes disse: Sede fecundos, multiplicai-vos, enchei a terra e sujeitai-a; dominai sobre os peixes do mar, sobre as aves dos céus, e sobre todo animal que rasteja pela terra" (Gn 1.27, 28). Quando Deus criou o

homem, criou também a sociedade, dando ainda algumas diretrizes para o homem viver dignamente: o homem devia criar um sistema de direito e ordem em que a justiça pudesse ser praticada (Dt 16.18-20), e cuidar para que as necessidades fundamentais de cada um fossem supridas e suas relações interpessoais funcionassem harmoniosamente (Gn 29.30; Êx 20.1-7; Dt 15.2-14). "Tomou, pois, o Senhor Deus ao homem e o colocou no jardim do Éden para o cultivar e o guardar" (Gn 2.15). O homem recebeu a ordem de cultivar e guardar a terra. O cuidado e a proteção do meio-ambiente (a preocupação ecológica) fazem parte do mandato da criação. A exploração econômica (cultivar) e a proteção ecológica (guardar) formam dois pilares fundamentais do trabalho humano dentro dos princípios da criação. Note bem: o que foi maldito não é o trabalho em si, mas a terra.

Todos devem trabalhar. "Seis dias trabalharás, mas ao sétimo dia descansarás, quer na aradura quer na sega" (Êx 34.21). Geralmente, usa-se este versículo para provar que o homem precisa descansar um dia por semana. Mas isso também indica que o homem deve trabalhar durante seis dias. Israel interpretou tal passagem como uma diretriz para o trabalho: a negligência e a preguiça não eram bem vistas (Pv 6.6-8); quem não cuidava de seus familiares era isolado da comunidade.

O trabalho traz satisfação. Embora o trabalho humano não esteja isento das conseqüências da queda (Gn 3.17-19), ele também traz satisfação: "Em todo trabalho há proveito (ou lucro)" (Pv 14.23a); e "pelo que vi não haver cousa melhor do que alegrar-se o homem nas suas obras, porque essa é a sua recompensa" (Ec 3.22). Pode-se questionar se esses versículos são aplicáveis numa situação de salários indignos e de opressão contra o trabalhador, mas, no período do Antigo Testamento, o principal trabalho era a lavoura ainda não mecanizada, e a justa distribuição das terras produtivas ajudou a diminuir as discrepâncias sociais em Israel. Tratava-se, portanto, de uma situação ideal. Mas isso não significa que, na intenção de Deus, o trabalho humano não deveria trazer satisfação.

Todo trabalho honesto é louvável. O Antigo Testamento menciona o trabalho remunerado (1 Rs 5.7-18), o trabalho artístico (Êx 36.1, 2), o trabalho comercial e administrativo (Pv 12.27), a atividade agrícola (Êx 22.1ss.), o trabalho espiritual (sacerdotes, levitas, profetas e alunos de profetas) e o trabalho musical (1 Cr 6.31-48; 15.16; 25.16).

2. *No Novo Testamento*

O Novo Testamento não anula, mas alarga os princípios mencionados no Antigo Testamento.

"Se alguém não quer trabalhar, também não coma" (2 Ts 3.10). Dura é a advertência do apóstolo contra aqueles cristãos de Tessalônica que se julgavam vocacionados para uma tarefa mais sublime do que a de sustentar os próprios

familiares. No versículo 14 do mesmo capítulo, Paulo chega a desaconselhar contatos sociais com pessoas que não querem trabalhar. Por outro lado, o apóstolo organiza um programa de assistência social para os cristãos de Jerusalém, que entraram em crise financeira (2 Co 8.1ss.).

Cuide dos familiares. "Ora, se alguém não tem cuidado dos seus e especialmente dos de sua própria casa, tem negado a fé, e é pior do que o descrente" (1 Tm 5.8). De acordo com este versículo, o cuidado pelos familiares prova a sinceridade da fé. Mas é preciso distinguir entre a cobiça e o sustento realmente necessário para a família. O cuidado pelos familiares é uma ordem divina, mas o desejo de possuir cada vez mais, que acaba negligenciando a comunhão viva no lar, é contraproducente e pode causar graves problemas emocionais e sociais.

Faça o trabalho com sinceridade. Em Colossenses 3.22, vemos que Paulo deseja que os escravos obedeçam em tudo a seus senhores segundo a carne, não servindo apenas sob vigilância, visando tão-somente agradar homens, mas com singeleza de coração, temendo ao Senhor. Hoje em dia, é impossível exigir que um empregado preste obediência cega a seu patrão, pois nossa situação industrial é totalmente diferente daquela do primeiro século da era cristã. As circunstâncias mudam, mas o princípio da sinceridade no trabalho é uma virtude que faz uma empresa conquistar seu espaço comercial para o bem-estar do empregador e do empregado.

Seja um empregador justo. Assim como o empregado tem suas responsabilidades específicas, o empregador é convidado a fazer sua parte a fim de que haja eqüidade e justiça para todos. Paulo orienta os chefes e os senhores: "... tratai aos servos com justiça e com eqüidade, certos de que também vós tendes Senhor no céu" (Cl 4.1). A posição de senhor obriga à justiça e eqüidade. O motivo para tal atitude é de caráter escatológico: eles também têm sobre si um Senhor que julgará seus atos no dia final.

O trabalho secular e as tarefas espirituais são conciliáveis. Jesus era carpinteiro e, ao mesmo tempo, rabino e o Filho do Deus altíssimo. Paulo era fabricante de tendas e apóstolo dos gentios. Pedro era pescador e apóstolo dos judeus. Lídia era vendedora de púrpura e testemunha fiel de Cristo. Conclui-se, portanto, que o Novo Testamento não favorece uma dicotomia inconciliável entre o trabalho secular e as tarefas espirituais.

O cristão não é motivado a trabalhar apenas por razões econômicas: em última análise, *tudo o que o cristão faz ele o faz para o Senhor* (Cl 3.23). Eis por que ele deve trabalhar com todo o coração.

3. No pensamento de João Calvino

Em seus sermões e comentários e nas *Institutas*, vemos como Calvino abordou as questões do trabalho. Ele partiu de princípios bíblicos e aplicou-os a seu tempo e contexto em Genebra. Não eram meras formulações idealistas de

um homem religioso desvinculado de sua realidade; antes, eram impulsos vindos de uma mente afinada com Cristo, comprometida com as Sagradas Escrituras e influenciada para a justiça e retidão de Deus. Para o reformador de Genebra, o trabalho humano é uma vocação de Deus. Esta proposição básica leva Calvino a várias conclusões:

a) o trabalho é digno, porque faz parte da providência divina. O trabalho é visto como instrumento da providência divina.[13] Por isso, "a teologia cristã lhe confere a mais eminente dignidade";[14]

b) o trabalho humano é digno porque "é um dom de Deus que ninguém tem o direito de menosprezar".[15] "O privar do trabalho é um flagelo que nenhum homem digno deste nome deve tolerar. A Bíblia condena severamente aquele que, tendo financeiramente o poder de dar trabalho a outrem, dele o priva, quando pode agir de outra maneira";[16]

c) o trabalho é digno porque faz parte da realização plena do homem. O homem não se realiza fora do trabalho (Gn 1.28). "Para ser um homem autêntico, realizado, em plena posse de sua humanidade, deve o ser humano trabalhar na fé e na obediência a Deus. Tal é sua profunda vocação. É a isto que foi ele chamado, desde a origem, segundo nos indica a narrativa da Criação. Se não trabalha, não responde a esta vocação. De princípio, o trabalho era alegre, desprovido de toda fadiga que o marca hoje... Deus designou o homem para, por seu trabalho, dominar sobre toda a terra e sujeitá-la a si";[17]

d) o trabalho é digno porque Cristo é o fim de sua alienação, o libertador da penalidade do trabalho: "... tudo quanto permanece alegre e agradável no trabalho é sinal da graça de Deus que se manifesta em Jesus Cristo. Por Seu sacrifício, o Senhor abole a maldição do pecado. Cristo é o libertador da penalidade do trabalho".[18] Ou, empregando as palavras de Calvino: "... o Senhor, porém, dará descanso a Seus bem-amados, a saber, até onde o que havia sido corrompido por Adão é restaurado pela graça de Cristo; os fiéis sentem a Deus mais generoso para com eles e gozam do dulçor de Sua paterna indulgência";[19]

e) o trabalho é digno por ser uma bênção, "um penhor da graça atual de Cristo" e "um sinal do Reino vindouro. É, então, que o trabalho achará sua verdadeira justificação";[20]

f) a alienação do trabalho é conseqüência da corrupção da humanidade, que privou o trabalho da graça que o acompanhava. A maldição foi associada ao homem por causa da queda de Adão;[21]

g) privar o homem de seu trabalho é uma ofensa a Deus. "Privar alguém de seu trabalho é como se a vida se lhe tirasse."[22] Em seu sermão sobre Deuteronômio 24.1-6, Calvino pregou: "Vemos aqui, no entanto, que Deus atentou para o trabalho; quando falou da vida dos homens, levou em consideração a ordem que estabelecera, isto é, que um homem se dedique ao trabalho de suas mãos; Deus fez a promessa: Abençoarei o labor de tuas mãos quando cumprires com a tua obrigação. Ainda que, pois, recebamos nosso

sustento da mão de Deus, ordenou Ele que trabalhemos. É o trabalho vedado? Eis posta abaixo a vida do homem";[23] e

h) o trabalho digno é uma obra realizada em solidariedade e orientada para o proveito da comunidade inteira (Ef 4.28). Por isso o reformador o considerava como serviço,[24] com finalidade social,[25] sem o direito à exploração do próximo, do fraco, do pobre ou de estrangeiros,[26] e impôs limites contra seu abuso.[27]

4. Na teologia dialética de Emil Brunner

Um dos méritos de Emil Brunner é a redescoberta e redefinição positiva das questões éticas. Algumas preleções apontavam nessa direção: *Von den Ordnungen Gottes* ("Das Ordens de Deus"), 1929; *Das Grundproblem der Ethik* ("O Problema Fundamental da Ética"), 1931; e a obra-prima de Brunner, *Das Gebot und die Ordnungen, Entwurf einer protestantischen-theologischen Ethik* ("O Mandamento e as Ordens, Esboço de uma Ética Protestante, Teológica"), 1932.[28] Brunner divide sua ética em três seções básicas: 1) a questão do bem; 2) o mandamento; e 3) as ordens. Toda reflexão ética de Brunner parte da revelação transcendental de Deus em Seu Filho Jesus Cristo. Mas Brunner não para aí: ele se preocupa em saber como a palavra e a revelação do Deus infinito em Jesus Cristo se encarna no mundo. Por isso, a teologia de Brunner é uma teologia voltada para o mundo.[29] Ele se refere a seis ordens morais que regem o mundo: o indivíduo e a ordem comunitária, a ordem matrimonial e familiar, a ordem do trabalho, a ordem civil, a ordem cultural e a ordem da fé. Para Brunner, essas ordens são comunidades que precisam de estrutura, de regras, a fim de funcionar para o bem dos que nelas participam. Ao desenvolver a ordem do trabalho, Brunner levanta vários aspectos que merecem nossa atenção.

Primeiro, o homem trabalha para sobreviver. Nesse empreendimento ele confirma e experimenta sua humanidade.[30] A concretização do trabalho depende de compra e venda, de comercialização de produtos. Depende, então, de ordem, princípios, disciplina econômica e moral trabalhista para construir uma civilização de confiança e justiça.[31]

Segundo, Deus quer que o homem trabalhe, mesmo que o trabalho seja uma ordem da queda e reflita suas conseqüências trágicas (Gn 1.28; 2.15).[32]

Terceiro, o trabalho é uma ordem da criação. É por isso que Deus garante enormes privilégios ao homem, mas também impõe limites contra sua exploração. Acima da ordem do trabalho está a ordem da criação, a ordem do Criador.[33]

Quarto, o trabalho é voltado para o próximo. A justificativa do trabalho não se encontra apenas na relação do homem com a criação, mas também em sua relação com o próximo. Por isso o trabalho depende de cooperação e comercialização dentro dos princípios da "ordem diaconal", a vocação de Deus para o bem do próximo.[34]

Quinto, o trabalho é limitado pela ordem de descanso. Existem momentos em que precisamos ensinar os homens a observarem o descanso. O repouso nos ensina que o trabalho não é um fim em si, mas serve para a vida, para o bem do próximo. A observância do descanso prova quem é o dono de nossa vida e de nosso trabalho. Embora o mandamento do sábado já não esteja sobre nós, seu princípio de trabalho e descanso é necessário, porque precisamos de tempo para cultuar a Deus e levar uma vida de oração e contemplação, como fala a carta aos hebreus.[35] O mandamento de descanso não significa substituir o dia de trabalho por um dia cheio de atividades religiosas. As brincadeiras fazem parte da dignidade humana. Os jogos com as crianças nos ensinam a relaxar, sorrir e nos alegrar.[36]

Sexto, o lazer faz parte do descanso e das brincadeiras. A atitude ascética deseja condenar e excluir qualquer lazer da vida dos santos,[37] mas o lazer faz parte da vida para a qual Deus nos criou. Por outro lado, com isso nos é dada também uma grande responsabilidade, pois o prazer precisa de moderação para não se transformar em vício.[38]

Sétimo, temos o problema da idolatria do trabalho. Existem circunstâncias temporais quando o homem precisa abrir mão de seus direitos de descanso, lazer. Mas esse pensamento não deve servir de justificativa para se idolatrar o trabalho. O trabalho é limitado pela criação, por Deus e por Seus propósitos neste mundo. A Bíblia não se refere apenas à origem e bênção do trabalho. Com a história de Babel, ela nos mostra para onde o trabalho e a civilização podem nos conduzir.[39]

Oitavo, a degeneração do trabalho e da civilização resultam do fato de o homem não compreender seu real propósito. O trabalho serve para honrar ao Deus que nos criou e para o bem do próximo. A partir do momento em que o homem se desliga da comunhão viva com Deus, ele se torna escravo de seu trabalho, afastando-se da comunidade; com isso, a civilização se abre para a dimensão demoníaca.[40]

Nono, existe a questão da civilização demoníaca. Na história da civilização, isto é, na história técnica e econômica, nunca o homem foi tão escravizado quanto hoje. As circunstâncias econômicas da modernidade fazem surgir tanto alegria e satisfação no trabalho como desemprego, desespero e resignação. No século XIX, ninguém pensava no direito ao trabalho, mas hoje milhões de pessoas gritam: "Queremos trabalhar!".[41] Este grito revela a profundidade da crise moral e a seriedade da problemática do trabalho neste fim de século.

- C -
A RELEVÂNCIA DA JUSTIÇA SOCIAL PARA A ÉTICA CRISTÃ

Na exposição e reflexão ética do oitavo mandamento, não podemos deixar em branco a problemática da justiça social, pois ela está relacionada com o trabalho, o furto, o modelo econômico e a justiça em geral.

1. A justiça social na Bíblia

"A responsabilidade do homem por todas as áreas de sua vida social e pessoal está implícita no monoteísmo da fé hebraico-cristã, como se torna evidente tanto no Antigo como no Novo Testamento. Está ela implícita em todo o relacionamento pactual de Israel com Javé, mas é expressa mais vigorosamente pelos profetas dos séculos oitavo e sexto e seus sucessores. Deus, declaram eles continuamente, é um Deus justo que exige justiça dos homens. Embora seja verdade que há duas palavras diferentes usadas para designar a justiça de Deus (*tsedeq*) e a justiça do homem (*mishpat*), é claro que o padrão pelo qual a justiça humana é julgada se encontra na retidão de Deus."[42]

Na era mosaica, já se percebe o zelo de Javé pela justiça. Moisés recebeu ordens para constituir oficiais em todas as cidades a fim de julgarem o povo com reto juízo, sem torcer a justiça, fazer acepção de pessoas nem tomar suborno, mas seguindo a justiça, e somente a justiça (Dt 16.18-20).

Na literatura poética, encontramos a mesma preocupação com a justiça de Deus: "Ele ama a justiça e o direito" (Sl 33.5), ou "exercitar justiça e juízo é mais aceitável ao Senhor do que sacrifício" (Pv 21.3).

A voz profética se levanta contra o povo de Judá, que promove cultos e solenidades mas deixa de promover a justiça, fazer o bem, repreender o opressor, defender o direito do órfão e pleitear a causa das viúvas (Is 1.14-17).

O profeta Jeremias comparou a prática da justiça com o conhecimento de Deus: "Acaso teu pai não... exercitou o juízo e a justiça?... Julgou a causa do aflito e do necessitado... Porventura não é isso conhecer-me?" (Jr 22.15, 16).

Amós condena o cerimonialismo e as tradições vazias que negligenciam a justiça: "Aborreço, desprezo as vossas festas, e com as vossas assembléias solenes não tenho nenhum prazer. E, ainda que me ofereçais holocaustos e vossas ofertas de manjares, não me agradarei deles, nem atentarei para as ofertas pacíficas de vossos animais cevados. Afasta de mim o estrépito dos teus cânticos; porque não ouvirei as melodias das tuas liras. Antes corra o juízo como as águas, e a justiça como ribeiro perene" (Am 5.21-24).

O profeta Miquéias salienta a mesma verdade: "Ele te declarou, ó homem,

o que é bom; e que é o que o Senhor pede de ti, senão que pratiques a justiça e ames a misericórdia, e andes humildemente com o teu Deus?" (Mq 6.8).

O ensino de Jesus evidencia Seu profundo amor por todos os seres humanos, inclusive os marginalizados (samaritanos, pecadores, publicanos). Jesus encarna a justiça de Deus (1 Co 1.30). "Está implícita, no mandamento de amor ao próximo, a exigência de que todas as ações que indiretamente atingem o próximo mediante os padrões da vida social, bem como diretamente através das relações interpessoais, sejam orientadas no sentido do serviço ao próximo sob o domínio de Deus."[43]

Finalmente, lembramos que Jesus ensinou Seus discípulos a orar: "... venha o teu reino, faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu" (Mt 6.10). Quando o reino de Deus vier, não virá Sua justiça plena? Quando Sua vontade se concretizar aqui na terra, não será uma vontade plenamente justa?

Nestes exemplos vimos que "o fundamento para a preocupação com a justiça social não só é firmemente lançado nesta afirmação do monoteísmo radical da Bíblia, mas também o conteúdo dessa justiça resulta da compreensão bíblica da retidão de Deus... A justiça humana deve ser modelada segundo a retidão ou justiça de Deus, e não segundo esta ou aquela noção racionalista de justiça concebida em termos de igualdade ou de recompensas ou castigos merecidos".[44]

Mais uma vez, fica claro que a base para qualquer reflexão ética é o conhecimento de Deus. Na medida em que conhecemos a Deus, sabemos distinguir entre o certo e o errado, entre aquilo que é justo e injusto. O conhecimento da natureza divina vem primeiro, depois vêm as ações certas. A base da justiça social é a retidão de Deus, que é justo por natureza e em essência e deseja que o homem também exerça esta justiça.

2. Razões para o envolvimento cristão nas questões da justiça social

Em sua famosa palestra perante a comissão de teologia da World Evangelical Fellowship (WEF), na Universidade de Cambridge, Russell Shedd apontou duas razões bíblicas para o envolvimento do cristão nas questões de justiça social: "... na origem e destino potencial do homem, assim como no amor universal de Deus pelo mundo".[45] De fato, tanto na criação como na obra de salvação, vemos que a *imago dei* é o alvo de Deus para a humanidade. Na criação, o Deus justo formou o homem à Sua imagem. Mas essa imagem foi distorcida pela queda. Na salvação, nasce o novo homem criado em Cristo, e os primeiros traços da imagem de Deus começam a surgir (*cf.* Rm 8.28s. com 2 Cr 3.2, 18)".[46] O sacrifício de Cristo revela a perfeita imagem e justiça de Deus (2 Cr 5.17).

3. O significado da justiça social na Bíblia

Na Bíblia, a justiça social tem um significado que vai muito além das questões do modelo econômico atual. Ela não se refere à "substituição do capitalismo pelo socialismo estatal, facilitando assim a distribuição equitativa da produção e garantindo uma divisão imparcial das riquezas do mundo a todos os homens 'segundo suas necessidades'".[47]

Segundo as Sagradas Escrituras, Deus é o proprietário, o possuidor, o dono de todas as terras (Sl 24.1; 50.12; Dt 10.14). O homem é apenas mordomo, administrador, peregrino diante do Senhor (Sl 39.12; 119.19; 105.23, Hb 11.9). Essa é a razão pela qual não se podia vender a terra em termos definitivos (Lv 25.23). O apóstolo Pedro reafirma esses fatos quando escreve aos cristãos da Ásia Menor, chamando-os de peregrinos e forasteiros (1 Pe 2.11).

Deus é justo e, portanto, Suas leis não fazem acepção de pessoas: "A legislação divina não permitiria a discriminação racial. Os estrangeiros, as viúvas e os órfãos deveriam ser bem tratados (Dt 10.18ss.; 24.17). Os julgamentos nos tribunais deveriam ocorrer imparcialmente, não levando em conta o status social do acusado (Êx 23.1, 6, 7; Lv 19.15s.) e evitando o suborno das autoridades (Êx 23.8). Por ser injusta, a opressão econômica foi declarada contrária à lei de Deus (Dt 24.17). A usura e os empréstimos deviam beneficiar os necessitados e não o agiota capitalista (Êx 22.25ss.). Os inocentes não deviam sofrer pelos crimes dos culpados (Dt 24.16)".[48]

Nem sempre Israel observava tais leis, e isso levou o povo ao cativeiro babilônico (Jr 34.3-17). Deus levantou Sua voz através de Seus profetas, que criticaram os "impostos opressivos, aluguéis altos, logro dos fregueses mediante o uso de pesos falsos, escravidão dos pobres (*cf.* Is 10.1-4; Am 4.14; 5.10-15; 6.4-7; 8.4-6; 9.8; Sl 94.20-23)".[49]

Jesus ensinou que os cristãos devem retribuir o mal com o bem (Mt 7.12). "Ele não expressou qualquer interesse em comandar um exército para conquistar Roma e estabelecer a justiça no império, nem tentou substituir as autoridades judias. Insistiu porém em que os homens se arrependessem".[50]

O apóstolo Paulo, por sua vez, ensinou que o estado, e não a igreja, tem autorização divina para usar a espada (Rm 13.1-7). Todavia, a igreja busca a realização da justiça em suas próprias fileiras, ajudando as demais igrejas que passam por necessidades (2 Co 9.1-5), zelando pelo bem-estar das viúvas (At 6.1ss.; 1 Tm 5.3-16), compartilhando com os irmãos carentes (Rm 12.13), cumprindo os deveres para com o Estado (Rm 13.7), sendo honesta e íntegra em toda palavra, e constituindo um exemplo na questão da escravatura (Fm 16).

4. Os dois mandatos como partida hermenêutica na questão da justiça social

Encontramos dois mandatos bem distintos na Bíblia: *o mandato do cultivo da terra* (Gn 1.26-30) e *o mandato de missões* (Mt 28.19-20). Os dois foram dados a pessoas diferentes, em épocas e circunstâncias diferentes. O primeiro é abrangente e universal, pois foi dado na criação a todos os homens, independentemente de sua cultura ou religião, sendo de caráter físico-material. O segundo mandato foi apresentado na reconciliação, quando a história humana culminou na morte salvadora de Jesus Cristo na cruz. Ele está relacionado à nova aliança e à nova era que começou com a ressurreição de Cristo. Este mandato é de caráter espiritual — "fazei discípulos" — e não foi dado a todos os homens, mas somente aos que crêem em Cristo.

Daí aprendemos que todos estão sob o primeiro mandato, porque participam dos benefícios desta terra. A igreja, por sua vez, está sob o segundo mandato, que é de ordem espiritual, pois ela não recebeu a primeira ordem. Os membros da igreja estão sob os dois (cultural e espiritual); por isso, cumprem as responsabilidades civis e, ao mesmo tempo, empenham-se em desenvolver o trabalho de missões. O fato de a igreja nunca ter recebido o mandato cultural não significa que ela não tenha nenhuma contribuição cultural a dar, mas que a razão maior de sua existência é de ordem espiritual: "ide... fazei discípulos" (Mt 28.19). Mesmo conhecendo esses dois mandatos, ainda temos um grande problema: saber se é possível conciliar o ministério pastoral com o ofício político. Na tradição calvinista, tarefas espirituais e tarefas seculares não são necessariamente incompatíveis. Todavia, Calvino praticou o ministério pastoral de tempo integral, deixando os aspectos temporais com o conselho secular da cidade. Ele separou a autoridade da palavra e a autoridade da espada; não misturou os dois mandatos.[51]

Hoje, vários pastores exercem um cargo político. Não é nossa tarefa criticar os irmãos que se esforçam para o bem-estar da nação; pelo contrário, deveríamos ser gratos por políticos sérios, honestos, que cumprem sua tarefa com fidelidade. A questão aqui abordada não é saber se é possível um pastor tornar-se político. O problema é mais complexo. Será que um pastor vocacionado que deseja dedicar-se a seu rebanho pode dividir seu tempo com a política? Não seria melhor investir mais na preparação das mensagens, fazer mais visitas, melhorar a escola dominical e tornar a administração da igreja mais eficiente? Ou é aconselhável que um político vocacionado que trabalha em várias comissões no congresso e divide seu tempo entre Brasília e sua cidade natal ainda se ocupe com responsabilidades eclesiásticas que tiram muito de seu valioso tempo? Não seria melhor investir suas horas integralmente na política e fazer um trabalho à altura de seu cargo?

Jesus Cristo não dividiu Seu tempo, tentando ser Messias e político. Ele não misturou o mandato messiânico com o mandato cultural. Mesmo assim,

notamos que Jesus não era apolítico. Sua missão foi julgada do ponto de vista político pelos romanos e pela liderança do Sinédrio; no entanto, Ele não morreu como político fracassado, mas como Salvador do mundo. Paulo, Pedro, João e os demais apóstolos dedicaram-se integralmente à expansão do reino de Deus. Só uma vez Paulo foi forçado pelas circunstâncias a se manter pela profissão secular, mas isso durou pouco tempo (At 18.3). Quando os apóstolos viram que já não tinham tempo suficiente para se dedicar à oração e à pregação (At 6.1ss.), eles convocaram uma eleição de diáconos, os quais assumiram as tarefas secundárias. Os exemplos da igreja antiga confirmam que o pastorado e o episcopado eram de tempo integral.

Resumimos, pois, dizendo que o ideal para o ministério pastoral é o tempo integral. Quem tem vocação política deve cumpri-la com fidelidade, mas o pastor de almas não pode deixar seu rebanho. Vamos valorizar o pastorado de tempo integral e não nos esquecer das palavras paulinas: "Se alguém aspira ao episcopado, excelente obra almeja" (1 Tm 3.1).

- D -
AS QUESTÕES ECONÔMICAS E A FÉ CRISTÃ NO FIM DO SÉCULO XX

As questões econômicas na virada de nosso século caracterizam-se por esperança e desespero: *esperança* ao se presenciar a queda das ditaduras socialistas no leste europeu, as reformas políticas e econômicas na ex-União Soviética, o fim da guerra fria e da crise no Golfo Pérsico e a possibilidade de surgir uma nova ordem internacional; e *desespero* ao se perceber a enorme dívida externa e interna dos países do Terceiro Mundo, acompanhada de recessão, desemprego em massa e frustração generalizada.

Não é possível avaliar todas as questões econômicas contemporâneas, porque os modelos clássicos de economia já não funcionam como há alguns anos. A interdependência econômica mundial, as profundas mudanças que ocorrem no leste europeu, o desenvolvimento dos tigres asiáticos liderado pelo Japão, a crise energética e ecológica, a dívida impagável dos países do terceiro mundo, o protecionismo e o crescimento da pobreza fazem com que as autoridades tenham cada vez menos opções viáveis para superar os problemas econômicos.

Todavia, não faltam propostas messiânicas e idealistas para vencer o imobilismo econômico, o *status quo*. As igrejas tentaram analisar e resolver essas questões contemporâneas de diferentes maneiras. Os católicos romanos tiveram o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín, que abriram o caminho para o surgimento da chamada "teologia da libertação". Os evangélicos, por sua vez, dividiram-se, em três grupos: os fundamentalistas radicais de direita, organizados no Conselho Internacional de Igrejas Cristãs,

cujo representante brasileiro é o Rev. William R. Le Roy;[52] os liberacionistas, "com seu unilateralismo horizontalista",[53] organizados no Conselho Mundial de Igrejas, entre quais figuram R. Alves, E. Castro e José Miguez Bonino; e finalmente os evangélicos organizados em torno da Aliança Evangélica Mundial, que produziu o Pacto de Lausanne em 1974 e o Manifesto de Manila em 1989, cujos representantes latino-americanos são Escobar, Padilla, Cavalcanti e Steuernagel.

Infelizmente, nenhum desses três movimentos foi capaz de dar respostas bíblicas e proféticas objetivas e viáveis para o continente latino-americano. Os católicos romanos e os evangélicos do Conselho Mundial de Igrejas venderam suas proposições à teologia da libertação, que, na realidade, nada mais é do que uma sociologia da libertação com alguns ingredientes cristãos. Os integrantes do Conselho Internacional de Igrejas Cristãs conseguiram apenas condenar a teologia da libertação em sua declaração de 22 de junho de 1979,[54] mas não deram respostas para a opressão e a injustiça que nos rodeiam. Quem mais avançou nas questões econômicas foi o movimento de Lausanne, principalmente com o artigo 5, mas este também não foi capaz de dar uma resposta para a complexidade econômica latino-americana.[55]

O documento mais expressivo que tenta responder às questões econômicas contemporâneas é a *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia*. Esta declaração é o resultado de três anos de estudos, análises e debates de teólogos, especialistas em ética e economistas de todos os continentes. Seu propósito era fazer uma análise econômica cuidadosa, permanecendo, ao mesmo tempo, fiéis às Escrituras. O trabalho está dividido em quatro rubricas principais: mordomia e criação; trabalho e lazer; pobreza e justiça; e liberdade, governo e economia. Cada uma dessas áreas está desenvolvida de forma objetiva, levando em conta as questões contemporâneas pertinentes sem nenhum compromisso com alguma ideologia, mas procurando permanecer fiel às Sagradas Escrituras, ao senhorio de Jesus Cristo e à fé cristã.

Apresentamos a *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia* com a intenção de que seu conteúdo nos torne sensíveis à complexa problemática econômica em que a humanidade se encontra na virada deste século e nos dê uma resposta evangélica realmente viável, prática, social, comprometida com o senhorio de Jesus Cristo e livre de qualquer ideologia materialista. O que se propõe não é um novo modelo econômico ou uma nova filosofia material, uma mudança de fora para dentro, mas uma conscientização verdadeiramente cristã que resulte numa transformação social de dentro da fora, estimule mudanças institucionais e estruturais que valorizem o homem criado à imagem de Deus e faça com que cada cristão seja um mordomo fiel dentro de sua esfera de ação.

DECLARAÇÃO DE OXFORD SOBRE FÉ CRISTÃ E ECONOMIA[56]

Preâmbulo

Esta *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia*, de janeiro de 1990, vai a público subscrita, em conjunto, por mais de cem teólogos e economistas, eticistas e profissionais da área de desenvolvimento, líderes eclesiásticos e gerentes empresariais, todos oriundos de diversas partes do mundo. Vivemos numa diversidade de culturas e subculturas, estamos enraizados em diferentes tradições do pensamento econômico e teológico e, por isso, temos idéias diversas sobre como a fé cristã e a realidade econômica deveriam se sobrepor uma à outra. Achamos enriquecedora essa diversidade, mesmo quando se torna impossível chegar a um consenso. Ao mesmo tempo, alegramo-nos com a extensão da unanimidade acerca da complexa economia de hoje, unanimidade que nossa comum profissão de fé no Senhor Jesus Cristo possibilitou.

Afirmamos que, por Sua vida e morte, ressurreição e ascensão à glória, Cristo nos tornou um só povo (Gl 3.28). Embora vivendo em diferentes culturas, reconhecemos, unanimemente, que há um só corpo e um só Espírito, assim como somos chamados a uma só esperança, um só Senhor, uma só fé, um só batismo e um só Deus e Pai de todos nós (Ef 4.4).

Reconhecemos que a busca cristã da verdade é um esforço tanto comunal como individual. Como parte do único povo em Cristo, cada um de nós quer compreender Sua relevância para as grandes questões que a humanidade hoje enfrenta, juntamente "com todos os santos" (Ef 3.18). Todas nossas concepções individuais precisam ser corrigidas pelas perspectivas da comunidade cristã como um todo e dos cristãos, individualmente, ao longo dos séculos.

Afirmamos que a Escritura, Palavra do Deus vivo e verdadeiro, é nossa autoridade suprema em todas as questões de fé e conduta. Por isso nossa volta a ela como nosso guia seguro na reflexão em torno de questões envolvendo a vida econômica, social e política. Como economistas e teólogos, desejamos submeter tanto a teoria como a prática ao tribunal da Escritura.

Juntos professamos que Deus, o soberano da vida, fez por amor um mundo perfeito para seres humanos criados no propósito de viver em comunhão com Ele. Embora nosso maior dever seja honrar e glorificar a Deus, rebelamo-nos contra Ele, decaímos de nossa anterior harmonia com Ele e trouxemos o mal sobre nós mesmos e o mundo de Deus. Mas Deus não desistiu da criação. Como criador, Ele continua trabalhando pacientemente para vencer o mal que vinha pervertendo a criação. O ato central da nova criação redentora de Deus é a morte, ressurreição e reino da glória de Jesus Cristo, o filho de Deus, o envio do Espírito Santo. Essa restauração só estará concluída no final da história humana e com a reconciliação de todas as coisas.

A justiça é essencial às perspectivas cristãs sobre a vida econômica. Ela se radica no caráter de Deus ("Pois o Senhor é reto, ele ama a justiça" Sl 11.7). Expressa também a providência de Deus no sentido de restaurar Sua provisão em favor dos que foram lançados na privação e no de punir os que violaram Suas normas.

1. Criação e Mordomia

Deus, o Criador

1. De Deus, por Deus e para Deus são todas as coisas (Rm 11.36). Na liberdade de Seu amor eterno, pela palavra de Seu onipotente poder e através do Espírito Criador, o Deus Triúno concedeu vida ao mundo e aos seres humanos que nele habitam. Deus proclamou a bondade de toda a criação. Para que continue a existir, a criação depende de Deus. O mesmo Deus que a criou está presente nela, sustentando-a e concedendo-lhe vida abundante (Sl 104.29). Em Cristo, "todas as coisas foram criadas... e todas às coisas permanecem juntas" (Cl 1.15-20). Embora a criação deva a Deus sua vida, em si mesma ela não é divina. A grandeza da criação — humana e não-humana — existe para glorificar seu criador. A origem divina da criação, sua contínua existência através de Deus, sua redenção através de Cristo e seu propósito de glorificar a Deus são verdades fundamentais que devem guiar toda reflexão cristã sobre criação e mordomia.

Mordomia da Criação

2. Deus, criador e redentor, é proprietário final. "Do Senhor é a terra e toda a sua plenitude" (Sl 24.1). Mas Deus confiou a terra à responsabilidade dos seres humanos, para que cuidassem dela em Seu lugar. Deveriam trabalhar como mordomos de Deus, na fiel e criativa administração do mundo, reconhecendo que são responsáveis perante Ele por tudo o que fazem com o mundo e a Ele.

3. Deus criou o mundo e disse que ele é "muito bom" (Gn 1.31). Em virtude da queda e da maldição que se seguiu a ela, a criação "geme com dores" (Rm 8.22). A irreflexividade, ganância e violência de seres humanos pecaminosos prejudicaram a boa criação de Deus e causaram diversos problemas ecológicos e conflitos. Quando abusamos da criação e a poluímos, como já se vem fazendo em muitos casos, exercemos uma mordomia incompetente e atraímos calamidades tanto nos ecossistemas locais como nos globais.

4. Muito da agressão humana contra a criação se radica numa falsa compreensão da natureza da criação e do papel do homem nela. A humanidade tem sido constantemente confrontada por dois desafios: o individualismo egoísta, que negligencia a comunidade humana, e o coletivismo rígido, que sufoca a liberdade humana. Cristãos e não-cristãos têm apontado ambas as ameaças. Mas só recentemente percebemos que as duas ideologias dispõem de uma cosmovisão, com a humanidade no centro, que reduz a criação material a um mero instrumento.

5. A vida bíblica e a cosmovisão nela radicada não têm por centro a humanidade, e sim Deus. A criação não-humana não foi feita exclusivamente para o gozo dos seres humanos. Somos repetidamente advertidos pela Escritura de que todas as coisas — os seres humanos e o ambiente em que vivem — foram feitas "para Deus" (Rm 11.36; 1 Co 8.6; Cl 1.16). Conseqüentemente, a natureza não é uma simples matéria-prima da atividade humana. Embora apenas os seres humanos tenham sido feitos à imagem de Deus, a criação não-humana também tem sua própria dignidade, tanto assim que depois do dilúvio Deus estabeleceu um pacto não apenas com Noé e seus descendentes, mas igualmente "com cada criatura viva que está com vocês" (Gn 9.9). Semelhantemente, a

esperança cristã para o futuro também inclui a criação. "Um dia o próprio universo ficará livre da escravidão e da decadência e tomará parte na glória e liberdade dos filhos de Deus" (Rm 8.21).

6. O domínio que Deus concedeu aos seres humanos sobre a criação (Gn 1.30) não lhes dá o direito de abusar dela. Primeiro, são responsáveis diante de Deus, à imagem do qual foram feitos; responsáveis no sentido de não a violar, mas de sustentá-la, como Deus a sustenta com Sua divina providência. Segundo, uma vez que os seres humanos foram criados à imagem de Deus para a vida em comunidade, e não simplesmente para que vivessem como indivíduos isolados (Gn 1.28), cabe-lhes exercer o domínio de que foram incumbidos de maneira responsável para com as necessidades da família humana total, inclusive das futuras gerações.

7. Os seres humanos tanto são parte da criação como são únicos. Só os seres humanos foram criados à imagem de Deus. Por isso Deus lhes concede domínio sobre a criação não-humana (Gn 1.28-30). Mas domínio não é dominação. De acordo com Gênesis 2.15, o domínio humano sobre a criação consiste na dupla tarefa de "plantar e cuidar" do jardim. Portanto, é mister que todo trabalho tenha não apenas um aspecto produtivo, mas um aspecto protetor também. Os sistemas econômicos devem ser moldados de tal maneira que se possa manter todo o tempo um sistema ecológico salutar. Todo trabalho humano responsável feito pelos mordomos de Deus, o sustentador, deve conter um elemento de cooperação com o ambiente.

Mordomia e Produção Econômica

8. A produção econômica resulta da mordomia da terra que Deus designou para a humanidade. Embora o materialismo, a injustiça e a ganância sejam fundamentalmente conflitantes com o ensino de toda a Escritura, nada existe na fé cristã dando a entender que a produção de novos bens e serviços seja indesejável. Na verdade, somos claramente informados de que Deus "nos dá todas as coisas em grande quantidade para o nosso prazer" (1 Tm 6. 17). Produzir não é necessário apenas ao sustento da vida e para torná-la aprazível; também provê uma oportunidade para que os seres humanos expressem sua criatividade a serviço de outras pessoas. Ao avaliarmos os sistemas econômicos numa perspectiva cristã, devemos considerar sua habilidade tanto para produzir como para distribuir a riqueza e a renda de maneira justa.

A Tecnologia e seus Limites

9. A tecnologia espelha o paradoxo básico de pecaminosidade e bondade da natureza humana. Muitos problemas ecológicos atuais resultam do extenso uso de tecnologia com o advento da industrialização. Embora a tecnologia tenha libertado o homem de algumas formas degradantes de trabalho, ela tem também, com freqüência, desumanizado outras formas de trabalho. Nações e empresas poderosas que controlam a tecnologia moderna sentem-se normalmente tentadas a utilizá-la como instrumento de dominação dos fracos a serviço de seus próprios interesses egoístas e estreitos. Ao criticarmos vigorosamente os efeitos negativos da tecnologia, deveríamos, entretanto, não esquecer seus efeitos positivos. A criatividade humana expressa-se na concepção e criação de instrumentos de celebração e trabalho. A tecnologia nos ajuda a satisfazer as necessidades essenciais da população mundial e a fazê-lo de maneira a desenvolver o potencial criativo de indivíduos e sociedades. A tecnologia também pode nos ajudar a

reverter a devastação ambiental. A rejeição radical da tecnologia moderna é irrealista. Em lugar disso, deveríamos investigar métodos de utilização responsável de tecnologia apropriada, de acordo com cada contexto cultural.

10. O que é tecnologicamente possível não é necessariamente possível do ponto de vista moral. Não podemos deixar que o desenvolvimento tecnológico siga sua própria lógica interna; precisamos orientá-la para que sirva a finalidades morais. Reconhecemos nossos limites prevendo o impacto da mudança tecnológica e incentivando uma atitude de humildade com respeito à inovação tecnológica. Por isso, a avaliação contínua do impacto produzido pela mudança de tecnologia é essencial. Quatro critérios derivados da fé cristã nos ajudam a avaliar o desenvolvimento e o uso de tecnologia. Primeiro, a tecnologia não deveria fomentar a desintegração da família ou da comunidade, ou funcionar como instrumento de dominação social. Segundo, pessoas criadas à imagem de Deus não deveriam se tornar meros acessórios de máquinas. Terceiro, como mordomos de Deus, não devemos permitir que a tecnologia abuse da criação. Se o trabalho humano deve ser feito em cooperação com a criação, então os instrumentos de trabalho devem cooperar com ela também. Finalmente, não deveríamos permitir que o avanço tecnológico se torne objeto de falso louvor, ou que nos seduza, afastando-nos de nossa dependência para com Deus (Gn 11.1-9). Podemos divergir no peso que atribuímos a critérios individuais em situações concretas e, por isso, nossas avaliações das tecnologias particulares podem divergir entre si. Mas acreditamos que esses critérios precisam ser levados em consideração ao refletirmos teologicamente sobre o progresso tecnológico.

11. Em toda parte procuramos levar instituições privadas, governos e indivíduos a considerarem tanto as conseqüências locais e imediatas de seus atos como as conseqüências ecológicas globais e de longo prazo. Instamos com a iniciativa empresarial para que fabrique produtos que sejam mais "amigos do ambiente". E apelamos aos governos para que criem e façam respeitar sistemas de incentivos e penalidades que estimulem pessoas e empresas a adotarem práticas ecologicamente sadias.

12. Precisamos de maior cooperação internacional entre indivíduos, organizações privadas e nações, para que promovam uma ação ambientalmente responsável. Uma vez que a atividade política normalmente serve aos interesses egoístas dos poderosos, seria de uma importância especial garantir a celebração de acordos internacionais sobre conservação do ambiente que sejam particularmente sensíveis às necessidades dos pobres. Apelamos aos cristãos de toda parte para que concedam alta prioridade à restauração e manutenção da integridade da criação.

2. Trabalho e Lazer

Trabalho e Natureza Humana

13. O trabalho envolve todas as atividades realizadas, não em função delas mesmas, porém no intuito de satisfazer necessidades humanas. Faz parte o trabalho daquele mesmo propósito pelo qual Deus, originariamente, fez os seres humanos. Em Gênesis 1.26-28 lemos que Deus criou os seres humanos à Sua imagem "para que exercessem domínio sobre... toda a terra". Semelhantemente, Gênesis 2.15 nos diz que Deus criou Adão e o colocou no jardim do Éden para que nele trabalhasse, isto é, "para cultivá-lo e

cuidar dele". Ao cumprir tal mandato, os seres humanos glorificam a Deus. Embora caídos, os seres humanos "saem para o serviço" (Sl 104.23) cumprindo desta maneira o propósito original do Criador para a existência humana.

14. Porque o trabalho ocupa o centro das intenções de Deus acerca da humanidade, seu valor é de natureza intrínseca. Não constitui ele apenas um meio de se atingir um fim. O trabalho não é só uma tarefa que se deve suportar com o objetivo de satisfazer desejos ou necessidades humanas, especialmente o consumo de bens. Ao mesmo tempo, devemos nos resguardar contra a supervalorização do trabalho. O fundamento da humanidade consiste em ter sido ela feita à imagem de Deus. Sua fonte essencial, porém não exclusiva, de sentido e identidade não está no trabalho, mas em nos tornarmos filhos de Deus por um só Espírito através da fé em Jesus Cristo.

15. Para os cristãos, o trabalho adquire uma nova dimensão. Deus os convida a todos para que empreguem, por meio do trabalho, os diversos dons que Ele lhes concedeu. Convida o povo a buscar Seu reino e a viver uma vida condizente com Suas normas. Quando o povo responde ao apelo de Deus, Ele o capacita a produzir frutos do Espírito e a cada um, individualmente, dota com os múltiplos dons do Espírito. Por serem os cristãos os agraciados pelo Espírito, aqueles cujos atos são guiados pelos imperativos do amor deveriam empenhar-se em seu trabalho, colocando-o a serviço de Deus e da humanidade.

Propósito da Natureza Humana

16. Na Bíblia, assim como nos primeiros séculos da tradição cristã, satisfazer ao mesmo tempo as necessidades do indivíduo e as de sua comunidade (especialmente dos destituídos de privilégios) era a finalidade essencial do trabalho (Sl 128.2; 2 Ts 3.8; 1 Ts 4.9-12; Ef 4.28; At 20.33-35). A primeira coisa em questão, em todo terreno da atividade humana, é a necessidade dos seres humanos de ganharem seu pão de cada dia e um pouco mais que isso.

17. O mais profundo sentido do trabalho humano está em que o Deus todo-poderoso estabeleceu a atividade humana como meio de realizar o trabalho de Deus no mundo. Os seres humanos continuam dependentes de Deus, pois "a não ser que o Senhor construa a casa, os que a constróem laboram em vão" (Sl 127.1a). Como sugere Gênesis 2.5, Deus e os seres humanos são co-obreiros na tarefa de preservar a criação.

18. O trabalho humano tem conseqüências que vão além da preservação da criação, chegando a antecipar a transformação escatológica do mundo. Naturalmente, não estão introduzindo o reino de Deus, edificando os "novos céus e a nova terra". Só Deus pode fazer isso. Contudo, o trabalho deles traz uma pequena e imperfeita contribuição para isso. Por exemplo, moldando a personalidade dos cidadãos do eterno reino que virá através da ação de Deus somente.

19. O trabalho, entretanto, não é apenas um meio através do qual a glória dos seres humanos, como mordomos de Deus, irradia seu brilho. É também um lugar onde a miséria dos seres humanos, como impedidores dos propósitos de Deus, torna-se visível. Como teste de fogo, o juízo de Deus trará à luz a obra que for dotada de essencial significação, porque certamente terá nascido da cooperação com Deus. Mas tornará também manifesta a essencial insignificância do trabalho feito em cooperação com aquelas forças do mal que ameaçam arruinar a boa criação de Deus (1 Cr 3.13-15).

Alienação no Trabalho

20. O pecado torna a realidade ambígua. Ele é tanto uma nobre expressão da criação humana, feita à imagem de Deus, como, por causa da maldição, um testemunho doloroso do estranhamento do ser humano em relação a Deus. Quer cultivem o solo nas sociedades agrárias, quer operem um equipamento de alta tecnologia nas sociedades da era da informática, os seres humanos trabalham sob a sombra da morte e experimentam o conflito e a frustração no trabalho (Gn 3.17-19).

21. Os seres humanos são criados por Deus como pessoas dotadas de dons, os quais Deus as chama para exercer livremente. Como fundamental dimensão da existência humana, o trabalho é uma atividade pessoal. As pessoas nunca deveriam ser tratadas em seu trabalho como simples meios. Devemos resistir à tendência de tratar os trabalhadores simplesmente como despesa ou componente laborial, tendência esta evidente tanto nas sociedades rurais como nas sociedades urbanas, mas principalmente nos lugares onde se aplicam métodos industriais e pós-industriais de produção. Incentivamos esforços que capacitem os trabalhadores a participarem significativamente de importantes processos de tomada de decisão e a criarem oportunidades de desenvolvimento individual, projetando cargos que os desafiem a desenvolver seu potencial e instituindo programas educacionais.

22. Deus concede talentos às pessoas para benefício da comunidade inteira. O trabalho humano deveria ser uma contribuição para o bem comum (Ef 4.28). A tendência moderna de deslocar a preocupação do foco comunitário para o "eu", apoiada por forças culturais e estruturais poderosas, determina nosso estilo de trabalho. O auto-interesse individual pode ser legitimamente perseguido, mas só num contexto marcado pela busca do bem dos demais. Essas duas buscas são complementares. A fim de tornar possível a busca do bem comum, os cristãos precisam procurar mudar tanto as atitudes dos trabalhadores como as estruturas em que operam.

23. A discriminação no trabalho continua a oprimir o povo, principalmente as mulheres e os grupos marginalizados. Por causa da raça e do sexo, as pessoas costumam ser empurradas para dentro de uma estreita faixa de ocupação, freqüentemente mal paga, que oferece pouco *status* e pouca segurança, e promove poucas oportunidades de promoção e poucos benefícios em grupo ("fringe benefits"). Homens e mulheres e pessoas de todas as raças são iguais perante Deus, e por isso deveriam ser reconhecidos e tratados com igual justiça e dignidade em termos de vida econômica e social.

24. Para a maioria das pessoas, o trabalho é um bem árduo. Inúmeros são os trabalhadores que penam sob o fardo do trabalho. Em algumas situações, as pessoas trabalham horas a fio por baixos salários, condições de trabalho alarmantes, carteira sem registro, constrangimentos de ordem sexual, delegação sindical proibida, normas de saúde e segurança tratadas com verdadeiro desprezo. Essas coisas acontecem no mundo inteiro, qualquer que seja o sistema econômico vigente. A palavra "exploração" tem um sentido forte e imediato em tais situações. O Deus da Bíblia condena a exploração e a opressão. A libertação divina dos israelitas face à sua opressão serviu como paradigma do comportamento que o povo de Deus deveria ter para com os trabalhadores que viviam em seu meio (Lv 25.39-55).

25. Uma vez que o trabalho ocupa o centro do propósito de Deus para a humanidade, em toda parte as pessoas têm tanto obrigação como direito de trabalhar. Dada a ampla definição de trabalho sugerida acima (*cf.* § 13), o direito de trabalhar deve ser aqui compreendido como parte da liberdade do indivíduo de contribuir para a

satisfação das necessidades da comunidade. É um direito de liberdade, visto que o trabalho, em seu sentido mais amplo, é uma forma de auto-expressão. O direito envolvido é o direito do trabalhador de trabalhar desimpedido. A obrigação, para todo ser humano, é contribuir para a comunidade. É nesse sentido que Paulo diz: "Quem não quiser trabalhar, também não coma".

26. O direito de ganhar a vida seria um direito positivo ou de sustento. Esse direito implica a obrigação da comunidade de prover oportunidades de emprego. Não pode haver garantia de emprego onde os direitos se chocam e os recursos são inadequados. O fato de que tal direito não pode ser imposto, entretanto, não diminui em nada a obrigação de procurarmos o mais alto nível de emprego coerente com a justiça e a disponibilidade de recursos.

Descanso e Lazer

27. Como indica o mandamento sabático, o conceito bíblico de descanso não deverá ser confundido com a moderna concepção de lazer. Este consiste de atividades tomadas como fim em si mesmas, sendo, por isso, intrinsecamente deleitáveis. Para muita gente, em diversas partes do mundo, a vida é "todo trabalho e diversão nenhuma". Enquanto massas inteiras se acham desempregadas, tendo assim apenas "lazer", milhões de pessoas — inclusive crianças — são submetidas ao excesso de trabalho sem que possam cobrir com o que ganham algo além de suas necessidades básicas de sobrevivência. Enquanto isso, principalmente nos países economicamente desenvolvidos, muita gente trabalha além do normal só para satisfazer seu desejo de *status*.

28. As primeiras páginas da Bíblia nos contam que Deus descansou depois de criar o universo (Gn 2.2-3). A seqüência de trabalho e descanso que vemos na atividade de Deus é um padrão para os seres humanos. No fato de que o mandamento sabático interrompeu o trabalho com períodos regulares de descanso vê-se que ele libertou os seres humanos da escravidão do trabalho. O sábado (*sabbath*) ergue uma cerca em torno da atividade criativa do homem e serve para proteger tanto a criação humana como a criação não-humana. Os seres humanos, portanto, têm tanto direito como obrigação de descansar.

29. Correspondendo às quatro relações básicas em que todas as pessoas se encontram (em relação à criação não-humana, a si mesmas, a outros seres humanos e a Deus), há quatro atividades que deveríamos cultivar no lazer. O descanso consiste na fruição da natureza como criação de Deus, no livre exercício e desenvolvimento das habilidades que Deus concedeu a cada pessoa, no cultivo de companheirismo com outra pessoa e, acima de tudo, no deleite da comunhão com Deus.

30. O louvor é central no conceito bíblico de descanso. A fim de serem verdadeiramente quem são, os seres humanos necessitam, periodicamente, de que os mandamentos de Deus concernentes ao trabalho deles recuem do plano de frente de sua consciência enquanto adoram o Deus de amorosa santidade e agradecem ao Deus do sagrado amor.

31. Os que não conseguem satisfazer suas necessidades básicas sem ter de adiantar-se ao lazer podem ser encorajados pela realidade de seu direito ao descanso. O direito ao descanso implica, com efeito, o correspondente direito ao sustento de todos os que queiram trabalhar "seis dias por semana" (Êx 20.9). Os modernos "ergólatras", cuja paixão por *status* relega o lazer à insignificância, precisam ser desafiados pela

obrigação libertadora de descansar. De que lhes adianta "ganhar o mundo inteiro" se são "privados de sua vida" (Mc 8.36)?

3. Pobreza e justiça

Deus e os Pobres

32. A pobreza não fazia parte da criação original de Deus, nem fará parte da criação restaurada de Deus quando Cristo retornar. A pobreza involuntária em todas suas formas e manifestações é resultado da queda e de suas conseqüências. Hoje, um entre cada cinco seres humanos vive numa pobreza tão extrema que sua sobrevivência é posta em dúvida todos os dias. Acreditamos que isso ofende e parte o coração de Deus.

33. Compreendemos que o Deus da Bíblia é um Deus que, por misericórdia, estende Seu amor a todos. Ao mesmo tempo, acreditamos também que, quando oprimidos, Deus é o "defensor dos pobres" (Sl 146.7-9). Repetidamente, por toda parte, a Bíblia expressa o interesse de Deus pela justiça em favor dos pobres. A fiel obediência requer que partilhemos do interesse e da ação de Deus sobre ela. "Quem oprime o pobre insulta seu autor, mas quem é generoso para com os necessitados, este presta honras a ele" (Pv 14.31). De fato, só quando corrigimos tais injustiças é que Deus promete ouvir nossas preces e louvores (Is 58.1-9).

34. A negligência em relação ao pobre quase sempre procede da ganância. Além disso, a obsessiva ou descuidadosa busca de bens materiais é uma das idolatrias mais destrutivas da história humana (Ef 5.5). Ela desvia as pessoas de suas obrigações para com Deus e corrompe suas relações tanto pessoais quanto sociais.

Causas da Pobreza

35. As causas da pobreza são muitas e complexas, e incluem o mal que as pessoas fazem umas às outras, a si mesmas e a seu ambiente. As causas da pobreza também incluem os atos e atitudes econômicas, políticas e religiosas que desvalorizam ou desperdiçam recursos e erguem barreiras à produção econômica, ou que deixam de recompensar o trabalho com justiça. Além disso, as forças que causam e perpetuam a pobreza operam nos níveis global, nacional, local e pessoal. Também é verdade que uma pessoa pode ser pobre por causa de doença, deficiência física ou mental, infância ou velhice. A pobreza é ainda causada por calamidades naturais como terremotos, furacões, inundações e escassez absoluta e generalizada de alimentos.

36. Reconhecemos que a pobreza resulta (e por elas é sustentada) de restrições tanto sobre a produção de riquezas como sobre a distribuição de riqueza e da renda. Reconhecemos nossa tendência de reduzir as causas da pobreza a uma em detrimento da outra. Afirmamos a necessidade de analisar e explicar as condições que promovem a criação de riqueza, bem como as que determinam sua distribuição.

37. Acreditamos que é de responsabilidade de toda a sociedade prover as pessoas com meios de vida em nível coerente com sua condição de seres criados à imagem de Deus.

Justiça e Pobreza

38. Justiça, do ponto de vista bíblico, significa retribuir, imparcialmente, a cada um o que lhe é devido, em conformidade com as normas da lei moral de Deus. Paulo fala de justiça (ou retidão) em seu sentido mais abrangente como metáfora para descrever o amor redentor, criativo e poderoso de Deus. Cristo, somente pela graça, trouxe-nos para dentro da comunidade de Deus – a nós que éramos estranhos a ela e, por causa do pecado, impedidos de fazer parte dela (Rm 1.17-18; 3.21-26; Ef 2.4-22). Em passagens bíblicas que tratam da distribuição dos benefícios da vida social no contexto dos conflitos e erros da sociedade, a justiça tem a ver, particularmente, com o que é devido a grupos sociais como os pobres, as viúvas, os órfãos, os assalariados, os escravos *etc.* O elo comum entre tais grupos é a impotência de todos em virtude de suas necessidades econômicas e sociais. Cabe à justiça aqui evocada restaurar o acesso de tais grupos à provisão que Deus destinou para eles. A lei de Deus expressa essa justiça e indica seus pensamentos. Além disso, a intenção de Deus é que as pessoas não vivam isoladamente, mas socialmente. Os pobres são descritos como aqueles que são fracos em relação ao resto da comunidade, e a responsabilidade da comunidade anuncia-se como sendo a de "torná-los fortes", para que continuem assumindo seu lugar na comunidade (Lv 25.35-36). Um dos dilemas da pobreza é a perda de seu traço comunal (Jó 22.5; Sl 107.4-9, 33-36). De fato, suas diversas necessidades são as que tendem a impedir que as pessoas se tornem membros seguros e contribuintes da sociedade. Uma característica essencial da justiça bíblica é a satisfação de necessidades básicas, que tem sido negada em contradição com as normas da Escritura; além disso, porém, a Bíblia dá indicações sobre como identificar as necessidades verdadeiramente básicas. São as essenciais não apenas para a vida, mas para a vida em sociedade.

39. A justiça requer especial atenção aos membros fracos da sociedade por causa de sua maior vulnerabilidade. Nesse sentido, a justiça é parcial. Não obstante, os arranjos da sociedade civil para tornarem exeqüível o exercício da justiça não devem ultrapassar o que é devido aos pobres ou aos ricos (Dt 1.17; Lv 19.15). Nesse sentido, a justiça, em última instância, é imparcial. Ela é tão fundamental, na verdade, que chega a caracterizar as virtudes e relações pessoais dos indivíduos, à medida que fielmente cumprem as normas de Deus. Os que violam tais normas são submetidos, entretanto, à justiça retributiva, a qual sempre remove o ofensor da sociedade ou da divina comunidade.

40. A justiça requer condições tais que cada pessoa seja capaz de participar da sociedade de maneira compatível com a dignidade humana. A pobreza absoluta, em que faltam até mesmo as condições mínimas de alimentação, moradia, educação básica, assistência à saúde e emprego, nega às pessoas os recursos econômicos básicos necessários à justa participação da comunidade. A ação corretiva, com e em nome dos pobres, é um ato necessário de justiça. Isso implica, como conseqüência, responsabilidades para com indivíduos, famílias, igrejas e governos.

41. A justiça pode também exigir medidas político-sociais que levem os pobres a ajudarem a si mesmos e a serem os sujeitos de seu próprio desenvolvimento e do desenvolvimento de suas comunidades. Acreditamos que nós e as instituições de que participamos somos responsáveis pela criação de um ambiente de lei, atividade econômica e nutrição espiritual que crie tais condições.

Algumas Questões Contemporâneas e Urgentes

42. Relações econômicas internacionais injustas agravam a pobreza nos países pobres. Muitos desses países carregam o doloroso fardo do serviço de uma dívida externa que só poderia ser paga a um preço inaceitável para os pobres, a menos que haja uma reestruturação radical das políticas econômicas nacionais e das relações econômicas internacionais. A combinação das taxas de juros sempre mais altas e da queda do preços dos bens, no início dos anos 80, aumentou o ônus do serviço da dívida. Tanto os emprestadores como os tomadores de empréstimos participaram da criação dessa dívida. O resultado tem sido um empobrecimento crescente do povo. Tanto os emprestadores como os tomadores de empréstimo devem participar também da responsabilidade pela busca de soluções. Instamos, em caráter de urgência, com os governos e as instituições financeiras internacionais para que redobrem seus esforços no sentido de encontrar uma maneira de reduzir o débito internacional do terceiro mundo e de garantir o fluxo de capital produtivo, quer privado quer público, onde for apropriado.

43. Barreiras governamentais ao fluxo de mercadorias e serviços acabam sempre trazendo desvantagens para os pobres. Aborrecemos particularmente as políticas protecionistas das nações ricas, que são desvantajosas para os países em desenvolvimento. Maior liberdade e comércio entre as nações é parte importante das medidas de redução da pobreza em todo o mundo.

44. A justiça exige que o valor do dinheiro seja estável e confiavelmente conhecido de todos, de maneira que a inflação representa uma precária mordomia e defrauda os cidadãos de uma nação. Ela significa desperdício de recursos e é particularmente danosa para os pobres e destituídos de poder. Os membros mais ricos da sociedade acham muito mais fácil proteger-se contra a inflação do que os pobres. Mudanças rápidas de preços afetam drasticamente a habilidade dos pobres de comprar produtos básicos.

45. Gastos militares anuais e globais igualam a receita anual da metade mais pobre da população mundial. Estes vastos e excessivos gastos militares relegam a segundo plano a tarefa de satisfazer as necessidades básicas das pessoas, tais como alimentação, assistência à saúde e educação. Somos estimulados pelas possibilidades representadas pelas mudanças na União Soviética e na Europa Oriental, aperfeiçoando as relações entre oriente e ocidente. Instamos para que a parte maior do "dividendo da paz" resultante seja usada no sentido de prover soluções sustentáveis para os problemas da pobreza mundial.

46. O uso e o tráfico de drogas destróem tanto as nações ricas como as pobres. O consumo de drogas reflete a pobreza espiritual entre o povo e as sociedades em que o uso de drogas é notório. O tráfico de drogas debilita as economias nacionais dos que produzem as drogas. Os custos econômico, social e espiritual da droga são inaceitáveis. Os dois agentes-chave envolvidos nesse problema devem mudar: os ricos mercados que consomem drogas e os países mais pobres que os produzem. Devem ambos, portanto, e urgentemente, se empenhar na busca de soluções. Os mercados ricos que consomem drogas precisam acabar com sua demanda. E os países mais pobres que as produzem devem voltar-se para outros produtos.

47. Deploramos os sistemas econômicos baseados em políticas, leis e regulamentos cujo efeito é o favorecimento de minorias privilegiadas e a exclusão dos pobres de atividades plenamente legítimas. Tais sistemas não são apenas ineficientes, mas também

imorais, no sentido de que participar e beneficiar-se da economia formal depende do privilégio conferido pelos que têm acesso e influência sobre as instituições públicas e privadas, antes do que na inventividade e no trabalho pesado. É preciso que tanto as instituições públicas como as privadas tomem medidas para reduzir e simplificar as exigências e os custos da participação na economia nacional.

48. Há plena evidência de que o investimento nas empresas de pequena escala, dirigidas por e para os pobres, pode produzir um impacto positivo sobre a criação de renda e emprego para os pobres. Contrariamente aos mitos sustentados pelas instituições financeiras tradicionais, os pobres são quase sempre bons empresários e excelentes riscos de crédito. Deploramos a falta de crédito à disposição do pobre no setor informal. Estimulamos vigorosamente os governos, as instituições financeiras e as organizações não-governamentais para que redobrem seus esforços de modo a aumentar significativamente o crédito aos pobres. Tão forte é nosso sentimento acerca disso que uma declaração à parte, dedicada a programas de geração de renda baseados no crédito, foi igualmente dada a público pela conferência.

4. Liberdade, Governo e Economia

A Linguagem dos Direitos Humanos

49. Com a *Declaração dos Direitos Humanos das Nações Unidas*, a linguagem dos direitos humanos adquiriu poder de penetração por todo o mundo. Ela expressa a urgente e crítica situação das vítimas de sofrimento cuja humanidade lhes vem sendo diariamente negada por seus opressores. Em alguns casos, a linguagem dos direitos humanos tem sido objeto de mau uso por parte do que têm o hábito de alegar que tudo o que querem é seu "de direito". Essa largueza da aplicação do termo fez com que algumas pessoas rejeitassem direitos enquanto concepção, afirmando que, se tudo acaba virando direito, então nada será, de fato, um direito, uma vez que todos os direitos implicam responsabilidades correspondentes. Por isso, é importante dispor de critérios inequívocos para a definição de direitos.

50. Toda interação humana está sujeita ao juízo de Deus, e a Ele se deve prestar contas dela. Ao buscarmos os direitos humanos, buscamos uma autoridade ou norma que transcenda nossa situação. Deus é essa autoridade; Seu caráter constitui a norma. Uma vez que os direitos humanos são apriorísticos, não é a sociedade nem o Estado que os conferem. Pelo contrário, os direitos humanos radicam-se no fato de que todo ser humano foi feito à imagem e semelhança de Deus. A base mais profunda da dignidade humana é o fato de que, embora sejamos ainda pecadores, Cristo morreu por nós (Rm 5.8).

51. Como afirmação da dignidade das criaturas de Deus, a justiça divina concebida em favor delas requer vida, liberdade e sustento. As exigências divinas quanto à justiça estabelecem direitos correspondentes para os seres humanos aos quais é devida a justiça. O direito à vida é o mais essencial dos direitos humanos. Deus criou o homem como um agente livre e moral. Por isso, ele tem direito à liberdade – liberdade de culto, palavra e associação, por exemplo. Sua liberdade, entretanto, só é usada apropriadamente quando dependente de Deus. É um imperativo da justiça que os seres humanos, inclusive refugiados e apátridas, vivam em sociedade e com dignidade. Por essa razão, podemos reivindicar de outros seres humanos a criação e aplicação de

mecanismos sociais que lhes assegurem acesso às fontes de sustento que tornam possível a vida em sociedade.

52. O fato de que, ao nos tornarmos cristãos, podemos optar pela posposição de nossos direitos por amor de outros e confiança nos cuidados providenciais de Deus não significa que tais direitos deixam de existir. Os cristãos podem suportar com grande destêmor a violação de seus direitos, mas se empenham vigorosamente pelos iguais direitos alheios em circunstâncias semelhantes. Entretanto, pode não ser conveniente agir assim em determinadas circunstâncias. De fato, essa disparidade entre o contentamento e a cruzada do cristão em favor de outros, nas situações adversas, é testemunho da obra e do amor de Deus.

53. Todos nós, como seres humanos, partilhamos da mesma aspiração de ver nossos direitos protegidos — seja o direito à vida, à liberdade ou ao sustento. Contudo, a existência do pecado e o conflito de direitos humanos que concorrem entre si significam que nossas aspirações nunca são completamente realizadas nesta vida. Através de Cristo, o pecado e o mal foram derrotados. Permanecerão ambos sendo uma força destrutiva até a consumação de todas as coisas. Mas isso de maneira alguma reduz nosso horror diante da violação de direitos humanos tão largamente praticada hoje em dia.

Democracia

54. Como modelo, a democracia política moderna caracteriza-se por um governo limitado de caráter provisório, pela divisão de poder no interior do governo, pela separação entre Estado e sociedade civil, pelo pluralismo, pelo império da lei, pela institucionalização dos direitos de liberdade (inclusive eleições livres e regulares) e por um significativo nível de controle não-governamental da propriedade. Reconhecemos que nenhum sistema político acha-se diretamente prescrito pelas Escrituras, mas acreditamos que os valores bíblicos e a experiência histórica acenam para os cristãos com uma participação adequada de todas as pessoas nos processos de tomada de decisão sobre questões que dizem respeito à sua vida.

55. Reconhecemos ainda que o simples sufrágio periódico não chega a ser uma expressão suficiente da democracia. Para que uma sociedade seja verdadeiramente democrática, é preciso que o poder econômico seja compartilhado amplamente, e as distinções de classe e *status* não se devem transformar em barreiras, impedindo o acesso às instituições econômicas e sociais. As democracias também estão sujeitas a abuso, através dos mesmos canais que as tornam democráticas. Grupos pequenos, porém economicamente fortes, às vezes dominam o processo político. As grandes maiorias democráticas podem ser agitadas por sentimentos materialistas, racistas ou nacionalistas que as levam a engajar-se numa política injusta. O fato de que todas as instituições humanas sucumbiram significa que o povo deve criticar e estar alerta para tudo o que é errado.

56. Reconhecemos que nenhum sistema econômico em particular foi prescrito pela Bíblia. A história recente sugere que a dispersão da propriedade dos meios de produção é um importante componente da democracia. A propriedade monopolística, quer do Estado, das grandes instituições econômicas ou das oligarquias, é perigosa. A propriedade difusa, seja numa economia de mercado ou num sistema misto, tende a descentralizar o poder e impedir o totalitarismo.

Concentração do Poder Econômico

57. O poder econômico pode ficar concentrado nas mãos de poucas pessoas, na economia de mercado. Quando isso ocorre, as decisões políticas tendem a ser tomadas por razões econômicas, e a média dos participantes da sociedade é política e economicamente marginalizada. O controle da vida econômica pode assim ficar bastante distanciado de larga parte da população. As empresas transnacionais também podem exercer enorme influência sobre algumas economias. A despeito desses problemas, o poder econômico apresenta maior grau de difusão nas economias orientadas para o mercado do que em outros sistemas.

58. Nas economias centralmente planejadas, as decisões econômicas são tomadas por razões políticas, as opções econômicas do povo são reduzidas e a economia vacila. A interferência maciça do Estado nas economias de mercado também pode resultar em concentrações de poder que efetivamente marginalizam os membros mais pobres da sociedade. A corrupção é, quase inevitavelmente, o resultado natural do poder econômico concentrado. A corrupção generalizada mina de tal maneira as forças da sociedade que existe um colapso virtual da ordem legítima.

Capitalismo e Cultura

59. Como os países não-capitalistas vão, em número cada vez maior, se desviando do planejamento central rumo à economia de mercado, a questão do efeito do capitalismo sobre a cultura assume uma importância cada vez maior. O sistema de mercado pode ser um meio eficiente de crescimento econômico, mas, ao longo do processo, leva as pessoas a acharem que o sentido essencial está na acumulação de mais mercadorias. O consumismo que hoje domina a sociedade ocidental é testemunho do fato de que o sucesso material do capitalismo estimula forças e atitudes decididamente não-cristãs. Uma dessas atitudes é o tratamento dos trabalhadores como simples custo ou componente de produção, sem que se leve em conta sua humanidade. Há também o risco de que o modelo do mercado, que pode funcionar bem em transações econômicas, passe a ser considerado relevante para outros setores da vida, e as pessoas, conseqüentemente, poderão crer que o que o mercado incentiva é, portanto, melhor e mais verdadeiro.

Papel do Governo

60. A finalidade do governo é servir aos propósitos de Deus no sentido de fomentar a comunidade, particularmente em resposta à nossa natureza rebelde (Rm 13.1, 4; Sl 72.1). Como instituição administrada por seres humanos, o governo pode exacerbar problemas de poder, ganância e inveja. Entretanto, pode também, quando adequadamente construído e contido, servir para limitar algumas dessas tendências pecaminosas. Por isso, é responsabilidade dos cristãos trabalhar em prol de estruturas governamentais que sirvam à justiça. Tais estruturas devem respeitar o princípio de que mudanças significativas acerca das comunidades humanas locais são normalmente feitas com mais eficiência ao nível de governo mais diretamente responsável diante do povo atingido.

61. No mínimo, o que se espera é que o governo estabeleça uma regra de lei que proteja a vida, assegure a liberdade e ofereça uma segurança básica. É preciso um

cuidado especial para que se possa garantir a proteção dos direitos fundamentais e estender esta garantia a todos os membros da sociedade, principalmente os pobres e oprimidos (Pv 31.1-9; Dn 4.27). Vemos com freqüência as instituições governamentais como que imobilizadas e sem defesa diante dos poderosos, econômica e socialmente falando. Assim, a igualdade perante a lei deixa de existir para os que não têm poder. O governo deve também levar em consideração a eficiência econômica e limitar adequadamente seu próprio raio de ação.

62. A provisão de direitos de sustento é igualmente uma função apropriada do governo. Esses direitos devem ser cuidadosamente definidos, para que o envolvimento do governo não estimule a conduta irresponsável e a ruptura de laços familiares e comunitários. Numa sociedade sadia, esse cumprimento de direitos é assegurado através de diversas instituições, de maneira que o papel do governo é funcionar como último recurso.

Instituições Mediadoras

63. Um dos fenômenos associados ao mundo moderno é a crescente separação entre os setores público e privado. A necessidade de uma ponte entre ambos fez com que se enfatizassem as instituições mediadoras. O bairro (vizinhança), a família e a igreja, além de outras instituições voluntárias, fazem parte dessa categoria. Como fez a igreja primitiva em seu contexto, essas instituições fornecem aos cidadãos muitas oportunidades de uma conduta leal, em acréscimo ao Estado e à família. Seu papel — satisfazer as necessidades dos membros da comunidade — faz diminuir a necessidade de um governo centralizado. Fornecem, igualmente, um canal pelo qual os indivíduos podem influenciar o governo, os negócios e outras instituições de grande porte. Deveriam os cristãos, por isso e em toda parte, fomentar as associações voluntárias vigorosas.

64. O futuro do combate às condições de pobreza provavelmente envolverá a expansão de programas de geração de renda microeconômica e desenvolvimento empresarial do chamado "setor informal", ao se transformar em parte da economia formal transformada. Nesse contexto, grande é a possibilidade de que haja um papel ainda mais importante a ser desempenhado pelas organizações não-governamentais. Os corpos eclesiásticos, particularmente, estarão em condições de trazer uma contribuição significativa e criativa em parceria com os pobres, atuando como instituições mediadoras em virtude do longo envolvimento das igrejas com as bases da sociedade, em comunidades locais.

5. Conclusão

65. Ao concluir, queremos agradecer a Deus pela oportunidade que Ele nos deu de participar desta conferência. Ao longo de nossa jornada, fomos desafiados a expressar nossa fé, de modo prático, no terreno da vida econômica. Reconhecemos que freqüentemente temos permitido que a sociedade molde nossos atos e pontos de vista e que fracassamos em aplicar os ensinamentos bíblicos a esse setor crucial de nossas vidas, e disso nos arrependemos.

Agora incentivamo-nos uns aos outros a sustentar os valores econômicos cristãos face a circunstâncias injustas e desumanas. Percebemos, no entanto, que os imperativos

éticos são, com freqüência, ineficazes, por serem reforçados apenas pela consciência individual, e que a proclamação dos valores cristãos precisa ser acompanhada pela ação, de modo que se estimulem mudanças institucionais e estruturais que fomentariam tais valores em nossas comunidades. Por isso, esforçar-nos-emos por agarrar toda oportunidade que tivermos para trabalhar pela implementação dos princípios esboçados nesta *Declaração*, em fidelidade ao chamado de Deus.

Instamos com todas as pessoas, principalmente os cristãos, para que adotem a mordomia e a justiça como princípios diretores de todos os aspectos da vida econômica, particularmente em favor dos que são mais vulneráveis. Esses princípios devem ser aplicados em todas as esferas da vida. São princípios que têm a ver com o emprego que fazemos dos recursos materiais de que dispomos e com o estilo de vida e maneira como as pessoas e nações relacionam-se umas com as outras. Com os quadris cingidos e lâmpadas ardendo a nosso redor – assim esperamos a volta de nosso Senhor Jesus Cristo, quando então a justiça e a paz se abraçarão.

Perguntas para estudo

1. Qual o teor do oitavo mandamento?
2. Cite algumas modalidades de furto.
3. Qual é a diferença entre furto e roubo?
4. Qual a natureza do roubo?
5. Quais são as três principais passagens no Antigo Testamento que tratam do furto e do roubo?
6. Cite alguns exemplos históricos de furto no Antigo Testamento.
7. Como funcionava a lei da restituição no Antigo Testamento?
8. Quais eram as funções dos juízes em Israel no que diz respeito ao furto e ao roubo?
9. Quais eram as conseqüências do furto no Antigo Testamento?
10. Por que o furto constitui-se numa abominação para Javé?
11. De que maneira o Novo Testamento reafirma a validade do oitavo mandamento?
12. Como o Antigo Testamento formula a versão construtiva do oitavo mandamento?
13. De que maneira o Novo Testamento apresenta a versão construtiva deste mandamento?
14. Qual o desafio de Efésios 4.28 para nosso sistema presidiário?.
15. Como o Antigo Testamento conceitua a questão dos bens materiais?
16. Quais as diferenças fundamentais entre ser dono absoluto e ser mordomo responsável?
17. Qual era a função do ano do jubileu?
18. Como a lei mosaica legislava a questão dos juros?
19. O que Jesus ensinava sobre os bens materiais?
20. Como você interpreta Atos 2.44; 4.32?
21. Por que os bens materiais nunca devem ser um fator de discriminação?
22. Que conselhos o apóstolo Paulo dá aos ricos deste mundo?
23. De que maneira os ensinos bíblicos quanto à questão de bens materiais são repetidos na história da igreja antiga?
24. Como Tomás de Aquino encarava a questão das riquezas?
25. Quais as características principais da lei romana na questão da propriedade?
26. Por que o filósofo Karl Marx criticou a lei romana da propriedade?

27. Em que o ensino cristão sobre propriedade difere da lei romana e do modelo marxista?
28. Explique em aproximadamente meia página como a Bíblia encara o trabalho humano.
29. Cite os pensamentos principais de Calvino a respeito do trabalho.
30. Explique como Emil Brunner se notabilizou ao propor uma ética de trabalho.
31. O que a justiça social tem a ver com o oitavo mandamento?
32. Em que se baseia a exigência da justiça social na Bíblia?
33. Como os profetas do Antigo Testamento encaravam a questão da justiça social?
34. Por que o cristão deve se engajar na luta pela justiça social?
35. Explique o significado da justiça social na Bíblia.
36. Quais são os dois mandatos do cristão? De que maneira eles constituem uma partida hermenêutica na questão da justiça social?
37. Em sua opinião, um pastor pode exercer um mandato político?
38. Explique como as questões econômicas contemporâneas se relacionam com a interpretação do oitavo mandamento.
39. Como o Concílio Vaticano II e a Conferência de Medellín contribuíram para o advento da chamada "teologia da libertação"?
40. Trace os principais pensamentos dos três movimentos do cristianismo evangélico na questão da justiça social.
41. Como surgiu a *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia*?
42. Como a *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia* define a mordomia da criação?
43. Explique por que a ética cristã se preocupa com a tecnologia moderna.
44. Resuma as principais proposições da *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia* a respeito do trabalho e do lazer.
45. Quais são as causas da pobreza contemporânea?
46. Como a ética cristã se relaciona com os direitos humanos?
47. Explique qual a melhor forma de governo do ponto de vista da *Declaração de Oxford sobre Fé Cristã e Economia*.
48. Qual deveria ser o papel de um governo moderno?
49. Como as instituições mediadoras contribuem para diminuir a distância entre os setores público e privado?

Notas

1. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 172.

2. *Ibid.*

3. P. Wailler da Silva, *Ética Cristã*, Rio de Janeiro, JUERP, 1987, pp. 35, 36.

4. A. Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990, p. 442.

5. J. Calvino, *Comentário ao Novo Testamento*, 2 Coríntios 8.4, 15, 4 vols., ed. francesa de 1561, Paris, 1854, citado por A. Biéler, *op. cit.*, p. 442.

6. *Ibid.*, p. 470.

7. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, p. 173.

8. *Ibid.*, p. 172.

9. A. Biéler, *op. cit.*, p. 462.
10. *Ibid.*, p. 464.
11. *Ibid.*
12. *Ibid.*, p. 465.
13. *Ibid.*, p. 522.
14. *Ibid.* Veja também "Sermão LXI sobre Deuteronômio 8.14-20", *in*: *Opera Calvini* ("As Obras de Calvino"), tomo XXVI, p. 630, e *Comentário aos Cinco Livros de Moisés*, Êxodo 31.2, citado por A. Biéler, *op. cit.*, pp. 422-523.
15. A. Biéler, *op. cit.*, p. 533.
16. *Ibid.*
17. *Ibid.*, p. 523.
18. *Ibid.*, p. 525.
19. J. Calvino, *Comentário aos Cinco Livros de Moisés*, Gênesis 3.19, citado por A. Biéler, *op. cit.*, pp. 525, 615.
20. A. Biéler, *op. cit.*, p. 526.
21. J. Calvino, *Comentário aos Cinco Livros de Moisés*, Gênesis 3.17, citado por A. Biéler, *op. cit.*, p. 615.
22. A. Biéler, *op. cit.*, p. 534.
23. J. Calvino, "Sermão LXXXVII sobre Deuteronômio 24.1-6", citado por A. Biéler, *op. cit.*, pp. 534, 616.
24. A. Biéler, *op. cit.*, p. 536.
25. *Ibid.*, p. 535.
26. *Ibid.*, p. 536.
27. *Ibid.*, p. 538.
28. E. Brunner, *Das Gebot und die Ordnungen, Entwurf einer protestantisch-theologischen Ethik*, Zurique, 1932.
29. R. Wehrli, no prefácio de *Das Gebot und die Ordnungen, Entwurf einer protestantisch-theologischen Ethik*, p. VIII.
30. E. Brunner, *op. cit.*, p. 370.
31. *Ibid.*, pp. 370-371.
32. *Ibid.*, p. 372.
33. *Ibid.*
34. *Ibid.*, p. 373.
35. *Ibid.*, pp. 374-375.
36. *Ibid.*, p. 375.
37. *Ibid.*
38. *Ibid.*, pp. 375-376.
39. *Ibid.*, pp. 376-377.
40. *Ibid.*, pp. 377-378.
41. *Ibid.*, p. 379.
42. *Ibid.*, p. 299.
43. *Ibid.*, p. 301.
44. *Ibid.*, p. 303.
45. R. P. Shedd, *A Justiça Social e a Interpretação da Bíblia*, São Paulo, Vida Nova, 1984, p. 6.
46. *Ibid.*, p. 7.
47. *Ibid.*, pp. 7-8.

48. *Ibid.*, p. 9.
49. *Ibid.*, p. 11.
50. *Ibid.*, p. 17.
51. R. C. Gamble, "Triunfo e Declínio", *in*: W. Stanford Reid, ed., *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990, pp. 66, 77.
52. A. de Almeida, *O Deus dos Pobres, a Verdade sobre o Cristo da Teologia da Libertação*, São Paulo, Vida, 1990, p. 147.
53. R. Cavalcanti, *Boletim Teológico* nº 12 da Fraternidade Teológica Latino-Americana-Brasil, Porto Alegre, 1990, p. 147.
54. A. de Almeida, *op. cit.*, pp. 145-147.
55. Uma avaliação completa do movimento de Lausanne até Manila de uma perspectiva brasileira encontra-se no *Boletim Teológico* nº 12 da Fraternidade Teológica Latino-Americana-Brasil.
56. E. A. Sobottka, ed., *Boletim Teológico* nº 12, pp. 73-88.

9

O NONO MANDAMENTO OU A PROTEÇÃO DA HONRA

"Não dirás falso testemunho contra o teu próximo" (Êx 20.16; 23.1; Lv 19.11; Lv 19.16; Dt 5.20).

A proteção da honra humana é fundamental para a convivência social de qualquer comunidade ou nação. Nenhum homem deseja que sua reputação ou o bom nome de sua família sejam atingidos. A honra talvez seja a parte mais sensível do ser humano. O nono mandamento trata da proteção desta área pessoal.

O problema da mentira é tão antigo como a história da humanidade. Já no jardim do Éden, Satanás usa uma pergunta falsa para arruinar o homem: "será que Deus disse...?" (Gn 3.1).

As palavras mais freqüentes que a Bíblia hebraica aplica à *mentira* são *sheger* ("falsidade", "engano") e *kazabh* ("mentira", "engano"). Portanto, a mentira é uma declaração falsa que tem a intenção de enganar o próximo. Um exemplo clássico está em Juízes 16.10, 13, quando Sansão mente três vezes para Dalila.

João Calvino descreveu o teor e a aplicação principal deste mandamento com as solenes palavras: "Seu propósito: visto que Deus, Que é a verdade, abomina a mentira, entre nós deve a verdade ser cultivada sem dissimulação. A síntese, portanto, será que não prejudiquemos o nome de alguém ou com calúnias e incriminações falsas, ou, pela mentira, (o) agravemos em seu patrimônio; enfim, não façamos mal a quem quer que seja pelo desenfreamento da maledicência e da mordacidade. A esta proibição está ligada a injunção a que emprestemos a cada um, até onde viável, fiel assistência em afirmar-se a verdade, para que se proteja a integridade tanto de (seu) nome, quanto de suas cousas".[1]

Lutero faz três aplicações diretas deste mandamento em seu *Catecismo Maior*. Em primeiro lugar, o mandamento se refere ao dever de ajudar o

próximo, garantindo-lhe o direito de ter honra e boa reputação, "deixando ser justo o que justo é... não torcer nem encobrir ou silenciar, sem levar em consideração dinheiro, bens, honra ou poder" do próximo.[2] Em segundo lugar, o mandamento refere-se também à jurisdição ou regime espiritual: principalmente aos hereges, apóstatas e pregadores falsos com suas doutrinas e blasfêmias. Em terceiro lugar, Lutero refere-se também ao "vício detestável e vergonhoso de fazer má ausência ou caluniar".[3] Lutero conclui a interpretação deste mandamento com as palavras: "Assim temos agora a suma e o sentido geral desse mandamento: que ninguém deve causar dano ao próximo com a língua, quer se trate de amigo, quer de inimigo, nem deve falar mal dele, pouco importa se é verdade ou mentira, a menos que seja decorrência de mandato ou vise a melhorar. Cumpre, ao contrário, fazer uso da língua para falar o melhor a respeito de todos, encobrir seus pecados e fragilidades, escusá-los e os embelezar e velar com sua honra".[4]

Múltiplas são as facetas do pecado contra a honra do próximo: desrespeito, resposta evasiva (Gn 4.9), engano proposital ou falsidade deliberada (Gn 27.19), ambigüidade, mordacidade, maledicência, injúria, ofensa, insulto, ódio, calúnia, detração, crítica desastrosa, murmuração, falsidade, malícia, logro (At 5.1-10), mexerico, zombaria, raiva. Toda manifestação de mentira provém do coração enganoso (Jr 17.9), que evidencia o desrespeito e o desprezo em nossos pensamentos e desejos íntimos.

I. A versão inibidora e crítica deste mandamento

A Bíblia coloca a verdade entre os valores humanos mais elevados. Satanás é visto como o grande mentiroso, o pai da mentira, que jamais se firmou na verdade (Jo 8.44). Pode-se até dizer que a história da salvação é a história que se passa entre a encarnação do diabo, "será que Deus disse?" (Gn 3.1), e a encarnação da verdade absoluta em Jesus Cristo, "e o verbo se fez carne, e habitou entre nós, cheio de graça e de verdade" (Jo 1.14), "eu sou a verdade" (Jo 14.6).

"O Antigo Testamento condena a mentira na medida em que ela contradiz e destrói a comunhão baseada na fidelidade que o homem deve a Javé e a seus irmãos."[5]

Enquanto Êxodo 20.16 e Deuteronômio 5.20 formulam: "Não dirás falso testemunho" ou "não serás testemunha falsa contra o teu próximo", provavelmente referindo-se aos tribunais de justiça, Êxodo 23.1 refere-se às notícias falsas em geral, espalhadas fora dos tribunais. Levítico aplica este mandamento à mentira (19.11) e ao mexerico (19.16). Percebe-se que Deus reprime a falsidade, a mentira, a avareza e a mordacidade contra o próximo. A lei de Deus condena severamente a fraude (Lv 6.2, 3).

A literatura poética é rica em comentários sobre inverdades e infidelidades maliciosas e prejudiciais contra o próximo. Asafe caracteriza o mentiroso como

um indivíduo que solta a língua para o mal, trama enganos, senta-se para falar contra seu irmão e difamá-lo (Sl 50.19, 20). No Salmo 52.4, o rei Davi diz que o ímpio ama as palavras devoradoras. O Salmo 101, que apresenta o modelo de um bom rei, mostra que Davi não desejava proteger o mentiroso (Sl 101.5). No Salmo 109, Davi vai mais longe e impreca em nome da santidade e da justiça de Deus contra os inimigos que usaram lábios maldosos e fraudulentos e palavras odiosas contra o rei ungido (Sl 109.2, 3). O salmista abomina e detesta a mentira (Sl 119.163). Salomão adverte que "a falsa testemunha não fica impune, e o que profere mentiras não escapa" (Pv 19.5). Ele descreve o mentiroso como uma pessoa que difama (Pv 10.18). Outra conseqüência trágica é que o mentiroso destrói o próximo (Pv 11.9). É literalmente possível arruinar o próximo e sua boa reputação com inverdades e palavras maliciosas. Jesus diz que o insulto ao irmão é pior do que o assassinato (Mt 5.22). O resultado é que "as más conversações corrompem os bons costumes" (1 Co 15.33).

O profeta Jeremias mostra a ruína espiritual de seu povo ao proferir as seguintes palavras: "... curvam a língua, como se fosse o seu arco, para a mentira; fortalecem-se na terra, mas não para a verdade, porque avançam de malícia em malícia, e não me conhecem, diz o Senhor. Guardai-vos cada um do seu amigo, e de irmão nenhum vos fieis; porque todo irmão não faz mais do que enganar, e todo amigo anda caluniando. Cada um zomba do seu próximo, e não falam a verdade; ensinam a sua língua a proferir mentiras; cansam-se de praticar a iniqüidade. Vivem no meio da falsidade; pela falsidade recusam conhecer-me, diz o Senhor... Flecha mortífera é a língua deles; falam engano; com a boca fala cada um de paz com o seu companheiro, mas no seu interior lhe arma ciladas" (Jr 9.3-6, 8). O profeta indica que o espírito de falsidade nasce no interior da pessoa (v. 8c), contamina as relações interpessoais (vv. 4, 8) e afeta até o conhecimento do Senhor (v. 6). Por isso, o profeta ameaça o povo escolhido de Deus com o exílio (vv. 7ss.). Jeremias condena também o testemunho dos falsos profetas (Jr 14.14).

É o apóstolo João quem especifica que o mentiroso não fica impune e não escapa: "Quanto, porém, aos covardes, aos incrédulos, aos abomináveis, aos assassinos, aos impuros, aos feiticeiros, aos idólatras e a todos os mentirosos, a parte que lhes cabe será no lago que arde com fogo e enxofre, a saber, a segunda morte" (Ap 21.8). Este pensamento apodíctico e irreversível, afirmado também por Paulo (1 Tm 1.10), é repetido em Apocalipse 21.27 e 22.15.

A triste história de Ananias e Safira (At 5.1-11) mostra o quanto Deus leva a sério a questão da mentira na dispensação da igreja. As inverdades proferidas por eles eram falsidades contra o Senhor e Seu Santo Espírito (At 5.3, 6). A história revela também que a mentira é um mal desígnio do coração (At 5.4c).

O apóstolo Paulo vê a mentira como traço autêntico do velho homem. O novo homem não deveria mentir, uma vez que se despiu para sempre do velho homem (Cl 3.9).

Em 1 João 5.10, o apóstolo afirma que todo homem que não crê no

testemunho que Deus dá acerca de Seu Filho é mentiroso. Percebe-se, então, que no Novo Testamento mentir não é apenas dar falso testemunho, mas também reter uma verdade que precisa ser dita publicamente. Mas João vai ainda mais longe, quando ensina aos cristãos da Ásia Menor que crer em Deus e odiar o próximo constitui uma mentira. Também mentiroso é aquele que diz conhecer a Deus e não guarda Seus mandamentos (1 Jo 2.4). Por isso, o destino final dos mentirosos que não se arrependem é o inferno (Ap 21.8).

"Tanto no Antigo como no Novo Testamento, os problemas de verdade e mentira são encarados à luz da própria fidelidade de Deus e da correspondência do crente à mesma mediante a fidelidade à aliança. A verdade e a fidelidade são a tal ponto consideradas como características dos eleitos de Deus que a mentira (*pseudos*) é usada como sinônimo de pecado e de iniqüidade (*cf.* Jo 8.44; Rm 1.25; 1 Jo 2.21; 2.27). Semelhantemente, a palavra *apatē* pode significar decepção, ilusão, engano, sedução (Mt 13.22; Ef 4.22; Cl 2.8; 1 Ts 2.10; Hb 3.13). E as palavras *skotos* e *skotia*, que significam escuridão, também nos levam a concluir que a falsidade conduz à escravidão do pecado (*cf.* Jo 1.5; 3.19; 6.17; 8.12; 12.35; 12.46; At 26.18; Rm 13.12; 2 Co 6.14; Ef 5.8; Cl 1.13; 1 Pe 2.9; 1 Jo 1.16). Estas três palavras bíblicas exprimem a escravidão à falsidade e, por inclusão, o ato individual de mentir ou enganar a si mesmo ou a outros, o qual decorre da servidão e ainda a agrava".[6]

II. A versão positiva e construtiva do nono mandamento

No Antigo Testamento, a palavra básica para "verdade" é *ʾemet*, que deriva do conhecido vocábulo *amen* e significa fazer certo, concordar, suportar, sustentar. Também existe uma idéia de solidificação, estabilidade e firmeza. O oposto de *ʾemet* é falsidade, mentira.

No testemunho do Antigo Testamento, Javé é *ʾemet*, a verdade (Is 65.16). Deus é o Deus da verdade (Sl 146.6; Jr 10.10). Ele não mente como o homem (Nm 23.19; Hb 6.18). Ele guarda Sua fidelidade ou, literalmente, Ele guarda Sua verdade para sempre (Sl 146.6) e é fiel e verdadeiro Seus conselhos (Is 25.1). Graça e verdade O precedem (Sl 89.14). Ele é grande em misericórdia e verdade (Êx 34.6). Suas palavras são verdadeiras (2 Sm 7.28) e Sua palavra é reconhecida como a verdade (Sl 119.160).

O homem é criado à imagem de Deus e, portanto, é convidado por Deus a ser homem de verdade, integridade e fidelidade (Êx 18.21; Dt 1.13; Nm 7.2) e a andar na verdade (Sl 25.5; 43.3; 86.11).

Nos salmos, vemos a versão positiva do nono mandamento é praticar a integridade e a justiça, dizer a verdade de coração (Sl 15.2, 3), refrear a língua, apartando-se do mal (Sl 34.13, 14), pôr mordaça à boca (Sl 39.1) e controlar a língua (Sl 39.2).

De acordo com a visão messiânica de Zacarias, a cidade de Sião será chamada de cidade fiel ou verdadeira (Zc 8.3c). O Senhor será "Deus em

verdade e em justiça" (Zc 8.8), ou seja, Ele executará essas virtudes. A verdade não será um ato unilateral de Deus, pois o homem estará incluído nessa prática e participará da verdade. Isso significa que ele será capaz de falar a verdade com seu próximo (Zc 8.16) e realmente amar a verdade (Zc 8.19).

Jesus Cristo reafirmou a validade do nono mandamento no sermão do monte (Mt 5.17-19, 22, 37) e também quando ensinou como tratar um irmão errado (Mt 18.15ss.) e na discussão com o jovem rico (Mt 19.18). Seu ensino evidencia uma radicalização do mandamento (Mt 5.22) mas, ao mesmo tempo, mostra como viver em paz com o próximo. Em vez de cultivar a ira, deve-se buscar o entendimento e a paz (Mt 5.25; Mt 18.15ss.).

Segundo Lutero, Mateus 18.15 nos dá uma "preciosa e excelente doutrina de como governar bem a língua. Dela cumpre tomar boa nota contra o detestável abuso. Seja esta, portanto, tua norma: não sair logo por aí a divulgar coisas a respeito do próximo e a difamá-lo, mas admoestá-lo em particular, para que se emende. Semelhantemente, outrossim, quando alguém te leva aos ouvidos o que esse ou aquele fez, também a ele ensina da mesma forma: que vá e o repreenda pessoalmente, se viu a coisa; caso contrário, que cale a boca".[7]

Em Atos 2.13 temos um exemplo clássico de detração. Na festa de pentecoste em Jerusalém, os visitantes zombaram dos judeus que falavam em línguas estranhas, dizendo que estariam embriagados. Pedro se levantou e, num ato de coragem, defendeu a honra daqueles homens. Aqui, cumprir positivamente o nono mandamento significava defender publicamente a honra do próximo.

Falar a verdade ao próximo é o equivalente positivo deste mandamento. Paulo ilustra tal pensamento com a metáfora do corpo (Ef 4.25). Todos os membros do corpo dependem uns dos outros. Ou seja, a falta de cuidado de um dos membros afeta o corpo inteiro. Isto significa que quebrar o nono mandamento destrói a harmonia entre os membros, mas a verdade solidifica a união fraterna do corpo de Cristo. Por isto ele recomendou aos colossenses que sua palavra fosse sempre agradável e temperada com sal, para saberem como responder a cada um (Cl 4.6). No capítulo anterior, Paulo ensinou que o cristão não mente porque se despiu do velho homem, o que indica que, ao se tornar nova criatura em Cristo e participar da nova vida em Jesus, o homem passa a ser capaz de cumprir o nono mandamento. Para Paulo, existe uma nítida relação entre ser crente em Jesus e viver na verdade.

Tiago recomenda que o homem seja "pronto para ouvir, tardio para falar, tardio para se irar" (Tg 1.19). Ouvir bem, ser cauteloso ao falar e não se irar facilmente são três métodos práticos para se cumprir construtivamente o nono mandamento. Mais adiante, Tiago mostra a dificuldade que o homem tem de dominar sua língua (Tg 3.8). Mas não existe justificativa para o cristão não cumprir de modo positivo o nono mandamento. Tiago ensina que a figueira não produz azeitonas, a videira não produz figos e a fonte de água doce não jorra água salgada (Tg 3.12). Portanto, o cristão deve refrear a língua, mesmo que

seja praticamente impossível (Tg 3.8), pois isso corresponde à vontade e diretriz de Deus para ele.

III. A revelação cristológica da verdade

Se no Antigo Testamento era Javé, no Novo Testamento é nosso bendito Senhor Jesus Cristo a verdade personificada (Jo 14.6). Cristo não apenas possui ou representa a verdade, Ele é a verdade em essência. A verdade se encarnou (Jo 1.14) e assumiu forma concreta em Jesus. Note que Ele não é uma verdade entre muitas outras verdades. Ele reivindica ser a verdade absoluta: *"egō eimi he aletheia"* ("eu, eu sou a verdade"; Jo 14.6). Ao ser interrogado por Pilatos, Jesus responde que Sua missão é dar testemunho da verdade, e que todo aquele que ouve Sua voz é da verdade (Jo 18.37). Este jogo de palavras revela o segredo messiânico: Jesus é a verdade vinda do Pai; Ele é de fato o rei.

Diante de tais afirmações, restam apenas duas alternativas: ou Jesus é o maior mentiroso, ou então Ele diz a verdade. Isto evidentemente exige uma resposta convincente, que só pode provir de fé ou de incredulidade. No testemunho joanino, a verdade de Cristo é uma força transformadora, capaz de nos libertar da escravidão do pecado (Jo 8.32). O apóstolo João ainda afirma que é possível conhecer essa verdade. Conhecer alguém implica em ter interesse e abertura em relação a tal pessoa. Na medida em que se abre para a verdade e busca conhecer a Cristo, o homem desenvolve aquela fé que resulta na transformação real. O nono mandamento cumpre-se verdadeiramente na pessoa de Cristo. Ele colocará fim a toda mentira do homem e do diabo, de maneira que todo homem há de confessar que Ele é o Senhor (Fp 2.11).

IV. O problema das mentiras brancas

Tudo o que se diz deve ser verdade, mas nem tudo o que é verdade deve ser dito. Em outras palavras, do ponto de vista da ética cristã, é bom e aconselhável diferenciar entre mentira proposital, engano ou erro de cálculo, retenção da verdade e mentira branca. Sabemos que, na prática, nem sempre é possível sair deste problema moral. Tal conflito leva muitas pessoas às mentiras brancas, conhecidas também por mentiras de emergência, úteis ou serviçais. A mentira de emergência surge quando o homem se encontra no dilema de não querer admitir toda a verdade nem querer mentir propositadamente. Qual a solução para este problema? Pode-se mentir numa emergência? Jesus ensinou a dizer "sim" ou "não". O problema é que o ideal não ajuda a chegar a conclusões concretas nos casos em que o "não" constitui uma mentira e o "sim" prejudica meu próximo. É lícito guardar propositadamente um segredo e evitar dizer a verdade plena? Ou a proibição à mentira é um absoluto moral?

O famoso teólogo moral Haering descreve o problema da mentira útil ou

serviçal com as seguintes palavras: "A atitude de veracidade e, conseqüentemente, o veredicto da falsidade são absolutos morais. A questão, contudo, está em saber se uma pessoa veraz se acha autorizada, em algumas situações de grande complexidade, a dizer algo que, segundo sua consciência, não é verdadeiro nem exato, e, se tal acontecer, até que ponto o fato deve ou não ser considerado mentira no sentido moral. Pois todos concordam em que, no mundo desordenado em que vivemos, por vezes pode ser até um dever ocultar a verdade ou um fato verdadeiro daqueles que desejam apenas servir-se de uma ou de outro abusivamente para favorecer a injustiça. O problema reside, pois, em verificar qual o tipo de linguagem e de conduta que a pessoa veraz pode adotar para ocultar aquilo que é necessário manter em segredo".[8]

O Antigo Testamento relata as mentiras dos patriarcas, sem que tal atitude fosse rejeitada imediatamente no contexto: de Abraão (Gn 12.11-13; 21.15), de Isaque (Gn 26.7-11), de Jacó (Gn 27.8-27). As parteiras que salvaram muitos filhos dos hebreus são consideradas mulheres tementes a Deus (Êx 1.21). Também na história de Davi e seu amigo Jônatas consta a mentira emergencial (1 Sm 20.1-30). Mas no Novo Testamento não há lugar para qualquer forma de mentira. Jesus ensinou a dizer a verdade (Mt 5.37). Seria trágico se daí se concluísse que a verdade deve ser dita da mesma forma, em qualquer lugar, a qualquer hora e para qualquer pessoa. Bonhoeffer explicou que o cínico, que apresenta fanatismo pela verdade, não tem consideração pelas fraquezas humanas e destrói a verdade viva entre as pessoas.[9] Por isso, alguns pais da igreja, como Orígenes, Crisóstomo e Jerônimo, tentaram justificar a mentira de emergência quando visava o benefício do próximo. Lutero e a ortodoxia luterana seguiram esta tradição. Agostinho, embora inicialmente tenha apoiado a idéia da mentira serviçal, mais tarde rejeitou-a energicamente. A rejeição incondicional de qualquer mentira, defendida por Agostinho, tornou-se o modelo tradicional para a teologia moral da Igreja Católica Romana e para o calvinismo. Embora aceitemos em princípio a interpretação agostiniana-calvinista, concordamos com Bonhoeffer: a verdade não pode ser dita em qualquer lugar, a qualquer hora e para qualquer pessoa de igual maneira. Ao dizer a verdade plena, o médico pode provocar a morte imediata de um paciente sensível. Em um regime totalitário, a verdade plena também pode pôr fim a vidas preciosas. Não somos obrigados a responder toda a verdade a um regime de mentira que faz morrer milhares de pessoas inocentes. Por outro lado, é preciso levar a sério o ensino de Jesus: é melhor dizer "sim" ou "não" do que jurar (Mt 5.37).

V. O problema do jeitinho

O jeitinho faz parte da cultura brasileira. No dia a dia, é uma atitude que permite flexibilidade moral e individual na interpretação de leis. Por outro lado, o jeitinho pode contribuir para acentuar a corrupção e minar os princípios

morais absolutos.

Muitas vezes Satanás tem usado o jeitinho para derrubar os cristãos. Como um irmão do sertão da Bahia disse a seu pastor: "Vou dar um desvio pelo mundo para depois me arrepender e voltar à igreja". Ou aquela senhora maranhense que argumentou com o esposo incrédulo: "Vou sair da crença para te matar". Este tipo de jeitinho certamente não pode ser justificado diante do ensino da Palavra de Deus.

O que é o jeitinho? Como podemos defini-lo? O jeitinho popular brasileiro é um meio de conseguir, subornar, executar ou resolver alguma coisa passando por cima de terceiros, leis, ordens, princípios, tempo e moral.

É verdade que o jeitinho pode ser benéfico e útil, quando não favorece a desonestidade e é adotado em função de alguma circunstância não prevista na lei humana. Mas quando faz com que a lei moral de Deus ou as leis civis de um país sejam desobedecidas, sua prática é questionável.

Perguntas para estudo

1. Por que a proteção da honra é um direito fundamental de todos os homens?
2. Qual o teor e a aplicação principal do nono mandamento?
3. Cite algumas modalidades de mentira praticadas hoje em dia.
4. Onde originou-se a mentira no testemunho bíblico?
5. Por que Deus reprime a falsidade, a mentira, a avareza e a mordacidade contra o próximo?
6. De que maneira a literatura poética comenta a versão negativa do nono mandamento?
7. Como a Bíblia encara a questão do destino final do mentiroso?
8. Que princípios permanentes são revelados na triste história de Ananias e Safira (At 5.1ss.)?
9. Que palavras gregas exprimem a escravidão à falsidade e o ato individual de mentir e enganar?
10. De que perspectiva o Antigo Testamento vê a versão positiva do nono mandamento?
11. Qual a contribuição construtiva de Jesus na questão da mentira?
12. Por que os apóstolos enfatizaram que o cristão deve deixar a prática da mentira?
13. Quais são as recomendações práticas de Tiago concernentes aos perigos da língua?
14. Qual é a relação entre a revelação cristológica da verdade e o nono mandamento?
15. Em que consiste o problema das mentiras emergenciais?
16. A proibição de mentir é um absoluto moral?
17. Por que não posso dizer toda a verdade em qualquer lugar, a qualquer hora, a qualquer pessoa, da mesma maneira?
18. Quais são os líderes religiosos da antigüidade, da Reforma e da modernidade que apóiam a mentira emergencial?
19. Por que Agostinho e Calvino se posicionaram veementemente contra qualquer espécie de mentira?

20. Explique a diferença entre mentira e engano, reter a verdade plena e mentira branca.
21. Dê uma definição de jeitinho.
22. Em quais circunstâncias você considera o jeitinho questionável?

Notas

1. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 174.
2. M. Lutero, *Catecismo Menor*, citado por A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981, p. 435.
3. *Ibid.*
4. *Ibid.*, p. 438.
5. M. A. Klapfenstein, *Die Lüge im Alten Testament. Ihr Begriff, ihre Bedeutung und ihre Beurteilung*, Zurique/Frankfurt, 1964, p. 321.
6. B. Haering, *Livres e Fiéis em Cristo,, Teologia Moral Geral*, vol. II, São Paulo, 1984, p. 46.
7. M. Lutero, *Grande Catecismo*, citado por A. Schüler, ed., *op. cit.*, p. 437.
8. B. Haering, *op. cit.*, pp. 48-49.
9. D. Bonhoeffer, *Ética*, São Leopoldo, Sinodal, 1988^2, p. 203.

10

O DÉCIMO MANDAMENTO OU A PROTEÇÃO CONTRA AS AMBIÇÕES ERRADAS

"Não cobiçarás a casa do teu próximo. Não cobiçarás a mulher do teu próximo, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem cousa alguma que pertença ao teu próximo" (Êx 20.17; Dt 5.21).

Este mandamento inibe a cobiça em geral. Especificamente, proíbe a cobiça da mulher, dos empregados, dos animais e de todos os bens materiais e ideais do próximo. A versão positiva deste mandamento tornar-se-á existencialmente possível quando meu próximo for defendido e promovido.

A palavra hebraica que traduzimos por "cobiça" deriva de *chamad*. Na teologia bíblica recente, compreende-se como "possuir no coração uma intenção oculta que mais tarde se manifesta em ações concretas de furto e roubo". O verbo *chamad* refere-se também aos desejos íntimos que se revelam como intrigas para se apoderar dos bens do próximo.[1]

Existem três palavras gregas que traduzem a idéia de cobiça. Uma é *pleonexia*, que significa o desejo incontrolável de possuir o mundo e seus bens materiais, poder, influência e prestígio. Agostinho definiu a cobiça com a frase *plus velle quam sat est* ("desejar mais do que é suficiente"). Outra palavra é *philarguria*, que significa amor desordenado pelo mundo. Este termo expressa que o mundo é o objeto da cobiça, o ídolo do qual o homem cobiçoso não se pode separar. A terceira palavra grega no Novo Testamento é *epithumia*, que pode ser traduzida por cobiça, intenção impura, ambição, desejo intenso, desejo ardente, aspiração.

Calvino interpretou este mandamento de maneira tão construtiva que logo se percebe o espírito do evangelho de Jesus Cristo: "O propósito (deste mandamento) é: visto que Deus quer que a alma toda seja possuída do afeto do amor, de (nossas) disposições se deve alijar todo desejo contrário à caridade.

Portanto, a síntese será que se nos não insinue qualquer pensamento que nos mova o espírito com uma concupiscência danosa e tendente ao detrimento de outrem. A que corresponde o preceito oposto, que tudo quanto concebemos, deliberamos, queremos, intentamos, seja isto associado com o bem e proveito do próximo".[2]

I. A versão inibidora e crítica do décimo mandamento no Antigo Testamento

Gênesis 3.6 descreve as características principais da cobiça. A árvore da vida era boa para comer, agradável aos olhos e desejável para o entendimento. A cobiça estimula o paladar, influencia a vista e afeta a mente humana. Eva, ao receber esses três estímulos, cedeu à tentação e comeu o fruto proibido, dando-o também ao marido. O primeiro pecado do homem foi resultado da cobiça de Eva, por causa da beleza da árvore da vida.

A história do dilúvio mostra que o problema da multiplicação da maldade está na cobiça que nasce dos maus desígnios do homem (Gn 6.5).

Em Êxodo 34.24, Javé promete que nenhuma nação cobiçará o território do povo de Deus enquanto eles estiverem em Sua presença para cultuá-lO. O verbo *chamad* ("cobiçar") refere-se aqui aos desejos incontroláveis das nações em relação às terras de Israel, desejos que mais tarde se manifestariam em uma invasão militar.

Números 11.4 descreve a cobiça dos israelitas como um grande desejo: "E o populacho, que estava no meio deles, veio a ter grande desejo das comidas dos egípcios; pelo que os filhos de Israel tornaram a chorar, e também disseram: Quem nos dará carne a comer?". É incrível como a cobiça pode ser tão forte, a ponto de levar as pessoas ao choro.

Deuteronômio 7.25 indica que cobiçar a prata e o ouro das imagens constitui uma abominação ao Senhor. Este versículo dá a entender também que há uma íntima relação entre o pecado da cobiça e o primeiro mandamento. Talvez essa seja a razão pela qual o apóstolo Paulo atribui a origem de todos os males à cobiça (1 Tm 6.10).

A queda moral do rei Davi, relatada em 2 Samuel 11.1ss., mostra como o décimo mandamento afeta também o sétimo e o sexto mandamentos. A cobiça por Bate-Seba levou o rei Davi ao adultério e ao homicídio premeditado.

Acabe cobiçou a vinha de Nabote com tanta intensidade que não conseguiu mais comer, de tanto desgosto (1 Rs 21.1-7). A mesma cobiça inflamou sua mulher Jezabel, causando o assassinato de Nabote (1 Rs 21.8-16). Novamente vemos que o pecado da cobiça pode conduzir o homem a atos criminosos. A quebra premeditada do décimo mandamento leva, mais cedo ou mais tarde, à quebra de outros mandamentos.

A literatura poética do Antigo Testamento encara a questão da cobiça de dois pontos de vista diferentes. Enquanto os salmos enfatizam mais a versão positiva (Sl 1.2; 37.4; 45.11; 119.16, 24, 35, 36, 47, 70, 77), os provérbios

salientam a versão inibidora do décimo mandamento. O livro de Provérbios relata que o espírito de ganância tira a vida, isto é, cria um vácuo no ser humano (Pv 1.19). Em Provérbios 6.25, Salomão diz que não se deve cobiçar a mulher adúltera e sua aparente formosura. Ele adverte o judeu piedoso a não cobiçar os finos manjares do governador ou rei (Pv 23. 3,6) e a não invejar os homens malignos e suas vantagens materiais (Pv 24.1).

O profeta Isaías ensina que a cobiça causa indignação a Javé, fazendo-O ferir o povo e Se esconder (Is 57.17a). Infelizmente, o povo escolhido optou pelo caminho da cobiça. Contudo, mesmo mantendo essa rebeldia contra Javé, Ele deseja sará-los, guiá-los, consolá-los (Is 57.17b-18).

Jeremias refere-se às multiformes iniqüidades de Jerusalém, que a conduzirão à queda (Jr 6.9ss.). Um desses pecados é a ganância generalizada entre crianças e adultos, e até entre líderes espirituais (profetas, sacerdotes). Novamente, a cobiça é vista em combinação com outros deslizes contra a lei moral de Deus. É a ganância que leva à falsidade (Jr 6.13). Mais tarde, o profeta prediz que, em conseqüência dessa ganância, as mulheres e os campos serão entregues a outros. Esta profecia trágica cumpriu-se literalmente com a invasão de Nabucodonosor, quando as mulheres judias foram violadas e a terra da promissão foi tomada.

Em Jeremias 22.17, o profeta vê como a ganância leva ao derramamento de sangue inocente, à violência e extorsão. Este círculo vicioso é indicado também por Miquéias, quando escreve que a cobiça leva à usurpação de campos e casas (Mq 2.2).

II. A versão inibidora e crítica do décimo mandamento no Novo Testamento

No Novo Testamento, a palavra predominante para cobiça é *pleonexia*, o desejo incontrolável de possuir o mundo, poder, influência, bens materiais. O grupo de palavras que pertencem a esta etimologia aparece 19 vezes, 15 das quais na literatura paulina. O apóstolo Paulo segue a tradição de Jesus (Mc 7.22) e encara a cobiça como um vício.

Além de vício (1 Co 5.10, 11; 6.10; Ef 5.5), a cobiça ou avareza é encarada também como característica dos gentios (Ef 4.19), idolatria (Cl 3.5) e prática herética (1 Ts 2.5.) Veja também o mesmo ensino confirmado pelo apóstolo Pedro em 2 Pedro 2.3, 14.

Jesus adverte repetidas vezes contra a cobiça, haja vista que o homem não vive só de seus bens materiais (Mt 5.28; 16.26; Mc 7.22; Lc 12.15).

Para se referir à cobiça, o Novo Testamento emprega ainda o substantivo *philarguria* ou o adjetivo *philarguros*. Estas duas palavras indicam o amor pelos bens materiais e ideais deste mundo. Seu uso é menos freqüente do que o termo *pleonexia*. Lucas usa o adjetivo *philarguros* em relação aos fariseus, depois da parábola do administrador infiel (Lc 16.14). Paulo usa a mesma palavra numa lista de atitudes viciosas (2 Tm 3.2). Em 1 Timóteo 6.10, o

apóstolo vê o amor ao dinheiro como sendo a raiz de todos os males, ou seja: o amor ao dinheiro é a cobiça (*philarguria*), pela qual muitos já se desviaram da fé e a si mesmos se atormentaram com muitas dores.

A terceira palavra que o Novo Testamento emprega em referência à cobiça é *epithumia*. Embora este termo nem sempre indique ambições erradas e desejos contrários ao décimo mandamento (*e.g.*, Lc 22.15; Fp 1.23; 1 Ts 2.17; 1 Tm 3.1), ele freqüentemente é usado para indicar intenções impuras, ambições erradas (Mc 4.19), desejos intensos (Jo 8.44), desejos lascivos (1 Ts 4.5), desejos malignos (Cl 3.5), concupiscências insensatas (Rm 1.24; 1 Tm 6.9), concupiscências da carne (1 Jo 2.16, 17), inclinações da carne (Ef 2.3; 1 Pe 2.11), paixões ímpias (Jd 16, 18), desejos ardentes, aspirações e paixões egoístas (Rm 6.12), paixões da mocidade (2 Tm 2.22; 3.6), paixões da ignorância (1 Pe 1.14), cobiças (2 Tm 4.3) e paixões mundanas (Tt 2.12; 3.3; 2 Pe 1.4; 2.10, 18; 3.3).

Em Romanos 7.7, *epithumia* é o equivalente para a palavra hebraica *chamad*, usada no décimo mandamento. Parece que, para Paulo, a cobiça ou concupiscência é um pecado particularmente ruim (Rm 7.7, 8). Ele também diz que o desejo ardente de comer carne, manifestado pelos israelitas no deserto, é um exemplo clássico de cobiça (compare 1 Coríntios 10.6 com Números 11.4).

Para Tiago, a cobiça nasce no coração do homem e gera o pecado que, por fim, acaba levando à morte (Tg 1.14, 15). A cobiça nem sempre leva aos resultados desejados: "Cobiçais, e nada tendes" (Tg 4.2).

III. A versão positiva e construtiva do décimo mandamento no Antigo Testamento

O Antigo Testamento é rico ao apresentar a versão construtiva do décimo mandamento. Isso comprova mais uma vez que Javé não tem o mínimo interesse em usar o decálogo para tutelar ou oprimir Seu povo. Ele é a norma divina para o homem, uma diretriz que não se refere apenas aos privilégios, mas também apela às responsabilidades humanas. Mas esse decálogo é apenas a moldura que precisa ser preenchida pela revelação progressiva do plano e da vontade de Deus. Cada proibição corresponde a uma ordem, e cada ordem é explicada com exemplos positivos que mostram como os dez mandamentos eram compreendidos no Antigo Testamento.

Inclinar o coração ao testemunho de Deus é uma maneira concreta de evitar a cobiça (Sl 119.36). Em vez de ter prazer no objeto mundano cobiçado, é melhor encontrar satisfação na Palavra de Deus. A questão da cobiça é uma questão de inclinação do coração humano.

Semelhante a isso é *o prazer na Palavra de Deus*. Esta parece ter sido a opinião do salmista ao escrever: "Bem-aventurado o homem... que tem o seu prazer na lei do Senhor" (Sl 1.1, 2). Essa idéia é repetida várias vezes (Sl 119.16, 24, 35, 47, 70, 77). Tais versículos comprovam que, em si, o prazer, o

desejo e a cobiça não são errados. Tudo depende do objeto do prazer, da cobiça. Qual é o objeto de nossa cobiça?

Agradar-se do Senhor é outro meio de satisfazer os desejos do coração (Sl 37.4). O problema das ambições erradas é o egoísmo, a auto-realização, mas a bênção das ambições certas é promover, aumentar a glória de Deus; é ser grato a Deus por aquilo que Ele é e faz. Novamente, a questão do objeto é decisiva para se resolver o problema da cobiça. Não podemos agradar dois mestres ao mesmo tempo. Com que nos agradamos? Estamos gratos ao Senhor?

Permitir que o Senhor nos cobice. É estranho pensar que Javé nos cobiça. Ele é nosso rei, e um rei tem seus súditos. O que seria de um rei sem reinado, sem súditos? O Salmo 45 fala de como o rei ungido se interessa por sua noiva, dedica-se a ela e zela por ela. Nesse contexto, surge o pensamento de que o rei cobiça sua noiva legítima: "... o rei cobiçará a tua formosura; pois ele é o teu Senhor; inclina-te perante ele" (Sl 45.11). O sujeito da cobiça é Javé; seu objeto, a formosura da noiva. A razão é o senhorio do rei, e o resultado, a inclinação da noiva diante do rei.

Defender e promover o bem-estar social dos pobres, dos oprimidos e dos órfãos. Quando se alcança o equilíbrio sócio-econômico, corta-se pela raiz uma forte tendência para a cobiça. Em Israel, o pobre era protegido pela legislação mosaica e pela abundância do próximo, que devia contribuir liberalmente (Lv 19.10; Dt 15.4, 11, 14; Pv 31.20). O oprimido merece nossa atenção e ajuda voluntária. Por isso o profeta Isaías conclamou o povo a ajudar os necessitados: "Aprendei a fazer o bem; atendei à justiça, repreendei ao opressor; defendei o direito do órfão, pleiteai a causa das viúvas" (Is 1.17). O órfão também é objeto da proteção e atenção especial de Deus e Sua lei moral (Dt 10.18; Sl 82.3; Is 1.17).

Outra versão construtiva do décimo mandamento no Antigo Testamento é *manter a alma satisfeita.* O salmista ora: "Volta, minha alma, ao teu sossego, pois o Senhor tem sido generoso para contigo" (Sl 116.7). A satisfação da alma é um meio eficaz de se vencer as ambições erradas e cumprir positivamente o décimo mandamento.

Esperar no Senhor é uma maneira de superar as crises da cobiça humana: "Por que estás abatida, ó minha alma? por que te perturbas dentro em mim? Espera em Deus, pois ainda o louvarei, a ele, meu auxílio e Deus meu" (Sl 42.5). Quem é o objeto de nossa espera, de nossos desejos e ambições íntimas? Será o Senhor?

A oração e a confiança no Senhor ajudam a vencer a cobiça. Pelo menos, esta foi a experiência do rei Davi: "Entrega o teu caminho ao Senhor, confia nele, e o mais ele fará" (Sl 37.5). Ao ser perseguido por Saul, Davi entregou seu caminho ao Senhor. Estando o suprimento alimentício prestes a faltar, ele não cobiçou a abundância do rei Saul, mas confiou no Senhor. Davi também não perseguiu o poder e o reinado, apesar de ter sido ungido para ser o rei. Ele entregou seu caminho ao Senhor e esperou o tempo certo, previsto por Deus.

A entrega do caminho ao Senhor é caracterizada pela oração. A confiança no Senhor é uma questão de atitude. A confiança na provisão fiel e na plena suficiência de Deus nos protege da cobiça gentílica.

Inclinar o coração para o testemunho de Deus; ter prazer na palavra do Senhor; agradar-se dEle; permitir que o Senhor nos cobice; defender e promover o bem-estar social dos pobres, oprimidos e órfãos; satisfazer a alma; esperar no Senhor; orar e confiar na plena suficiência de Deus — essas são oito versões construtivas do décimo mandamento dentro do Antigo Testamento que nos ajudam a vencer as crises de cobiça.

IV. A versão positiva e construtiva do décimo mandamento no Novo Testamento

O Novo Testamento pressupõe as versões positivas do Antigo Testamento e as desenvolve ainda mais. Algumas formulações são diretas, outras indiretas. Vamos nos familiarizar primeiro com as versões construtivas diretas.

O apóstolo Paulo menciona as duas versões do décimo mandamento — *abençoar, ao invés de cobiçar* — num mesmo versículo: "Portanto, julguei conveniente recomendar aos irmãos que me precedessem entre vós, e preparassem de antemão a vossa dádiva já anunciada, para que esteja pronta como expressão de generosidade, e não de avareza" (2 Co 9.5). Lutero traduz assim: "... que sejais uma bênção e não uma avareza". Ser uma bênção e não uma avareza para com o próximo é um caminho viável para se cumprir cabalmente o décimo mandamento.

Buscar a Deus e esperar por Seu reino são duas outras equivalências positivas do décimo mandamento (Fp 4.4; Mt 6.33). O problema da cobiça poderia ser resolvido se nós aprendêssemos a nos alegrar sempre no Senhor e esperar por Seu reino. Pode-se dizer que o desafio da cobiça é uma questão de perspectiva, que pode ser antropocêntrica, levando-nos a ambições erradas, ou teocêntrica, dirigindo-nos para ambições certas. A perspectiva humana nos leva a cobiçar as coisas mundanas, a perspectiva teocêntrica nos faz cobiçar as coisas divinas.

"Andai no Espírito, e jamais satisfareis à concupiscência da carne" (Gl 5.16). Este conselho tão simples e prático nos ajuda a vencer a cobiça. "Andar no Espírito" é o caminho para se vencer a concupiscência e a inveja (Gl 5.25-26). Que bênção, que desafio!

Contudo, é preciso *crucificar a carne* (Gl 5.24) para se poder andar no Espírito. Crucificar a carne é uma experiência diária, pois o Espírito e a carne militam entre si. Mas na medida em que nos inclinamos para o Espírito, cogitamos do Espírito, e na medida em que nos inclinamos para a carne, cogitamos da carne (Rm 8.5). Novamente, a inclinação do coração determina o resultado, benéfico ou maléfico.

"... revesti-vos do Senhor Jesus Cristo, e nada disponhais para a carne, no

tocante às suas concupiscências" (Rm 13.14). *Revestir-se de Jesus Cristo*, identificar-se com Ele, viver para Ele, ser envolvido por Ele, assumir o novo ser em Cristo: isso é vencer as concupiscências. A fé, o amor e os princípios de Jesus Cristo vividos no dia a dia são a resposta do Novo Testamento para o problema da cobiça, avareza e concupiscência.

É muito importante *estar satisfeito com aquilo que Deus providencia*. Este foi o princípio de vida do apóstolo Paulo (1 Tm 6.8). Quando o sustento não era suficiente, ele trabalhava em sua profissão secular como fabricante de tendas. Paulo sabia viver com pouco ou com muito, porque aprendera a estar satisfeito com aquilo que Deus providenciava.

Em seu testemunho, o apóstolo Paulo vai ainda mais longe ao afirmar não ter cobiçado prata, nem ouro, nem vestes. Pelo contrário, ele trabalhou honestamente com suas mãos e socorreu ao necessitado conforme o ensino de Cristo: "É melhor dar do que receber". Em Atos 20.33-35, aparecem três princípios construtivos do décimo mandamento: *o trabalho honesto, o socorro ao necessitado e a assistência liberal a quem precisa*. Mais adiante, Paulo reafirma tais princípios (Ef 4.28; Rm 12.8).

Outra equivalência positiva no Novo Testamento é mencionada por Pedro. Ele coloca a boa vontade em contraposição à sórdida ganância (1 Pe 5.2). *A boa vontade* resolve não apenas o problema da cobiça, avareza e ganância, mas também outros desafios. A vontade moldada pelos princípios da Palavra e da santidade de Deus vence a cobiça. A vontade voltada para as coisas terrenas leva ao fracasso.

Para Tiago, *a oração* é uma versão positiva do décimo mandamento. "Cobiçais, e nada tendes; matais e invejais, e nada podeis obter; viveis a lutar e a fazer guerras. Nada tendes, porque não pedis" (Tg 4.2). A oração desvia os pensamentos das coisas terrenas que pertencem ao próximo e abre os olhos para as coisas eternas que vêm do Senhor. Podemos lançar todas nossas ansiedades sobre Cristo, porque ele tem cuidado de nós (1 Pe 5.7).

É preciso *assumir conscientemente a condição de peregrino e forasteiro* para manter exemplar o procedimento entre os gentios e abster-se das paixões carnais que guerreiam contra a alma (1 Pe 2.11, 12).

Vamos agora verificar os versículos que falam sobre o décimo mandamento de forma indireta, isto é, sem empregar os termos cobiça, avareza ou concupiscência.

Jesus Cristo enfatiza *a pureza de coração* como ideal ético. Aquele que é puro não cobiça as coisas do próximo. O impuro adultera já no coração (Mt 5.28), mas é o limpo de coração que verá a Deus (Mt 5.8). Intenções puras vencem a cobiça, a avareza e a concupiscência.

O duplo mandamento de *amar a Deus e amar o próximo* (Mt 22.34-40) não contém apenas o resumo do decálogo, mas mostra a maneira prática e viável de cumprir a lei. Amar a Deus de todo o coração, de toda a alma e de todas as forças (Lv 19.18; Dt 6.5; 11.13) e amar nosso próximo como a nós mesmos (Gl

5.14): é assim que se vive de forma condigna e piedosa neste mundo, e é assim que se ganha a vida eterna (Lc 10.25-37). O amor derramado por Deus em nosso coração nos dá a possibilidade de viver bem com os homens e honrar ao Senhor com nossos atos. A não-observância do duplo mandamento do amor quebra a comunhão com nosso Senhor Jesus Cristo e nos faz cobiçar as coisas do próximo. Mas o verdadeiro amor, previsto por Deus, nos faz conviver em paz com Deus e com o próximo. Este amor assume formas concretas de misericórdia (Lc 10.37). O samaritano mostrou interesse pelo próximo: compadeceu-se do maltratado, pensou-lhe os ferimentos, colocou-o sobre seu próprio animal, levou-o para uma hospedaria, tratou dele, providenciou a diária e assumiu a responsabilidade total pelas futuras despesas e outros prejuízos (Lc 10.33-36).

Mais tarde, quando Jesus Cristo fala do grande julgamento, Ele se refere às *seis obras de misericórdia* que constituem o sinal concreto do amor pelo próximo (Mt 25.35, 36) e afirma claramente que o justo terá a vida eterna (Mt 25.46b). As obras de misericórdia são mencionadas também na epístola de Tiago, onde são chamadas de religião pura e sem mácula: "A religião pura e sem mácula, para com o nosso Deus e Pai, é esta: visitar os órfãos e as viúvas nas suas tribulações, e a si mesmo guardar-se incontaminado do mundo" (Tg 1.27). A ação social e a piedade pessoal são o cumprimento construtivo do décimo mandamento.

O *espírito hospitaleiro* (Rm 12.13; Tt 1.8; Hb 13.1; 1 Pe 4.9), que não cobiça o próximo mas compartilha com ele, desejando, promovendo e aspirando o bem e a bênção de Deus (2 Co 9.5), também é visto como uma versão positiva do décimo mandamento.

Podemos resumir agora todas as versões construtivas do décimo mandamento no Novo Testamento com as seguintes palavras: promover ativamente o bem-estar do próximo em atos de amor fraternal, diaconia, misericórdia e retidão é o caminho traçado por Deus para cumprirmos concretamente o décimo mandamento.

Perguntas para estudo

1. Qual é o teor e a aplicação principal do décimo mandamento?
2. Explique as três palavras gregas que o Novo Testamento emprega para descrever a natureza da cobiça.
3. Por que Gênesis 3.6 descreve as características principais da cobiça?
4. Como a Bíblia hebraica emprega o termo *chamad*?
5. Quais são as conseqüências da cobiça no Antigo Testamento?
6. De que maneira o Novo Testamento refere-se negativamente ao problema da cobiça?
7. Cite algumas versões construtivas do décimo mandamento no Antigo Testamento.
8. Como podemos vencer a cobiça do ponto de vista do Novo Testamento?

9. Quais são as seis obras de misericórdia mencionadas por Jesus em Mateus 25.35, 36?
10. Como podemos resumir as equivalências positivas do décimo mandamento que se encontram no Novo Testamento?
11. Qual foi a lição pessoal que você aprendeu ao estudar o décimo mandamento?

Notas

1. Para uma discussão mais ampla, consulte W. C. Kaiser Jr., *Toward Old Testament Ethics*, Grand Rapids, 1983, pp. 235-238.

2. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, p. 176.

PARTE IV

O DECÁLOGO COMO MODELO PARA A ÉTICA CRISTÃ

- A -
INTRODUÇÃO

Na primeira parte de nosso livro, levantamos as questões fundamentais da ética cristã. Vimos que existe um conteúdo central que foi revelado nas Sagradas Escrituras. A ética cristã é uma disciplina teológica que parte da revelação de Deus, da pessoa e obra de Jesus Cristo e de Seu evangelho transformador. Mostramos que a ética cristã é uma terceira opção que vai além do legalismo e do antinomismo, esclarecendo nossas obrigações morais em relação a nós mesmos, à sociedade e a Deus. Vimos também que há motivos antropológicos, sociológicos, teológicos e naturais que justificam nossa reflexão ética diária. Provamos ainda que a função e o lugar da consciência têm caráter secundário. Além disso, fizemos um levantamento bíblico para mostrar a interdependência entre a teologia sistemática e a ética cristã.

Na segunda parte, falamos da validade moral do decálogo para os judeus e para a igreja do Novo Testamento como povo legítimo de Deus. Mostramos também por que o decálogo se recomenda como expressão clara do bem para todos os homens de boa vontade. Evidenciamos que o decálogo precisa ser cumprido por amor, através do Espírito Santo. A relação entre a ética cristã e a lei mosaica mostrou-nos como Jesus e os santos apóstolos reafirmaram e ampliaram a validade do decálogo. Tocamos brevemente em questões de caráter técnico, para depois enfatizar a metodologia para uma exposição adequada dos dez mandamentos. O preâmbulo do decálogo convenceu-nos de que os dez mandamentos começam com o evangelho da ação libertadora de Deus. Antes de exigir deveres e comprometer Seu povo, Deus compromete a Si mesmo.

A terceira parte constitui o conteúdo principal da ética cristã: uma exposição variada e atualizada dos dez mandamentos. Vimos que todos os mandamentos, exceto o quarto, são encontrados nas versões negativa e construtiva no Antigo e no Novo Testamentos. Esperamos que esta exposição sistemática tenha ampliado nossa compreensão ética, embora não tenha conseguido responder a todas nossas perguntas e ansiedades morais.

Nesta quarta parte, queremos finalizar a reflexão ética do decálogo, salientando que ele é um modelo para a ética cristã, e não o edifício já construído. É um fundamento sólido sobre o qual podemos construir nossa vida moral; é uma moldura que ainda precisa ser preenchida pelo andar diário no Espírito. Com isto, desejamos evitar que a ética cristã torne-se legalista, casuística, fechada e morta.

- B -
UM MODELO PARA O EXERCÍCIO DE BOAS OBRAS

Martinho Lutero atribui ao decálogo a qualidade de ser o modelo, o extrato, o sumário da doutrina divina para toda boa obra: "Temos, pois, os dez mandamentos, modelo de doutrina divina para o que devemos fazer, a fim de que toda nossa vida agrade a Deus, e a verdadeira fonte e canal de que deve manar e por que deve fluir tudo quanto quer ser boa obra. Fora dos dez mandamentos, por conseguinte, nenhuma obra e conduta pode ser boa e agradável a Deus, por grande e preciosa que seja aos olhos do mundo".[1]

Vimos que as multiformes obras de misericórdia e diaconia, a defesa da honra, da propriedade e da vida do próximo, bem como as ações sociais, que visam o bem-estar social e comunitário, emanam das versões construtivas dos dez mandamentos. O cristão anda nas boas obras que Deus preparou de antemão para ele (Ef 2.10). Estas já não são obras da carne, mas obras que nascem do Espírito Santo em nossas vidas e glorificam a Deus. Seu exercício é fruto do senhorio de Cristo em nossa vida. Cristo nos libertou do domínio do eu, do pecado, da incredulidade, para andarmos em novidade de vida. Por isso "o decálogo é a lei de vida, revelada por Deus, para toda vida que está sob o senhorio de Cristo. É a libertação de domínio alienígena e de arbitrariedade autônoma. A quem crê, o decálogo se revela como a lei do Criador e Reconciliador. O decálogo delimita o espaço dentro do qual uma livre obediência da vida mundana se torna possível. Ele liberta para uma vida livre sob o senhorio de Cristo".[2]

- C -
UM MODELO PARA A VIDA ABUNDANTE

A observância do decálogo abre o caminho para a vida abundante. Ele mesmo contém a promessa de bênção: "... faço misericórdia até mil gerações daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos" (Ex 20.6; Dt 5.10). Repetidas vezes Deus promete Sua bênção aos que guardam diligentemente Seus mandamentos: "Agora, pois, ó Israel, ouve os estatutos e os juízos que eu vos ensino, para os cumprirdes, para que vivais..." (Dt 4.1). Levítico 26.3-13; Deuteronômio 5.33; 7.12-26 e Deuteronômio 28.1-14 também mostram as bênçãos decorrentes da obediência aos dez mandamentos.

Lutero finaliza a exposição do decálogo realçando a rica bênção do Senhor sobre os que o observam: "Disso se vê mais uma vez a que altura se devem elevar e exaltar os Dez Mandamentos, acima de todos os estados, preceitos e obras que se ensinam e inculcam fora deles. Porque aqui podemos lançar a luva

dizendo: que se adiantem todos os sábios e santos, e vejamos se podem produzir uma obra como esses mandamentos, que Deus requer com tanta seriedade e ordena sob pena de Sua maior ira e castigo. Além disso, acrescenta uma promessa tão gloriosa: que nos quer acumular de todos os bens e bênçãos. Razão por que sem dúvida os devemos ter por preciosos e valorizá-los acima das demais doutrinas, como o maior dos tesouros que Deus nos deu".[3]

O profeta Isaías reconhece que, se tivesse dado ouvidos aos mandamentos do Senhor, o povo escolhido não teria passado pelo exílio, mas sim desfrutado da vida abundante. Então, a paz do Senhor seria como um rio e Sua justiça, como as ondas do mar (Is 48.18).

Mas será possível viver conforme os dez mandamentos? Calvino está convicto de que homem nenhum jamais poderá cumprir a lei integralmente.[4] Só Cristo é o real cumprimento da lei. Não temos condição moral própria de viver conforme os dez mandamentos, a não ser que Cristo em nós nos capacite pela fé, de maneira que o preceito da lei se cumpra em nós que andamos no Espírito Santo (Rm 8.4). O fato de o "eu" não conseguir cumprir integralmente a lei moral de Deus ainda não constitui uma justificativa para afirmar que a lei não precisa ser observada, guardada e cumprida. O andar no Espírito recebe então um lugar de destaque no que diz respeito ao cumprimento da lei moral de Deus em nossos dias. Chegou a hora de redescobrirmos que o Espírito Santo revitaliza o cumprimento da lei moral de Deus. Dessa forma, a lei moral de Deus não se torna um pesadelo para o cristão nem uma obrigação penosa e opressora. Pelo contrário, o desejo de realmente guardar os mandamentos de Deus nasce de nossa comunhão com Cristo: "Se guardardes os meus mandamentos, permanecereis no meu amor; assim como também eu tenho guardado os mandamentos do meu Pai, e no seu amor permaneço" (Jo 15.10); "... sabemos que o temos conhecido por isto: se guardamos os seus mandamentos. Aquele que diz: Eu o conheço, e não guarda os seus mandamentos, é mentiroso, e nele não está a verdade" (1 Jo 2.3, 4).

- D -
UM MODELO PARA A TRANSFORMAÇÃO DA SOCIEDADE

O decálogo não é apenas um modelo para o exercício de boas obras e um meio para a vida abundante; é também um modelo exemplar para a transformação da sociedade. Na época de Moisés (1300 a.C.), Javé já havia afirmado que Seus mandamentos seriam um catalisador de transformação reconhecido pelos gentios (Dt 4.6).

A obediência simples ao decálogo transforma as atitudes do homem para com seu próximo. Em vez de assassinar um inimigo pessoal, ele o abençoa; em vez de furtar, trabalha e ajuda ao necessitado; em vez de dizer falso testemunho, pratica e diz a verdade; em vez de roubar a mulher do próximo,

vive na pureza sexual e apóia o matrimônio monogâmico; em vez de cobiçar, faz atos de misericórdia. Em vez de guardar para si a fé e a experiência do senhorio de Cristo, brilha como luz e penetra como sal neste mundo (Mt 5.14-16); não conserva este mundo na situação em que se encontra, mas transforma-o com o amor, a paz e a esperança de Deus. Ele assume responsabilidade no mundo e pelo mundo, que é o objeto do amor e da paciência divina. Não se conforma com a injustiça, a miséria e a desonestidade generalizada. É um exemplo de devoção e fidelidade a Cristo em seu lar, no trato com seus vizinhos, no exercício de boas obras, na profissão e nos deveres e responsabilidades civis, para que o reino do Senhor venha e Sua vontade seja feita tanto nos céus como na terra. Almeja glorificar a Deus em suas palavras, pensamentos e ações para que o mundo creia em Cristo Jesus. Isto não seria um modelo de transformação da sociedade?

Perguntas para estudo

1. Por que o decálogo é um modelo para o exercício de boas obras?
2. Em que sentido os dez mandamentos são um modelo para a vida abundante?
3. Como o decálogo é capaz de influenciar ou até transformar uma sociedade?
4. Explique por que os dez mandamentos não contêm uma ética cristã completa.
5. Qual foi nossa preocupação teológica na terceira parte do livro?
6. Explique por que nenhum homem pode cumprir todos os mandamentos de Deus.
7. O fato de o homem não ter condições de cumprir todos os mandamentos de Deus é uma justificativa para não guardá-los?
8. Explique as conseqüências de Romanos 8.4 para a vida cristã diária.

Notas

1. M. Lutero, *Grande Catecismo*, citado por A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Evangélica Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1982, p. 443.

2. D. Bonhoeffer, *Ética*, São Leopoldo, Sinodal, 1988[2], p. 181.

3. M. Lutero, *Grande Catecismo*, citado por A. Schüler, ed., *op. cit.*, pp. 446-447.

4. J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vol. II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985, pp. 113-114.

BIBLIOGRAFIA

A. Agostinho, *A Cidade de Deus*, São Paulo, Editora das Américas, 1961.

A. de Almeida, *O Deus dos Pobres, a Verdade sobre o Cristo da Teologia da Libertação*, São Paulo, Vida, 1990.

P. Althaus, *Grundriss der Ethik*, Gütersloh, 1953[2].

____. *Ethik Martin Luthers*, Gütersloh, 1965.

F. Bastos de Ávila, *Introdução à Sociologia*, Rio de Janeiro, 1981[6].

G. L. Bahnsen, *Theonomy in Christian Ethics*, Phillipsburg, 1984[2].

R. H. Bainton, *Il Cristiano, la Guerra, la Pace. Rassegna Storica e Valutazione Critica*, Turim, 1968.

H. H. Barnette, *Introducing Christian Ethics*, Nashville, 1961.

K. Barth, *Kirchliche Dogmatik III/4*, Die Lehre von der Schöpfung, Zurique, 1951.

J. A. Bengel, *Gnomen Novi Testamenti*, Stuttgart, 1742.

G. Bergmann, *Probleme einer fragenden Generation*, Gladbeck, 1970.

L. Berkhof, *Teologia Sistemática*, Jenison, 1988[8].

A. Biéler, *O Pensamento Econômico e Social de Calvino*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990.

M. A. Bluthardt, *Etica 1: Introducción a la Etica Cristiana, Etica del A.T. y su Aplicación Concreta*, Facultad Latinoamericana de Estudos Teológicos, Temuco, 1984.

K. Bockmühl, *Gesetz und Geist, Eine kritische Würdigung des Erbes protestantischer Ethik*, Giessen/Basel, 1987.

____. *Glauben und Handeln*, Giessen, 1975.

____. *Gott im Exil? Zur Kritik der "Neuen Moral"*, Giessen, 1975.

____. K. Bockmühl, *Living by the Gospel*, Colorado Springs, 1986.

____. K. Bockmühl, *Säkularismus und christlicher Glaube*, Marburg, 1985.

____. K. Bockmühl, *Sinn und Unsinn der "Neuen Moral"*, Giessen, 1975.

____. K. Bockmühl, *Theologie und Lebensführung, Gesammelte Aufsätze*, Giessen, 1982.

____. D. Bonhoeffer, *Discipulado*, São Leopoldo, Sinodal, 1980.

____. D. Bonhoeffer, *Ética*, São Leopoldo, Sinodal, 1988[2].

A. Van den Born, *Dicionário Enciclopédico da Bíblia*, Petrópolis, Editora Vozes, 1977.

C. Brown, ed., *Novo Dicionário Internacional de Teologia do Novo Testamento*, vol. I-IV, São Paulo, Vida Nova, 1981.

____. C. Brown, *Filosofia e Fé Cristã*, São Paulo, Vida Nova, 1983.

E. Brunner, *Das Gebot und die Ordnungen, Entwurf einer protestantisch-theologischen Ethik*, Zurique, 1932.

H. Bürki, *A Vida Cristã no Mundo de Hoje*, Rio de Janeiro, JUERP, 1979[2].

J. Calvino, *Institutio Christianae Religiõnis*, Genebra, 1559, II, 8, 5.

J. Calvino, *As Institutas ou Tratado da Religião Cristã*, vols. I-II, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1985.

E. J. de Castro Camargo, *Estudo de Problemas Brasileiros*, São Paulo, 1984[8].

M. Camargo, *Ética, Vida e Saúde*, Petrópolis, 1975[2].

H. F. R. Catherwood, *Der Christ in Staat und Gesellschaft*, Giessen/Basel, 1971.

R. Cavalcanti, *Uma Bênção Chamada Sexo*, ABU, São Paulo, 1976.

____. *Cristianismo e Política*, São Paulo, Vinde, 1985.

G. A. Chauncey, *Decisions, Decisions*, Richmond, 1972.

R. A. Cole, *Êxodo, Introdução e Comentário*, São Paulo, Vida Nova/Mundo Cristão, 1981.

Core e Mori, *Enciclopédia Mirador Internacional*, 20 vols., São Paulo, Encyclopedia Britannica do Brasil Publicações Ltda, 1980.

O. Dillschneider, *Die evangelische Tat*, Bertelsman, 1940.

G. Dimenstein, *A guerra dos meninos*, São Paulo, Brasiliense, 1990[5].

W. Elert, *Das christliche Ethos*, Hamburgo, 1961[2].

Enciclopédia Brasileira Mérito, São Paulo, 1962.

Enciclopédia Britânica.

J. G. Fichte, *Darstellung der Wissenschaftslehre*, Alemanha, 1801.

____. *Reden an die deutsche Nation*, Alemanha, 1807-1808.

____. *Versuch einer Kritik aller Offenbarung*, Alemanha, 1792.

D. Field, *Taking Sides*, Downers Grove, 1975.

J. Fletcher, *Situation Ethics*, Filadélfia, 1966.

G. W. Forell, *Ética da Decisão*, São Leopoldo, Sinodal, 1980[2].

M. K. Gandhi, *An Autobiography: The Story of my Experience with Truth*, Boston, 1957.

E. C. Gardner, *Fé Bíblica e Ética Social*, Rio de Janeiro, JUERP, 1985.

N. L. Geisler, *Ética Cristã, Alternativas e Questões Contemporâneas*, São Paulo, Vida Nova, 1984.

J. E. Giles, *Bases Bíblicas de la Etica*, El Paso, 1977[5].

H. Goerke, *Der Grenzbereich zwischen Leben und Tod*, Göttingen, 1976.

T. da Torre del Greco, *Teologia Moral*, São Paulo, 1959.

B. Haering, *Livres e Fiéis em Cristo, Teologia Moral Geral*, vols. I-III, São Paulo, Edições Paulinas, 1984[3].

B. Hägglund, *História da Teologia*, Porto Alegre, Editora Concórdia, 1981.

J. Hempel, *Das Ethos des Alten Testaments*, Berlim, 1964.

C. F. H. Henry, *Aspects of Christian Social Ethics*, Grand Rapids, 1964.

____. ed., *Baker's Dictionary of Christian Ethics*, Grand Rapids, 1973.

____. *Christian Personal Ethics*, Grand Rapids, 1957.

K. Heussi, *Kompendium der Kirchengeschichte*, Tübingen, 1960[12].

M. E. Hirst, *The Quakers in Peace and War*, Londres, 1923.

W. C. Kaiser Jr., *Toward Old Testament Ethics*, Grand Rapids, 1983.

M. Kaser, *Das römische Privatricht I*, 1971[2].

C. F. Keil, *Genesis und Exodus*, Leipzig, 1878[3].

D. Kidner, *Salmos 73-150 — Introdução e Comentário*, São Paulo, Vida Nova, 1981.

M. A. Klapfenstein, *Die Lüge im Alten Testament. Ihr Begriff, ihre Bedeutung und ihre Beurteilung*, Zurique/Frankfurt, 1964.

J. W. Klotz, *O Aborto — Uma Visão Cristã*, Porto Alegre, Concórdia Editora, 1982.

S. Koenig, *Elementos de Sociologia*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1985[7].

L. Lader, *Abortion*, Nova Iorque, 1966.

E. M. Lakatos, *Sociologia Geral*, São Paulo, 1987[5].

A. B. Langston, *Notas Sobre Ética Prática*, Rio de Janeiro, 1954.

J. Leclereg, *As Grandes Linhas da Filosofia Moral*, São Paulo, Editora Herder 1967.

P. Lehmann, *Ethics in a Christian Context*, Nova Iorque/Londres, 1963.

X. Léon, *Fichte et son temps*, 2 vols., Paris, 1922-1927.

C. S. Lewis, *Christian Behaviour*, Nova Iorque, 1960.

M. Lutero, *Der grosse Katechismus*, Calwer Luther-Ausgabe I, Munique, 1964.

____. *in: D. M. Luthers Werke, Kritische Gesamtausgabe*, Weimarer Ausgabe, Weimar, 1883.

F. Malesa, *Die 10 Gebote in heilsgeschichtlicher Deutung*, Wüstenrot, 1948.

G. Maltese, ed., *Grande Dicionário Brasileiro de Medicina*.

T. B. Maston, *Certo ou Errado?*, Rio de Janeiro, Casa Publicadora Batista, 1980[3].

____. *O Cristianismo e o Indivíduo*, Rio de Janeiro, JUERP, 1986[2].

F. Melanchthon, *Apologia da Confissão de Augsburgo*, Versão Brasileira, 4 u.ö.

____. *Confessio Augustana*, Versão Latina.

H. G. Mitchell, *The Ethics of the Old Testament*, Chicago, 1912.

J. B. Nelson, *Human Medicine, Ethical Perspectives on New Medical Issues*, Minneapolis, 1973.

W. Neuer, *Der Zusammenhang von Dogmatik und Ethik bei Adolf Schlatter. Eine Untersuchung zur Grundlegung christlicher Ethik*, Giessen/Basel, 1986.

R. H. Nichols, *História da Igreja Cristã*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1981[5].

R. Niebuhr, *An Interpretation of Christian Ethics*, Nova Iorque, 1935.

H. Noldin e A. Schmitt, *Summa Theologiae Moralis*, vol. II, *De Praeceptis*, Munique/Heidelberg, 1944.

H. van Oyen, *Die Ethik des Alten Testaments*, Gütersloh, 1967.

A. Pallister, *O Sabor do Sal*, Portugal, 1983.

J. A. Petersen, *O Mito da Grama mais Verde: Infidelidade Conjugal — Causa, Prevenção e Soluções*, Rio de Janeiro, JUERP, 1986.

R. J. Plekker, *O Divórcio à Luz da Bíblia*, São Paulo, Vida Nova, 1985.

A. de Quervain, *Ethik*, vols. I-III, Zurique, 1942, 1945, 1953.

P. Ramsey, *Basic Christian Ethics*, Nova Iorque, 1950.

W. S. Reid, ed., *Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental*, São Paulo, Casa Editora Presbiteriana, 1990.

H. Ringeling, *Handbuch der christlichen Ethik*, vols. I-III, Freiburg/Gütersloh, 1986.

J. A. T. Robinson, *Honest to God*, Londres, 1963.

M. L. Rudnick, *Ética Cristã para Hoje: Uma Perspectiva Evangélica*, Rio de Janeiro, JUERP, 1988.

F. A. Schaeffer, *Poluição e Morte do Homem — Uma Perspectiva Cristã da Ecologia*, Rio de Janeiro, JUERP, 1976.

A. Schlatter, *Die christliche Ethik*, Stuttgart, 1929.

Ph. Schmitz, *Pazifismus mi neuen Akzenten? Zu den neuen Friedensbewegungen in den USA* in Herderkorrespondez 34, 1980, pp. 330-333.

H. Schrey, ed., *Christliche Ethik*, Ein Quellenhelf, Göttingen, 1961.

A. Schüler, ed., *Livro da Concórdia, As Confissões da Igreja Luterana*, São Leopoldo/Porto Alegre, 1981[2].

R. P. Shedd, ed., *O Novo Comentário da Bíblia*, São Paulo, Vida Nova, 1963.

____. ed., *Bíblia Vida Nova*, São Paulo, Vida Nova, 1976.

____. *A Justiça Social e a Interpretação da Bíblia*, São Paulo, Vida Nova, 1984.

R. J. Sider, *Cristãos Ricos em Tempos de Fome*, São Leopoldo, Sinodal, 1982.

P. W. da Silva, *Ética Cristã*, Rio de Janeiro, JUERP, 1987.

J. Sittler, *Structure of Christian Ethics*, Baton Rouge, Louisiana State University Press, 1958.

N. H. Søe, *Christliche Ethik*, Munique, 1949[3].

J. R. W. Stott, *A Mensagem do Sermão do Monte*, São Paulo, ABU, 1985[3].

W. Stoy, *Abtreibung — einziger Ausweg?* Basel, 1973.

A. H. Strong, *Systematic Theology*, Valley Forge, 1979[32].

S. Stutz, *Embriohandel*, Berna, 1987.

H. Thielicke, *Theologische Ethik*, vols. I-IV, Tübingen, 1958.

____. *Wer darf steren?*, Friburgo, 1979.

J. A. Thompson, *Deuteronômio, Introdução e Comentário*, São Paulo, Vida Nova/Mundo Cristão, 1982.

H. Torloni, *Estudo de Problemas Brasileiros*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1983[16].
W. Trillhaas, *Ethik*, Berlim, 1965.
E. Troeltsch, *Die Soziallehren der christlichen Kirchen und Gruppen*, vol. I, Tübingen, 1912.
L. del Vasto, *Gandhi to Vinoba*, Nova Iorque, 1974.
T. Watson, *The Ten Commandments*, Edimburgo, 1986, reimpresso de *A Body of Practical Divinity*, 1692.
H. D. Wendland, *Ética do Novo Testamento*, São Leopoldo, Sinodal, 1981[2].
J. P. Wiles, *As Institutas da Religião Cristã, Um Resumo*, São Paulo, 1984.
J. White, *Honestidade, Moralidade e Consciência*, Rio de Janeiro, JUERP, 1984.



Hans Ulrich Reifler, Th. M., nasceu em 1949, na cidade de Basiléia, na Suíça. Chegou ao Brasil em 1976, como missionário da Missão Cristã Evangélica do Brasil, tendo fundado diversas igrejas e congregações. Com Mestrado em Teologia pelo Regent College de Vancouver, Canadá, o professor Reifler lecionou por dez anos as disciplinas de Teologia Bíblica, Homilética e Ética Cristã no Seminário Cristão Evangélico do Brasil, em São Luís do Maranhão, onde foi vice-diretor. Atualmente é professor do Seminário Teológico de St. Chrischona, em Basiléia, Suíça e professor visitante da Academia de Missões Mundiais, filial da Columbia International University em Korntal, Stuttgart, Alemanha.

POR QUE DEVO OBEDECER AOS DEZ MANDAMENTOS?

Vivemos uma crise ética sem precedentes. A sociedade civil e suas instituições sofrem cotidianamente o impacto dessa crise. A igreja, por sua vez, não se mantém ilesa, nem pode se eximir diante dessa situação tão grave. Mas onde buscar, na Bíblia, respostas para esse dilema que hoje enfrentamos?

O autor deste livro nos aponta como resposta os dez mandamentos. Por constituírem o coração da lei de Deus, são tão aplicáveis hoje quanto eram há três mil anos atrás, pois representam a expressão perfeita de quem é Deus e de como Ele quer que seu povo viva.

Mesmo não havendo escrito propriamente um manual sobre ética cristã, Reifler oferece-nos, na primeira parte de seu livro, uma excelente e breve introdução a esta disciplina teológica. Na segunda divisão, ele nos mostra porque os dez mandamentos ainda valem hoje para o povo de Deus. Finalmente, ele dedica a maior parte de seu estudo à exposição sistemática das leis do Sinai.

Após a leitura desta obra, veremos que existe sim uma saída para a crise ética que nos assola, que pode ser encontrada no estudo da ética dos dez mandamentos. Embora o conteúdo do decálogo não seja contemporâneo, é atualíssimo, constituindo-se num verdadeiro modelo de ética para os nossos dias.

ISBN 978-85-275-0380-8

VIDA NOVA